



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 144 - SÁBADO, 15 DE SETEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 29
LÍDER	LÍDER	LÍDER
VICE-LÍDERES	Ideli Salvatti – PT	Demóstenes Torres
.....	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES
LÍDER DO PMDB – 19	Epitácio Cafeteira
Valdir Raupp	João Ribeiro	LÍDER DO DEM – 16
VICE-LÍDERES DO PMDB	Renato Casagrande	José Agripino
Wellington Salgado de Oliveira	Inácio Arruda	VICE-LÍDERES DO DEM
Valter Pereira	Marcelo Crivella	Kátia Abreu
Gilvam Borges	Francisco Dornelles	Jayme Campos
Leomar Quintanilha	Raimundo Colombo
Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12	Edison Lobão
	Ideli Salvatti	Romeu Tuma
	VICE-LÍDERES DO PT	Maria do Carmo Alves
	Eduardo Suplicy	LÍDER DO PSDB – 13
	Fátima Cleide	Arthur Virgílio
	Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PSDB
	LÍDER DO PTB – 6	Sérgio Guerra
	Epitácio Cafeteira	Alvaro Dias
	VICE-LÍDER DO PTB	Marisa Serrano
	Sérgio Zambiasi	Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3	
	João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR	
	Expedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3	
	Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB	
	Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1	
	Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 1	
	Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1	
	Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO
Jefferson Péres	José Nery	Romero Jucá - PMDB
VICE-LÍDER DO PDT		VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Osmar Dias		Delcídio Amaral
		Antônio Carlos Valadares
		Sibá Machado
		João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 157ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE SETEMBRO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, de autoria de S. Ex^a, que acaba com o voto secreto em todas as deliberações do Congresso Nacional. Regozijo pelo anúncio do acordo de reestruturação da empresa metalúrgica Kepler Weber. Cumprimentos à UNB e à Polícia Federal pela forma como tem tratado o caso do incêndio de alojamentos de estudantes africanos. 31500

SENADOR JOÃO PEDRO – Anúncio da apresentação, na próxima semana, do relatório sobre o processo movido contra o Presidente do Senado Renan Calheiros, por suposto tráfico de influências em favor da cervejaria Schincariol. Defesa do voto aberto para todas as decisões do Senado. Críticas ao jornalista Paulo Henrique Amorim por manifestações preconceituosas contra o Nordeste, particularmente o Piauí, publicadas em seu **blog**. 31512

SENADOR JOSÉ MARANHÃO – Apelo ao Governo da Paraíba pela apresentação de políticas efetivas para assegurar o direito aos cidadãos à saúde, em especial, pela regularização da distribuição de remédios de uso contínuo. 31517

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Afirma sua mudança de posicionamento, agora em defesa do voto aberto. Críticas ao Partido dos Trabalhadores. 31521

SENADOR GILVAM BORGES – Premência da reforma política. Defesa da adoção do voto aberto em todas as decisões do Congresso Nacional. 31526

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA – Considerações sobre a entrevista concedida ao jornalista Paulo Henrique Amorim pelo Professor Wanderley Guilherme dos Santos, analisando o papel da imprensa no País. 31528

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Homenagem ao Dia da Amazônia”, comemorado em 5 próximo passado. Protestos contra trechos do livro do jurista Saulo Ramos, intitulado *O Código da Vida*, por preconceito contra a região Amazônica. Homenagem à Universidade Federal de Roraima,

que comemora o seu 18º aniversário. Homenagem à Igreja Batista Regular de Boa Vista, que no dia 15 de setembro vai completar mais um ano de existência. 31536

SENADOR MÃO SANTA – Críticas ao artigo do jornalista Paulo Henrique Amorim, divulgado no **blog** *Conversa Afiada*, que deprecia o Estado do Piauí. 31555

1.2.2 – Ofícios do Primeiro-Secretário e do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 372/2007, de 14 de agosto último, submetendo à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, o Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2007, que altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, tratando do prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social, e o art. 4º da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006; e prorroga o prazo a que se refere o art. 33 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 374, de 2007). 31559

Nº 395/2007, de 28 de agosto último, submetendo à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 375, de 2007, que fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos das Leis nºs 10.470, de 25 de junho de 2002, 10.667, de 14 de maio de 2003, 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 8.216, de 13 de agosto de 1991, 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 10.609, de 20 de dezembro de 2002, 9.030, de 13 de abril de 1995, 10.233, de 5 de junho de 2001, 9.986, de 18 de julho de 2000, 10.869, de 13 de maio de 2004, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 10.871, de 20 de maio de 2004, e da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências. 31559

Nº 402/2007, de 4 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 376, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$15.704.401.310,00 (quinze bilhões, setecentos e quatro milhões, quatrocentos e um mil e trezentos e oitenta reais), para os fins que especifica. 31560

Nº 418/2007, de 12 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, o Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2007, que acresce, altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; acresce dispositivos à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas; revoga dispositivo da Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 377, de 2007). 31560

Nº 1.615/2007, de 13 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, o Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2007, que dá nova redação ao **caput** do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados (proveniente da Medida Provisória nº 378, de 2007). 31560

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Inclusão na pauta da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, dia 18, das Medidas Provisórias nºs 375 e 376, de 2007 e dos Projetos de Lei de Conversão nºs 26, 27 e 28, de 2007, e, tendo em vista que todas as demais deliberações legislativas do Senado Federal ficam sobrestadas até que se ulitem as suas votações. 31560

Recebimento da Mensagem nº 146, de 2007 (nº 671/2007, na origem), de 5 do corrente, do Presidente da República, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de julho do corrente ano, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. 31764

1.2.4 – Ofício

Nº 313/2007, de 11 do corrente, da Liderança do Democratas na Câmara dos Deputados, de renúncia de membro na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. 31764

1.2.5 – Mensagens do Presidente da República

Nº 147, de 2007 (nº 1.128/2006, na origem), de 15 de dezembro de 2006, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 24, de 2006–CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de cento e doze mil e quatrocentos reais para os fins que especifica, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.403, de 15 de dezembro de 2006. 31765

Nº 148, de 2007 (nº 1.137/2006, na origem), de 15 de dezembro de 2006, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 25, de 2006–CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, crédito suplementar no valor total de quatrocentos e oito milhões, oitocentos e setenta e um mil, oitocentos e oitenta e nove reais e reduz o Orçamento de Investimento de empresas do mesmo grupo no valor global de setecentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, trezentos e trinta e três reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.412, de 15 de dezembro de 2006. 31765

Nº 149, de 2007 (nº 666/2007, na origem), de 5 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Antonio José Maria de Souza e Silva, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Seicheles, à República de Madagascar e ao Reino da Suazilândia. 31765

Nº 150, de 2007 (nº 667/2007, na origem), de 5 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Affonso Emilio de Alencastro Massot, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênic. 31789

1.2.6 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 396/2007, de 11 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude de rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2006 (nº 7.425/2006, naquela Casa). 31800

Nº 409/2007, de 11 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude de inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 1997 (nº 4.864/1998, naquela Casa). 31800

Nº 410/2007, de 11 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude de rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2006 (nº 880/2007, naquela Casa). 31800

1.2.7 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 544, de 2007, de autoria do Senador José Maranhão, que dispõe sobre o índice de correção previdenciária a ser observado nos reajustes anuais dos benefícios previdenciários mantidos pela Previdência Social. 31800

1.2.8 – Leitura de requerimento

Nº 1.057, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando licença dos trabalhos da Casa, no período de 17 a 30 do corrente, para acompanhar a operação UPATAKON 3, a ser realizada pela Polícia Federal na reserva indígena Raposa-Serra do Sol, no Estado de Roraima. 31804

1.2.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Apoio ao projeto “Ampliação e Modernização da Infra-Estrutura do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA, para o Estudo da Biodiversidade e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais”. Ponderações a respeito de declarações do Ministro Hélio Costa, a respeito do **set top box**, conversor que permite ao televisor comum, analógico, captar sinais digitais. Registro de reclamação por e-mail, encaminhado pelo cidadão amazonense Ricardo Melo, referente ao alto custo pago pelo uso da Internet no Estado do Amazonas. 31804

SENADOR MARIO COUTO – Registro da matéria intitulada “A nebulosa de José Dirceu”, publicada pela revista **Veja**, edição de 5 de setembro do corrente..... 31805

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “Arrecadação dispara e, sem somar CPMF, Governo ainda ganha R\$2,8 bi”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 16 de agosto do corrente..... 31807

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 4.701 e 4.702, de 2007. 31808

SENADO FEDERAL**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA****4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL****13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 157ª Sessão Não Deliberativa em 14 de setembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Com a graça e a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos nesta sexta-feira, 14 de setembro de 2007.

Consultando a lista de oradores inscritos, passamos a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT pelo Estado do Rio Grande do Sul.

S. Exª pode utilizar a tribuna do Senado pelo tempo que desejar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, Senador Gilvam Borges, quero falar hoje de coisas boas. Falarei de dois temas que, de uma forma ou de outra, envolvem muito as nossas vidas.

Antes, Senador Mão Santa, quero, mais uma vez, dizer que é muito bom ver o debate que a Casa começou a fazer pelo fim do voto secreto no Congresso Nacional. Entendo que esse debate em cima da Emenda nº 50, que apresentei, que está sendo avalizada por todos os Partidos, vai ser propício, equilibrado e tranqüilo.

Faremos audiências públicas, chamaremos a OAB, a CNBB. Embora a emenda seja de minha autoria, acho que não pode ser uma votação do dia para a noite, até porque há diversos Senadores que têm posição divergente quanto à redação da minha emenda.

É uma emenda que, no meu entendimento, vai buscar a transparência total da Casa. V. Exªs que estão aqui sabem da importância de cada Senador assumir a sua posição em todos os temas. Por isso, já aprovamos ontem que haverá uma audiência pública, em sintonia com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – porque trata da legislação – e com a CCJ, para discutirmos e ouvirmos a sociedade sobre o fim do voto secreto.

Quero repetir que apresentei a Emenda nº 50 no ano passado. Senador Mão Santa e Senador Gilvam Borges, eu disse aqui e repito isto para que ninguém diga que estou apresentando uma emenda em cima do caso recente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, em que as votações abertas tiveram um resultado, e as secretas tiveram outro. Independentemente do resultado, faz parte do sistema democrático e das

regras vigentes. Se discordamos, temos de mudar a legislação. Este é o meu ponto de vista.

Por isso, espero que, na próxima audiência pública, chamemos a sociedade e façamos o bom e qualificado debate. Eu defendo o voto aberto em todos os casos, mas respeito a posição de inúmeros Senadores que conversaram comigo e me disseram pretender aprofundar o debate em algumas situações, pois talvez a votação não devesse ser aberta em alguns casos. O importante é que o Congresso Nacional – Câmara dos Deputados e Senado Federal – tome posição sobre essa discussão e que possamos, ouvindo a sociedade, deliberar acerca da Emenda Constitucional nº 50.

Repito: no meu primeiro pronunciamento, quando cheguei ao Congresso Nacional, há 21 anos, pedi o fim do voto secreto. Apresentei a emenda na Câmara dos Deputados e fui derrotado. Reapresentei-a no Senado no ano passado e espero, tendo em vista a posição que estou percebendo de todos os Partidos, que ela seja aprovada.

Entretanto, Sr. Presidente, não quero vir à tribuna todo dia para falar do mesmo tema. Quero falar hoje da importância da recuperação do emprego no setor metalúrgico.

Senador Mão Santa, tive a ousadia. Havia uma grande empresa no Rio Grande do Sul chamada Kepler Weber, na cidade de Panambi. Fui àquela cidade e recebi o título de cidadão de Panambi. A economia da cidade está principalmente pautada na produção da Kepler Weber. Pois bem, a Kepler Weber atravessava um momento difícil. Participei de um processo amplo de negociação, apostando na recuperação do agronegócio brasileiro, que passava por um momento difícil, e da produção de todos os equipamentos que têm sintonia com essa área.

Sr. Presidente, é com grande alegria que posso hoje fazer o seguinte pronunciamento em plenário. Recebi uma agradável notícia do Presidente da Kepler Weber, Sr. Anastácio Fernandes Filho: “a empresa vai recuperar a liderança de mercado por meio da reestruturação de investimentos no valor de R\$500 milhões. A assinatura do acordo, de que tive a alegria de participar indiretamente, foi resultado de uma grande composição envolvendo a Previ, BB Investimento, o Serpro, o BNDES e demais bancos credores.

O acordo, Sr. Presidente, permitirá à companhia retomar suas atividades em ritmo compatível com o crescimento do agronegócio brasileiro e mundial. A Kepler Weber assinou contrato de reestruturação das dívidas e se fortalece para retomar a posição que já tinha de liderança no mercado de armazenagem do Brasil e da América Latina.

A reestruturação anunciada contempla alongamento de dívida de R\$170 milhões, conversão de créditos em capital no valor de R\$170 milhões, redução de dívida de R\$40 milhões, e aporte de capital de R\$110 milhões em dinheiro novo – totalizando, como eu dizia, um investimento de R\$500 milhões.

O objetivo do acordo foi fundamental. Assim, Sr. Presidente, podemos ver essa empresa importante para a econômica gaúcha voltar a produzir normalmente. Podemos apontar que deve gerar mais de mil empregos diretos e mais de quinhentos indiretos.

Senador João Pedro, cito o exemplo dessa empresa, cuja falência todos esperavam. E, graças ao investimento coletivo feito pelo BNDES – o Presidente Luciano Coutinho participou diretamente dessa negociação com o BB Investimento e com os fundos de pensão –, ela foi recuperada, o agronegócio retoma. Ela tinha em torno de quatrocentos empregados e, até o fim do ano, deverá ter novamente algo em torno de mil empregados diretos, somente em uma empresa.

Por isso venho à tribuna comentar esse exemplo de recuperação da Kepler Weber – que foi uma aposta que fizemos, participando diretamente do processo de negociação –, pois é um momento de alegria. Tenho o dever de dividir com a população brasileira que é importante acreditar nos empreendedores e nos trabalhadores, porque lá se reuniram representantes de empregados e de empregadores, dizendo: “Paim, essa empresa tem tudo para dar certo”. E agora está de vento em popa.

Recebi ontem o Presidente da empresa, cuja liderança está amparada em sua capacidade produtiva de processar 100 mil toneladas de aço por ano, em suas plantas, no Rio Grande do Sul, em Panambi, e em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, o que é incomparavelmente superior à de qualquer empresa do mesmo segmento no Brasil ou na América Latina.

Não estou aqui, Sr. Presidente, fazendo propaganda dessa empresa. Estou dizendo que foi fundamental o amplo acordo que fizemos, aquilo que eu chamo, às vezes, de cumplicidade entre as partes e que teve a participação do nosso Governo, de uma forma ou de outra, principalmente do BNDES.

O BNDES, Senador Eurípedes, foi fundamental para que esse acordo fosse realizado. Seu Presidente participou diretamente das negociações. Conversou comigo e disse: “Paim, nós faremos de tudo para compor um gran-

de entendimento”. E, desse entendimento, participaram: Banco do Brasil, Bradesco, Votorantim, HSBC, Finep, Safra. Mas, se não fosse a boa-vontade do BNDES, dos fundos de pensão... Até com o Ministro da Previdência eu tive de falar; falei com o Ministro Luiz Marinho devido aos fundos de pensão que estavam envolvidos.

Recebi o Presidente da Kepler Weber em meu gabinete, ao receber o Prefeito de Panambi, o Sr. Delmar, ao conversar com o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, que mostrou sempre a sua expectativa positiva de que a Kepler Weber iria recuperar o mercado.

Então, agradeço de público ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, com quem falei; ao Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, com quem também conversei; ao Diretor-Presidente da Kepler Weber, Anastácio Fernandes Filho; ao então Diretor Presidente do Serpro – Fundo Multipatrocinado, Thadeu Duarte Macedo, que também esteve à frente dessa batalha, e, em especial, fica aqui registrado, quero agradecer ao Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, pelo seu empenho e apoio.

Enfim, Sr. Presidente, nada disso teria acontecido sem a coragem dos funcionários da empresa e de toda a população daquela querida cidade de Panambi, que nunca jogaram a toalha, nunca pensaram na derrota; pensaram sempre que era possível fazer com que a Kepler Weber voltasse a trabalhar no campo da normalidade, e, por isso, deu certo.

Ao fazer este pronunciamento, num momento tão difícil para o País, sob o aspecto da situação do Congresso Nacional, como é bom ver que os mais variados setores da economia estão gerando emprego e com carteira assinada, como é o caso da empresa. Já que o agronegócio volta, haverá mais produção de tratores, silos, motores, enfim, de todo maquinário que está vinculado ao agronegócio, que gera, eu diria, sem medo de errar, milhares e milhares de empregos na área da metalurgia.

Por isso, Sr. Presidente, eu tinha de vir à tribuna para citar o exemplo da importância da recuperação da Kepler Weber.

Mas eu dizia aqui na abertura, Senador Mão Santa, que eu tinha duas boas notícias. E dirijo-me, mais uma vez, Senador Eurípedes, a V. Ex^a.

Ontem, fui procurado pelo Reitor da UnB, com quem tenho uma relação de muito respeito pela sua ousadia em aplicar na Universidade de Brasília ações afirmativas que estão dando muito certo. Alguns diziam que isso era pregar a divisão, que iria haver guerra, briga de etnias. Enfim, nada disso aconteceu, a UnB vai bem.

No Rio Grande do Sul, há duas universidades: a Federal, instalada em Porto Alegre, e a Federal de Santa Maria, que vão muito bem, estão indo às mil maravilhas. Há um amplo entendimento entre a nossa juventude,

independentemente da cor da pele. A nossa juventude não tem maldade, é solidária e é companheira.

Por isso, eu, que participei de todos esses debates sobre ações afirmativas, recebo hoje informações do Reitor da Universidade de Brasília, Timothy Mulholland, com enorme satisfação, sobre o que aconteceu aqui quando, infelizmente, estudantes africanos tiveram seus alojamentos incendiados. Ele me manda o inquérito, que já está sendo concluído pela Polícia Federal. Muitos achavam não iriam apontar os culpados. Acharam, sim. Já foram encaminhados processos contra três pessoas por crime de racismo e preconceito. Então, devagarzinho vamos afastando aqueles que são efetivamente preconceituosos, racistas e que querem criar obstáculos a esse processo de integração total entre todos os homens e mulheres deste País, independentemente da cor da pele, da origem, da procedência, da idade, de sexo; enfim, que não haja nenhuma discriminação.

Então, Senador Mão Santa, queria deixar registrado nos Anais da Casa o teor deste documento que me foi encaminhado pelo Reitor da UnB, mostrando a linha firme e clara da nossa Polícia Federal. E quero aqui cumprimentar o Delegado Serra Azul por ter ido até o fim das investigações. Desejo que as investigações sejam concluídas definitivamente.

O fato de o crime ter sido reconhecido como de preconceito e de racismo é algo a ser destacado. Mostra-nos que podemos caminhar para um mundo igualitário e justo e que todos, todos, de fato, tenham direitos iguais e que ninguém neste País seja qualificado ou desqualificado pela cor da pele.

Eu peço ao Senador Mão Santa que receba, na íntegra, este meu pronunciamento, no qual cumprimento a UnB pela forma com que tratou o problema. Muitos achavam que a UnB se encolheria, que não enfrentaria o debate para ver se existia ou não por lá atos considerados preconceituosos e racistas. Mas ela e a Polícia Federal foram a fundo e descobriram. Com isso, já há três indiciados oficialmente por crime de racismo e preconceito, que é inafiançável. E é cadeia mesmo! Eles vão ter que responder lá. É um exemplo que a UnB, mais uma vez, dá ao Brasil.

E quero, mais uma vez, cumprimentar o Sr. Francisco Leite Serra Azul Neto, delegado da Polícia Federal. Quem lê aqui todo o relatório vai ver que ele foi atrás da verdade, somente a verdade o interessava, sem que houvesse pressão de um lado ou de outro. Isso é muito bom para o País.

Senador Mão Santa, V. Ex^a, inúmeras vezes, vem à tribuna – lembro-me agora – para me dizer: “Paim, a luz dos lanceiros negros há de te orientar”. Então, naquela tarde, após conversarmos aqui com um grupo de Senadores, fomos à direção da UnB e à Polícia Federal

dar-lhes apoio – o Senador João Pedro e o Senador Cristovam nos acompanharam, lembro-me. Conversei com os Senadores Gilvam Borges e Mão Santa, que me deram todo o apoio, naquela oportunidade, para irmos lá mesmo. E, a partir daquele instante, percebemos que estávamos no caminho certo.

Portanto, penso que a luz dos lanceiros negros iluminou nossos caminhos para que assim procedêssemos. Porque essas coisas são assim: se você deixa, eles vão avançando. E é um grupinho de dois ou três, malandro e sem-vergonha, que aprendeu agora uma lição; mas, como esse grupo pode ser ampliado, agindo assim, a gente vai cortando o mal pela raiz.

Estão de parabéns a Polícia Federal e a UnB. O Brasil todo tem que ficar sabendo que aqueles que agrediram, dentro da UnB, o alojamento dos estudantes africanos agora serão processados, como queríamos, por crime de preconceito, de acordo com aquele artigo da Constituição que tipifica esse crime como hediondo, portanto, imprescritível e inafiançável. E vão ter que responder na cadeia pelo ato cometido.

Como é um documento histórico, Sr. Presidente, o que recebi do Reitor da Unb, nosso querido e sempre inesquecível homem que liderou essa caminhada em âmbito nacional, isso faz com que promovamos, quem sabe um dia desses aqui, uma sessão de homenagem não apenas ao Reitor, mas a todo o corpo docente da Universidade, porque eles foram corajosos. Aprendi, na minha vida, que não é apenas ser ousado em alguns atos. É ser corajoso, de forma permanente, na defesa de teses.

Estou muito satisfeito com esse resultado. Espero que façamos desse um exemplo para outros Estados em que crimes semelhantes a esse possam acontecer.

Sr. Presidente, encerro minha fala pedindo a V. Ex^a que registre, nos Anais da Casa, o documento que recebi da Reitoria da UnB, como também o documento que recebi aqui da Polícia Federal. Elogiei muito a Reitoria, mas também quero dizer que o mérito é da Polícia Federal, porque ela podia dizer que foi um crime de vandalismo, uma confusão, uma balbúrdia. Mas não: a Polícia Federal foi a fundo e disse que é crime hediondo mesmo, que foi preconceito. Por isso, o resultado me traz satisfação.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Paulo Paim, peço um pequeno aparte a V. Ex^a antes que conclua o pronunciamento. Quero me solidarizar e me congratular com V. Ex^a pela iniciativa que sempre teve, com a bandeira erguida, desde a Constituinte, sobre a questão do voto aberto e voto fechado. Por esse motivo, vejo sempre em V. Ex^a o Parlamentar sério, que levanta bandeiras que não são oportunistas nem conjunturais, diante de crises.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – São posições sempre assumidas com muita maturidade. A emenda de V. Ex^a, desde os tempos de Deputado Federal...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a assinou comigo, quando era Deputado, para tramitar a emenda.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Sim, assinei, trabalhamos juntos nisso. E quero me congratular com V. Ex^a e parabenizá-lo, porque, realmente, configura, com todas as crises que se vêm passando desde esta última década, com esses processos que são discutidos dentro do Parlamento... Portanto, minhas congratulações pela posição sempre firme, com a visão que V. Ex^a tem de antever os graves problemas. Tanto é que hoje está configurada uma necessidade premente de as votações serem abertas, para evitarem-se as especulações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Gilvam Borges, acho que o depoimento de V. Ex^a é importante, porque V. Ex^a é um Senador que não esconde suas posições. V. Ex^a abriu seu voto, e isso é bom. V. Ex^a abriu seu voto. Não importa se o voto é contra ou a favor, o importante é abrir o voto. Então, entendo que V. Ex^a é um dos defensores do voto aberto, como nós somos, porque isso é importante. E por isso V. Ex^a assinou minha emenda. V. Ex^a não tem medo de assumir suas posições. Assim como acho, Senador João Pedro, que foi correta a posição do nosso Partido, ao dizer: “Já havia uma emenda do Senador Tião Viana, que infelizmente foi rejeitada; agora o Partido está apoiando a Emenda nº 50, que vai na mesma linha” – essa emenda é a de minha autoria. Porque aí acaba com essa dúvida.

Como o voto é secreto, por mais que cada um de nós possa dizer como votou ou não votou, sempre fica a dúvida, que é legítima. Eu tenho que dizer que é legítima a dúvida sobre qualquer Senador que diga que votou contra ou a favor. É legítimo que todos tenham dúvida. Por quê? Porque o voto é secreto. Se o voto não fosse secreto, não haveria dúvida. Então, o que temos que fazer? Trabalhar, de forma tranqüila e equilibrada. E espero que a Emenda nº 50 seja o eixo desse debate. Pode não ser exatamente como eu estou propondo, porque eu proponho para todos os casos. Pode ser mudada, mas eu vou respeitar o resultado do Plenário. O que o Plenário decidir sobre a minha Emenda, a de nº 50, eu aceitarei; do contrário, eu não seria um democrata.

Eu espero muito mesmo que a Emenda nº 50, que acaba com o voto secreto em todas as situações, seja aprovada dentro de um debate tranqüilo, como manda a Casa. Que seja chamada a OAB, a CNBB, enfim, que todos participem do debate e possamos, quem sabe ainda este ano, vê-la aprovada.

Senador Mão Santa, esse é o apelo que faço à Casa, e cumprimento todos os Partidos, porque en-

tendo que, neste momento, não há um partido contra a abertura total do voto.

Eu sempre digo que o cidadão passa uma procuração a cada um de nós e tem o direito de saber como estamos trabalhando e votando aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paim, ontem pela madrugada, eu tive a felicidade de ouvi-lo, na reprise de um programa, sobre a tese que V. Ex^a traz, do voto secreto. E quero dizer a V. Ex^a: “O homem é o homem e suas circunstâncias”.

O voto secreto foi uma criação de um gaúcho, como V. Ex^a, brilhante como V. Ex^a: Getúlio Vargas. Getúlio Vargas foi o grande estadista deste País. Governar o Brasil é fácil, porque Getúlio Vargas deu todas as estruturas, tudo o que está aí. Ele criou o Dasp – Departamento Administrativo do Serviço Público. Tudo.

Então, Getúlio Vargas pensou que realmente vinha a democracia. Ele foi uma vítima das circunstâncias. Entrou em uma guerra, os paulistas quiseram tirar outra guerra, e veio a terceira guerra, que foi a Segunda Guerra Mundial. Mas foi ele que fez o STE. Foi Getúlio Vargas quem criou o voto secreto. E foi um avanço extraordinário – quem sabe a História reconhece -, porque o coronel era dono, e não havia esta liberdade. Nós fomos o país, na história do mundo, que mais retardou a libertação dos escravos. A República nasceu com aquela cultura de escravatura; então, os eleitores tinham aquela subserviência. E ninguém pode culpar Getúlio Vargas. A ignorância é audaciosa.

O que eu quero dizer é que este é um dos melhores Senados da história da República – de 180 anos – e do mundo. Estamos aqui para enfrentar essa realidade, estamos expostos. É longo e sinuoso o caminho. Aqui está Rui Barbosa, e estamos aqui.

Uma das funções do Senado é denunciar. Isso o Norberto Bobbio diz. E Paulo Paim denunciou o salário mínimo aviltado. Todos eram São Tomé. O salário mínimo era de US\$70, Senador João Pedro. Ninguém acreditava. Fui Cirineu dele. Sei que aí o Presidente Luiz Inácio tem mérito. Mas foi aqui; fomos nós, na sexta-feira, liderados pelo Paim. Os idosos. Que página bela!

E os preconceitos raciais estão sendo diminuídos no Brasil. Muitas conquistas! Então, V. Ex^a é o Pelé daqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, muito obrigado pelas suas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E, na história mundial, digo que V. Ex^a é o nosso Martin Luther King.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E V. Ex^a enobrece esta Casa.

Eu, adepto do voto secreto, liderado por Getúlio, por aquele estadista. Agora, eu mudo. Por quê? Porque o Piauí deu ao Brasil um dos maiores estadistas, Petrônio Portella, que ensinou que só não muda quem demite o seu direito de pensar. Eu endeusava Getúlio e Juscelino. Agora há as circunstâncias. “O homem é o homem e suas circunstâncias”. Há a tirania das circunstâncias. As circunstâncias são outras. Há momento de mudar. Só não muda quem demite o seu direito de pensar.

Eu quero dizer que, mais uma vez, vou aderir à sua liderança.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, somente para dizer que falei muito aqui do delegado que concluiu o caso. Mas quero também, na figura do Reitor Timothy Mulholland, cumprimentar toda a Reitoria da UnB, pela firmeza e convicção e pela forma como estão aplicando, naquela importante universidade, o direito de igualdade para todos: brancos, negros e índios.

E aí, Senador Mão Santa, para concluir mesmo, aproveitando o gancho de V. Ex^a, se foi um gaúcho, em tempo de exceção, que entendeu que, para proteger o Parlamento contra a repressão da época, deveria caminhar pelo voto secreto, ah, como seria bom se eu, também um gaúcho, pudesse um dia dizer que, durante os anos em que estive no Congresso Nacional, o projeto mais importante que eu aprovei foi a Emenda nº 50, do fim do voto secreto! Seria para mim, para minha vida, para a história e para a história do País, no meu entendimento, a coisa mais importante que eu teria feito: mudar o voto secreto para o voto aberto, respaldado no que manda a Emenda nº 50.

Era isso.

Obrigado a V. Ex^a.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ontem recebi uma cópia do Inquérito Policial 04.307/2007, que trata sobre o incêndio criminoso contra estudantes africanos, ocorrido em 28 de março deste ano, na Casa de Estudantes da Universidade de Brasília (UnB), um episódio que causou indignação em todo país. Um caso que sempre dissemos ter como pano de fundo o racismo e o preconceito, mas que alguns trataram como simples briga entre estudantes. Agora o inquérito nos mostra que estávamos certos.

A Polícia Federal apontou à Justiça pessoas envolvidas no crime. O delegado responsável pelo caso, Francisco Serrazul Neto, concluiu a investigação in-

diciando os três estudantes da instituição, todos com histórico de problemas que feriam a ordem.

Os alunos responderão por diversos crimes, inclusive por discriminação racial. Sim, eles foram enquadrados no art. 20 da Lei nº 7.716/89, alterada pela Lei nº 9.459/97.

Sim, discriminação racial. O que me surpreende é que consta no documento que recebi o pedido de prisão preventiva dos três estudantes. Pedido que foi indeferido.

Mas, vejamos, são basicamente três as razões para se pedir prisão preventiva de alguém: ameaça à ordem pública, ameaça às vítimas e perigo de fuga.

Analisando: esses estudantes indiciados eram uma ameaça à ordem pública, uma vez que, ao atearem fogo nos apartamentos dos africanos, colocaram todos moradores em perigo.

Eram uma ameaça às vítimas. Aqui cito o depoimento de uma testemunha. Segundo ela, um dos acusados lhe confidenciou o seguinte: ele “iria fazer algo inesquecível contra as vítimas deste fato investigado”.

E, por fim, pessoas que montam uma história a fim de saírem ilesos de um crime podem, sim, fugir para não ter de pagar por ele.

Mas por alguma razão o pedido não foi aceito. Talvez isso tenha se dado em razão da resistência de se assumir que o Brasil é racista.

Sras e Srs. Senadores, agora o juiz da 10ª Vara decidirá se aceita a denúncia. Aceitando, o processo será instaurado e esses estudantes passarão à condição de réus.

Esperamos que o caso não continue a ser tratado como uma mera briga entre estudantes.

O que queremos é Justiça. Queremos que esses estudantes respondam por crimes de preconceito racial, por xenofobia, que respondam pelo incêndio, enfim, que sejam cobrados por cada um de seus crimes.

Cobro isso porque a sociedade não quer mais ver esse tipo de ação passar impunemente.

Sr. Presidente, fico triste em ver que jovens perpetuam o ódio racial e os preconceitos, que usem da violência para alcançar seus objetivos.

O inquérito nos mostra um pouco mais sobre esses três estudantes.

Por exemplo, um deles é conhecido pelos porteiros da Casa dos Estudantes como “nazista”, em razão de raspar a cabeça como os **skinheads**. É tido como muito agressivo e já teve problemas de discriminação sexual.

Outro foi reconhecido por um dos estudantes africanos como um vândalo. Ele utilizava máscara enquanto esvaziava os extintores.

O terceiro é um líder. Mas não utiliza isso para fazer o bem. Ele se aproveita de seus atos para se promover e, além disso, é, segundo o inquérito, traficante de drogas.

O inquérito nos diz que ele intimida os outros dois. Diz que “nazista” distraiu os porteiros para a preparação do incêndio.

Srs. e Sras. Senadores, esses três criminosos ainda quiseram transformar um crime com base em preconceito e racismo em ato político contra o programa que a UnB tem para alunos estrangeiros.

Um absurdo!! Inventaram uma história.

Novas pessoas podem ser indiciadas. Pergunto: esse é o País que queremos para nossos filhos e netos?

Precisamos cobrar rigidez nesses casos e olhar para nossas crianças e jovens. É assustador termos pessoas que pensam e agem como esses três. Mas, infelizmente eles existem e não são poucos.

Parabenizo o delegado Serrazul por ter ido até o fim em suas investigações. Tomara que essa postura prevaleça.

Desejamos que as investigações sejam levadas adiante.

O fato de o crime ter sido reconhecido como racial é algo a ser destacado. Mostra-nos que, sim, podemos caminhar para um mundo mais igualitário e justo.

Que outras pessoas busquem isso, é o que desejamos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, recebi uma agradável notícia do Presidente da Kepler Weber, Anastácio Fernandes Filho: A empresa recuperará a liderança de mercado por meio de uma reestruturação de R\$500 milhões.

A assinatura de acordo foi resultado de uma grande composição envolvendo a Previ, BB Investimento, o Serpros, o BNDES e demais bancos credores.

O acordo possibilitará a Companhia retomar suas atividades em ritmo compatível com o crescimento do agronegócio brasileiro e mundial.

A Kepler Weber assinou contrato de reestruturação das dívidas e se fortalece para retornar à posição de liderança no mercado de armazenagem do Brasil e América Latina.

A reestruturação anunciada contempla alongamento de dívida de R\$170 milhões, conversão de créditos em capital de R\$170 milhões, redução de dívida de R\$40 milhões e aporte de capital de R\$110 milhões em dinheiro novo – totalizando aproximadamente R\$500 milhões.

O objetivo do acordo foi adequar o nível do endividamento da Companhia à sua capacidade de geração de caixa. Assim, a Empresa está convicta de que a retomada da liderança acontecerá no curto prazo, em função de sua marca e de sua capacidade tecnológica e fabril.

Diante desse novo cenário, o presidente da empresa acredita que Kepler Weber está preparada para retomar suas atividades de forma compatível com o aquecimento do setor frente ao novo período de prosperidade.

A posição de liderança da Kepler Weber está amparada na sua capacidade produtiva de processar 100 mil toneladas de aço por ano em suas plantas de Panambi (RS) e Campo Grande (MS) – o que é incomparavelmente superior a de qualquer empresa do mesmo segmento no Brasil ou América Latina.

Diante da nova situação, a Companhia já possui uma programação de admissões necessárias para acompanhar o nível de produção para os próximos meses.

Isso é bom para Panambi, é bom para o Rio Grande do Sul e é bom para o Brasil.

O presidente da Kepler está entusiasmado e confiante de que a retomada passe necessariamente pela continuidade da excelente relação comercial que sempre manteve com os fornecedores. Ele pretende reforçar essas parcerias para juntos desfrutarem a realidade de crescimento.

A demonstração de liderança da Kepler Weber pode ser comprovada pela atual carteira de pedidos, acima do esperado no plano de reestruturação.

Com a conclusão do acordo, seis bancos, Banco Itaú BBA, Banco ABN AMRO Real, Banco Alfa de Investimento, Banco Santander Banespa, Banco BBM e Unibanco, deterão 40% do capital total da Companhia.

Os atuais acionistas Previ, BB Investimento e Serpros, proprietários de 70,14% do capital da Kepler Weber, capitalizaram a totalidade de seus créditos, representada por notas promissórias no valor de R\$47 milhões, e realizaram um aporte de novos recursos no valor de R\$110 milhões.

Os bancos credores Banco Itaú BBA, Banco ABN AMRO Real, Banco Alfa de Investimento, Banco Santander Banespa, Banco BBM e Unibanco converterão em ações os créditos no valor de R\$125 milhões. Adicionalmente, haverá uma redução da dívida com esses bancos no valor de R\$36 milhões.

Um segundo grupo de credores, composto pelo Banco do Brasil, Bradesco, Votorantim, HSBC, Finep e Safra, titulares de créditos no valor total de R\$136 milhões, serão pagos com os recursos de uma debênture simples, conjugada com um bônus de subscrição e darão fiança garantindo o adimplemento pela Companhia.

Além disso, a dívida já existente com BNDES de R\$38 milhões será alongada em 9 anos, com carência de 2 anos.

Recebi em meu Gabinete o Prefeito de Panambi, Delmar Hinnah, para agradecer o empenho na busca do entendimento entre empresa, acionistas e credores.

Pela importância da Kepler Weber para aquela região; por todos os cidadãos panambienses que dependem dos empregos que a empresa gera e pela grave crise econômica e social que o fechamento da companhia poderia acarretar é que me dediquei à missão de salvá-la.

Desejo, mais uma vez, agradecer o empenho do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, do Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, do Diretor Presidente da Kepler Weber, Anastácio Fernandes Filho e também do Diretor Presidente do Serpros Fundo Multi Patrocinado, Thadeu Duarte Macedo Neto, frente a essa batalha.

Em especial, quero agradecer ao Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, pelo empenho e apoio.

Por fim, sei que nada disso seria possível não fosse o empenho e a coragem de todos os funcionários da empresa, que não se deixaram abater e souberam superar as adversidades.

Vida longa à Kepler Weber e a todos os funcionários, que fazem da companhia uma grande empresa! Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2,º do Regimento Interno.)

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA EG. 10ª VARA FEDERAL
DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA ESPECIAL DO DISTRITO FEDERAL**

INQUÉRITO POLICIAL: 04.307/2007 JF: 10ª Vara Federal

PROCESSO: 2007.34.00.013501-8 e medida de Busca e Apreensão: 2007.34.00.011542-0 INÍCIO:

28 de março de 2007- TERMINO: 29/08/2007.

INCIDÊNCIA PENAL: 250, II a e b do Código Penal, artigo 20 da lei 7.716/1989 alterada pela lei 9459/97 e ainda artigo 33 e 34 da lei 11.343/2006.

*MM: Juiz Federal,

O presente Inquérito Policial foi instaurado pela Portaria de fl. 02 para apurar possível prática do crime previsto no artigo 250, II, a e b do Código Penal, qual seja, apurar a autoria de crime de incêndio em alojamento para moradia de estudantes na UNB, *expondo a* vida de estudantes e do patrimônio da UNB.

Foram ouvidas em termos de declaração dezenas de alunos e servidores da UNB, bem como ex-alunos.

Foram juntadas diversas ocorrências administrativas na Casa do Estudante Universitário na UNB com fotos, bem como ocorrências policiais.

Foi solicitada a Justiça Federal e realizada Busca e Apreensão na Casa do Estudante Universitário que foi acompanhada pelo Ministério Público Federal e por servidores da UNB e outros alunos.

Foi realizada Perícia Técnica no local encontrando-se, além de digital numa garrafa pet utilizada para transportar o líquido combustível, material biológico.

Após as oitivas iniciais de moradores e pessoas foram ouvidas após espontaneamente procurarem a Polícia Federal.

Foram utilizados na investigação elementos coletados na Internet para possibilitar ampliar possíveis suspeitos, pois normalmente as pessoas relatam ali mais fatos dos que espontaneamente informam a Polícia.

Também se procurou investigar de forma encoberta através de agentes federais.

As declarações realizadas imediatamente após o fato investigado trouxeram importantes elementos de motivação e contradição dos possíveis suspeitos.

Também foram juntadas informações sobre outros fatos anteriores não relatados e não investigados anteriormente, demonstrando assim não se tratar de fato isolado mas de uma crescente forma de demonstração de raiva e intolerância que se manifestou em protestos e por ultimo através de fogo.

Os indícios apontam para uma constante segregação que se apoiavam na impunidade dos autores e na intimidação da vítimas, para alcançarem seus objetivos.

A fundamentação de inconformismo político se trata na verdade de mera desculpa para poder assim justificar seu ódio através da preservação do nacionalismo, aliás, como feito em outras épocas e outros povos contra as minorias.

Foi solicitada a Prisão Preventiva das mesmas pessoas que restam indiciadas nos seguintes termos:

"A autoridade policial presidente do presente inquérito policial, vem, mui respeitosamente, representar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, pela

PRISÃO PREVENTIVA

Das seguintes pessoas residentes na Casa do Estudante Universitário:

ROSEVELT REIS, RG 35430848711364 SSP/GO e CPF 775.571.311-34, morador do alojamento 114 Bloco B, conhecido como RUSSO;

JOSÉ FRANCISCO RODRIGUES DE ARAUJO, RG 10386225 SSP/MG e CPF 054.042.056-52, morador do alojamento 119 bloco B, conhecido como NAZISTA, e por último

WAGNER GUIMARAES GUEDES RG M-7 891713 SSP/MG e CPF 004.813.056-70, morador do alojamento 220 bloco B, líder estudantil e mentor intelectual de ambos.

Pelos fatos e fundamentos de direito a seguir expendidos:

Em 28 de março de 2007, durante a madrugada, aproximadamente entre as 4:00 e 5:30 da madrugada, foi ateado fogo em alojamento habitado que servia de moradia para estudantes da Universidade de Brasília, o que, além de expor a vida e a integridade física desses estudantes a risco, causou dano a bem de Fundação Pública Federal, incidindo no tipo penal previsto no artigo 250, § 1º, inciso II, alíneas "a" e "b" do Código Penal.

Extrai-se dos autos, porém, que não se tratou de fato isolado na casa do estudante da Unb (CEU), mas sim de um piço de violência e de intolerância político-social e de procedência nacional (lei 7.716/89) contra os estudantes africanos (estrangeiros) que habitavam as unidades incendiadas.

Tal pico, por enquanto, foi o maior e mais grave, porém, pelo que se extrai dos autos a violência tem sido crescente na Casa do Estudante (CEU) ante, não só a ignorância e brutalidade dos possíveis autores do fato delitivo, como também, em virtude da impunidade que grassa na CEU, vez que tudo é tratado como mera briga de vizinhos, de somenos importância, porém há séria e concreta possibilidade de um próximo atrito ou atentado ter vítimas fatais. Atente-se que o laudo de fls. 95 a 113 ressalta que "caso o incêndio não tivesse sido controlado a tempo, existia a possibilidade de propagação do fogo para outro alojamento" (fls. 105).

Observe-se que além dos africanos, negros existiu outra vítima anterior sequer relatada a Reitoria, Alexandre de Souza Borges Bernardes, que apesar de branco e nacional teve sua porta queimada por discriminação sexual segundo relata nas fls. 350, tendo como suspeitos os mesmos representados, vez que Alexandre teria se desentendido com o representado José Francisco.

Pode-se verificar dos autos que as agressões ocorrem normalmente de Brasileiros para os estrangeiros, que no máximo defendem-se das injustas agressões decorrentes pura e simplesmente de sua condição de não nacional e de sua condição econômica superior à da maioria dos moradores da CEU (fls. 87). Explica-se: para lograr obter direito a moradia na CEU deve-se passar por rigorosa triagem, conforme esclarecido às fls. 119 e 120 dos autos principais, sendo que para os moradores estrangeiros existe um convênio com o Ministério da Relações exteriores e a Unb que gerou a resolução da reitoria nº 59/2006 que estabelece que 5% das vagas da CEU serão para atender a estrangeiros a fim de viabilizar o convênio.

Coincidentemente, foi a partir dessa resolução é que o nível de violência na CEU começou a crescer, apesar de haver conflitos relatados desde 22.11.2003 intensificando-se em 14.04.2006 (fls. 134 e 159) visto que alguns estudantes, movidos pela inveja e pela vontade de permanecer dominando a CEU, utilizando-se da Associação dos Moradores da CEU –AMCEU, criaram uma cortina de fumaça a fim de poderem discriminar essa minoria de 5% e praticar outros atos ilícitos (fls. 167 e 177), tornando-se indefinidos e isolando os estrangeiros da comunidade, inclusive por ressaltar sua condição econômica aparentemente mais favorável para poder excluí-los do convívio dos demais colegas universitários e fragilizá-los, visto que os estudantes estrangeiros não se conformam com a arbitrariedades de seus colegas, queixando-se (fls. 89).

Conforme se extrai, os três representados têm sérios problemas de relacionamentos, pretendendo utilizar-se de sua célula de moradia de forma privativa ou para casais (fls. 33 a 35, 44, 145, 209), quando as mesmas têm de ser divididas com mais três pessoas (fls. 44), havendo casos de apartamentos com mais de seis pessoas, inclusive estudantes já formados ou não estudantes (fls. 47), tudo isso quando as normas da CEU são claras (fls. 130). Assim a presença dos estrangeiros incomoda duplamente.

A Materialidade está mais do que provada pelos laudos de fls. 95 a 113 e 225 a 235. Já os indícios suficientes de autorias estão consubstanciados não só nos depoimentos já colhidos, inclusive o de fls. 83 onde se demonstra a participação de Roosevelt Reis na preparação de algo que "seria inesquecível" e que sabia fazer bombas e materiais explosivos, tal como ocorreu no quarto de Mbaila, como também nos laudos de fls. 229 a 248 onde se atesta que foi recolhida ao laboratório de impressões latentes do Setor Técnico Científico – SETEC uma garrafa de material plástico tipo PET – polietileno Transparente localizada próximo ao local do incêndio a qual continha um líquido de cor amarelada com odor similar ao de combustível tipo gasolina e que cujo padrão resultou positivo para Roosevelt Reis.

O indício de autoria da participação de José Francisco Rodrigues de Araújo, conhecido entre porteiros como NAZISTA, devido à cabeça raspada que faz lembrar um "eskin-head", é o fato de o mesmo ter sido identificado por Adilson Fernandes Indi (fls.64) como pessoa que usava máscara para praticar atos de vandalismo correlacionado anteriormente (esvaziando extintores), além de ser notório seu desentendimento com estudantes estrangeiros onde foi ateadado incêndio, utilizar de substâncias

inflamáveis segundo informa o representado Roosevelt (fls.34) e a vítima Alexandre (fls. 350) e por derradeiro, observa-se que em seu apartamento, 119/B, na porta de entrada, estava estampada figura onde eram representadas pessoas humanas encaminhadas para serem queimadas vivas em labaredas de onde saíam várias caveiras, conforme se vê na informação policial ilustrada com foto de fls.155/156/157/158:

O mentor intelectual dos atritos com estrangeiros Wagner Guimarães Guedes que resultou no incêndio ateadado pelas mãos de Roosevelt é demonstrado cristalinamente além dos fatos depoimentos colhidos e de suas próprias declarações quando diz textualmente que já teve anteriores problemas com alunos estrangeiros e que "a irritação que estrangeiros tem com o declarante é puramente política, pois o mesmo já fez parte da Associação dos moradores e, por isso, tinha o dever de agir no sentido de resolver os problemas" (fls.49/50) não aceitando que estrangeiros venham a residir na Casa do Estudante alegando que os mesmo não são submetidos à seleção sócio-econômica.

Atenta-se que Wagner Guimarães Guedes é um líder estudantil que aproveita do crime para divulgação própria além de ser traficante de drogas no local conforme provam o laudo pericial das drogas a balança de precisão encontrados no alojamento em que habita, bem como as declarações de outra vítima moradora no alojamento, Alexandre de Sousa Borges Bernardes, que apesar de nacional e branco foi escolhido devido a sua orientação sexual, segundo relata.

O *periculum libertatis* encontra-se plenamente demonstrado, visto que dos depoimentos dos autos resta claro que os representados estão unidos sob a liderança de Wagner Guimarães Guedes e que esta pessoa estimula a segregação por origem e classe social, bem como a prática de diversos atos de vandalismo, agressão e achaques tudo a fim de lograr expulsar do convívio universitário os estudantes estrangeiros que a seu ver, apesar do convênio firmado com o Itamaraty, não deveriam sequer cursar a faculdade e muito menos morar na CEU.

Atente-se que no presente caso somente não houve vítima fatal, dado a circunstâncias estranhas à vontade dos investigados, porquanto as Vítimas Samory, Nivaldo, Quebã e Adilson, que estavam no primeiro andar, pularam pela janela, já que a única porta de saída estava em chamas (fls. 25), a Srta Mbaila Mjori Queta disse que acordou por volta das 4 horas da manhã e viu que o apartamento estava tomado por fumaça e foi auxiliada pelos moradores do andar de baixo para sair do local, o que se deu somente depois da extinção (fls. 78 e 231), acrescente-se que Nivaldo afirmou ainda que não conseguiram sair pela porta e por isso pularam a janela (fls. 213).

Ademais, Wagner Guimarães Guedes trabalha com a dissimulação, alto poder de liderança e intimidação dos colegas, através de Roosevelt Reis (Russo), com alto grau de agressividade (fls. 33), que inclusive distraiu os porteiros para a preparação do incêndio (fls. 127) e juntamente com José Francisco (Nazista) discriminam os estrangeiros por entender que os mesmos não podem participar da AMCEU e que não podem fazer festas, pois suas festas são barulhentas (fls. 44, 151).

Note-se que o grupo liderado por Wagner, nenhum dos representados sequer prestou socorro ou tentou ajudar a apagar o incêndio, pelo contrário, passou a justificar o incêndio como reação normal, denotando ausência de freios inibitórios e arrependimento, além do que tentaram montar uma estória para encobrir a verdade real (fls. 33, 36, 39,41).

A aparente normalidade e descaso com que são tratados os incidentes, estimulam a sua perpetração de forma reiterada, contínua e crescente, havendo necessidade da segregação cautelar dos principais autores para a garantia da ordem pública (fls, 155 a 198).

Atenta-se que o já afastado e anterior Decano da Universidade Reynaldo ~~Fé~~lpe Tarelho e responsável pelo alojamento foi criminosamente omissos e conivente no relato de fatos graves à Reitoria conforme se vê nas declarações da Vítima Alexandre Bernardes que sequer foi registrada (fls 350) e até segundo relatado no livro de ocorrências da UNB fls. 161 daria a impressão de tratamento especial ao representado Wagner.

A garantia da ordem pública, segundo leciona o professor Julio Fabbrini Mirabete, relaciona-se às providências de segurança necessárias para evitar que o delinqüente pratique novos crimes contra a vítima e seus familiares ou qualquer outra pessoa, quer porque é acentuadamente propenso às práticas delituosas, quer porque, em liberdade, encontrará os mesmos estímulos relacionados com a infração cometida. Acrescenta o doutrinador que, embora não se tenha firmado na jurisprudência um conceito estratificado para a expressão garantia da ordem pública, a periculosidade do réu tem sido apontada como o fator preponderante para a custódia cautelar, sendo este o caso dos autos, encontrando pois respaldo no caso concreto. Atente-se que inclusive os extintores estavam esvaziados e tentou-se imputar o fato à vítima Mbaila, quando se extrai dos autos que os extintores já haviam sido reenchidos depois que Mbaila, alcoolizada, os esvaziou, tendo sido feita vistoria em todos eles (fls. 145).

Assim, nos termos do artigo 312 e seguintes do Código de Processo Penal a autoridade policial representa pela prisão preventiva de Wagner Guimarães Guedes, Roosevelt Reis, e José Francisco Rodrigues de Araújo."

Contudo, a Prisão preventiva recebeu parecer pelo indeferimento do Ilustre Órgão Ministerial e foi negada pelo E. Poder Judiciário sob o seguinte fundamento: "não vislumbro elementos suficientes para atribuir, ainda que provisoriamente, a autoria do incêndio aos três investigados", apesar de se considerar que "os estudantes citados teriam problemas de relacionamento com estudantes estrangeiros, ou exerciam lideranças em movimentos estudantil, ou ainda que poderiam eventualmente fazer uso de drogas(maconha)".

Afastou o indicio de autoria do laudo de perícia papiloscópica de fls. 241/248 "que resultou positivo para ROOSEVELT REIS, tendo, contudo, constado do próprio documento que o local do delito foi considerado inidôneo em razão de não estar completamente isolado".

Vale considerar que a demora da elaboração do laudo se deve ao fato de a maioria dos possíveis suspeitos possuírem identidades de outros Estados sendo necessário para confrontação com as digitais encontradas as do padrão destes suspeitos, o que só ocorreu apos o mandado de Busca e Apreensão, quando grande quantidade de suspeitos espontaneamente as forneceu.

A justiça Federal também entendeu não haver "risco concreto de repetição da ação delituosa" e em uníssono com o IMPF "não há qualquer informação nos autos de que outros eventos supostamente criminosos tenham ocorrido na Casa do Estudante Universitário, apesar de decorridos quatro meses do fato sob investigação".

Não observando que desde o fato, houve mudanças na estrutura da Unb, com a troca de Decano responsável pela Casa, colocação de vigilância em cada corredor, afastamento temporário dos africanos do convívio com nacionais, e por ultimo a presença física da Policia Federal no cumprimento de Mandado de Busca e Apreensão em resposta a possíveis intenções criminosas dos suspeitos, o que afastou a idéia de apatia causando a sensação de segurança.

Atente-se, como já dito anteriormente que “caso o incêndio não tivesse sido controlado a tempo, existia a possibilidade de propagação do fogo para outro alojamento”

Ainda que a Prisão Preventiva não tenha sido deferida anteriormente observa-se que não havia ainda o novo e forte indício das investigações qual seja: **o laudo pericial de DNA que aponta para o mesmo ROOSEVELT** que possui motivação e digital na pet utilizada para transporte do combustível.

Atenta-se que referido laudo só foi possibilitado com a realização da busca judicial para assim poder-se se confrontar com o laudo de material biológico encontrado na cena do crime.

Observa-se que o material genético do indiciado ROOSEVELT foi encontrado em diversos objetos que se ateou fogo como a toalha com combustível utilizada para acelerar a combustão e até no palito de fósforo utilizado.

Uma Testemunha que morou com o indiciado, FABRICIA, disse que o ROOSEVELT terã lhe confidenciado que iria fazer algo inesquecível contra as vítimas deste fato investigado.

A participação de JOSE FRANCISCO E WAGNER também é narrada pelas outras testemunhas ouvidas que confirma a união de desígnios e a sua motivação.

WAGNER foi flagrado e fotografado ao lado de ROOSEVELT em vandalismo

WAGNER sempre quer justificar o ato como sendo político e não racial esquecendo-se que isso normalmente é feito contra as minorias...

JOSE FRANCISCO foi reconhecido por testemunhas mascarado envolvido em vandalismo com extintores.

Como já explanado, os atritos entre os estrangeiros e os indiciados se agravou quando da resolução 59/2006 que estabeleceu percentual para estrangeiros.

Os três indiciados tem sérios problemas de relacionamento, pretendendo ocuparem os alojamentos exclusivamente para si ou casais.

Observa-se que os três indiciados tentaram “montar” uma estória para escaparem á justiça conforme relatam as testemunhas nas fls 33,36, 39 e 41.

Salienta-se que após o laudo conclusivo de DNA e o indiciamento os suspeitos tomaram conhecimento do andamento das investigações o que imediatamente muda a situação, afastando-se a possível idéia de impunidade podendo causar alteração nos ânimos dos suspeitos e gerar novos conflitos, como tentativa de intimidar para alterar depoimentos.

Atenta-se para que não houve mudança ou alteração do quadro até agora investigado com qualquer fato novo ou confissão nos interrogatórios dos indiciados.

Não se diga que quer pintar um quadro pessimista da situação, mas anteriormente ao indiciamento, os suspeitos não tinham conhecimento de sua real situação, das declarações feitas contra si e das provas sejam escritas, fotográficas, digitais ou biológicas, o que, em tese, pode alterar, drasticamente o estado psicológico aparente dos ora indiciados, fazendo-os mudar sua atitude seja para uma desesperada reação.

Também não há dúvida a inércia da UNB que inclusive foi lembrada na R. decisão que indeferiu a Prisão Preventiva: “importante salientar que a prisão preventiva não pode ser usada como recurso para controlar a situação na Casa do Estudante da Unb, o que deve ser feito com utilização das medidas administrativas pertinentes”.

Por ultimo, se informa que outros suspeitos podem a qualquer momento serem identificados tão logo novos laudos de DNA sejam apresentados sendo os mesmos encaminhados a MM. Justiça Federal imediatamente.

E que a demora nos laudos de DNA se justificam devido a sua natureza técnica, a Cena do Crime ter sido carbonizada, e a certos suspeitos como JOSE FRANCISCO terem se negado a fornecer espontaneamente material biológico, o que forçou a utilização da busca em objetos pessoais.

Assim, entendendo estarem esclarecidas autoria e materialidade, submetemos os presentes Autos Relatados a elevada apreciação do Poder Judiciário, nos colocando a disposição para quaisquer novas diligências que forem julgadas necessárias.



FRANCISCO LEITE SERRA ZUL NETO

Delegado de Polícia Federal
Matrícula 11.213

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Consultando a lista de oradores inscritos, convidamos para usar da palavra o Senador João Pedro e, depois, como Líder do PMDB, o Senador José Maranhão. Em seguida, Gilvam Borges.

Senador João Pedro, V. Ex^a usará o tempo que achar conveniente.

V. Ex^a entrou nesta Casa como suplente, mas quero lembrar ao País que Fernando Henrique Cardoso foi suplente. Ele entrou aqui como suplente. Alberto Silva foi suplente uma vez. Quem não tem saudade de Rodolpho Tourinho, que foi Ministro? O Adelmir Santana. Então, V. Ex^a enriquece esta Casa. V. Ex^a tem sua trajetória. Tanto é verdade que este Senado confia em V. Ex^a que V. Ex^a já vai fazer o relatório de um dos julgamentos que envolvem o Presidente. Isso demonstra a grandeza de V. Ex^a e a confiança que nós temos em V. Ex^a.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil vive uma conjuntura muito particular em que a sociedade brasileira acompanha um debate. Mas mais que um debate, engana-se quem pensa ou quem acha que o Brasil está atento apenas e unicamente ao debate que envolve o Presidente do Senado da República.

O Brasil acompanha o crescimento do seu PIB; o Brasil acompanha os empregos que aumentam.

Infelizmente, o Senado, o Congresso Nacional, nestes últimos 110, 120 dias, deixa de discutir ques-

tões relevantes verdadeiramente do nosso povo, e nós não estamos conseguindo sair de forma célere de uma questão que envolve o Congresso Nacional.

Lamento que o Senado da República não consiga discutir nos dias de hoje questões relevantes, como as questões fundiárias, o emprego, a questão da América Latina, a energia, a infra-estrutura. Nós poderíamos estar elaborando seminários, discussões, dialogando com a sociedade brasileira, mas estamos aqui, há 120 dias, emperrados neste assunto – como se manifestaram já vários Senadores. Poderia ser uma questão fiscal, tributária. Mas o Senado não consegue sair deste assunto. E, pela postura de alguns Partidos, nós não vamos fazer outra coisa até o final do ano, como se a mais urgente, como se a principal das necessidades, fosse esta: julgar o Presidente do Senado da República. Não é. Não é!

Quis a Bancada do meu Partido, principalmente a nossa Líder, Senadora Ideli Salvatti, que eu fosse o Relator dessa segunda representação, do PSOL. Concluída a primeira representação, nós vamos debater essa segunda representação. Pessoalmente, já manifestei a minha opinião para o Presidente da Comissão de Ética, Senador Leomar Quintanilha, de que o meu parecer, o meu relatório, estará pronto no início da semana. Se a Comissão de Ética for convocada na terça-feira, na quarta-feira ou na quinta-feira, o meu relatório estará pronto, e escrito absolutamente por mim e pela nossa assessoria de profissionais competentes.

Então, Presidente Mão Santa, Srs. Senadores, Senador Gilvam, afirmo aqui que o meu relatório será apresentado sem interferência de ninguém.

Hoje, quero dialogar com maior tranqüilidade. Ontem, ouvi neste plenário um discurso indignado do Senador Pedro Simon sobre uma renomada jornalista do seu Estado, que escreveu: “E quem garante os votos dos Senadores do Rio Grande do Sul contra o Presidente Renan Calheiros?” Ele estava indignado porque manifestou o voto dele ao longo desse debate. Isso nos remete à natureza da sessão secreta, que leva a esta dúvida. Você pode votar aqui e, ali fora, dizer que é outra coisa.

Destaco, na história do meu Partido nesta Casa, o brilhante Senador Tião Viana, do Estado do Acre, que, em 2002, apresentou emenda constitucional para o voto aberto. E a história dessa emenda, dessa propositura, terminou em 2003, com uma votação de 37 contra 29. Então, o voto aberto foi derrotado aqui.

E o processo histórico é interessante porque os que votaram contra o voto aberto hoje são os arautos do voto aberto. Considero um avanço, quando o PSDB, por meio do seu Líder, diz: “O voto, a partir de agora, é aberto”; os Democratas, quando dizem: “O voto é aberto”. Considero isso um avanço importante desses Partidos, porque a história do meu Partido é a história do voto aberto.

Está tramitando desde 2006 a PEC do Senador Paulo Paim, com voto aberto para tudo. Agora mesmo, há uma outra propositura do Senador Delcídio e do Senador Suplicy acerca do voto aberto. A Casa precisa dar esse passo. Quero registrar que, do ponto de vista histórico, o PT deu esse passo, em 2002, por meio do Senador Tião Viana. E todos os membros do PT, em 2003, votaram a favor da sua propositura, mas perderam, só obtiveram 27 votos. Eu não estava aqui. Sou um dos mais novos.

E agradeço as palavras de V. Ex^a nesta manhã, falando do Senador suplente. Estou tranqüilo. Quem chega aqui, com certeza, tem uma caminhada. Eu tenho uma caminhada no meu Estado. Quero dizer agora para o Amazonas, para os 62 Municípios do meu Estado, que me conhecem: venho da universidade, Presidente Mão Santa, das lutas duras em defesa das liberdades, principalmente a de imprensa. Como discutíamos no final dos anos 70 e nos anos 80 a anistia, a bandeira das Diretas, da ética, da transparência, da eleição direta para reitores e diretores de escolas, da defesa da Amazônia! Quantos embates travamos em nosso Estado, contribuindo com os debates nacionais, com as manifestações travadas nas praças de Manaus e nas ruas das principais cidades do meu Estado!

Cheguei aqui, sou um Senador novo com uma baita responsabilidade: a de ser Relator de uma questão que envolve um Senador diferenciado, porque é o Presidente do Senado Federal. Vou fazer – já disse – o

meu parecer absolutamente com a maior tranqüilidade, mergulhando nestes dois pilares que envolvem esse debate: o técnico e o político.

O Senado registra essas visões, que esse debate é político porque a Casa é uma casa eminentemente política. O nosso Relator Renato Casagrande diz “isso é técnico”. Então, vou apresentar, no início da semana, o meu relatório com a maior tranqüilidade.

O jornalista Alexandre Garcia fez um registro na manhã de hoje dizendo: “não esperem muita coisa porque o Senador já votou em defesa de Renan Calheiros”. O Sr. Alexandre Garcia não é Deus, não é melhor do que ninguém. Ele tem o direito de comentar; ele não tem o direito de dizer como devo escrever o meu relatório. E o meu relatório é muito rápido porque passa a ser uma peça do Conselho de Ética. Pela emenda, o Conselho de Ética tem o direito de rejeitá-lo, de emendá-lo, de aprová-lo, mas vou apresentar o relatório com o meu juízo. E ele vai ser público.

Quero dizer, mais uma vez: o senhor Alexandre Garcia não vai dizer como eu devo escrever o meu relatório. Não vai dizer! E ninguém vai dizer como devo escrever. Estou construindo essa manifestação, esse parecer junto com assessores competentes, advogados. E ele será uma peça pública com certeza, uma manifestação pública. Mas, até lá, ninguém vai interferir no meu juízo e nos meus valores.

E agora quero dialogar com o meu Estado, que conhece a minha vida pública, a minha militância pública, popular, de esquerda. E o remédio para a dúvida do meu voto será o Senado dar um passo no sentido de avançar, porque fiquei constrangido com a forma como votamos aqui. Foi constrangedora a sessão, porque sei que a sociedade quer transparência, quer ver, quer assistir. Então, o Senado da República tem que dar esse passo. E daí eu concordar com a PEC do Senador Paulo Paim, que pede, para todas as votações, o procedimento do voto aberto. Só dessa maneira, vamos esclarecer os nossos gestos, para evitarmos essa conduta, como a do Sr. Alexandre Garcia, de carimbar, de dizer como se votou, sem verdadeiramente saber do voto que demos nessa matéria.

Então, o remédio é o voto aberto. Defendo esse voto; defendo a PEC do Senador Paulo Paim, meu companheiro de Bancada, que faz história, que faz um mandato que dignifica o Senado da República.

Mais uma vez quero dizer para o meu povo, lá no meu Estado, que estou tranqüilo, votei com minha história. Votei certamente com a ética daqueles que acreditam na postura ética dos representantes do povo. Estou tranqüilo.

Agora, qual é a delicadeza da declaração do voto? É que, na semana que vem, eu vou dar o meu parecer.

E por mais que absolutamente tenhamos o cuidado de não vincular a segunda representação com a primeira, politicamente elas estão coladas uma a outra. Então, quero apresentar o meu relatório com o cuidado de não vinculá-lo com essa primeira matéria, com essa primeira representação, que já foi encerrada. Tenho a responsabilidade de apresentar um relatório, e vou apresentar um relatório que, com certeza, vai dignificar o Senado da República.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Dr. João Pedro, naturalmente, não conheço o seu relatório; V.Ex^a ainda nem o publicou. Mas quero apenas dar um depoimento da sua história, da sua trajetória, da sua caminhada. V. Ex^a aqui disse que, como Relator, não pode antecipar ou abrir o seu voto. E a única coisa que peço a V. Ex^a é que vote com o seu coração, com a sua alma e com a sua consciência. O importante é isso, independente do que digam para um lado e para o outro. Senador João Pedro, V. Ex^a pode ter certeza de que eu, aqui, no fundo, sei que votei com o meu coração, com a minha alma e com a minha consciência. Isso, para mim, é que é importante; por isso defendo o voto aberto. Como vai ser bom – insisto muito nessa linha de pensamento – poderemos ir à tribuna fazer o bom debate com aqueles que pensam diferente! Mas assim é a democracia; eu poderei dizer por que votei dessa forma, outro Senador dirá como votou, V. Ex^a dirá como votou, e vamos justificar os nossos votos para a população. É só isso que queremos. E fico feliz porque sei que V. Ex^a foi um dos Senadores que, na reunião da Bancada, pediram que se colocasse em votação a Emenda 50, do Senador Paim, que abre o voto, e que V. Ex^a já leu. Foi muito bom ouvir o Senador Heráclito Fortes dizer, ontem, que já tivemos vários debates sobre o voto aberto ou não. O Senador, muitas vezes, ponderava: “Paim, mas nesse caso, naquele caso.” E ontem ele disse que estava convencido de que temos que caminhar mesmo pelo voto aberto. Então, esse é um bom debate, um debate qualificado, um debate de alto nível, que não é contra ninguém, mas a favor de um instrumento que vai fortalecer a transparência dos nossos mandatos e, conseqüentemente, da nossa vida, da nossa história, a democracia, o Parlamento. É bom para a Câmara e para o Senado. E, para concluir o quanto é importante essa questão do voto aberto, vamos só lembrar que não foi apenas aqui no Senado que houve contradições, lá na Câmara também. Ou alguém esquece que 16 Parlamentares foram absolvidos no voto aberto e somente três foram condenados no plenário da Câmara? Esse é um debate que atinge as duas Casas. Então não venham com um discurso – e todo mundo sabe a minha posição – de que isso ocorre no Senado. O problema

é seriíssimo lá na Câmara. Ou alguém tem dúvida de que, no **impeachment** do Presidente Collor, se o voto fosse secreto, o resultado seria outro? Ninguém tem dúvida! Se no **impeachment** do Presidente Collor o voto fosse secreto, o resultado seria outro. Então ficam aí querendo, de uma forma ou de outra... Parece que o Senado está inventando a roda. Não, o vício, o defeito e o erro do voto secreto está aí há muito tempo. Só que agora espero que a gente, como diz V. Ex^a, de uma vez por todas, delibere sobre essa questão para que o voto seja efetivamente aberto.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador João Pedro, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu nunca torci tanto para um carro chegar na hora como neste instante. Eu vinha ouvindo o seu pronunciamento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Se eu não tivesse chegado, o Senador Paim já teria respondido por mim, sendo do seu Partido. Esse seu ufanismo do voto secreto, da defesa de 82... Ela não foi posta em prática nos vergonhosos episódios da Câmara dos Deputados. Quero parabenizá-lo pela humildade de reconhecer isso, Senador Paim. O Partido de V. Ex^a, votando secreto ou aberto, participou de uma das páginas mais vergonhosas no capítulo cassação, que foi culminado com a dança da *pizza*. Quantos colegas de V. Ex^a foram absolvidos? Então, o voto secreto não é o grande trunfo que V. Ex^a se ufana de o seu Partido ter defendido em 2002. Aliás, o seu Partido não o defendeu unanimemente. O Senador Paim teve apoios e desagradados com relação a isso. Agora, em 2002, o Partido de V. Ex^a combatia a corrupção, defendia CPI, cadeia para corrupto, e hoje mudou completamente. Estou lhe dizendo isso pelo apreço que lhe tenho, pela estima lhe tenho. Não confunda os seus propósitos pessoais com os de seu Partido. Acredito na sua luta isolada, individual, como acredito na de Paulo Paim. Mas querer colocar isso como trunfo do seu Partido, jamais! Eu, em 2002, defendia o voto fechado como o defendia até anteontem. E ontem tive a humildade de dizer ao Paim que ele tinha razão, porque nunca vi uma sessão tão vergonhosa como a secreta. E vão concordar os que votaram “sim” e os que votaram “não”. Por quê? Primeiro ponto: era uma sessão secreta cujo sigilo era uma peneira. Estávamos aqui dentro, e os fatos que ocorriam eram de conhecimento público. Segundo, quero dizer mais: quem criou essa dúvida com relação à votação foi o Partido de V. Ex^a; quem disse que era a “Bancada da abstenção” foi um integrante do Partido

de V. Ex^a; quem vem hoje defendendo abstenção como se fosse uma grande atitude é o Senador Mercadante, Senador pelo Estado de São Paulo. Então, não vamos querer culpar tucanos, culpar democratas porque estamos protegidos por esse manto do voto secreto, que, a partir de ontem, passei a abominar, exatamente porque nivela a todos. Quando vi um homem com a história do Pedro Simon fazer aquele discurso revoltado, aí, da tribuna, onde V. Ex^a está, Senador João Pedro, foi a pá de cal, convenci-me. A minha intenção ao defender o voto secreto é preservar a convivência futura. O Senador vota, por exemplo, na escolha de um Ministro do Supremo, um Ministro de Tribunal, e depois pode ter a necessidade de se submeter a um julgamento. Embora, Senador José Maranhão, o Ministro se sinta impedido, pode haver o corporativismo, o julgamento de um próprio companheiro, com quem você vai conviver no dia seguinte. É para evitar esses melindres. Mas, a partir de agora, prefiro o desgaste, a dificuldade da convivência, seja lá o que for, a essa dúvida de não se poder sequer olhar para os companheiros sabendo quem falou a verdade. Muito obrigado.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. V. Ex^a tem o direito de falar, e eu respeito, mas quero registrar aqui minha profunda discordância com a visão de V. Ex^a, primeiro, ao separar a minha vida, a minha militância, do Partido. Estou ligado a esse Partido. Em relação a esse voto, tivemos um grande debate e não fechamos questão. Mas posso dizer que fechamos questão sim, porque tivemos uma posição. Tivemos a posição de respeitar a individualidade dos votos, daí o voto do Senador Aloizio Mercadante. Não critico o voto do Senador Mercadante, porque ele é resultado também da convicção de S. Ex^a acerca da matéria. E ninguém pode duvidar da história do Senador Mercadante, da sua combatividade, da sua competência. Respeito o voto de S. Ex^a porque é resultado da nossa discussão de Bancada, de votar conforme o seu juízo.

Em segundo lugar, Senador Heráclito Fortes, o povo brasileiro acompanha, a sociedade brasileira acompanha a trajetória do PT, este Partido tão novo, que ainda não precisou mudar de nome. Não precisou mudar de nome. V. Ex^a é de um Partido que já mudou de nome, porque não tem condições de encarar o debate com a sociedade brasileira pela sua história, a história do Partido de V. Ex^a.

Essa coisa de adjetivar... O PT tem uma história aqui dentro do Congresso Nacional; e não pode ser diferente, não, porque o PT votou com a emenda do Senador Tião Viana e perdeu. Estou dizendo aqui os votos: foi 37 a 29, o voto fechado. São processos his-

tóricos – compreendo isso – importantes, mas que o Senado passou...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu só queria lembrar a V. Ex^a que a *Folha de S. Paulo*...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não concedi aparte a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas não me concede?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Aguarde. Aguarde. Deixe-me terminar.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Faz parte da história do seu Partido. Aguardo com muita humildade.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – E faz parte da história...

Primeiro quero conceder um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro, meu aparte é muito rápido. Tenho percebido críticas, e críticas muito, muito duras – sou um democrata e respeito as críticas. Mas vou dizer aqui o que eu disse num debate numa emissora de televisão: pelo menos, o Senador Aloizio Mercadante abriu seu voto. Ele assumiu sua posição, com todas as críticas que estão fazendo a ele. Porque o voto mais criticado é esse. Podemos discordar, mas ele teve a coragem de assumir a sua responsabilidade. Eu, que sou a favor do voto aberto sempre, e por isso abri meu voto sempre, quero dizer que o Senador Mercadante pelo menos teve essa coragem. Outros não tiveram e deram o mesmo voto. Mas ele teve. Eu só queria dar esse depoimento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado.

Concedo um aparte ao Senador Gilvam Borges, seguindo a ordem.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador João Pedro, salvo os confrontos ideológicos e posições divergentes entre os Partidos e este assunto que está na pauta há mais de quatro meses, quero que V. Ex^a agregue ao pronunciamento que faz nesta manhã meu depoimento e minhas impressões da sua eficiente atuação. V. Ex^a é um homem ético, que tem toda uma trajetória reconhecida em seu Estado, e portanto não colocaremos em dúvida, em momento algum, a sua posição ilibada, honesta e dedicada. E o relatório de V. Ex^a, em qualquer aspecto, será acatado pelo posicionamento que V. Ex^a sempre teve, pela independência de sempre relatar com consciência, com justiça, com equilíbrio e dentro dos fatos. Se V. Ex^a apresentar um relatório nesta Casa que desagrade algum Partido ou alguns interesses, quero dizer a V. Ex^a que eu assumirei a tribuna, concordando ou não, mas certo de que foi um relatório justo, correto e honesto, porque a sua trajetória

ria e o seu posicionamento sempre foram de alto nível político. E o seu Estado tem demonstrado, na prática, a confiança que sempre deposita em V. Ex^a. Faço agora este registro. Daqui a pouco vou assomar à tribuna. E, em relação a essa questão do voto aberto ou fechado, sempre tive, aqui na Casa, um posicionamento muito aberto. Penso que essa votação deve ser aberta em todos os sentidos. E concluo este aparte enaltecendo o caráter de V. Ex^a.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, Senador.

Antes de conceder o aparte ao nosso brilhante representante do Piauí, Heráclito Fortes, eu quero prestar minha solidariedade ao povo do Piauí, por aquela infelicidade.

No Brasil – é preciso dizer isso – como é grande ainda o preconceito com o Nordeste e com o Norte do País! O que estava escrito ontem no *blog* do Paulo Amorim é de uma infelicidade... É de uma infelicidade citar mais uma vez o Piauí. E o povo do Piauí merece a nossa solidariedade. Nós não podemos aceitar um povo superior, um Estado superior. Se há regiões mais pobres, temos que atribuir isso aos dirigentes políticos deste País, que não trataram as regiões com o devido respeito. E fico pasmo em ver um jornalista renomado que o Brasil tem fazer uma comparação no sentido de desqualificar um Estado tão brasileiro como qualquer outro Estado do nosso País.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador João Pedro, agradeço, como piauiense, a V. Ex^a, mas esses comentários elitistas partem geralmente de pessoas elitistas, sejam elas jornalistas, políticos ou cidadãos comuns, o elitismo é que faz exatamente isso. Talvez os anos dourados do Sr. Paulo Henrique em Nova York, fazendo *cooper* no Central Park, tenham desvirtuado um pouco a sua visão de Brasil, das desigualdades regionais e do sofrimento das regiões. Talvez a amnésia tenha feito isso. Mas queria lhe dizer, pelo apreço que tenho por V. Ex^a – e não vamos sacrificar somente o Senador Mercadante –, que o jornal *Folha de S. Paulo* diz que, num canto, na presença de jornalistas, uma colega sua, a Senadora Fátima Cleide, teria dito, num bloco de Senadores petistas: “Nós somos o voto da abstenção. Somos seis votos”. Não quero dizer que o fato seja verdadeiro, ou não. Não foi desmentido; está aí. É para lhe mostrar que seis votos, numa votação daquela natureza, não são votos comuns, não são votos normais. Daí por que, além do desgaste por que estamos passando – e passaríamos qualquer que fosse o resultado –, ficará essa dúvida. Eu tenho a impressão de que o Senador Mercadante, quando assumiu a abstenção, quis o re-

conhecimento, perante a população, de ter cometido o pecado menor. Mas acho até que ele foi mais longe, pela desenvoltura com que esteve, no dia, conversando freneticamente, coisa que não tinha feito até então. Comentei isso com V. Ex^a. Mas essa é uma discussão que não adianta mais. Estamos chorando diante de leite derramado. Mas eu tinha que lhe justificar por que defendi a vida inteira o voto secreto e por que mudei. As circunstâncias me fizeram, diante daquilo a que assisti, defender o voto aberto, para que, no dia seguinte de qualquer votação, Senador Gilvam, cheguemos aqui sem ter sobre qualquer um de nós o manto da dúvida. Aliás, o Senador Petrônio Portella, piauiense, já dizia que só não muda quem se demite do direito de pensar. Daí por que quero dizer a V. Ex^a que trocar de nome não é pecado; pecado é trocar de comportamento, é fazer apologia dos mensaleiros, é defender os que praticam aquilo que combateram. Mudar de nome você muda. Hoje, o *marketing* às vezes aconselha, sugere. O Partido de V. Ex^a, na campanha, vivendo sua pior crise, escondeu a estrelinha. A estrelinha ressurgiu agora, mas não mais com o 13, mas com o 3, naquele febeapá que houve em São Paulo, onde nada de prático e positivo para o Brasil foi discutido, num congresso que contou, inclusive, com o Presidente da República. Assim, se V. Ex^a pensa que ofende a nós, Democratas, ao dizer que mudamos de nome, está enganado. Ao contrário, não queremos mudar é o comportamento, é a conduta, como combater privatização em época de campanha e se locupletar com privatização logo depois de campanha, como combater a corrupção quando está na oposição e praticar corrupção quando está no governo. É assim que não queremos mudar. Mudar o nome do Partido não tem nenhum problema; não vamos mudar é o comportamento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado. Continuamos com o mesmo comportamento, com a mesma estrela, a mesma cor, o mesmo Partido. V. Ex^a mudou de Partido, mudou de camisa, mudou de cor e acha isso normal. Acha normal. Acha normal isso.

Essa questão da crise por que nós estamos passando diz respeito também à configuração dos Partidos políticos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encerro minha fala dizendo para todos os Senadores e Senadoras que, no início da semana, o meu relatório estará pronto e vou apresentar, com certeza, um parecer que possa ajudar ao Senado da República a responder a este debate que estamos travando.

Lamentavelmente, foram quatro meses em que poderíamos estar tratando de Amazônia, do Nordeste, da distribuição de renda, da nossa universidade, da pesquisa, da ciência e tecnologia, mas estamos aqui,

inclusive agora, com uma postura mais radicalizada, porque nada vai ser feito no Senado enquanto o Presidente do Senado não se afastar. Vejam só para onde nós estamos caminhando, lamentavelmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex^a. Seu discurso se aproxima dos quarenta minutos de duração, mas eu deixaria passar noventa dias, já que V. Ex^a defendeu e enalteceu o nosso querido Piauí.

Convidamos para usar da palavra, por documento outorgado pelo Líder Gilvam Borges, o Senador do PMDB pelo Estado da Paraíba, José Maranhão, que poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

V. Ex^a engrandece o nosso Partido, é um extraordinário Líder, e é pena que tenha apenas alguns instantes para se apresentar. Mas V. Ex^a engrandece e enaltece este Senado da República. A história de V. Ex^a é uma história de luta e de vergonha e de vítima que foi.

Quando o poeta disse “Não chores meu filho, que a vida é uma luta, uma luta renhida, e viver é lutar. A vida é uma luta que aos fracos abate e aos fortes só faz exaltar”, ele estava inspirado em homens como V. Ex^a, que foi cassado na ditadura e que nunca traiu. Daí estar escrito “Nego” na bandeira do seu Estado.

V. Ex^a sempre negou a trululência e as perdas da liberdade. E V. Ex^a transforma este em um dos melhores Senados da história da República quando preside a Comissão de Orçamento e Finanças, zelando pelo Orçamento da Pátria. Na sua gestão, jamais haverá aqueles “anões do Orçamento”, porque V. Ex^a representa a grandeza moral da ética na política.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente, quero agradecer a V. Ex^a, Senador Mão Santa, pela generosidade de seus conceitos a meu respeito, que só posso atribuir ao espírito partidário e ao companheirismo que têm marcado a vida de V. Ex^a nesta Casa do Congresso Nacional.

Falou-se muito aqui – e certamente outras vezes ainda se vai falar – a respeito da crise que envolveu esta Casa do Congresso Nacional em torno das propostas de cassação de mandato do Presidente do Senado da República, Senador Renan Calheiros.

Não vou incidir no mesmo ponto, não vou bater na mesma tecla, até porque, decidida como foi, soberanamente, a questão pelo Plenário desta Casa, restamos agora retomar a normalidade de nossa atuação, até porque o Brasil reclama dos seus Senadores, dos seus Parlamentares, a votação de muitas propostas

que são fundamentais e que são do interesse de toda a população.

Hoje, por exemplo, Sr. Presidente, quero falar a respeito dos chamados medicamentos de uso continuado, que, no meu Estado, a Paraíba, vêm sendo objeto de interrupções seguidas, com um sacrifício muito grande para os portadores de moléstias incuráveis cujas dores só podem ser amenizadas com a aplicação desses medicamentos. A população do meu Estado vem sofrendo muito exatamente pelo fato de que a distribuição desses medicamentos tem sofrido repetidas, seguidas interrupções.

Tive a bênção de receber do povo da Paraíba a confiança que me levou a ser Deputado Estadual por quatro mandatos, Deputado Federal por três mandatos, duas vezes Senador, duas vezes Governador, e agora Senador. Tenho, para com o povo do meu Estado, não só uma eterna dívida de gratidão, mas também, e sobretudo, uma responsabilidade que busco honrar em todos os meus atos neste Parlamento.

O que me traz hoje à tribuna, Sr. Presidente, é essa responsabilidade que tenho com o povo da Paraíba, na qualidade de representante do meu Estado nesta Casa do Congresso.

Há muito, tenho ouvido reclamações e queixas de pessoas na Paraíba a respeito da assistência farmacêutica no Estado, especialmente no que diz respeito aos medicamentos de uso continuado. A queixa mais comum é a de que esses remédios estão sempre em falta.

Ora, Sr. Presidente, esse descuido com o atendimento das necessidades básicas, por parte do Governo do Estado, é particularmente cruel. Se não bastasse a angústia que já acompanha as doenças crônicas, como o mal de Alzheimer, o mal de Parkinson, ou condições de altíssimo risco, como o transplante de órgãos, que pede o uso continuado de medicamentos para controlar o risco de rejeição, os pacientes são ainda submetidos ao desespero de não saber se o remédio de que sua vida muitas vezes depende estará disponível na próxima vez que precisarem.

Essa é a situação da Paraíba. Os pacientes que dependem da assistência farmacêutica para ter acesso a medicamentos de uso continuado e alto custo vivem como se sua vida fosse uma loteria. Num mês, o remédio chega. No outro, o remédio, quando chega, atrasa. A doença, no entanto, não espera.

Foi preocupado com essa situação que encaminhei ao Ministério da Saúde requerimento pedindo informações detalhadas sobre os repasses relativos a medicamentos de uso contínuo no Estado da Paraíba, nos últimos dois anos. No meu Estado, a Administração local, sempre que cobrada pela imprensa e pelas

associações de pessoas dependentes desses medicamentos, tem-se desculpado sob a alegação de que os medicamentos em causa não são remetidos ao Estado da Paraíba.

Preliminarmente, cumpre ressaltar que o requerimento pedia informações sobre recursos federais repassados para aquisição de medicamentos de uso contínuo e que, por um lamentável equívoco, a informação prestada pelo Ministério refere-se apenas a medicamentos de dispensação em caráter excepcional. A expressão é do documento do próprio Ministério.

A rigor, medicamentos de uso contínuo são aqueles utilizados no tratamento de doenças crônicas ou degenerativas, dos quais o paciente deverá fazer uso ininterrupto, conforme a prescrição. Essa categoria de medicamentos, contudo, não consta como tal nos componentes do bloco de financiamento da Assistência Farmacêutica, conforme estabelecido na portaria do Ministério que regulamenta o financiamento e a transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde.

Eu quero conceder um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Maranhão, V. Ex^a aborda um tema que, no meu entender, não pelo fato de ser médico, considero que V. Ex^a, que não o é, está abordando com muita propriedade: a questão da assistência médico-farmacêutica, a saúde como um todo no Brasil. Ontem, registrei aqui, em meu pronunciamento, os cinquenta anos do Conselho Federal de Medicina e dos Conselhos Regionais de Medicina e, à noite, fui a uma solenidade, à qual também estava presente a Senadora Rosalba Ciarlini. E tive oportunidade de ouvir o pronunciamento do Presidente da Câmara, que é médico; tive a oportunidade de ouvir o pronunciamento do Ministro da Saúde, que é médico; do Presidente do Conselho Federal de Medicina, da Associação Médica Brasileira, da Federação dos Médicos, que representa os sindicatos, e do Presidente da Frente Parlamentar da Saúde. De tudo que ouvi, Senador Maranhão, ficou constatado que, lamentavelmente, no Brasil, a saúde do povo, do povão mesmo, está relegada não a um plano secundário, mas ao fim da fila. Só para ilustrar e não tomar muito tempo do raciocínio de V. Ex^a, do Plano Real para cá, o investimento em transporte urbano aumentou 600%. Sabe quanto aumentou o investimento na saúde, no SUS? Trinta e sete por cento. Veja o disparate. Se citarmos outros itens, o mais perto tem 300% de aumento, enquanto que a área de saúde tem 37%. Se não se acabar com esse faz-de-conta de que o Governo Federal repassa, de que o Governo Estadual não faz isso, o Municipal não faz aquilo, quem

paga as contas são duas pontas: o doente, primeiramente, e o profissional de saúde, que tem de trabalhar em condições completamente inadequadas. Portanto, parabeno V. Ex^a pela denúncia que traz, de maneira serena, como lhe é próprio, mas temos de tomar uma atitude mais drástica, não só pedindo informações a Ministro, mas também exigir que haja – e, aí sim, eu defenderia com unhas e dentes – uma CPI do sistema de saúde do Brasil.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – V. Ex^a tem toda a razão. Fala como especialista, porque médico, e médico com atuação no campo social, conhece perfeitamente as carências e o sofrimento da população pobre, que, por ser desempregada ou por ter um subemprego, não tem a mínima condição de adquirir determinados medicamentos, que, não obstante caros, são essenciais à sua própria sobrevivência.

Devo dizer que esse requerimento que anteriormente encaminhei ao Ministério da Saúde se inspirou num telefonema que eu recebi do Prefeito de Damião, uma pequenina cidade do Curimataú da Paraíba. O Prefeito me trazia o drama, a tragédia de um pai de família, a tragédia da família inteira. O pai, após uma cirurgia de transplante de rins, estava condenado a morrer, apesar do sucesso da cirurgia, porque o seu organismo já apresentava sinais evidentes de rejeição do órgão que lhe foi doado. E dizia o Prefeito, conhecido como Nico do Damião – a cidade é o Damião –, que, se não houvesse uma providência imediata, o paciente a que ele se referia já estava com diagnóstico de fatalidade. Não teria condições de sobreviver, porque a rejeição do órgão implantado já apresentava características médicas de muita gravidade.

Dirigi-me ao Ministério da Saúde, em Brasília, que, por intermédio do órgão competente, me informou que os recursos que estavam sendo reclamados pelo paciente e pelo Prefeito, seu defensor nesse caso, já tinham sido remetidos à Paraíba. E, efetivamente, esses recursos tinham sido remetidos. No entanto, não se sabe que uso o Estado fez, tanto assim que faltava o medicamento.

A imprensa da Paraíba vem trazendo constantemente notas, protestos, apelos de pacientes e de associações que os representam, como a Associação dos Portadores de doença de Alzheimer, doença de Parkinson, de pessoas que receberam transplantes de toda natureza. V. Ex^a fala que é necessário mais do que o apelo, mais do que o pedido de informação. É necessária até a instalação de uma CPI para apurar em profundidade essas causas. Mas o que me parece, Senador, é que essa questão, pelo seu simples enunciado, já determinada a responsabilidade de quem age dessa forma.

O Congresso Nacional aprovou a Emenda nº 29, que está incorporada à Constituição vigente. Essa emenda obriga que os Governadores e os Prefeitos apliquem em saúde pública como um todo, não apenas a que se faz nos hospitais e nos consultórios, mas ações de saúde pública em geral, 12% da receita corrente líquida.

Na Paraíba, há mais de quatro anos, vem se aplicando menos da metade desses valores. O Tribunal de Contas do Estado, não obstante essas evidências de irregularidades e de deslizes, que são verdadeiros crimes de responsabilidade, tem aprovado constantemente as contas da atual gestão estadual.

Nem se diga que o Estado não aplicou esses recursos porque não tem condições financeiras. A questão é elementar. O que é prioritário para um Estado federado? Construir obras ou cuidar devidamente da saúde das pessoas? Penso que a saúde é uma prioridade muito maior do que a construção de obras. Mas eu devo dizer que não aceito essa justificativa de que o Estado não tem condições de aplicar os 12% a que está obrigado pela Constituição em vigor, porque, à época em que governei o Estado – não estou aqui querendo fazer promoção pessoal, mas estão aí os pareceres do Tribunal de Contas –, nós aplicávamos não apenas 12%, mas 13% da receita corrente líquida, em média, durante o período de duas gestões em que administramos o Estado.

Então, segue-se, que é uma questão de vontade política, de determinação e de responsabilidade em cumprir a própria lei.

Não se trata de uma visão humanística, mas de um dever, um dever constitucional. Não é um ponto facultativo! É um dever constitucional a aplicação mínima de 12% em saúde pública. Se houver essa aplicação, evidentemente a situação da saúde em meu Estado e em qualquer outro Estado da Federação em que isso esteja ocorrendo será inteiramente diferente.

Os medicamentos de uso contínuo podem fazer parte dos três componentes do bloco de financiamento da Assistência Farmacêutica, que é a forma pela qual são classificados os repasses de recursos federais para os Estados e Municípios relativos à assistência farmacêutica. Assim, não é possível contabilizar o repasse de recursos federais para o Estado da Paraíba relativo aos medicamentos de uso contínuo, especificamente.

Estou aqui analisando a resposta ao pedido de informação que nós fizemos ao Ministério da Saúde. A resposta não é clara, a resposta não esclarece a questão devidamente e deixa uma cortina de fumaça que permite, inclusive, coonestar as desculpas “amarelas” que vêm sendo dadas pela Administração do Estado.

As informações remetidas pelo Ministério da Saúde, em atendimento ao requerimento citado, não permitem esclarecer devidamente a situação do financiamento das ações de assistência farmacêutica no Estado da Paraíba porque dizem respeito apenas às transferências federais sobre um dos componentes dessa ação. Para uma análise com mais critério e possibilidade de conclusão, seriam relevantes informações, no mínimo, sobre o total de transferências federais para assistência farmacêutica, incluindo cada um e todos os componentes da ação; e o valor da contrapartida do Estado.

A assistência farmacêutica pública constitui um dos aspectos da assistência à saúde menos universalizado: 80% dos medicamentos dispensados no País o são por uma farmácia comercial e resultam da compra direta pelo paciente/ consumidor.

Outro dado que aponta nesse sentido é o de que os gastos com medicamentos constituem o principal componente dos gastos das famílias com saúde – superiores, inclusive, aos gastos com mensalidades com planos de saúde e com consultas e exames –, e essa situação é mais grave nas famílias de baixa renda do que nas de alta renda.

Em que pese o crescimento dos gastos federais e estaduais com assistência farmacêutica, o volume de recursos é ainda insuficiente frente à demanda e à crescente judicialização da política do setor, resultado do número crescente de ações judiciais, pleiteando, em especial, o fornecimento de medicamentos de alto custo, que o Ministério classifica como “medicamentos de dispensação em caráter excepcional”.

Entre as razões para a insuficiência dessa política são apontadas, entre outras: a descentralização da aquisição, distribuição e dispensação de medicamentos para as secretarias estaduais e municipais de saúde, que encontrou aqueles organismos desaparelhados para as novas atribuições; o descumprimento da Emenda à Constituição nº 29, de 2000, por parte dos Estados, o que limita os gastos com assistência em geral e com assistência farmacêutica em especial; o descumprimento, por parte de Estados e Municípios, do pactuado nas comissões intergestoras no que diz respeito aos gastos e às contrapartidas para assistência farmacêutica; a ausência de políticas de pessoal, que impede a contratação e manutenção de quadros qualificados para a gestão; o crescimento do número de ações judiciais, decorrente da insuficiência da prestação de serviços por parte do Estado e da crescente conscientização das pessoas do fato de que são portadoras de direitos e de que eles lhes estão sendo negados.

Esse é o ponto ético, a questão moral mais grave nesse processo. Em muitos casos, quando os me-

dicamentos chegam às mãos dos usuários, chegam sob a forma de uma dádiva, de uma generosidade de quem, eventualmente, está no exercício da Administração e não como um direito legítimo e inalienável do cidadão brasileiro.

A Constituição reza com toda clareza: saúde: direito do cidadão, dever do Estado. E ponto final. Não há como atribuir à distribuição de medicamentos à população o caráter de um favor, de um ato de generosidade ou de humanitarismo. É um dever do Estado, é um direito do cidadão.

Os dados fornecidos pelo Ministério da Saúde em atenção ao requerimento são insuficientes para uma avaliação mais segura, como já se disse. De qualquer forma, permitem identificar que essas transferências se mantiveram constantes em valor, no biênio 2005-2006, mas se reduziram no último semestre do exercício corrente.

Permitem verificar ainda que, nos últimos 30 meses, foram repassados pela União, em média, mais de R\$1,2 milhão por mês para o Estado da Paraíba, apenas para aquisição de medicamentos de alto custo, um volume de recursos correspondente a 35 centavos de real *per capita* por mês. Atente bem, Senador Mozarildo Cavalcanti: o valor na rubrica de repasse de custos para medicamentos aos cidadãos paraibanos é de apenas 35 centavos de real *per capita* por mês. Felizmente, a população da Paraíba não é uma população em emergência, é uma população que tem relativa saúde, senão essas estatísticas seriam realmente desastrosas – se bem que elas se situam num patamar que coloca a Paraíba e o Brasil na situação de subdesenvolvimento. Essa é que é a realidade.

É preciso considerar que o Estado deveria ter aportado outro tanto, e, se o tivesse feito, seriam 75 centavos, e não apenas 35 centavos, cumprindo o que pactuou com o Ministério da Saúde. É convênio, inclusive, assinado entre o Estado da Paraíba e o Ministério da Saúde.

A resposta do Ministério deixa claro que o Governo Federal tem feito a sua parte no que diz respeito ao repasse de recursos. Em 2005, o Estado da Paraíba recebeu do Fundo Nacional de Saúde quase R\$15,2 milhões. Em 2006, foram mais de R\$15,264 milhões. Este ano, de janeiro a junho, foram mais de R\$6,7 milhões.

Agora, se o Governo Federal tem feito a sua parte e os remédios continuam faltando, quem está falhando com a sua responsabilidade, Sr. Presidente? O que anda fazendo o Governo do Estado? Essa assistência farmacêutica é co-financiada pela União, por intermédio do Fundo Nacional de Saúde, e pelo Estado, por meio do Fundo Estadual de Saúde do Estado da Paraíba.

Conforme dados enviados pelo Ministério, os recursos federais estão chegando ao Estado. Por que a assistência está tão falha? O que está sendo feito com os recursos emitidos para o Estado da Paraíba?

Nada justifica a negligência com que aparentemente se tem tratado a questão da assistência farmacêutica, especialmente a distribuição de medicamentos de uso continuado, cuja interrupção, quando não é fatal, representa sempre um agravamento da condição do doente. Talvez falte sensibilidade ao Governo do Estado, talvez falte um pouco mais de competência técnica para planejar a execução de um programa complexo e caro como de fato é esse. Alegar que faltam recursos é mentira.

Não faltam recursos. O Governo Federal tem cumprido o seu compromisso como co-financiador. Cabe ao Estado ajustar suas prioridades para não deixar à míngua esses pacientes já tão fragilizados pela condição em que se encontram.

Vejam os Srs. Senadores que não estamos aqui falando de algo trivial. Repito: não estamos aqui falando de algo trivial. É de vida ou morte que estamos falando. Para muitos, que não têm outra maneira de adquirir esses medicamentos caros e difíceis, essa assistência significa sobrevivência. Esquecer ou negligenciar isso é aceitar o risco da cumplicidade pelo agravo do sofrimento dessas pessoas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, infelizmente, não são todos os que são capazes da verdadeira compaixão, aquela que nos faz entender e compartilhar sinceramente o sofrimento dos demais. Para muitos, talvez seja até difícil de entender o que pode sentir uma pessoa já combatida pela perspectiva de ter sua vida dependendo de um medicamento, sem a segurança de que amanhã terá a dose de que necessita. Mas não se trata apenas de sensibilidade ou de piedade, Sr. Presidente, e sim de assumir a responsabilidade que vem junto com o mandato que recebemos do povo.

É dever do Estado, diz a Constituição Federal, apresentar políticas efetivas para assegurar aos cidadãos o direito à saúde. Falhar com respeito a isso é falhar em sua responsabilidade. É desconsiderar a Constituição e, no final das contas, demonstrar profunda indiferença por aqueles mesmos que nos concedem a autoridade que, sendo negligentes, deixamos de exercer efetivamente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a usou a tribuna por trinta minutos, mas foram os trinta minutos que levaram para o País a importância deste Senado. V. Ex^a, sintetizando tudo, demonstrou que aqui é um contrapoder para fiscalizar o Executivo. E a nossa Constituição reza que saúde é um direito de todos e um dever do Governo.

V. Ex^a traduz, também, para o Brasil, a grandeza deste Senado da República, pela sua representação, sua história. Foi um mártir da redemocratização neste País. Cassado aqui, está exaltado pelo povo da Paraíba e do Brasil.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Agradeço, mais uma vez, a generosidade de seus conceitos, que – repito aqui – naturalmente se inspiram na nossa amizade e no nosso efetivo companheirismo, de companheiros do PMDB.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Chamamos para usar da palavra, pois está inscrito aqui, o Senador Gilvam Borges. (Pausa)

O Senador Gilvam Borges está chegando?

Então, segue a palavra para o grande representante do grandioso Estado do Piauí Heráclito Fortes. V. Ex^a, pela sua grandeza política e pela grandeza do Estado do Piauí, poderá usar da tribuna o tempo que achar conveniente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, essa ressaca que se abate sobre esta Casa é produto da falta de clareza regimental, da qual todos nós, sem nenhuma exceção, somos culpados. Todos nós sabemos que o Regimento desta Casa é velho, é antigo, é precursor do computador, da informática, da cibernética e precisa de ajustes.

Por acomodações, deixa-se que o tempo passe sem que nenhuma providência seja tomada para sua adaptação. Espero que agora, à luz de fatos recentes, nós possamos, por meio de uma comissão especializada, examinar o nosso Regimento, no que concerne não só às comissões, mas também ao próprio Regimento, no que diz respeito às votações em plenário.

Ao longo da minha vida sempre defendi, Senador Mão Santa, o voto secreto e já expliquei isso aqui há pouco em um aparte. Voto secreto para escolha de Ministro de Estado, Embaixadores, e nas questões administrativas envolvendo companheiros. Mas os fatos me provaram que eu estava errado – e eu ontem reconheci isso publicamente – em função do que assisti. Não especificamente durante a votação, mas no disse-me-disse, na corrida sôfrega de muitos para compor aquele universo de 35. Senador Pedro Simon, se for levar a sério aquela contabilidade, faltarão votos para a absolvição do Senador Renan Calheiros e sobrar um número excessivamente maior de votos do que os apresentados no resultado final do painel. Mas o que me motivou a mudar o voto foi um pronunciamento feito pelo Senador José Maranhão, ontem aqui, à tarde, em que ele protestava contra uma matéria publicada em um jornal do Rio Grande do Sul.

Eu assistia a S. Ex^a, mostrando aqui a sua revolta com relação à matéria, e me lembrava do Pedro Simon que conheci, quando chegamos a Brasília – ele, Senador; eu, Deputado –, e era uma das poucas pessoas que tinha coragem de enfrentar uma figura carismática e difícil como Ulysses Guimarães, de enfrentá-lo e dizer com o que concordava e do que discordava.

Aliás, era exatamente Simon o porta-voz de grupos que tinham o desejo de discordar de alguns pontos de vista do Ulysses, e não tinham coragem. Ora, não era esse o Pedro Simon que hoje, com a experiência dos anos vividos e a consagração recente nas urnas gaúchas, que iria fugir de um compromisso assumido ou de uma posição tomada.

Quanto ao discurso do Senador João Pedro – e lamento S. Ex^a não estar aqui no plenário –, compreendo a sua atitude: é do PT, votou, juntamente comigo, na Comissão de Ética, pelo parecer Casagrande/Marisa Serrano, e ficou incomodado, como todos, com as ilações que se fizeram com relação às votações. Senador Gilvam Borges, hoje, lendo o jornalista Evaldo Cruz, por quem tenho a maior admiração e respeito, observei que ele coloca que eu teria sido procurado pelo Senador José Sarney para me falar sobre o voto. Por dever de justiça, quero dizer que o Senador José Sarney nunca tratou deste assunto comigo. Tenho por ele grande apreço, tenho amizade, tenho respeito, mas nunca me tratou deste assunto. Desafio qualquer pessoa que diga o contrário. Poderia ter tratado. Afinal de contas, convivemos no mesmo ambiente sobre o mesmo plano, somos iguais. Mas, por dever de justiça, quero dizer que essa conversa não tivemos porque não dei espaço nesta Casa para conversa dessa natureza. Em primeiro lugar, porque, como membro do Conselho – e havia uma dúvida se o voto era aberto ou fechado no Conselho – sentia-me na obrigação de me manter silencioso para evitar impugnações futuras, caso o voto fosse fechado naquele Conselho, e eu tivesse tido uma posição declarada antecipada. Fui cauteloso e vi, no mesmo momento, o tumulto que foi aquela conversa mantida entre dois Ministros do Supremo exatamente por antecipação de voto. Como eu sou adepto da teoria de que cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém, eu me mantive silencioso até aquele momento. A partir daí, não havia mais motivo, V. Ex^a acompanhou o Conselho.

É muito bom o PT fazer apologia do voto aberto porque fazia quando era Oposição, mas essa apologia o PT não faz das outras práticas. Eu quero lembrar a todos e ao Senador que a prática de condenar no voto secreto foi iniciada pelo PT na Câmara dos Deputados na legislatura passada, quando, só do seu Partido, absolveu 6 Parlamentares, ou seja: 18 acusados, 3

renunciaram, 3 foram cassados, 12 foram absolvidos, metade do Partido dos Trabalhadores. Do PT, o único cassado foi o Sr. José Dirceu, exatamente por não ser unanimidade no Partido e ter uma corrente antagonista trabalhando contra sua permanência no Parlamento naquele momento.

Quem acompanhou os fatos sabe que, se o Sr. José Dirceu era poderoso para uma ala, era incômodo para outra. Na época, Senador Pedro Simon, só um cego não viu isso. De resto, todos os outros foram absolvidos, chegando ao ápice da dança da Deputada Ângela Guadagnin em plenário após o resultado que beneficiava um colega.

Esse era um assunto que não faria nenhum sentido ser tratado aqui. Mas, a partir do momento em que se tenta diminuir os Democratas pelo fato de se dizer que mudou de nome ou de cor, volto a insistir que mudamos o nome. Foi um conselho de marqueteiro, e eu, pessoalmente, fui contra por entender que era indiferente o nome ser PFL ou Democratas. Mas acatou-se uma decisão soberana, e nós não mudamos o nosso comportamento nem a nossa luta.

Agora, por exemplo, o PT defende, num congresso, a reestatização da Vale do Rio Doce, Senador Pedro Simon, uma bandeira isolada sua aqui – não da estatização, mas da maneira como feito o procedimento do leilão. O PT, agora, defende. No entanto, locupletou-se dessa mesma Vale do Rio Doce e dos seus cofres na campanha recente. É só ver quem são os beneficiados nas prestações de contas eleitorais.

No entanto, seu conselho é presidido por figuras de proa do Partido dos Trabalhadores. E, no entanto, Senador Simon, os sócios majoritários são ligados a um governo que, quando quer, faz e manda e não deu nenhum passo com relação a isso.

O PT de hoje, que não trocou de camisa nem de estrela, é o PT que defende, no Congresso, os mensaleiros. A bandeira da ética, que nos causava inveja, da qual sentíamos falta nos outros partidos, essa não existe mais. É melhor trocar de cor, de sigla, do que ficar em uma sigla aos farrapos. Lembremos bem que, em campanha recente, o Lula que isoladamente é um fenômeno eleitoral, temos de reconhecer, preferia andar nas ruas sem a companhia da estrela porque a estrela lhe forçava sempre a dar explicações.

O PT da transparência, Senador Pedro Simon, é um PT que hoje não quer, por hipótese alguma, a instalação da CPI das ONGs porque sabe que essa sua sobrevivência foi produto em grande parte de recursos dessas entidades e, agora, tem medo de apurações e fica procrastinando o início dessa CPI.

Só espero que tenhamos agora maturidade suficiente para, de maneira bem rápida e num esforço

conjunto, votarmos todas as modificações que o Regimento exige e que, num futuro breve, possamos votar na mais absoluta transparência para que o Brasil, para que a sociedade saiba o voto de cada um.

Daí por que, Sr. Presidente, embora tardiamente, reconheço que a tese do Senador Paulo Paim era a melhor de todas. Só que defendida numa época em que não tínhamos bola de cristal para prever que passaríamos por situações como a que esta Casa enfrenta hoje.

Quero agradecer ao Senador João Pedro mais uma vez a solidariedade que teve aqui para com o Estado do Piauí em mais uma agressão que sofre por parte das elites. E agora uma elite esclarecida, porque é um jornalista.

Mas o Piauí não se rebaixará nem se curvará a gestos dessa natureza, que não engrandecem nem enobrecem a biografia de ninguém.

Ouçó o Senador Pedro Simon, com o maior prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu vejo na serenidade com que V.Ex^a está falando a compreensão da delicadeza do momento que estamos vivendo. É um momento para reflexão, é um momento para análise. Eu respeito até o silêncio. O que não se pode é ignorar o fato. V.Ex^a vem fazendo, ao longo do tempo, a análise do PT com muita categoria. Hoje os Partidos não têm muita expressão. Eu não posso negar e não posso esquecer que, nas horas duras que passamos, na reação para o restabelecimento da democracia, V.Ex^a era um homem de primeira linha. V.Ex^a era um braço direito do Dr. Ulysses e tinha o maior carinho e o maior respeito por parte dele. V.Ex^a era pau para toda obra, e com uma linha muito firme, com uma linha muito tradicional. V.Ex^a não está no meu Partido e eu não estou no Partido de V.Ex^a porque, cá entre nós, hoje os Partidos não significam muita coisa. Agora, tem que se ver a diferença entre V.Ex^a estar no PFL, vindo da resistência democrática, e as pessoas que sugaram até o último dia o regime militar. Então, eu vejo em V.Ex^a muita credibilidade e muita respeitabilidade. Por isso, acho que V. Ex^a analisa com essa sua biografia e com a autoridade de quem sempre defendeu as idéias que defende hoje. Agora, o que é ruim para V. Ex^a, para mim e para nós todos é essa vala comum em que estão colocando o Senado. Isso é uma injustiça. Não foi apenas o fato de a sessão ter sido secreta, o que é uma lástima imperdoável de nossa parte. Tenho um projeto, que apresentei há três ou quatro anos, acabando com a sessão secreta, com o voto secreto. Mas não trabalhei por ele; tenho essa culpa. Por que não me esforcei? Por que não briguei? Eu sou culpado. Apresentei, mas não fiz o esforço que deveria ter feito. Agora, o que dá para sentir – justiça seja feita ao Senador José Sarney – é a

importância da TV Senado. Muita gente se engana. É verdade que temos de brigar para colocar a TV Senado ao vivo, ela tem que estar num canal aberto, e não num canal fechado. Só os que podem comprar a NET podem assistir à TV Senado. Isso não pode! E está demorando muito, está indo devagarzinho. Já está no Amazonas, em outros lugares, mas quero vê-la no Rio Grande do Sul, em São Paulo. Quando acontecer isso, as coisas terão outro contorno. Desde que apareceu a TV Senado, é impressionante, porque as pessoas que fazem opinião assistem à TV Senado. O presidente do partido, lá no fim do município, o dono da bodega, lá no interior, onde se reúnem os homens que pensam, que debatem e que analisam, têm a TV Senado. O vigário, os dirigentes têm a TV Senado e acompanham o dia-a-dia desta Casa. E deu para ver, nessa falta da TV Senado, como as coisas são difíceis de levar. O que é que nós vamos fazer agora? Eu defendo, Senador, primeiro, que os três processos contra o Presidente do Senado nós deveríamos aglutinar num só. Tem mais consistência, tem mais conteúdo, em vez de levar três meses para julgar um, depois três meses para julgar outro, depois três meses para julgar outro. Eu acho que é uma sangria realmente desnecessária. Agora, penso que nós deveríamos unir todos os processos que há aí. A única coisa que entendo – a imprensa deveria insistir e o Governo deveria responder – é que os governistas são uma coisa só. Tem Senador que disse que votou em branco, por exemplo, porque não estava aprofundado que deveria ser cassado e não estava aprofundado que deveria ser absolvido, então votou em branco. Em primeiro lugar, votar em branco é votar a favor do Renan. Isso todo mundo sabe. O que interessa é o resultado, a objetividade. Mas o que tem de ser explicado é por que, no Conselho de Ética, foram 11 votos a quatro. Quem estudou o processo, quem ficou três ou quatro meses discutindo, debatendo. Eu não era membro do Conselho, não falava, mas estava lá assistindo. Eu tomei conhecimento de todos os debates. Eles votaram sabendo no que estavam votando. De 11 a 4 para 46 a 35. O que é que mudou? Outra coisa que ficou muito feia para nós foi a *Folha de S. Paulo* vir aqui e fazer uma enquete, ontem ou anteontem, que deu 47 votando a favor, e foram só 35. Aí, realmente, nós ficamos muito desgastados. Mas, se houve 35 votos, como é que 47 disseram ter votado pela cassação? São essas coisas que contribuem para que a imagem do Senado esteja onde está. Eu não sinto, com toda a sinceridade, Senador, porque eu acho que há momentos, em qualquer parlamento do mundo... Lá nos Estados Unidos agora, com o problema da Guerra do Iraque, o maior líder, o mais importante Senador do Partido Republicado foi lá e disse que os americanos devem se retirar do Iraque. Há um movi-

mento que acontece agora com relação à cadeia que os Estados Unidos têm em Cuba, em uma base que eles têm lá, onde não existem direitos humanos, onde não há provas contra as pessoas que estão lá. Elas não foram acusadas, não foram condenadas e não têm o mínimo direito a nada! No Congresso americano, hoje, há um movimento de republicanos e democratas a favor de terminar com aquilo. Então, eu acho que no Senado, principalmente no Senado, porque estamos aqui há oito anos, não somos deputados que estão eleitos há quatro anos e que, daqui a pouco, já são candidatos novamente. Aqui, se imagina, estão as pessoas com mais responsabilidades, mais credibilidade, mais biografia, mais experiência. Estão aqui dois ex-presidentes da República; estão aqui ex-governadores, ex-ministros. Então, há a obrigação de entender que essas pessoas têm uma responsabilidade maior. O que eu não sinto é a gente se entender para a discussão de pontos como este, preocupados com a Instituição. Eu não percebo amor pela Instituição; eu não percebo preocupação pela instituição. Parece que está cada um defendendo o seu ponto de vista. Por exemplo, o Senador Renan está no seu direito. Ele não renunciou, não se licenciou e não passa pela cabeça dele a gravidade do que ele fez: ficar sentado à Mesa da Presidência conduzindo esse processo. Se pelo menos fizesse como fez na sessão... Mas também não podia ser diferente. Na sessão ele esteve aqui e fez a sua defesa, mas não participou em nada do processo. Mas na Presidência do Senado... Aquele parecer do consultor jurídico do Senado, encomendado pela Mesa, foi ridículo, foi estúpido, dizendo que o relator do Conselho de Ética não podia dar o voto, tinha que só fazer a exposição, mas não podia dizer como ia votar. Um consultor jurídico de uma instituição como o Senado! Isso é muito sério, é grotesco, é ridículo. Essas coisas é que mostram como o senso da ética, da sensibilidade, da revelação de seriedade política está longe. Estamos longe disso. E isso é uma pena, é uma pena mesmo. E o governo, como o PT, usar... E todo mundo sabe que o PT está vendo nisso não é nem o Sr. Renan Calheiros; o PT está vendo nisso é o voto sobre a CPMF. E acha que, com o Renan estando na Presidência – porque, com o Renan como Líder e como Presidente do Senado, o Governo ganhou todas as votações que queria aqui no Senado –, agora, como vai haver a votação considerada por ele a mais importante, não é possível balancear o caldo. Deixa como está. Com Renan nós sempre ganhamos, nós vamos saber o que vai acontecer. E a Oposição cometeu o erro de lançar o Jarbas Vasconcelos para Presidente do Senado, à revelia dele. Isso nunca passou pela cabeça dele. Mas isso também criou um clima de que estávamos querendo aproveitar a situação para ganhar

a Presidência. Ninguém queria isso. O que eu sei – e tenho certeza de que ia acontecer – é que a gente ia se reunir, como se reuniu quando se afastou o Jader Barbalho, e escolher um nome de entendimento geral, como, naquela época, fomos buscar, lá no Ministério, o Senador que era Ministro e não pensava nisso, lá no Mato Grosso do Sul, sem nenhum peso político, para ser Presidente do Senado. E foi um excepcional Presidente do Senado. Era para ser e agir com imparcialidade, e foi o que ele fez. É o que devíamos fazer agora. Aliás, eu tinha certeza... Quando me perguntaram “e o Jarbas?” – e eu votaria nele com a maior alegria –, eu disse: tenho certeza de que o Jarbas não aceita. E foi o que ele disse para nós: eu quero dizer para vocês que eu não aceito, não penso, não toco numa coisa dessas, e não aceito por uma razão muito simples: sou oposição a este Governo, sou contra este Governo, voto contra ele, e uma pessoa que pensa como eu não pode estar na Presidência, que deve ser ocupada por uma pessoa imparcial, que vê as coisas como são feitas. Então, nós perdemos uma grande oportunidade. Olha, o que estou recebendo de *e-mail*... Em torno de 4,5 mil. É pau no Senado, e crítica, e crítica, e crítica. Se a gente não se preocupa com isso, então não sei o que vai acontecer. Essa história, essa falta de sensibilidade que o PT, que o Presidente do PT pensa para fechar o Senado... Aliás, essa é uma tese que já vem de longe: o Senado não resolve, não decide nada. Acho que não é bem assim. A única coisa que vejo hoje realmente importante no Senado é que aqui, no Senado, o senhor, Senador Heráclito Fortes, e o Senador Mão Santa têm três Senadores do Piauí, que nem São Paulo. Na Câmara dos Deputados, São Paulo tem 80 e vocês têm 7. Quer dizer, tira o Senado, lá na Câmara dos Deputados, somando Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, não precisam mais dar bola para ninguém, porque eles têm maioria na Câmara dos Deputados. Acho que esse é um motivo muito importante para a gente analisar. Que se discuta isso, mas não nessa hora. Quer dizer, o que o Presidente do PT fez, de levar a proposta de extinguir o Senado ao Congresso do PT... Tem direito? Tem. É uma tese que pode ser discutida? Pode. Mas, no momento, foi uma bofetada no Senado. Quer dizer, está extinguindo o Senado por quê? Por causa da corrupção, por causa disso, por causa daquilo. Mas ele e os quarenta ladrões estão lá. E não sei onde está o Ali Babá. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Outro dia eu disse aqui que esse Encontro Nacional do PT foi um “febeapá” de fazer inveja ao Stanislaw Ponte Preta. Não há um assunto de proveito para o País, nem na política interna, nem na política externa. Na política externa, eles defenderam um integracionis-

mo continental que nada mais é do que atrelamento a essa política pregada pelos Srs. Hugo Chávez e Evo Morales e cujo primeiro passo é exatamente acabar com o Senado da República. Como bem disse V. Ex^a, temos aqui um Senador paraibano e um Senador do Amapá. Acabar com o Senado é acabar com os pequenos Estados deste País. Será sufocá-los. Se, com o equilíbrio desta Casa, nós já padecemos, já enfrentamos dificuldades, imagine-se com um sistema unicameral de uma assembléia nacional, em que, como disse bem V. Ex^a, dois Estados – São Paulo e outro, Rio ou Minas, dependendo das circunstâncias – se juntam e não tem mais para ninguém.

Rompeu com uma estrutura estabelecida – nessa época eu era companheiro do Senador Pedro Simon no PMDB. E veja bem por que isso foi necessário: porque o PT faltou com a sua responsabilidade para com o País; negou-se a ir ao colégio eleitoral e votar em Tancredo. E, naquela época, os quatro Deputados que votaram em Tancredo – lembro-me bem do Ailton Soares e da Bete Mendes – foram expulsos do PT. Agora, o PT que expulsava quem queria liberdade e democracia não expulsa os “aloprados”, os “mensaleiros”; pelo contrário, faz apologia deles no seu Congresso.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – “São companheiros e temos que defendê-los até o último minuto.”

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – “Temos que defendê-los.” “Ética igual a nós ninguém tem.” E daí por diante. Não precisa mudar de nome, nem de cor, tem que continuar. Mudou a cara, o que é o pior. Lembro-me do atual Presidente da República fazendo plantão aqui. Não era parlamentar na época, mas fazia plantão aqui, patrulhando os parlamentares do PMDB – naquela época, a Bancada deveria ter menos de quinze, doze, sei lá – para que não votasse naquele momento, quando já estavam estabelecidas as duas candidaturas: Maluf de um lado, Tancredo do outro; Maluf representando o continuísmo daquele sistema e Tancredo, a volta do País à democracia. Nada justificava aquele voto.

E por que, naquela época, os de hoje não pregaram abstenção? Teria sido mais bonito. Mas, não. Daí por que essa história de mudar de nome ou mudar de cor é bobagem. O grave é mudar a cara. O grave é jogar na lata do lixo todos os princípios defendidos ao longo dos anos.

Pois não, Senador Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a está abordando um ponto da maior importância. Se dependesse do PT, ganhava o Maluf, porque o PT se recusou a ir ao Colégio Eleitoral e orientou a não ir, porque a Oposição não devia ir ao Colégio Eleitoral. A bandeira era essa: a Oposição não pode ir para o Colégio Eleitoral. E o Dr. Tancredo sempre dizia: eu vou ao Colégio

Eleitoral para destruir o Colégio Eleitoral. Ele nunca levantou dúvidas nesse sentido. Nós vamos destruir o Colégio Eleitoral e vamos convocar uma Assembléia Nacional Constituinte. Eu garanto que o meu sucessor será eleito pelo voto direto. E foi o que aconteceu. Se dependesse do PT, ganhava o Maluf. O PT não assinou a Constituição. Está aí a Constituição, pegue um exemplar da Constituição e veja se há assinatura do PT. Proibiu assinar a Constituição. Se dependesse do PT, não haveria Constituição; a Constituinte dava zero. E foi difícil a coisa ser feita. Todo mundo diz que foi a competência fantástica do Dr. Ulysses. E, cá entre nós, foi um subterfúgio que fizeram. Houve questões em que não saía solução, então, o que fizeram? Na reforma agrária, por exemplo, fez-se um parágrafo único: lei complementar regulamentará. Lei complementar que não saiu até agora. Mas, mesmo assim, o PT não deixou. E, se dependesse do PT, não haveria Plano Real. Sendo que o que se dizia abertamente era que, com o Plano Real, o PT não chegava ao Governo. Até algumas pessoas disseram para mim: o Plano Real é muito bom; e nós, no Governo, vamos aplicar. Então votaram contra o Plano Real. É muito difícil! Acho que é preciso ter grandeza. Isso é o mais doloroso. O PT era um Partido de esquerda, não de extrema-esquerda, mas de esquerda. O Lula, o PT, a bandeira do PT, as teses do PT eram nesse sentido. Onde o PT deixou suas bandeiras quando chegou ao governo? O PT hoje é um Partido de centro. Mostre-me uma bandeira de esquerda que o PT está defendendo. Então, isso eu acho muito sério. O PT é o Partido da ética. Não houve, neste mundo, um Partido mais espetacular na luta pela dignidade e seriedade do que o PT, que atirou pedra nos telhados de Deus e todo mundo. Fechou questão contra a Constituinte – não votou a Constituição –, fechou questão contra o Tancredo – se dependesse dele, ganhava o Maluf –, fechou questão contra o Plano Real, mas abriu questão na votação do Sr. Renan. O que é mais grave é que abriu questão da boca para fora. À exceção dos Senadores Paim, Suplicy e de não sei mais quem, na verdade houve um esquema para dar no que deu.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Simon, hoje o PT é um Partido do Governo. Levantamentos oficiais mostram um rombo de trinta bilhões nas contas públicas desviados para as ONGs. E o PT acha que não deve apurar, que é bobagem apurar! Aqui, a pressão para que essa CPI não seja instalada é crescente. Foram 76 assinaturas. Trinta bilhões!

Um general da Amazônia faz denúncias gravíssimas, mas não precisa apurar... Apurar pra quê?

Sabe-se que há ONGs estrangeiras invadindo o nosso território com os mais diversos objetivos, mas

não precisa apurar! Agora me chegou a informação, que quero confirmar, de que o PT vai mandar 30 milhões para a eleição de um país da América Central. Um Partido que está devendo aqui...! Mas é em nome da integração... Paciência!

Senador Pedro Simon, V. Ex^a lembrou um fato interessante, que puxou outro: o PT não assinou a Constituição. Outro dia, um constitucionalista me dizia que o brasileiro é muito bonzinho, porque poderia tornar nulos os atos do Presidente da República, que não aceitou a Constituição, à qual ele é obrigado a se submeter. Ninguém questionou isso, inclusive lá atrás, na impugnação de sua candidatura.

Ora, se o Presidente da República é o guardião maior da Constituição, Senador Paim, como pode ele ser guardião daquilo com que não concorda?

Com o maior prazer, concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes, eu estava ouvindo a sua fala e quero me manifestar por uma questão de justiça, para que seja estabelecida a verdade. Eu sei que V. Ex^a não falta com a verdade, mas V. Ex^a recebeu uma informação errada. Criou-se essa polêmica sobre se os Parlamentares do PT teriam ou não assinado a Constituição. Fui Constituinte e digo que todos nós assinamos. Há fotografias com todos nós assinando. Eu tenho uma com o meu filho, que é o Jean, que V. Ex^a conhece. Ele estava ao meu lado exatamente no momento em que eu estava assinando. O que aconteceu é que votamos contra inúmeras questões das quais discordávamos. Mas nós reconhecemos o texto da Carta Magna e todos os Constituintes assinaram à época. Não me lembro de nenhum Constituinte de qualquer Partido que não tenha assinado. Reconheço que a informação que V. Ex^a tem é incorreta. Inclusive, vieram me perguntar se nós tínhamos efetivamente assinado. Assinamos! É verdade que, em diversos temas, em trabalhos de comissões, votamos contrariamente, talvez até contrariamente a questões que – faço aqui um exercício agora – passamos a defender posteriormente, com medo que caísse e piorasse o texto daquele que até teríamos votado contra na época. Só faço esse esclarecimento porque eu estava lá e sou testemunha. Nós assinamos, todos assinaram.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Cinco de outubro de 1988.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Permita-me participar: Paulo Paim assinou a Constituição.

O Senador Pedro Simon falou sobre a valorização do Senado pela TV Senado. Quero dizer que não só pela TV Senado. Este é um dos Senados mais organizados da história do mundo. Lembre-se que o cavalo

do imperador Calígula, de nome Incitatus, foi nomeado Senador pelo próprio imperador.

No Senado Italiano, matou-se: “Até tu, Brutus?” No plenário da Espanha, trocaram-se tiros. O rei foi lá. Além de render homenagem à *TV Senado*, também temos de fazê-lo à Rádio Senado, FM e AM, ao **Jornal do Senado**, ao Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, Weiller Diniz, ao Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social, Helival Rios, e ao Diretor do **Jornal do Senado**, um jornal bem editado que circula no mundo. Continue o pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Pedro Simon, quero responder primeiramente ao Senador Paim.

Dezenove anos depois, pela voz isolada de V. Ex^a, Senador Paulo Paim, essa correção está sendo feita, porque, para a história do Brasil, o PT não assinou. Eu vou até pedir a conferência se todos assinaram, porque, naquele momento, a conveniência, o charme, o bacana era dizer que estava fora. E o PT, sempre na onda, vendeu essa falsa imagem, e V. Ex^a repõe agora, o que, para mim, foi uma grata surpresa.

Os jornais noticiaram esse assunto, que vem sendo colocado sistematicamente, e ninguém do Partido de V. Ex^a contestou. Veja que quase todo o seu Partido mudou a cara. V. Ex^a é uma pequena exceção para confirmar a regra, embora seja grande pela atuação parlamentar.

Mas, Senador Pedro Simon, nem tudo está perdido. Nós estamos nessa ressaca e vejo as galerias repletas de jovens, uns descrentes, outros nem tanto, para ver como funciona um plenário de sexta-feira, vazio, como ocorre no mundo inteiro, pois os Parlamentares se deslocam para as suas bases. Mas, é bom que se veja que a democracia é mais forte do que qualquer episódio e que temos que ter a fé e a esperança de que este Senado resiste inclusive aos arroubos ditatoriais de alas do Partido dos Trabalhadores, que primeiro quis mexer na liberdade de imprensa, depois quis mexer na liberdade cultural através da censura a peças teatrais que viesse a financiar. O Partido dos Trabalhadores percorre o mesmo caminho que nossos vizinhos estão percorrendo.

Ao tomar conhecimento, Senador Pedro Simon, de que o Partido dos Trabalhadores vai colaborar numa eleição na América Central e que integrantes tiveram, agora, nesse encontro do “febeapá” em São Paulo, chego à conclusão de que não acabou o caixa dois. Perdão, não acabou o dinheiro não contabilizado, como dizia o Sr. Delúbio.

Nesse Partido que a imprensa diz que vive às voltas com dívidas, que quer quitar dívidas, o coordenador da campanha, um ex-prefeito de uma cidade do interior de São Paulo, justifica pagamentos feitos recentemente, o

Presidente do Partido desmente e o outro confirma, é sempre assim. O partido vai ajudar a solidariedade e a fraternidade na América Central.

Mundo velho sem porteira, Senador Simon, como diria Rodrigo Cambará, de “O Tempo e o Vento”, do nosso velho Érico Veríssimo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador do Piauí Heráclito Fortes, convidamos, de acordo com a inscrição, o Senador Gilvam Borges, para usar a tribuna. S. Ex^a está ausente? Acaba de subir à tribuna, para satisfação nossa, do Amapá e do Brasil, este representante do PMDB, Gilvam Borges.

Em seguida, quero anunciar para o País a voz cívica e ética de Pedro Simon; depois, Mozarildo Cavalcanti.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dentre as tantas reformas pelas quais o Brasil tem passado e ainda vai passar, não resta a menor dúvida de que a mais importante, a mais urgente, a mais crucial de todas elas é aquela que vem sendo chamada de “a mãe de todas as reformas”: a reforma política.

Não costumo me valer do argumento de autoridade para defender minhas posições, mas, às vezes, ele reflete a verdade dos fatos de maneira inequívoca.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é altamente sintomático o fato de que o Senador Marco Maciel, um dos homens públicos mais experientes deste País, que há décadas exerce cargos importantes no Legislativo e no Executivo, coloque a reforma política acima de todas as outras.

O que é estranho e incompreensível é a falta de ação dos Parlamentares diante dos avisos constantes e permanentes do Senador Marco Maciel sobre a urgência da reforma política. Ele vem pregando sua tese há anos a fio, mas suas palavras, aparentemente, estão caindo em solo infértil.

Sr. Presidente, isso precisa mudar. Se analisarmos a fundo as principais razões de grande parte das crises enfrentadas pela esfera política brasileira, descobriremos rapidamente que a resposta a essa indagação reside nas discrepâncias existentes no sistema político atualmente adotado no País.

A proliferação desenfreada de legendas partidárias, por exemplo, obedece às conveniências do momento e impedem que se consolide uma verdadeira identificação entre os cidadãos e os Partidos. Podemos contar nos dedos das mãos os Partidos que efetivamente exibem alguma substância ideológica que justifique sua existência.

Outra distorção do nosso sistema atual, essa mais visível e extremamente prejudicial, é a dança das

cadeiras que acontece constantemente, e com ainda mais intensidade um pouco antes e um pouco depois das eleições. É nesses períodos que floresce o oportunismo, o jogo de conveniências, a troca de favores e, conseqüentemente, de legendas partidárias. Isso precisa ser combatido.

Sr. Presidente, não há como os Partidos políticos se fortalecerem se continuarem sendo usados como mera marca de fantasia, que é abandonada ao primeiro sinal de que mais e melhores vantagens – em geral inconfessáveis – serão angariadas na próxima esquina.

O estabelecimento de algum mecanismo de fidelidade partidária, portanto, é absolutamente necessário para botar um freio nesse entra-e-sai que, em última instância, revela um profundo desrespeito com o eleitor.

O financiamento de campanha e a prestação de contas são outros nós que precisamos desatar. Ambos os temas são fontes permanentes de escândalos, de processos nos tribunais eleitorais e, nos piores casos, de perda de mandato eletivo. Tudo isso porque ainda não definimos regras claras para administrar o modo como as campanhas arrecadam e lidam com o dinheiro, e a forma com que esses recursos são declarados.

Resolvidas essas questões, estaremos dando um grande passo no sentido de um universo político em que o poder econômico não tenha o aspecto decisivo que tem hoje.

Não estou afirmando que o processo é rápido e tranquilo, mas, como eu havia dito, não é de hoje que o assunto está em pauta. Já em 1995, duas comissões importantes para estudar o assunto foram criadas: uma no Tribunal Superior Eleitoral e outra aqui mesmo, no Senado Federal.

A comissão do Senado, depois de analisar o tema em profundidade durante três anos, apresentou ao Parlamento um pacote de proposta que continha nada mais nada menos do que oito propostas de emenda à Constituição e três projetos de lei.

Seria muito forte dizer que todo o trabalho foi em vão, pois o relatório produzido pela comissão ainda é referência na questão da reforma política. Mas é verdadeiro afirmar que, nesses quase 10 anos, desde a apresentação do relatório, muito pouco ou quase nada se avançou em termos efetivos.

Demos início, isso sim, a outra reforma política, que tramita atualmente a passos de tartaruga pelas Casas do Congresso Nacional, que é composta de um pacote de projetos. Os principais são os Projetos de Lei nºs 2.679 e 1.712, ambos de 2003, da Câmara dos Deputados. Mas a reforma política atual, que engloba mais de 20 projetos, terá o mesmo destino das anteriores, resvalando para o esquecimento, caso não tomemos providências concretas para que ela chegue a bom termo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vivemos uma situação singular, paradoxal. Para mim, não resta dúvida de que uma das principais causas de ainda não termos uma reforma política é justamente o fato de não a termos realizado. Não há como sedimentar consenso em torno de matéria desse calibre em ambiente político que se metamorfoseia a cada dia, sem regras claras, com brechas e mais brechas para que os mal-intencionados se esquivem de seus compromissos com seus eleitores.

Daí a necessidade de um esforço...

Senador Heráclito, há um orador na tribuna. Espero de V. Ex^a a atenção, porque V. Ex^a é um crítico da melhor condição e reconhecido no País inteiro.

Daí, Senador Heráclito Fortes...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não ouvi V. Ex^a, por gentileza. Eu estava conversando aqui com o Senador Paulo Paim. Não entendi V. Ex^a.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – É sobre reforma política que estou falando, muito importante ao País. Eu queria as considerações de V. Ex^a no final do meu pronunciamento.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois não, cumprirei suas ordens.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço a atenção de V. Ex^a.

Daí a necessidade de um esforço especial de nossa parte no sentido de começarmos a discutir e a votar, para valer, os principais pontos da reforma política. Estaremos, dessa forma, fortalecendo nossa democracia, pavimentando o terreno para que as matérias que vierem a seguir sejam votadas com mais eficiência, contribuindo assim para que o sistema político brasileiro seja aperfeiçoado cada vez mais.

Sr. Presidente, além da reforma política, que está madura e pronta desde 95, em todas as Comissões do Senado, da Câmara dos Deputados e no TSE, estão prontas para entrar em pauta a reforma tributária e as reformas estruturais. Lamentavelmente, ainda estamos mergulhados em assuntos que já deveríamos ter ultrapassado. Acredito que, agora, o Presidente Lula, o Presidente Renan e o Presidente da Câmara, as autoridades todas estejam convocadas para uma pauta positiva e produtiva, a fim de que possamos acelerar o trabalho e atender às necessidades do País, que tanto exigem urgência, e debelar efetivamente essa paralisação dos últimos quatro meses.

Concedo um aparte ao Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Gilvam, quero apenas dizer a V. Ex^a que sou muito, muito favorável à pauta positiva. O País quer debate sobre segurança, educação, habitação, enfim, em todas as áreas que estão a exigir debate. E, nessa pauta positiva sobre a qual V. Ex^a discorre agora, vai ser muito

bom que conste o fim do voto secreto, com o qual, sei, V. Ex^a concorda.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Plenamente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Recebi agora um telefonema – por isso fiz o aparte a V. Ex^a – que diz que a votação pelo **impeachment** do ex-Presidente dos Estados Unidos Bill Clinton foi pelo voto aberto, com um detalhe: ele foi absolvido. Veja a importância do voto aberto. Foi pelo voto aberto, e ele foi absolvido. Então eu queria que dessa pauta positiva para o fortalecimento do Senado, sobre a qual V. Ex^a discorre muito bem, conste o debate sobre o fim do voto secreto.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Acredito que, na próxima semana, a partir dos encontros com as lideranças mais importantes da Nação, haveremos de entrar numa pauta positiva, deixando de lado as fofocas, as querelas, as intrigas políticas e as medições de forças.

Esta Casa se reuniu e tomou uma decisão. E a decisão do Senado Federal deve ser acatada por todos aqueles que o compõem porque assim a lei determina.

Essa questão do voto aberto, do voto fechado eu, pelo menos, sou um defensor convicto do voto aberto em todas as situações, porque sempre tivemos uma posição muito firme e muito aberta.

Que Deus abençoe o nosso País e estenda essas bênçãos ao nosso majestoso Rio Amazonas e ao nosso querido povo do Amapá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra como orador inscrito o Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Concedemos a palavra ao Senador Wellington Salgado, Senador do PMDB pelas Minas Gerais.

Como procedemos com os demais Senadores, V. Ex^a poderá usar o tempo que lhe for conveniente, em respeito a V. Ex^a e ao povo mineiro.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, muitas vezes, tenho me debruçado e pensado sobre este momento que estamos vivendo. É um momento em que o Presidente desta Casa se elege pela terceira vez, ganha a terceira eleição, mas em que continua o problema dentro do Senado Federal com o apoio de toda a imprensa – a imprensa formadora de opinião.

Eu me debruço sobre estudos. Nesses estudos, consultando entrevistas para tentar entender o momento atual, encontrei, no **blog** do Paulo Henrique Amorim, uma entrevista com o Professor Wanderley Guilherme

dos Santos, titular da Academia Brasileira de Ciências, diretor do Laboratório de Estudos Experimentais e Pró-Reitor de Análise e Prospectiva da Universidade Cândido Mendes, professor titular aposentado de Teoria Política da UFRJ e membro-fundador do IUPERJ.

São os seguintes os seus cinco últimos livros publicados: **Governabilidade e Democracia Natural** (Editora FGV, 2007); **O Paradoxo de Rousseau** (Editora Rocco, 2007); **Horizonte do Desejo** (Editora FGV, 2006); **O Ex-Leviatã Brasileiro** (Editora Civilização Brasileira, 2006); **O Cálculo do Conflito** (UFMG, 2003).

Sr. Presidente Mão Santa, essa é aquela entrevista que a gente gostaria de dar, em que se analisa o momento atual, fala-se sobre o passado, fala-se sobre as perspectivas de futuro. E fiquei com uma inveja tão grande que resolvi, Senador Mão Santa, Srs. Senadores, ler essa entrevista aqui no Senado Federal, nesta sexta-feira, visto que só temos aqui os oradores inscritos.

Pediria à Casa que a matéria constasse também nos Anais para que possamos refletir sobre este momento que o Senado e a sociedade brasileira estão vivendo.

A primeira pergunta feita ao professor é da seguinte forma:

Quando se fala em mídia como o “Quarto Poder”, qual é a primeira coisa que lhe vem à cabeça?

Resposta do professor Wanderley Guilherme dos Santos:

A primeira coisa que me vem à cabeça: não é uma particularidade nacional. Porque, na verdade, na teoria democrática clássica, não havia previsão para o aparecimento de um lugar institucional como poder político relevante. Então, você tinha o Parlamento e você tinha o Executivo. O Parlamento podia ser dividido em duas Casas, como quando tem Senado e Câmara, ou ser unicameral. O Executivo podia ser ou de gabinete ou uma Presidência da República. Mais o Judiciário, quando árbitro dos conflitos eventualmente surgidos entre as duas instâncias anteriores. Mas não havia, não há previsão, em nenhuma teoria, de algo, de uma instituição que veio a ser a imprensa. Como também, aliás, não havia para as Forças Armadas. Não se concebia que as Forças Armadas viessem a ser um ator político relevante.

Mas, sobretudo a imprensa. Porque, de certo modo, ela encarnaria não um poder, mas a vigilância do poder. Era a garantia do direito de opinião, a garantia do direito de expressão

de idéias e a garantia de vigilância dos poderes constituídos. Então, era muito mais um órgão defensivo e reflexivo do que interferente. A partir do momento em que você tem uma sociedade de massa, ou seja, o tamanho do eleitorado traz novidades para o funcionamento da democracia – ninguém jamais imaginou eleitorado de mais de dez milhões de pessoas –, isso também trouxe uma modificação do papel das instituições. Em princípio, elas interagem como estas massas que têm pesos.

O resultado foi que aquelas instituições que, de certa maneira, condicionam e influenciam a formação de opinião das massas, fazendo com que a disposição delas se altere ou se incline numa direção ou em outra, aquelas instituições passaram a ter um papel de importância.

A imprensa, os órgãos de comunicação e informação, na medida em que condicionavam e orientavam a inclinação desta população, e o peso delas se tornando cada vez maior dentro do funcionamento das democracias, fizeram com que esta instituição, a imprensa, passasse a ter um papel híbrido: de um lado, refletia o real; e de outro, ao mesmo tempo, interferia, interfere e condiciona as alternativas desse real.

É necessário deixar claro que isso não aconteceu por nenhuma conspiração, nenhum plano previamente estipulado. Foi assim, numa democracia de massa, com o problema do populismo, por exemplo. Este novo papel desempenhado pela imprensa, envolvida no seu papel constitucional, teórico, de expressão de opinião, controle e vigilância da ação dos Poderes Públicos, e, ao mesmo tempo, de cobrar responsabilidade dessa instituição pública, tem que ter norma a que deve obedecer, tem que ter instâncias de julgamento – como qualquer agente público. E não se trata de julgamento estritamente policial. Trata-se de julgamento político. Não existe consenso sobre como conciliar essa responsabilidade, que deve ser cobrada neste ato público, com o que é fundamental também numa democracia, que é o respeito à liberdade de imprensa, à liberdade de opinião.

Quer dizer, a liberdade de expressão de opinião é crucial, é essencial na definição do que é democracia. Quando essa expressão de opinião pode, de alguma maneira, trabalhar contra a democracia, cria um problema. É o mesmo problema que se coloca em relação a

partidos revolucionários. Democraticamente, é necessário que se permita a organização em partidos às diversas opiniões correntes. Agora, em que medida esse direito deve ser ou pode ser assegurado a partidos cujo objetivo é fazer com que desapareçam as instituições que permitam que eles existam? Isso é uma complicação numa teoria democrática. Então, este é um problema contemporâneo da imprensa – e não é só no Brasil: como conciliar os dois papéis que a imprensa tem. Primeiro, como instituição da sociedade privada de exprimir o que se passa no mundo e a opinião da população. Por outro lado, na medida em que se comporta como ator político, ter instâncias que cobrem responsabilidade política dessa instituição.

O jornalista pergunta:

Esse problema já foi resolvido em algum país?

Responde o professor:

Institucionalmente não. O que você encontra é uma evolução da cultura política e também do poder da sociedade civil, do poder privado. Na verdade, até agora não se criaram instituições consensuais para a solução desse problema, que tem sido resolvido pela idéia gradativa de redução da importância da imprensa como condicionadora das atitudes da população. Isso é o que tem acontecido nas sociedades ricas, porque dependem cada vez menos das políticas de governo, porque são ricas, porque a sociedade é abundante. Então a opinião que os jornais e as televisões começam a distribuir – dizer que o governo é isso ou aquilo – isso não tem consequência sobre a vida privada dos cidadãos. E por isso mesmo a opinião da imprensa deixa de ser relevante. Então o que tem acontecido nos países mais estabilizados não é que se tenham criado instituições de controle ou de chamada responsabilidade, mas que os jornais e as televisões vêm perdendo importância.

Pergunta agora o jornalista:

Especificamente no Brasil, como é que esse cenário se desenvolveu? Quem se aproveitou?

Responde o professor:

Quem se aproveitou eu não sei. No Brasil você tem uma circunstância peculiar, que

é o fato de que as empresas jornalísticas têm interesses empresariais também fora do circuito da informação. Então, isso faz com que as opiniões da imprensa não se apoiem apenas, como se diz, pelos preceitos de seus comentários, mas pelo interesse de matérias econômicas também, que são defendidos sob a desculpa, o contexto de que está sendo defendido o interesse da população. Então, este aspecto é o aspecto que não se encontra muito nos países desenvolvidos: a distância entre empresas, empresas jornalísticas que têm interesses comerciais e empresariais, além dos interesses jornalísticos.

Isso cria uma situação muito particular, porque, afinal de contas, os interesses econômicos e empresariais de proprietários de jornais deviam ter suas instâncias de defesa e não utilizar a imprensa para isso. Mas esta é a peculiaridade do Brasil. E é isto que se mistura com frequência no Brasil: as campanhas políticas desenvolvidas pela imprensa, sob o pretexto de que são questões que se querem públicas, mas, na verdade, são interesses privados dos próprios empresários jornalísticos.

Paulo Henrique Amorim costuma dizer que em nenhuma democracia importante do mundo os jornais e uma emissora de TV têm a importância política que têm no Brasil.

Responde o professor:

Quer dizer, só em países mais ou menos parecidos com o Brasil. Fora países, digamos, com renda *per capita* inferior a US\$30 mil dólares, fora países dessa faixa, isso não existe. Ou seja, em todos os países (com renda superior a 30 mil dólares), a imprensa não tem essa capacidade de criar crises políticas, como tem nos países da América Latina.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Posso terminar e depois debateremos? Senão perco a ordem.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O raciocínio, V. Ex^a jamais o perde, tenho certeza.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Está bom.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Olhe, é só o seguinte...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Deixe-me terminar essa leitura, Senador Heráclito, e passarei a palavra a V. Ex^a.

Aqui no Brasil, com essa importância política que os jornais e uma emissora de televisão têm...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – A soberba está contaminando muita gente nesta Casa. Fique à vontade, Senador.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Heráclito, V. Ex^a sabe que darei a palavra a V. Ex^a. Só não quero perder o raciocínio, porque tenho certeza de que haverá um debate abundante ao final.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não me diga que o raciocínio V. Ex^a perde, que fico triste!

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Vou encontrá-lo, então.

Pergunta:

Aqui no Brasil, com essa importância política que os jornais e uma emissora de televisão têm, como é que eles exercem esse poder?

Responde o professor:

O modo tradicional de exercer o poder em países como o Brasil, e isso tem acontecido historicamente com frequência, é a capacidade que a imprensa tem de mexer na estabilidade, ou seja, de criar crises cuja origem é simplesmente uma mobilização do condicionamento da opinião pública. O que a imprensa, nos países da América Latina e particularmente no Brasil, tem é a capacidade de criar instabilidades. É a capacidade que a imprensa tem de criar movimentação popular; de criar atitudes, opiniões, independentemente do que está acontecendo na realidade. Isso é próprio dos países latino-americanos, mais particularmente no Brasil, em que as empresas jornalísticas têm poder econômico e capacidade e disposição para a intervenção política. Então, a arma da imprensa no Brasil, o seu recurso diante dos governos é essa capacidade de criar instabilidade política.

Pergunta do jornalista ao professor:

Como é que o senhor vê o papel da mídia no Governo Lula?

Tem dois aspectos. O primeiro aspecto é o fato de o Governo Lula ser um governo inédito no Brasil. É realmente um governo cuja composição de classe, cuja composição social

é diferente de todos os governos até agora. Isso não foi e dificilmente será bem digerido. Agora, em acréscimo a isso é que, ao contrário do que se teria esperado ou gostariam que acontecesse, este é um governo que até agora tem se mantido fiel à sua orientação original, independentemente das discussões internas do grupo do PT. A verdade é que as políticas de governo têm prioridades óbvias, que são as classes subalternas. Isso é algo que irrita e, conseqüentemente, faz com que aumente a disposição da imprensa para acentuar tudo aquilo que venha dificultar e comprometer o desempenho do governo.

Pergunta o jornalista:

Em que outros episódios da História do Brasil a imprensa usou a arma da instabilidade?

No Brasil, tivemos em 1954, uma crise que resultou no suicídio de Vargas, em que tudo foi utilizado. Documentos falsos que foram apresentados como verdadeiros, testemunhos de estrangeiros que seriam associados a confusões internas...

Houve em 1955, na tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek. E em 1961, na crise de Jânio, na sucessão de Jânio. E em 1964.

Depois, durante o período autoritário, evidentemente, houve uma atuação explícita da imprensa. Não se falava a favor, mas também não se desafiava. Com o retorno da democracia, a imprensa interveio outra vez, na sucessão de Sarney, com todas as declarações e reportagens absolutamente falsas em relação ao candidato das forças populares, que já era Lula. Isso se repetiu nas duas eleições de Fernando Henrique, mas mais moderadamente. Foi bastante incisiva durante a primeira campanha. Na segunda, a imprensa se comportou razoavelmente. Houve certas referências, mas nada de escabroso.

Mas os dois últimos anos foram inacreditáveis em matéria de criação de fatos sobre nada: foi inacreditável [diz o professor]. Para 50 anos de vida política, é uma participação à altura dos partidos políticos e dos militares. Quer dizer, fazem parte da política brasileira os partidos, as Forças Armadas e a imprensa.

Outra pergunta ao professor:

Destes episódios que o senhor listou, qual o senhor acha que é o mais emblemático?

Responde o Professor Wanderley:

Eu acho que dois episódios: primeiro a tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek. Por quê? Porque Juscelino não era intérprete ou representante de uma classe ascendente. Ele pertencia à elite política. Era um homem do PSD, Partido Social Democrático. Juscelino era modernizador. Portanto, a tentativa de impedir a sua posse mostra o radicalismo e a intolerância das classes conservadoras brasileira. Quer dizer, naquele momento, não aceitavam nem mesmo um dos seus membros, porque era um modernizador. Este episódio é bem emblemático, não houve nada de dramático, de trágico ou suicídio, mas é um exemplo até onde pode chegar a intolerância do conservadorismo brasileiro. É impressionante. Esse foi para mim um episódio que define muito bem até onde o conservadorismo é capaz de violar os escrúpulos democráticos.

E o segundo? [Pergunta ainda o jornalista.]

É agora com Lula, porque a posse de Lula realmente revela uma nova etapa histórica no País. E revela o quanto o conservadorismo se dispõe a comprometer o futuro do País, pelo fato de o Governo estar sendo exercido pelo intérprete de uma nova composição social. Isto é, há um grupo parlamentar e há grupos privados – e neles se inclui a Imprensa – dificultando a implementação de políticas que são reconhecidamente benéficas ao País, porque estão sendo formuladas e implementadas por um Governo intérprete das classes populares. Isso é impressionante. Quer dizer, no fundo, aquilo que os conservadores dizem que as forças populares, segundo eles, para a esquerda, quanto pior melhor, na prática, quem pratica o quanto pior melhor são os conservadores.

E a última pergunta que o jornalista faz ao Professor Wanderley Guilherme dos Santos:

Por que, na opinião do senhor, a mídia se considera inatacável, indestrutível?

Ela se considera indestrutível porque ela tem razões para isso. Ou seja, uma das instituições que, até agora, vem resistindo à democratização, à republicanização do País é a imprensa. Um país moderno e democrático é um país em que não existe instituição ou pessoa com privilégios de direitos, pessoa que não seja submetida à lei. Na medida em

que a democracia se implanta nos países, se reduz o número de instituições e grupos sociais que não se submete à lei. Todo mundo fica, de fato, igual diante da lei. Isso vem acontecendo gradativamente, vagarosamente, mas inapelavelmente no Brasil. Na realidade, nós temos até que as Forças Armadas de hoje, no Brasil, estão mais democraticamente enquadradas, mais juridicamente contidas do que a imprensa. Hoje, é muito mais difícil para um representante das Forças Armadas violar impunemente as leis do que a imprensa.

Essa é uma entrevista, Sr. Presidente, Senador Paim, que eu gostaria de ter dado, de ter conhecimento histórico, do momento e sensibilidade para o que está acontecendo aqui, no Senado Federal. Vejo o nosso Presidente Renan, do qual me tacharam como tropa de choque – na verdade, sou uma tropa antichoque, porque, primeiro, vem de lá o choque: colocaram-no, fizeram aqui a terceira eleição para Presidente, e, um dia após ele ter sido, pela terceira vez, eleito Presidente desta Casa, um Partido que tem o nome de Democrata, vem a esta tribuna e diz que não o aceita na Presidência. Sinceramente, não consigo entender, não consigo ver no sistema democrático onde vale o voto e a vontade que foi colocada aqui pública, com toda a cobertura da imprensa. Não consigo ver como a democracia foi exercida na sua plenitude e, no entanto, um dia depois, um grande político, representante de um grande partido, histórico, com genética política, diz que não vai se submeter à vontade desta Casa.

“Vou participar ativamente, para ver até onde pode ir a truculência e o desrespeito ao voto nesta Casa. Vou observar e vou participar, como político, defendendo-me e submetendo-me à votação dos demais Senadores”, Senador Paim.

Eu passo agora a palavra – pedindo desculpas por não haver dado o aparte quando S. Ex^a me solicitou –, com certeza, ao Senador Heráclito, meu grande amigo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu nasci às margens do rio Poty, no Piauí. Peguei frieira na infância, impaludismo, enfim, tudo quanto é doença, e aprendi, na vida, a não esquecer as minhas origens e continuar humilde. Não há nenhum problema, Senador. Como é o nome desse cientista que V. Ex^a acaba de citar?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Trata-se de uma entrevista dele. É Wanderley Guilherme dos Santos, titular da Academia Brasileira de Ciências, Diretor do Laboratório de Estudos Experimentais, e Pró-Reitor de Análise e Prospectiva da Universidade Cândido Mendes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não, está bom. Eu já ouvi.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O Prof. Cândido Mendes é um Tucano.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu já ouvi. É muito convertido ao lulismo ultimamente. É o que mais defende... Não é tão Tucano assim, não. É colega de V. Ex^a, e eu respeito, mas não é tão Tucano assim, não. É anfitrião do Presidente. Mas essa é uma questão dele, não é nossa. Mas olhe: ele tem uma visão antolhada das coisas. Em determinado momento, se V. Ex^a pudesse repetir, ele cita as Forças Armadas, a classe política e o que mais?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – A imprensa, não é?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – A imprensa. Esquece a Igreja, Senador Paulo Paim. O papel da Igreja na História do Brasil, em todos os movimentos políticos... Ou se é herege, ou, então, esquecer o papel da Igreja é, no mínimo, sofrer de amnésia. A Igreja é tão importante até na transição recente para a democracia. Naquele momento em que o PT se recusou a colaborar e que, inclusive, o Senador Paulo Paim esclareceu uma posição que tínhamos como errada, a Igreja é e está sendo importante em todas as posições. Tanto é importante que agora mesmo, com relação a esse movimento anti-Vale do Rio Doce, o PT socorreu-se da Igreja. Agora, a amnésia dele é mais profunda, quando ele quer minimizar o papel da imprensa internacional, quer colocar que isso só acontece no Brasil, é um elitista; querer dizer que o Brasil é subdesenvolvido e que países dessa natureza têm a imprensa com esse poderio todo...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Só em países com renda *per capita* acima de 30 mil dólares.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é. É elitista do mesmo jeito.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Ela perde, e o poder da imprensa diminui nesses países.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador, caso mais histórico do poder de imprensa foi a renúncia do Nixon, que se deu pela reportagem de dois repórteres, virou filme, livro, e o Nixon renunciou. O segundo episódio nos Estados Unidos, do Clinton com a Mônica – não a de agora; a outra, Lewinski – mostrou que a imprensa tanto pode eleger como pode derrubar. Nós tivemos na França, há três anos, o Ministro do Interior, uma das figuras mais importantes, que foi derrubado porque a imprensa descobriu que ele tinha um caso com uma amante. Ai do país onde a imprensa não seja forte, não seja soberana, não seja altaneira. E me preocupa muito esse discurso cadenciado, de

descaracterizar a imprensa, de tentar minimizar a ação da imprensa. Nós temos na imprensa a boa imprensa e a má imprensa. Mas nós não podemos descaracterizar, principalmente V. Ex^a, que ocupa com muita honra essa cadeira de Minas Gerais, mas V. Ex^a substitui aqui um colega que é Ministro das Comunicações e que neste momento luta por uma TV estatal. Para quê? Exatamente para aumentar o poder de comunicação do Governo. Senador, esse discurso não se dá bem no seu perfil.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, Senador Heráclito, veja bem...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a é democrata.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Tanto me dá bem que eu procuro analisar este momento.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Substituto de um Ministro das Comunicações do Brasil.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Heráclito, veja bem, estou procurando entender o momento que estamos vivendo, entendendo o poder da imprensa neste momento. Porque o que eu não admito e não aceito é ter uma votação democrática aqui, ser votado o Presidente e ser reeleito. Foi a terceira vez que ele veio a este plenário e demonstrou confiança.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É outra história.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não é outra história.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É outra história. Não discuto a legitimidade de um resultado, tanto que não dou uma palavra sobre isso. É um resultado havido no plenário do Senado. Entretanto, não podemos...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Heráclito Fortes, temos sido vigiados. A imprensa e o povo sabem o meu voto. Ninguém tem dúvida quanto ao meu voto, que é linear. Sempre foi o mesmo. Mas não há razão para patrulhar e tentar identificar quem votou de um modo ou de outro. Sou contra isso.

Houve a votação, a imprensa fez o papel dela, e acabou aquele assunto. Foi arquivado. No entanto, todo dia, continua-se trazendo aquela questão. Eu não agüento mais a imprensa me perguntar toda manhã se o Presidente Renan vai renunciar ou não. Ele já disse que não renuncia, e V. Ex^a sabe disso. Ele sujeitou-se democraticamente à votação em plenário numa sessão fechada. V. Ex^a estava presente, assim como os demais 80 Senadores. Quando pensamos que havia

acabado e que a democracia tinha sido exercida, o mesmo problema continuou no dia seguinte.

Não concordo com isso, Senador Heráclito Fortes. V. Ex^a é um político experiente, admirado pelo seu povo e no Brasil – não só no Piauí – e de uma inteligência acima da média. Mas não posso aceitar esse fato, Senador Heráclito Fortes. Para mim, o caso foi resolvido anteontem. No entanto, ele continua. Essa situação é imortal, ou seja, não morre. Todo dia, procura-se ressuscitar.

Passemos para o próximo assunto que está no Conselho de Ética e vamos trabalhar no Senado. Tenho certeza de que V. Ex^a, se não fosse a questão partidária, estaria trabalhando. Entendo V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Aí é que está o problema: o próximo assunto no Conselho de Ética é o mesmo. Daí a imprensa ter uma certa razão de não colocar a questão de lado, Senador Wellington Salgado. Nós não temos o direito de pautá-la. Esse assunto ficará.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Nós estamos sendo pautados por ela, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas é a imprensa quem pauta.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Quem pauta é o diretor do jornal.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Quem pauta é o fato. Quando tivermos um fato, vamos pautar a imprensa. Temos Senadores que são conhecidos por pautar, mas pautar com notícia, e não com a caneta. Aliás, o PT, no começo, tentou seguir por essa linha, por isso me preocupa, Senador. Chegou-se a fazer um estudo, que depois foi desmentido, exatamente com o objetivo de cercear a liberdade de imprensa. Ontem os senhores fizeram aqui a apologia de um jornalista naquele artigo em que ele ofende o Piauí. Tudo bem!

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Foi um exemplo mal colocado.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pior do que isso foi ele ter colocado, ao lado, um quadro “quem é mais viúva do Renan?”, com o nome de jornalistas de respeito que exerceram aqui a sua profissão. Coloca o nome de cinco ou seis jornalistas, em uma falta de respeito, em um deboche a uma colega, extrapolando inclusive o exercício da profissão. Isso é o que temos de combater, no entanto fizemos apologia aqui ontem.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – V. Ex^a discorda totalmente deste texto que acabei de ler, desta entrevista?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não, veja bem, não discordo totalmente. Sempre se aproveita alguma coisa. Mas é pouco informado, porque omi-

tia a participação da Igreja na história. Esqueceu o episódio do Nixon em uma das nações mais ricas e mais democráticas do mundo. E o Japão. Agora mesmo tivemos suicídio no Japão porque a imprensa denunciou. Anteontem, um primeiro-ministro renunciou por denúncia da imprensa. Onde diabos ele foi buscar esse exemplo? A cabeça dele deve estar em Cuba, no Iraque. Está onde?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Está em países com menos de US\$30 mil de renda *per capita*.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Estamos, Senador, vendo agora um exemplo gritante que foi na Venezuela, onde se fechou uma televisão. Não podemos concordar com isso, principalmente V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, nesse ponto... Eu, em momento algum...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a tem uma responsabilidade dobrada.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, veja bem. Vamos deixar bem claro. Em momento algum falei em fechamento de órgão de comunicação. Isso é uma palavra de V. Ex^a. Eu coloco aqui, neste texto muito bem escrito, o seguinte: o poder da imprensa no Brasil atual. É esse o questionamento e esse o exemplo que trouxe aqui. O poder, bem escrito, demonstrando o que acontece. Não é que esse texto vá mudar esse poder ou que se vá criar regras para esse poder. Ele é bem claro aqui. Não há por que criar. Isso é um processo de amadurecimento que normalmente acontece nas democracias, melhorando a qualidade do povo. O que o autor entrevistado defende é que, melhorando a qualidade de vida do País, melhorando a renda *per capita*, o Estado não é mais atingido pelo poder da imprensa. É isso que está dito aqui.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É onde ele erra mais uma vez. Quanto maior a renda, maior o acesso da sociedade ao conhecimento, à leitura; mais se assiste à televisão, mais se lê jornal, mais se ouve rádio.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim, mas não de derrubar políticos, derrubar Estado, derrubar governo, pregar a crise. É isso que estou falando aqui. Eu, não, o entrevistado.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Estou dando exemplo do Nixon, estou mostrando o exemplo do Japão, recente, esta semana, estou mostrando o exemplo do Berlusconi, o exemplo do Clinton, que não caiu, mas balançou. Todo ele com trabalho da imprensa. O que estou vendo, Senador, é que há uma corrente aqui – estou querendo protegê-lo, para que V. Ex^a não

seja confundido – que prega duas coisas: ódio à Globo – uns dizem aqui pelas entrelinhas, outros são mais afoitos – e à imprensa. Isso é um erro. Aliás, eles deveriam assumir. Esse negócio com a Globo vem desde aquela campanha que o Lula perdeu, naquele debate para o Collor; é um assunto mal resolvido. Mas não cabe nem a mim nem a V. Ex^a entrar no assunto. Nós não estamos desse lado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não estou discutindo, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Exatamente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu estou dizendo o contexto que está sendo vivido, o que eu tenho visto, essa entrevista, na análise do contexto. Eu não estou pregando o fechamento, e V. Ex^a sabe que jamais pregaria isso.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas imagine o Sr. Wanderley...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu estou analisando o contexto. Vi que este texto reflete muito bem o contexto que estamos vivendo. Na minha opinião, este texto reflete isso.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O Sr. Wanderley quer uma imprensa que atenda aos seus caprichos, à sua intelectualidade. Não é isso. A imprensa não tem que escrever só o que a sabedoria do Sr. Wanderley alcança. Nós temos que ter uma imprensa que atenda a todos. Eu convivi, na Câmara, com colegas que só abriam o jornal na página de futebol, e eu ficava estarelecido. Queríamos falar de política, e ele abria o jornal para saber como estava o Fluminense ou o Flamengo. Há os que gostam de página policial e os que são loucos por política e querem ler a coluna. Isso é natural. Quanto mais rico o país, maior é a informação. Se prestarmos atenção, Senador, veremos que o número de leitores de jornal, no Brasil, é ridículo. Os números de quem acompanha os fatos são ridículos. No entanto, na História do Brasil, há fatos importantes em que a imprensa foi vigilante. Já pensou se a imprensa não denunciasse os alopados, aquele dinheirão todo, no Hotel Ibsen, em São Paulo? Aonde é que nós iríamos? E se a imprensa não denuncia a maneira como o Governo agiu na história dos cubanos? E se a imprensa não denuncia as torturas? Nós íamos jogar por baixo o papel da *Folha de S. Paulo* e do *Estadão*, na época da censura, publicando receita de bolo e versos de Camões? Não!

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Essa parte aqui, Senador Heráclito, é interessante para o debate que está acontecendo agora: “O modo tradicional de exercer o poder em países como Brasil, e isso tem acontecido historicamente

com frequência, é a capacidade que a imprensa tem de mexer na estabilidade, ou seja, de criar crises cuja origem é simplesmente uma mobilização do condicionamento da opinião pública”.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Mozarildo, esse Sr. Wanderley é o samba do crioulo doido! “A maneira tradicional”. Eu pensei que ele fosse petista, mas não é. Por quê? Será que é o PT que está governando de maneira tradicional?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu não o apresentei como petista.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não houve mudança não?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu não estou falando de petista.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas, veja bem, “a maneira tradicional de governar”. Então ele está decepcionado com o PT? Porque não poderia dizer nunca “a maneira tradicional de governar”. Cadê a mudança? Os vinte anos de promessa de mudança? Nem ele sente, e quer que o povo sinta? Um homem desse nível, que...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Ele prega que a grande mudança é feita no Governo Lula.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é, mas não enxerga.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – V. Ex^a discorda disso?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Ele está dizendo aí que é conservadorismo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, ele diz aqui...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Ele aí está dizendo que é a maneira conservadora. V. Ex^a acabou de ler. Que coisa!

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, ele diz aqui:

O primeiro aspecto é o fato de o Governo Lula ser um governo inédito no Brasil. É realmente um governo cuja composição de classe, cuja composição social é diferente de todos os governos até agora. Isso não foi e dificilmente será bem digerido. Agora, em acréscimo a isso é que, ao contrário do que se teria esperado ou gostariam que acontecesse, esse é um governo que até agora tem se mantido fiel a sua orientação original, independentemente das discussões internas do grupo do PT. A verdade é que as políticas de governo têm prioridades óbvias, que são as classes subalternas. Isso é algo que irrita e, conseqüentemente, faz com que aumente

a disposição da imprensa para acentuar tudo aquilo que venha dificultar e comprometer o desempenho do governo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador, nunca banqueiro ganhou tanto no Brasil como está ganhando no atual Governo. Qual foi a mudança estrutural que houve? O atual Governo foi buscar nos tucanos o Presidente do Banco Central... Será que esse Sr. Wanderley...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu estou falando de atividade social.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Será que esse Sr. Wanderley não olha que a corrupção no Brasil nunca teve número tão grande; que, só no que diz respeito às ONGs, são R\$30 milhões; e que esses R\$30 milhões, se destinados a obras sociais, teríamos um resultado bem mais positivo?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Heráclito, quanto às ONGs, eu, inclusive, sou membro dessa CPI e estou doido para que ela seja instalada. V. Ex^a sabe disso. Mas eu quero dizer o seguinte: V. Ex^a entende...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Presidente Paim, peço só mais um minuto, porque é um bom debate. Só mais um minuto.

Quero dizer o seguinte: Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a entende que este Governo, com todos os defeitos normais que todos os governos têm, não cuidou das classes mais necessitadas? V. Ex^a acha que isso não aconteceu com o Presidente Lula?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O mérito do Governo Lula – aliás, outro dia, o Senador Suplicy, que foi brilhante nisso, reconheceu – foi ter aproveitado o lado positivo do Governo Fernando Henrique e esses programas sociais. Apenas maquiou, botou *botox*. Botou *botox*! E ampliou alguma coisa...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – V. Ex^a acha que o Governo Lula é igual ao Governo Fernando Henrique? V. Ex^a acha que...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É pior! É pior!

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Com *botox*?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É pior, porque copiou um bom modelo, mas ficou com o que tinha de ruim: a corrupção desenfreada, Senador.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Como o assunto é a análise da imprensa, nós estamos lendo veículos de comunicação diferentes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O problema é que o artigo do Sr. Wanderley...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para ajudar. Senador Wellington, V. Ex^a está há 40 minutos na tribuna. O debate é excelente, e vou dar o tempo necessário para continuar. Mas estão me fazendo um apelo os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Mão Santa, que são os próximos inscritos.

Quero dizer que o debate sobre a liberdade, em todo sentido, da imprensa e sobre a liberdade das decisões do Plenário, é algo interessantíssimo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Numa frase eu concluo: vai ver que o Sr. Wanderley é mineiro e nasceu em Diamantina. Como dizia o Stanislaw Ponte Preta, “é o samba do crioulo doido”.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Paulo Paim, toda essa colocação do Senador Heráclito Fortes demonstra que estamos lendo dados diferentes, de veículos de comunicação diferentes. Não tenho por que defender o Governo do Presidente Lula. Sou peemedebista, estou na base de apoio. Agora, que este Governo fez mais pelos necessitados, isso não há o que se discutir.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Wellington Salgado de Oliveira, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo, de imediato, a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, que pacientemente está esperando aqui desde às 9 horas, e, em seguida, ao Senador Mão Santa.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quero, hoje, fazer alguns registros neste meu pronunciamento, pois não me foi possível fazê-los no dia adequado. Este mês foi muito tumultuado para todos nós e, evidentemente, algumas datas, cujo registro seria importante fazer no dia, não pude aqui mencioná-las.

Quero fazer, inicialmente, Senador Paulo Paim, referência ao dia 5 deste mês, dedicado como Dia da Amazônia, não só da Amazônia brasileira, mas da chamada Pan-Amazônia, que envolve também o Peru, a Colômbia, o Equador, a Venezuela, o Suriname, a Guiana (ex-Guiana Inglesa) e a Guiana Francesa. Desse território – que compreende a Amazônia em todos esses países mais o Brasil – 69% estão no Brasil. Portanto,

a maior parte da chamada Região Amazônica está justamente no Brasil. E a nossa Amazônia brasileira corresponde a cerca de 60% do território nacional.

Então, o dia 5 de setembro devia ter sido realmente comemorado e poderia ter sido um dia de grande debate. Infelizmente, não foi possível fazê-lo.

Quero aproveitar o registro do Dia da Amazônia, Sr. Presidente, para dizer que estou lendo o livro **Código da Vida**, do Dr. Saulo Ramos. Trata-se de um livro, realmente, muito interessante, em que ele, de maneira muito inteligente, conta não apenas a sua biografia, mas lances importantes da história do Brasil. Lamentavelmente, Sr. Presidente, deparei-me com uma parte que considero de extremo preconceito para com a Amazônia. Já que estamos falando do Dia da Amazônia, 5 de setembro, vou ler aqui, Senador Paulo Paim, o que ele escreveu:

Embora na conferência da OAB tivéssemos apenas abordado o problema, a verdade é que a Amazônia se tornou uma terra sem lei. Tudo ali é mentira [palavras dele, vou ler tudo]: títulos de propriedade privada de terra sobre áreas devolutas, de domínio público; derrubada de florestas, negócio altamente rentável, mas desgraçadamente destrutivo das riquezas ambientais; grileiros, ladrões, pistoleiros, assassinos, misturados com uns coitados que se dizem trabalhadores sem-terra, mas igualmente aventureiros, pois ninguém respeita a floresta. Todos matam a mata. Seja o poderoso grileiro, seja o modesto sertanejo que chegou a pé, todos têm tara pela tora [tora de madeira].

O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, órgão científico que reúne 2.500 cientistas do mundo todo, reunido em Paris decretou: o aquecimento global é irreversível e provocará mudanças intensas, longas e violentas.

Ele termina, dizendo:

“(...) os fantasmas das florestas derrubadas e incendiadas”.

Sr. Presidente, é de um preconceito com a Região Amazônica terrível. Quer dizer que lá só há bandido, ladrão, pistoleiro? E eu não sou um Senador pela Amazônia, não. Sou um Senador nascido na Amazônia. Conheço a Amazônia de dentro, por viver, por ser parte do povo da Amazônia. E não aceito que se tratem os 25 milhões de brasileiros e brasileiras que lá vivem – brancos, mestiços, índios, negros – dessa forma; por um homem que foi Ministro da Justiça e Consultor-Ge-

ral da República, e que lança um livro, atualmente um **best-seller**, dizendo isso sobre a Amazônia.

É verdade que ainda não li o livro todo, mas essa parte a que cheguei causou-me indignação. Vou terminar de ler o livro e vou, inclusive, estudar uma maneira de interpelar o Dr. Saulo Ramos porque nós, da Amazônia, não merecemos isso.

É evidente que, assim como em São Paulo, cidade do Dr. Saulo Ramos, há ladrão, na Amazônia também há. Como existe bandido na Amazônia, em São Paulo também existe. Agora, dizer que tudo na Amazônia é mentira, que todos lá são bandidos, é um crime que ele está cometendo. Para um jurista do nível dele é imperdoável. Vou continuar lendo o livro, mas me senti chocado, como amazônida, com essas palavras do Dr. Saulo Ramos.

Então, faço o meu registro, digamos, favorável, ao Dia da Amazônia, mas afirmo que a Amazônia tem sido, inclusive por esse tipo de preconceito, colocada como aquela Geni da música popular. Por tudo, joga-se pedra na Geni. A Amazônia é a culpada pelo aquecimento global. E não é culpada por acaso a emissão de gases, pelos carros, ônibus e caminhões em São Paulo, no Rio ou em Minas? Eles não produzem aquecimento global? E os países desenvolvidos do mundo, que têm suas fábricas, aviões, etc., queimando combustível fóssil e queimando o meio-ambiente? Isso não conta? Agora, a Amazônia, não. E inventam esse pretexto para quê? É evidente que existe gente séria pensando assim, e há estudos científicos sérios que levam a essa conclusão, mas, por trás disso, o que há de verdade é um colonialismo moderno dos países ricos, do chamado G-7, que querem manter os países em desenvolvimento de alguma forma estagnados. Interessa para eles que o Brasil possa explorar os seus minérios, pagar sua dívida interna e externa e ser um País de primeiro mundo? Não interessa a eles. É evidente que não interessa. Então, não vamos deixar explorar a Amazônia.

Têm mais valor o bicho e a árvore do que o ser humano que está lá. Hoje, somos um País acuado por um esquema de ecoterrorismo, tanto que nas nossas cédulas de Real, Senador Paulo Paim, só tem bicho. Da cédula de um real à cédula de cem não tem um vulto da nossa história. Somos um País feito só por bicho, como se só houvesse bicho aqui.

Fico realmente revoltado e, como homem da Amazônia, não aceito esse tipo de colocação. Lá nasci, estudei, formei-me médico e trabalhei 14 anos na minha profissão. Orgulho-me de ser amazônida, e o Brasil deveria agradecer por a Amazônia ainda ser brasileira.

Todo mundo diz que os países ricos do mundo cobiçam a Amazônia. Eu quero convidar os brasileiros

a cobiçarem a Amazônia. Quero convidar os brasileiros a quererem bem a Amazônia, a irem visitar a Amazônia, a fazerem turismo na Amazônia, para não deixar a Amazônia ser isolada e apedrejada da forma como está sendo pelo Dr. Saulo Ramos, que deveria, ao contrário, mostrar as injustiças que a Amazônia vem sofrendo por todos os Governos Federais até agora.

Sr. Presidente, depois do registro da minha indignação, quero aqui fazer alguns outros registros. Um registro muito importante e saudável é o do 18º ano da Universidade Federal de Roraima. É uma universidade jovem, que, para minha felicidade, surgiu de um projeto de minha autoria quando Deputado Federal. O projeto, autorizativo, aprovado pela Câmara e pelo Senado, foi convertido em lei pelo então Presidente José Sarney, hoje Senador e levou o número 7.364, de 1985.

Somente quatro anos após a sanção da lei a universidade foi implantada. Hoje, dezoito anos depois, nossa universidade tem 400 docentes, sendo 106 doutores, 194 técnicos administrativos e 24 cursos de graduação nas mais diversas áreas do conhecimento.

Portanto, parabênz aqui a Universidade Federal de Roraima, na pessoa do seu Reitor, Roberto Ramos, bem como todo corpo docente e discente, os alunos, que são os maiores beneficiários com a existência da universidade, e toda comunidade do Estado por termos hoje uma universidade consolidada, mas, evidentemente, como todas as outras universidades, carente.

Também não poderia deixar de fazer um registro de que os nossos professores, reunidos em assembléia, aprovaram um indicativo de greve nacional. Novamente uma greve que os professores têm toda razão em fazer, mas cuja conta quem paga é o aluno. Lamento que, se essa greve acontecer, haja esse prejuízo, mas os professores têm razão em fazer a greve. Eles têm toda razão porque são mal pagos e não têm a atenção devida. Parece, dá a impressão de que há um interesse em sucatear a universidade pública neste País.

Mas quero dizer aqui que estou solidário aos professores e fazer um apelo ao Presidente Lula e ao Ministro da Educação... Inclusive, hoje há um encontro da Andifes, que é a associação dos dirigentes das universidades federais, que vai discutir justamente a questão do ensino superior. É o registro, portanto, positivo que faço da Universidade Federal de Roraima.

Quero também, Sr. Presidente, dizer que, no dia 13 de setembro de 1943, o grande Presidente, o grande estadista Getúlio Vargas fez uma redivisão territorial. Preocupado em ocupar as fronteiras, principalmente da Amazônia, em desenvolvê-las e garanti-las, ele criou os territórios federais. Na época, criou o Território do Guaporé, que hoje se chama Rondônia, de Rio Branco, que hoje é o Estado de Roraima, do Amapá,

que é o Estado do Amapá, e de Foz do Iguaçu e Ponta Porã, que, na Constituinte de 46, foram reincorporados aos Estados de origem. Ficaram, portanto, três territórios federais, que hoje são Estados, o que mostrou o acerto de Getúlio Vargas, na década de 40, de criar os territórios federais.

Na Constituinte de 88, tive a honra de encabeçar uma luta, junto com os colegas Deputados de Roraima e do Amapá, para transformar esses Territórios em Estados. Hoje somos um Estado que, evidentemente, tem muitos problemas para resolver, sendo que os maiores dos quais não estão resolvidos por culpa do Governo Federal, principalmente no que tange às terras.

Quero aqui também fazer outro apelo ao Governo Federal com relação aos funcionários do ex-Território de Roraima, que estão num quadro em extinção e são tratados como se eles, funcionários, estivessem extintos. Sabe por quê, Senador Paim? Porque os pequenos ganhos que o servidor federal de modo geral tem não são estendidos aos servidores federais dos ex-Territórios, porque ninguém mais entra nesse quadro dos ex-territórios, só sai, ou por aposentadoria ou por morte.

No entanto, é negado a eles, tanto aos funcionários civis como aos da Polícia Militar. as vantagens que os outros funcionários federais têm.

Registro, portanto, o aniversário do ex-Território Federal de Roraima e faço este apelo ao Governo Federal para que olhe para os servidores do ex-territórios e lhes dê as mesmas mínimas garantias que os funcionários federais têm de um modo geral.

Meu registro positivo mostra, Senador Paulo Paim, como a redivisão territorial é importante, principalmente na Amazônia, onde os Estados são gigantescos. Sozinho, o Amazonas é maior do que os setes Estados do Sul e Sudeste juntos. Então, é inadmissível pensar que o Estado do Amazonas possa dar cidadania a quem mora naquelas fronteiras lá de São Gabriel da Cachoeira, de Tabatinga, de Santa Isabel... É difícil, quase impossível para o Governador fazer uma administração em um Estado que é maior do que os sete Estados do Sul e do Sudeste. A mesma coisa com o Pará, um Estado gigantesco que tem uma área equivalente aos setes Estados do Sul e Sudeste.

Então, é preciso também que nós pensemos, ao fazer essa referência à Amazônia e à criação dos ex-territórios, em uma redivisão territorial do nosso País para ensejar o desenvolvimento harmônico das regiões mais pobres do País, atendendo, inclusive, ao dispositivo constitucional de eliminar as desigualdades regionais.

É importante que, referindo e registrando a criação dos ex-territórios, mostrando, portanto, o acerto da redivisão territorial, nós possamos discutir... Aliás, nós já estamos discutindo, porque aqui no Senado já

foram aprovados vários projetos propondo a criação de novos Estados, que estão, infelizmente, engavetados na Câmara dos Deputados.

Por fim, Senador Paim, faço mais um registro positivo, com relação à Igreja Batista Regular de Boa Vista, que, no dia 15 de setembro, vai completar mais um ano de existência. Ela foi a primeira igreja evangélica de Boa Vista, capital do meu Estado. E quero pedir a V. Ex^a, assim como também em relação aos outros documentos, que seja transcrito como parte integrante do meu pronunciamento o histórico da Igreja Batista Regular de Boa Vista, como uma homenagem àquela Igreja que se instalou lá em 15 de setembro de 1944, há 63 anos, portanto.

Quero fazer este registro e dizer, ao final, Sr. Presidente, pedindo a transcrição desses documentos, que V. Ex^a também, que preside a sessão agora, estude junto à Mesa uma forma para que nos unamos para, pelo menos, pedir respeito ao povo da Amazônia. Pelo menos isso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mozer, eu gostaria de participar.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Senador Mão Santa, com muito prazer, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sem dúvida nenhuma, V. Ex^a traz a esta Casa sempre os melhores temas. Norberto Bobbio chegou à conclusão de que a missão mais importante de um Parlamento, que sua força é fazer denúncias. Então, V. Ex^a está denunciando uma necessidade. Eu, particularmente, quero dizer que tenho uma história a contar.

Deus me permitiu criar no Estado do Piauí 78 novas cidades. Povoados foram transformados em cidades. Não foi idéia minha, não – não sei roubar nem idéia dos outros –, mas do ex-Senador Freitas Neto, que V. Ex^a conheceu, um iluminado. Ele pegou o Governo do Estado com 115 cidades e criou 30, inclusive as cidades de que fui prefeito. E elas prosperaram. Então, eu as peguei e embalei – povoados em cidades. Além do que se vê – praças para namorar, avenidas iluminadas, mercados para comercializar, escolas para educar, hospitais para saúde e cadeias –, o essencial é invisível aos olhos. Ao transformar povoados em cidades, está-se dando oportunidade de aparecimento de novos líderes, vereadores, vice-prefeitos e prefeitos, chamando às responsabilidades. Em muitas dessas cidades criadas, os filhotes, os líderes se transformaram em prefeitos das capitais. Nos Estados, é a mesma coisa. Vimos os Estados novos, como o de V. Ex^a, o Tocantins, o Mato Grosso, e um exemplo bem grande: o mapa do Brasil e o mapa dos Estados Unidos da América. O de lá parece um azulejo, tudo igual. O meu Estado

querido é comprido, a gente sai do mar para ir para a Bahia. É mal dividido como se vê, e querem dividir. Eu cito o exemplo dos Estados Unidos, que têm uma área geográfica praticamente igual e têm 50 Estados. O México é menos do que a metade e tem 35, e aqui está do meu lado Chiquinho Escórcio, homem vitorioso, empresário que ajudou a construir Brasília. Esse teto foi feito pela empresa dele; milhares de funcionários estiveram aqui para mantê-lo. Começou com Juscelino; depois, entrou na política e chegou ao Senado, o que nos honra. Ele deixou um projeto estudando esta Brasília. Esta Brasília está errada. Outro dia, eu fui a um debate num canal de televisão, Gênesis. V. Ex^a vê essas cidades satélites sem força administrativa. É hora de elas se transformarem em autônomas, de termos um Estado do Entorno aqui, deixando Brasília apenas como unidade federal, essa unidade administrativa em que o Presidente da República nomeia um administrador. Esse novo Estado que ele defende, o Estado do Planalto Central, pegando as cidades satélites e algumas de Goiás e Minas, também é uma idéia. Meus Parabéns. Eu torço para que o Piauí faça nascer o Estado que o povo deseja.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a aborda com muita propriedade esse tema da redivisão, desde a interna, com a criação de Municípios. Vejamos o exemplo de Santa Catarina, Senador Paim. É um Estado pequenino em termos de área geográfica e tem mais de 600 Municípios. Minas Gerais tem mais de 800 Municípios. Então, o Estado que é mais bem dividido em termos de Município é mais desenvolvido. Da mesma forma o País. Um país do tamanho do Brasil – como bem disse o Senador Mão Santa –, tirando o Alasca, os Estados Unidos têm área geográfica igual à do Brasil, os Estados Unidos têm 50 Estados, o Brasil tem 26 mais o Distrito Federal. E o Distrito Federal é outro exemplo positivo de redivisão territorial.

O que Juscelino fez quando criou Brasília? Tirou um pedaço de Goiás, criando o Distrito Federal. Vejam o que se induziu no sentido de desenvolvimento para Goiás, para o Centro-Oeste, para o Brasil, inclusive para o Norte. Se a capital ainda fosse o Rio de Janeiro, como seria? Brasília foi um exemplo de redivisão territorial positiva.

Goiás perdeu uma parte para o Distrito Federal e depois outra para se criar o Tocantins – cuja arrecadação, que representava 4% da de Goiás, é hoje equivalente à arrecadação goiana. Entretanto, Goiás cresceu muito com a redivisão, como cresceu o Mato Grosso com a criação do Mato Grosso do Sul e Rondônia, tirando-se uma parte de Mato Grosso e do Amazonas.

O meu Estado, Roraima, o menor da Federação em termos de população, não pode nem comparar-se com o Município de Barcelos, que é vizinho ao nosso, foi capital do Amazonas e tem hoje cerca de 30 mil habitantes. Roraima, atualmente, tem estrada asfaltada ligada à capital do Amazonas – Barcelos não tem –, à Venezuela e à Guiana. Como falei aqui, há, no meu Estado, uma universidade federal, um centro federal de ensino tecnológico e seis instituições particulares de ensino superior. Haveria isso, Senador Paulo Paim, se Roraima ainda fosse Município do Amazonas? Evidentemente, não.

A redivisão territorial é benéfica. Entretanto, quando se fala nesse assunto, vêm alguns interesses escusos alegando que se gastará muito dinheiro com a criação de cargos. Mas qual é o objetivo dos recursos que a União arrecada senão o que consta na própria Constituição? É imperativo, dever da República eliminar desigualdades regionais. E como se vai eliminar? Com o Bolsa-Família? Com certeza, ele não eliminará desigualdade regional. Obviamente, o Bolsa-Família é um excelente programa social que está resgatando, realmente, da miséria extrema muitas famílias, mas a verdadeira eliminação das desigualdades regionais e sociais se fará com a oportunidade de emprego para todos e, portanto, passam, Senador Paulo Paim, pela criação de novas unidades da Federação, começando pelo Estado do Planalto Central proposto pelo Senador Escórcio, pelo Estado do Tapajós e pelo Estado do Carajás, ambos no Pará, pelo Estado do Araguaia ou Mato Grosso do Norte, no Mato Grosso, e de três territórios federais que foram propostos no Oeste da Amazônia.

Eu sou um defensor ferrenho da divisão territorial porque o meu Estado hoje existe e tem, proporcionalmente, o maior índice de universitários relacionado com a população do Brasil porque foi fruto de uma revisão territorial, passando por território federal e, depois, transformado em Estado.

Encerro meu pronunciamento voltando a homenagear todos os milhões de amazônidas que me ouviram hoje e dizer da minha homenagem pelo Dia da Amazônia, meu protesto contra as palavras do Dr. Saulo Ramos, homenagear a minha Universidade Federal de Roraima, os funcionários do ex-Território Federal de Roraima e também a Igreja Batista Regular do meu Estado.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

HISTÓRICO DA IGREJA BATISTA REGULAR DE BOA VISTA

No início da década de 1940 os missionários Garnet e Fernanda Trimble, membros da Baptista Mid-Missions, chegaram a Boa Vista, com o propósito de pregar o evangelho do Senhor Jesus Cristo e o sonho de organizar uma igreja. Não era uma missão fácil, se consideradas as dificuldades da época. Um rincão distante deste grande Brasil, sem infra-estrutura básica e pobre comunicação até mesmo com as demais unidades do país, era um desafio pra quem tinha fé.

A ignorância da Palavra de Deus era total, a população de então desconhecia a Bíblia e quase nada sabia do verdadeiro ensino do Senhor Jesus.

Aliados a uns poucos desbravadores “protestantes” que já habitavam esse distante território, depois de algum tempo de dedicado serviço, organizaram em **15 de setembro de 1944** a 1ª igreja evangélica de Boa Vista. Nascia assim o trabalho dos **batistas** no hoje Estado de Roraima.

Lutaram contra pressão e perseguição da igreja dominante, mas não desistiram.

Em meio à luta dos primeiros anos, Deus deu ao casal Trimble alguns ajudantes valiosos. O primeiro socorro foi a missionária Lois Martenson, enfermeira americana que se tornou um poderoso instrumento para Deus abrir muitas portas à pregação do evangelho. Com a diminuta assistência médica da cidade, ela era chamada a prestar consulta em qualquer ponto da capital. Logicamente que além de cuidar do corpo, cuidava da alma de seus enfermos, dando-lhes o evangelho. Através desse método, muitas pessoas ouviram a Palavra. Ainda hoje, há pessoas na Igreja de Boa Vista, que foram alcançadas por “Miss Lois”, como ficou conhecida. Um exemplo é Lélia Ribeiro, que se converteu a Cristo depois de um longo tratamento “médico” com a missionária. O trabalho da obreira foi tão notório, que após a sua morte, no meio dos anos 80, nos Estados Unidos, a Câmara Municipal de Boa Vista a homenageou-a, dando o seu nome a uma rua da cidade.

Depois da enfermeira, chegou o missionário, também americano, Harold Burns, que algum tempo depois casou-se com a jovem missionária, Miriam Gilbert. Embora tenham trabalhar com os índios Macuxis, Haroldo e esposa foram sempre uma ajuda para o casal Trimble, Haroldo serviu, como pastor interino por três vezes, desde que a igreja foi organizada.

Vários pastores brasileiros sucederam os missionários americanos e continuaram a obra, que hoje se consolida numa igreja forte, e mantém os seus princípios arraigados e fundamentados na Bíblia, sem se deixar influenciar por modismos de época.

Dessa célula inicial várias igrejas e congregações foram organizadas em muitos bairros da capital, nos Municípios, nas malocas macuxis e hoje seus missionários são enviados para outros estados, outros países e até em Instambul há obreiros sustentados pela Igreja Batista Regular de Boa Vista, através de seus membros.

É uma igreja totalmente autônoma, auto-sustentada pelos dízimos e ofertas de seus membros.

Valiosa contribuição essa igreja tem prestado ao Estado. Não só no campo espiritual, mas na educação secular, através da Escola Boas Novas da Fundação Elim e do próprio trabalho de educação e capacitação de seus congregados, no desenvolvimento dos diversos ministérios. Na igreja não há analfabetos, o novo convertido analfabeto, logo é induzido a aprender a ler para ter o privilégio de ler a Bíblia.

A Igreja Batista Regular de Boa Vista também exerce o seu papel social junto às comunidades onde está inserida. Os idosos, as viúvas e os mais necessitados são apoiados e assistidos, tirando esse ônus do governo.

Projetos bem elaborados e executados por seus fiéis, atingem vários grupos sociais. Um cuidado especial é dado às famílias, através do "Ministério de Casais", aos jovens, adolescentes e crianças também são prestados valiosos serviços sistemáticos e contínuos, preparando-os para serem cristãos cidadãos, úteis à sua comunidade.

Assim tem prosseguido essa comunidade cristã, que está completando seu 63º ano de organização. Seu trabalho se expande e fortalece a cada ano que passa.

Hoje, a igreja sob a direção do Pr. João José da Silva, oriundo do Rio de Janeiro, tem uma visão de futuro ousada, onde o limite é o mundo. Pastores e missionários estão sendo enviados cada vez em maior número para cumprir o "ide" do Senhor Jesus.

As comunidades indígenas estão recebendo especial atendimento, com apoio dessa igreja. Seus pastores são índios e recebem ofertas, apoio logístico e preparação, para atuarem como líderes espirituais. Caravanas de "crentes" se deslocam às malocas para visitar e interagir com os irmãos indígenas. Os índios crentes não se envolvem em conflitos e embates, mas têm as suas comunidades em perfeita harmonia com os demais brasileiros ao seu redor.

Nesse dia (15/09) a IBR de Boa Vista está reunida em grande festa espiritual, comemorando mais um ano de sua existência e profícuo trabalho cristão.

História de Roraima Vargas cria os territórios

No dia 13 de setembro de 1943, no Palácio do Catete. O Rio de Janeiro ainda é a Cidade Maravilhosa e capital da República. O presidente Getúlio Vargas despacha com o ministro da Justiça e acaba de assinar decretos criando cinco territórios federais, dentre eles o Território Federal do Rio Branco, condição a que foi elevado o município de Boa Vista do Rio Branco, pertencente ao Estado do Amazonas.

A notícia ainda levou alguns dias para chegar a Boa Vista, e o seu primeiro governador só depois de nove meses chegaria à capital do Rio Branco, nova condição da cidade de Boa Vista. Na verdade, o primeiro governador seria nomeado em 17 de abril do ano seguinte.

Em um dia qualquer, depois de 13 de setembro em Boa Vista. O jovem comerciante Said Samou Salomão, próspero, aos 28 anos de idade, comenta, ao receber a notícia da criação do Território: "Desde que cheguei aqui, no Rio Branco, que só escuto falar na estrada para Manaus e na criação do Território. O Território chegou; a estrada ninguém sabe quando poderá vir".

Duas jovens senhoras, Camen Refkalefski e Teresinha Brasil, a última, esposa do ex-prefeito Adolfo Brasil, estavam muito alegres, a exemplo de todo mundo na cidade. Elas contam que todos estavam festejando e já perguntavam quem seria o primeiro governador. Dona Teresinha conta que o marido mandou levar a notícia a todas as suas fazendas e às fazendas vizinhas.

Em junho de 1944, Boa Vista, capital do Rio Branco. Há nove meses que a população de Boa Vista aguardava a chegada do governador. O primeiro da História do Rio Branco. Mais de 500 pessoas na rampa do improvisado porto, na pequena praça escorrida da Rua Floriano Peixoto, próximo à Matriz (hoje praça Barreto Leite).

"A cidade toda parece estar aqui", comentava dona Carmen Refkalefski. "Veio gente até das fazendas, minha amiga", esclarece dona Teresinha Brasil. Ambas estão no porto, aguardando o desembarque do governador, que já demorava a aparecer.

A embarcação estava fundeada há mais de duas horas. O sol muito quente. Já era quase meio-dia. Entre as autoridades da terra, postadas à espera, circula a notícia: "os discursos estão

sendo censurados a bordo". Isto durou de 10 horas ao meio-dia.

Meio-dia de sol a pino. Finalmente o governador desponta na prancha de desembarque: o capitão Ene Garcez dos Reis, alto, magro, "quase bonito". Mas de feições duras.

Atrás dele os seus secretários, que na realidade diretores, pois na época não existia cargos de secretários. Cerca de 20 pessoas. Entre essas, os diretores de divisão: João Gonçalves, médico, da saúde; Paulo Soter da Silveira, cunhado do governador e secretário-geral, o único secretário, portanto, equivalente ao cargo de vice-governador, e que manteria laços políticos como o Rio Branco por longos anos; o engenheiro-agrônomo Ataliba, da Divisão de Produção, Terras e Colonização; Pandiá Pires, chefe de Polícia; os médicos Guerra, Sílvio Botelho e outros, o veterinário Cerquinho e outros, muitos dos quais iriam fixar-se, casar-se e viver em Boa Vista, alguns por muitos anos, outros por toda a vida.

O Governador Ene Garcez, não tomou conhecimento da recepção que lhe era feita. "Não quero saber de coronéis de barranco", teria dito. E passou direto para a prefeitura, um grande prédio ao lado, onde assumiu o governo.

Poucas pessoas foram autorizadas a entrar na prefeitura. O forte aparato policial de mais de 200 homens, trazido pelo governador, não deixava dúvidas de que o governo que se instalava no prédio da Prelazia, cedido para sede do Governo, seria duro e ditatorial.

A família riobranquense iria sentir isso na própria carne, a partir dos próximos dias, a começar pelo horário de recolher, às 18 horas, e a proibição de ajuntamentos, ou formação de grupos na rua - a qualquer hora - com mais de três pessoas.

Os homens tidos como valentes ou arruaceiros, foram caçados pela polícia e espancados, "para aprender a lição". Todos aprenderam. Um campo de concentração foi montado no terreno da prefeitura, à beira do rio.

O Governo Garcez durou 18 meses. Com a queda de Getúlio Vargas, em 45, o governador foi exonerado a 22 de fevereiro de 1946.

"Até que ele não era ruim", diziam, anos mais tarde, pessoas que chegaram a conviver com Ene Garcez, contando que, junto ao governo federal, o Rio Branco tinha fama de império do banditismo.

O próprio Vargas, ao dar-lhe posse, Ter-lhe-ia dito: "Vá para lá, seja duro e acabe com aqueles bandidos do Rio Branco".

Um jantar oferecido pela Associação Comercial do Rio Branco, muitos meses depois, foi a primeira confraternização de Ene Garcez com a sociedade local. "Ele começava a ver que as informações que lhe haviam oferecido no Rio de Janeiro, não eram verdadeiras, conta Said Salomão, que chegou a manter cordial relacionamento com Garcez.

Fonte:

Revista Diretrizes - Edição Histórica

Ano 1 nº 2 - Boa Vista-RR

Direção: Laucides Oliveira

Conheça Boa Vista...

Dados sobre a região, aspectos populacionais e geo-políticos

Boa Vista foi o primeiro povoado caracteristicamente urbano de Roraima. No século XIX, quando inúmeras fazendas estabeleceram-se ao longo dos rios que compõe a bacia do Rio Branco, teve início a formação de um pequeno povoado que se chamou Freguesia de Nossa Senhora do Carmo.

Em 09 de julho de 1890, pelo Decreto estadual nº 49, a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo foi elevada à categoria de Município de Boa Vista do Rio Branco, pelo governador do Amazonas Augusto Ximeno de Villeroy. A instalação do município foi feita, em nome do Governador, pelo Capitão Fábio Barreto Leite, em 25 de Julho do mesmo ano.

O primeiro prefeito de Boa Vista foi o Coronel João Capistrano da Silva Mota. Os primeiros vereadores, denominados na época de intendentess, foram José Francisco Coelho e José Gonzaga de Souza Junior.

Na década de 1930, uma fazenda do Império, que deu origem a um pequeno núcleo populacional formado nas terras ao redor, passou a chamar-se Boa Vista, e deu nome definitivo ao lugar.

Pelo decreto 5.812 de 13 de setembro de 1943, o município de Boa Vista se desmembrou do estado do Amazonas e passou a ser Território Federal do Rio Branco, no mandato do presidente Getúlio Vargas. O primeiro governador foi o Capitão Ene Garcez dos Reis. A cidade tornou-se capital do Território Federal em 1944.

Em 1962 houve a mudança de nome do território para Roraima, pela lei nº 4.182, de 13 de dezembro, promulgada pelo Congresso Nacional a pedido do deputado Gilberto Mestrinho. Em 1988 foi criado o Estado de Roraima.

A capital está localizada à margem direita do Rio Branco. O clima é quente e úmido, com duas estações climáticas bem definidas: a estação das chuvas, de abril a setembro, e o verão, de outubro a março. A temperatura varia de 20° a 38°C, sendo a média anual em torno de 27,4° C.

A arquitetura das áreas mais antigas, próximas ao rio, realça o estilo da virada do século XIX e XX: o neoclássico, que tentou reerguer com certo romantismo as formas romanas e gregas da antiguidade. Os traços neoclássicos podem ser facilmente identificados nos contornos umbrais da cidade.

A cidade é plana, quem vê do alto pela primeira vez fica impressionado com o traçado urbano moderno e pela sua arborização. As avenidas largas convergem para o Centro, num leque urbano planejado nos anos 30 pelo arquiteto Alexandre Dornusson, que lembra a antiga Paris.

Boa Vista está a uma altitude de 90m acima do nível do mar, a 2° 49' 17" de latitude norte e 60° 39' 50" de longitude ocidental e possui uma área de, aproximadamente, 5.711,9 km². Quanto ao fuso horário, Boa Vista está 1 hora a menos que Brasília.

Situada no Hemisfério Norte, a cidade limita-se ao Norte com os municípios de Normandia, Pacaraima e Amajari; ao Sul, com os municípios de Mucajaí e Alto Alegre; a Leste, com os municípios de Bonfim, Cantá e Normandia e a Oeste com o município de Alto Alegre.

A imigração em massa para Boa Vista começou em 1980, com a descoberta do garimpo. Em 1950 a população era de 5.132 habitantes. Segundo o IBGE, esse

Distância rodoviária de Boa Vista para outros municípios

Alto Alegre - 89 Km
Amajari - 154 Km
Bonfim - 120 Km
Cantá - 30 Km
Caracará - 155 Km
Caroebe - 358 Km
Iracema - 93 Km
Mucajai - 55 Km
Normandia - 190 Km
Pacaraima - 220 Km
Rorainópolis - 298 Km
São João da Baliza - 320 Km
São Luís do Anauá - 336 Km
Uiramutã - 306 Km

Outras Localidades:

Boa Vista – Manaus (Amazonas) 758 Km
Boa Vista – Santa Elena do Uairén (Venezuela) 230 Km
Boa Vista – Caracas (Venezuela) 1.582 Km
Boa Vista – Georgetown (República da Guiana) 641 Km
Boa Vista – Lethem (República da Guiana) 125 Km

Como chegar em Boa Vista?**Via rodovia:**

BR-174 – Pela Venezuela ou Amazonas
BR 401 – Pela República Cooperativa da Guiana.

Via aérea:

Manaus – Varig, Gol ou Meta
Georgetown (República Cooperativa da Guiana) – Meta

Área territorial – 5.117,9 quilômetros quadrados, o equivalente a 2,26% do total do Estado.

Clima tropical quente úmido.

Temperatura média varia de 21 a 36° C

Hotéis:

Uiramutam Palace – Avenida Capitão Ene Garcez, 427 – Centro
Telefone: (95) 3624 - 4700
Site: www.uiramutam.com.br
E-mail: reservas@uiramutam.com.br

Hotel Euzébios – Rua Cecília Brasil, 1517 – Centro
Telefone: (95) 3623-0300
E-mail: hoteleuzebios@uol.com.br

Aipana Plaza Hotel – Praça do Centro Cívico, 53 – Centro
Telefone: (95) 3224-4800
Site: www.aipanaplaza.com.br
E-mail: reservas@aipanaplaza.com.br

Hotel Barrudada – Rua Araújo Filho, 228 – Centro
Telefone: (95) 3623-1378 / 3623-1710

Itamaraty Palace Hotel – Av. Nossa Senhora da Consolata, 1957 – São Vicente
Telefone: (95) 3224-9113 / 3224-9257
Site: www.hotelitamaraty.com.br
E-mail: hotelitamaraty@uol.com.br

Hotel Ideal – Rua Araújo Filho, 533 – Centro
Telefone: (95) 3224-6342

Hotel Almada – Rua Amajari, 875 – São Vicente
Telefone: (95) 3224-0820
E-mail: almada@uze.com.br

Hotel Farroupilha – Av. das Guianas, 1542 – São Vicente
Telefone: (95) 3624-4226

Hotel Três Nações – Av. Ville Roy, 8537 – São Vicente
Telefone: (95) 3224-3439

Agências de viagens:

Meta Mesquita Táxi Aéreo
Telefone: (95) 3224-7780 / 3224-7490
Site: www.voemeta.com
E-mail: metaplan@technet.com.br

Varig Central de Reservas
Telefone: (95) 4003-7000
Site: www.varig.com.br

Eucatur União Cascavel
Telefone: (95) 3624-1322
E-mail: age_boavista@eucatur.com.br

Anaconda Turismo
Telefone: (95) 3224- 4132
E-mail: anaconda@uze.com.br

Amatur Amazônia Turismo
Telefone: (95) 3626-7153 / 3626-7258
E-mail: amatur@uol.com.br

Monte Roraima Turismo
Telefone: (95) 3623-0850 / 3623-9252
E-mail: mrtur@uze.com.br

Timbó Viagens
Telefone: (95) 3224-4077 / 3623-0545
E-mail: timbotur@osite.com.br / queiroz.timbo@hotmail.com

Lene Tur Viagens
Telefone: (95) 3623-3378
E-mail: lenetur@technet.com.br

Águia Viagens e Turismo
Telefone: (95) 3624-4212 / 3624-1516
E-mail: afonsoaguia@osite.com.br

Megatur Viagens
Telefone: (95) 3623-1800
E-mail: megaviagens@hotmail.com

Conexão Turismo
Telefone: (95) 3623-3309 / 3623-3284
E-mail: conexaoturismo@bol.com.br

Enesa Turismo
Telefone: (95) 3224-9292
E-mail: enesatur@technet.com.br

Transeme Turismo
Telefone: (95) 3224-6849 / 3224-6271
E-mail: ricardo@transeme.com.br

Boa Vista é composta atualmente por 50 Bairros. Clique [Aqui](#) e conheça-os.

**O Brasão, O Hino e A Bandeira
de Boa Vista**

Cultura e Artesanato Indígena

Roraima é um dos Estados brasileiros que ainda conta com a maior população de índios no Brasil,

entre os quais se destacam os Yanomami.

Esta tribo é constituída de diversos grupos e subgrupos que falam línguas ainda não classificadas. Vivem nas florestas da Serra do Pacaraima e altos rios Mucajá, Uraricoera e Catrimani. [Leia Mais...](#)

Folclore

Podemos situar o folclore como ciência da cultura tradicional que estuda os aspectos da cultura popular expresso em crenças, costumes, mitos, lendas, música, poesia, provérbios, enfim, a sabedoria popular e anônima.

As manifestações folclóricas habitualmente nascem no seio de uma comunidade ou são oriundas de outras plagas que, circulando no meio do povo são por este aceitas, adaptadas e assimiladas como sua, tornando-se imemoriais. [Leia Mais...](#)

Lendas

O imaginário popular da Amazônia consagra a Cobra Grande como uma das entidades mais presentes e fortes na mitologia regional. Sua origem é ultramarina, mas o réptil ganha inúmeras formas encantatórias que envolvem o visível e o invisível, nos inúmeros relatos recolhidos das populações ribeirinhas. [Leia Mais...](#)

Gastronomia

Roraima é fruto de uma miscigenação de várias raças e costumes, o que faz de sua gastronomia uma mistura de sabores nos cardápios. No entanto, é fácil perceber a predominância da culinária indígena no Estado, que além de muito apreciada pelos turistas, desperta o paladar dos curiosos graças ao seu exuberante tempero. [Leia Mais...](#)

Feriados Municipais

20/01 - São Sebastião - Lei 104 de 06.09.84

29/06 - São Pedro - Lei 104 de 06.09.84

9/07 - Aniversário de Boa Vista - Lei 227 de 06.07.90

15/10 - Feriado para os comerciários - Lei 380 de 05.12.95

08/12 - Nossa Senhora do Carmo - Lei 104 de 06.09.84



O Reitor da Universidade Federal de Roraima, Professor Dr. Roberto Ramos Santos e o Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Carlos Henrique Almeida Custódio convidam para a Solenidade de Lançamento do Carimbo Comemorativo e do Selo Personalizado Alusivos aos "18 anos da Universidade Federal de Roraima"

Na ocasião, a Universidade Federal de Roraima convida, ainda, para a sessão e homenagem institucionais a ser concedida durante o evento

*14 de Setembro de 2007
Auditório Prof. Alexandre Linus Borges
Local: Campus Paricarana/UFRR
Horário: 18h*

(Confirmar presença até o dia 13.09 pelo telefone 3621-3102 (Sra. Lanamara))

UFRR - Universidade Federal de Roraima - UFRR sedia Encontro Nacional da Andifes

UFRR sedia Encontro Nacional da Andifes

12/09/2007

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) comemorou no último sábado (08), 18 anos de criação. Paralelo às comemorações, que vão se estender até o final do mês, a Instituição vai sediar nos dias 13 e 14 de setembro, a LXV Reunião Ordinária do Diretório Nacional da Andifes. O Encontro envolverá 70 visitantes, entre gestores e técnicos da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

<!--[if !supportLineBreakNewLine]--> <!--[endif]-->

A abertura do evento será realizada amanhã às 13h30 no auditório Alexandre Borges, no Campus Paricarana. Durante todo o evento serão discutidos temas como a proposta de revisão conceitual da matriz de orçamento, esburocratização, formação e aperfeiçoamento de recursos humanos e captação de recursos para as IFES.

Na próxima sexta-feira (14) às 18h serão homenageados representantes do governo do Estado, Prefeitura, Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa (Sebrae), Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e da Secretaria de Educação Superior. Em seguida, acontecerá a solenidade de lançamento do carimbo e do selo alusivo aos 18 anos da UFRR.

Além dos assuntos em pauta, o Encontro contará ainda com algumas programações sociais no sábado (15), como visitas ao campus da UFRR.

Andifes - A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) foi criada em 1989 e é a representante oficial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na interlocução com o Governo Federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral.

Atualizado em (12/09/2007)

Universidade Federal de Roraima

A UFRR é uma Universidade jovem, que teve sua implantação no final de 1989, quatro anos após ter sido autorizada pela Lei nº 7.364/85.

Primeira Instituição Federal de Ensino Superior a instalar-se em Roraima, é considerada uma das mais novas do País. Há 17 anos, vem produzindo e disseminando conhecimentos, trabalhando na busca contínua de padrões de excelência e de relevância no ensino, na pesquisa e na extensão.

Ao longo destes anos, a UFRR tem renovado sua missão de contribuir para o desenvolvimento do Estado, sugerindo soluções para os desafios amazônicos, estimulando o convívio entre as populações do espaço fronteiriço e elevando a qualidade de vida na região.

Em seu quadro, a UFRR tem 400 docentes, sendo 106 doutores, e 194 técnicos-administrativos. Possui 24 cursos de graduação nas mais diversas áreas do conhecimento, Escola de Aplicação e Escola Agrotécnica. Na pós-graduação, tem quatro cursos de mestrado: Agronomia, Física, Química e Recursos Naturais. Registra mais de 40 cursos de especialização.

Possui atualmente núcleos e unidades de Pesquisa: Recursos Naturais (NUREN); Biofábrica; Histórico Sócio-ambiental (NUHSA); Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe (NECAR); Estudos Semióticos da Amazônia (NUPS); Estudos de Línguas Estrangeiras (NUCELE); Avançado de Vetores (NAVE); Pesquisas Energéticas (NUPENERG) e de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (NUPEPA).

Há ainda o Núcleo Insikiran de Educação Superior Indígena, responsável por um dos projetos mais inovadores do País, a formação intercultural para professores indígenas. A UFRR foi a pioneira entre as Universidades Federais a ministrar um curso de graduação apenas para os índios.

Oferece programas de bolsas nas áreas de ensino (Monitoria, Educação Tutorial - PET), de pesquisa (PIBIC, PIBIC Jr., PICI) e extensão (Conexões de Saberes).

Na Extensão, a UFRR vem deixando marcas com suas ações, contribuindo para a socialização do conhecimento produzido junto à comunidade, articulando-o à realidade nacional e regional e integrando-o às necessidades da sociedade como um todo.

A Instituição também ganha espaço com a publicação científica de seus professores. São mais de 1.500 publicações em jornais e revistas especializados, tanto nacionais quanto internacionais.

Ainda temos muito a fazer para o futuro. Estamos trabalhando para implantar novos cursos de graduação e pós-graduação, atendendo aos anseios da comunidade, tomando efetivo o crescimento da UFRR.

Professores da UFRR em assembléia aprovam indicativo de greve nacional

Da Redação

Os professores ligados à Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima (Sesduf) aprovaram indicativo de greve, em assembléia geral realizada ontem pela manhã, no bloco I da UFRR. Foi decidido ainda que no dia 26 de setembro acontecerá outra assembléia para definir a partir de quando a categoria entra em greve.

A secretária-geral da Sesduf, France Rodrigues, explicou que os professores não estão lutando apenas por reajuste salarial, mas também por melhores condições de trabalho, pois acreditam que as Instituições de Ensino Superior (IES) são formadas por um tripé: ensino, pesquisa e extensão, que precisam andar em consonância.

Para os professores, o Governo Federal tem se distanciado da realidade vivida nas instituições em todo país, em especial quando delibera ações como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que visa ampliar o número de vagas nas IES, não levando em conta as demais necessidades, como infra-estrutura e concurso para docentes.

Em documento expedido pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e distribuído durante a assembléia na UFRR, a categoria informa que as universidades que não absorverem as premissas do Reuni serão condenadas ao congelamento orçamentário.

"Isto é coerção e uma violência à autonomia universitária. Exige-se das instituições federais de ensino superior que dobrem o número de alunos por professores e atinjam a incrível meta de 90% de taxa de conclusões, o que significa, na prática, a adição de aprovação automática", diz parte do texto do documento.

Ainda no documento, a categoria afirma que o Governo Federal considera que os professores e os recursos físicos das IFES estão subutilizados e resolve que poderá atingir metas de certificação para melhorar os indicadores sociais do país a fim de colher dividendos políticos.

France disse que se a UFRR aderir ao Reuni terá 800 alunos entrando por ano na instituição. "Hoje temos em média 40 alunos em cada sala de aula e com o Reuni teremos 80 alunos. Imaginamos como ficará a qualidade do ensino", questionou.

Sobre a questão salarial, France disse que o Governo Federal está lutando para aprovar um projeto de lei que estabelece o congelamento da remuneração dos servidores federais de 2007 a 2016, mas que devido à pressão das entidades de servidores, até o momento, ainda não logrou êxito nesta empreitada.

"A categoria continua aberta a negociações, pois não é nosso interesse prejudicar o corpo docente. Pelo contrário, estamos preocupados sim com a qualidade de ensino que é oferecida pelas IES no Brasil", afirmou.

Andifes: encontro debate ensino superior

Neuraci Soares

O Encontro da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) reúne 48 reitores e representantes de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) de todo o país, pela primeira vez sediado em Roraima, no auditório Alexandre Borges, desde a tarde de ontem. O evento será encerrado logo mais, às 18h.

O presidente da Andifes, Arquimedes Ciloni, disse que tem buscado descentralizar as reuniões da instituição, levando o grupo a localidades mais distantes, como Roraima. Ele destacou que a reunião na Universidade Federal de Roraima (UFRR) foi uma forma de parabenizar a instituição pela sua maioridade.

"Esta foi a segunda reunião da Andifes na região Norte. A primeira aconteceu no Pará e foi um sucesso. Creio que em Roraima não será diferente. Com isso, pretendemos contribuir com um diagnóstico da região, visando o enriquecimento das IFES [Instituições Federais de Ensino Superior]", destacou.

Ciloni afirmou que durante sua gestão tem buscado enfatizar a necessidade de igualdade entre as IFES das diversas regiões, em especial, as localizadas no Norte. Para ele, o Norte ainda não deixou de ser um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que é uma região muito rica, ainda tem carências significativas. "Um exemplo, é a carência de doutores. Em toda a região, precisamos de sete mil para alcançarmos uma margem aceitável. Na UFRR estão lotados hoje, 108 doutores", enfatizou.

O reitor da UFRR, Roberto Ramos, destacou que a instituição tem registrado um crescimento considerável nos últimos anos e dado algumas respostas significativas para a comunidade. O primeiro curso de Doutorado oferecido pela instituição é uma delas. O curso está com as inscrições abertas até 27 de setembro, nas áreas de Relações Internacionais e Ciências Sociais.

Durante a reunião da Andifes estão sendo discutidos temas como proposta de revisão conceitual da matriz de orçamento, desburocratização, formação e aperfeiçoamento de recursos humanos e captação de recursos para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

A Andifes foi criada em 1989 e é a representante oficial das IFES na interlocução com o Governo Federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral.

SESDUF – Sobre os questionamentos dos docentes da UFRR em relação à implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), durante assembléia realizada ontem pela manhã (ver matéria na página 7A), Ramos disse que o objetivo do Governo Federal é oportunizar ainda mais a entrada de estudantes em instituições de ensino superior públicas.

O reitor explicou que a UFRR tem uma relação de um professor para 12 alunos e que a percentagem apresentada no Reuni de um professor por 18 alunos é uma meta, tanto quanto o índice de 90% de aprovação.

"Quando o governo fala de metas, não está colocando isso como regra e muito menos atrelando esses resultados à liberação de recursos. Toda instituição trabalha com metas a serem alcançadas e nas IFES não seria diferente", destacou.

Para Ciloni, hoje é impossível alcançar a meta de 90% de aprovação nas IFES e a média do índice da relação professor/aluno é de 1/9. "Não concordamos também com as metas estipuladas pelo Governo Federal", afirmou.

A colossal Amazônia

A maior parte da região amazônica está localizada na região norte do Brasil - cerca de 69% do total -, mas ocupa também parte do território de outros países, como Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa.

Em sua vastidão, a Amazônia tem sido habitada desde tempos imemoriais. Quando os colonizadores europeus chegaram à região, no século XVI, estimava-se que milhões de indígenas viviam ali.

A área total da Grande Amazônia, que inclui todos os países com área contida na região, é de 7.584.421 quilômetros quadrados. A área brasileira é muito maior que a dos países vizinhos, somando 5.033.072 quilômetros quadrados.

Em escala mundial, a superfície amazônica é muito representativa: é a vigésima parte da superfície terrestre; quatro décimos da América do Sul; três quintos do Brasil; um quinto da disponibilidade mundial de água doce; um terço das reservas mundiais de florestas latifoliadas, ou seja, com folhas grandes e largas.

Conhecida como um imenso e complexo ecossistema, a Amazônia abriga cerca de 50% da biodiversidade mundial. Estima-se que do total de 19 milhões de quilômetros quadrados de florestas tropicais, a Amazônia possua 3.650.000 quilômetros quadrados de florestas contínuas, a maior do mundo.

O certo é que nenhuma outra vegetação do planeta possui tamanha variedade em espécies como a floresta amazônica. Além disso, nenhuma outra bacia hidrográfica do globo possui tantos tipos diferentes de peixes como a bacia amazônica.

Com temperatura média de 26 graus centígrados, pode-se afirmar que o clima da Amazônia é do tipo equatorial, quente e úmido. Sua hidrografia é riquíssima. É nessa região que se encontra a maior bacia hidrográfica do mundo, formada pelo rio Amazonas e seus afluentes, compreendendo cerca de 4.982.000 quilômetros quadrados.

No dia 5 de setembro comemora-se o Dia da Amazônia.

Fontes consultadas:

Geografia Crítica - O Espaço Social e o Espaço Brasileiro, de J. William Vesentini e Vânia Vlach. São Paulo, Ática, 2001.

Revista *Veja* n. 1714. São Paulo, Abril, 2001.

www.inpa.gov.br/amazonia.html

SAULO RAMOS

CÓDIGO DA VIDA

FANTÁSTICO LITÍGIO JUDICIAL DE UMA FAMÍLIA:
DRAMA, SUSPENSE, SURPRESAS E MISTÉRIO

agora há pouco na sessão plenária, eu teria respondido que o Governo atual não transborda do seu espaço sobre a poltrona do Legislativo, não dorme e não ronca.

Os gordos, em geral, são muito simpáticos e afáveis. Deu-me um grande abraço. Levantou o polegar e exclamou:

— Valeu!

Foi a primeira vez que ouvi essa expressão.

70

Embora na conferência da OAB tivéssemos apenas abordado o problema, a verdade é que a Amazônia se tornou uma terra sem lei. Tudo ali é mentira: títulos de propriedade privada de terra sobre áreas devolutas, de domínio público; derrubada de florestas, negócio altamente rentável, mas desgraçadamente destrutivo das riquezas ambientais; grileiros, ladrões, pistoleiros, assassinos, misturados com uns coitados que se dizem trabalhadores sem-terra, mas igualmente aventureiros, pois ninguém respeita a floresta. Todos matam a mata. Seja o poderoso grileiro, seja o modesto sertanejo que chegou a pé, todos têm tara pela tora.

O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, órgão científico que reúne 2500 cientistas do mundo todo, reunido em Paris decretou: o aquecimento global é irreversível e provocará mudanças intensas, longas e violentas. A emissão de gases, desde o final do século XIX, já comprometeu o clima dos próximos cem anos. Não há mais volta. As fumaças do carvão, desde as primeiras que transformaram o mundo econômico, somadas às do petróleo queimado, enfim, os combustíveis fósseis que moveram as indústrias, os navios, os carros, os caminhões, os trens, vão se vingar do homem. A eles se juntarão os fantasmas das florestas derrubadas e incendiadas.

Há pouco tempo, com o assassinato da freira Dorothy Stang, em Anapu, Pará, Gervásio construiu sua própria teoria, que, na prática, nada tem de diferente:

— Quem matou a religiosa foi o Governo brasileiro. Os pistoleiros apenas executaram a tarefa. Isso vem de longe. Em 1985, em Carajás, assassinaram uma outra freira, irmã Adelaide Molinari. Naquele ano, em Xinguara, mataram mais de dezessete pessoas, e ninguém foi punido até hoje. Há mais

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, a Presidência atende-rá V. Ex^a na forma regimental e soma-se às suas ho-menagens ao Dia da Amazônia, patrimônio do Brasil e da Humanidade.

Passamos a palavra, de imediato, ao nobre Se-nador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão de sexta-feira, 14 de setembro, Senadoras e Senadores da Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a que é médico, eu tinha um professor de cirurgia, Mariano de Andra-de. Era interessante, sábio, o Professor Mariano de Andrade. Ele era, Senador Paulo Paim, talvez o maior cirurgião de tireóide do mundo. Tinha uma técnica de tireoidectomia subtotal com anestesia local, um livro. E ele sempre dizia uma frase: “a ignorância é audaciosa”. E quando ele via um cirurgião correndo, apressado para operar, ele dizia: “isso não é corrida de cavalo, não se marca por minuto; marca-se pelo resto da vida”. Com isso, ele queria dizer, em nossa formação de cirurgião, que o cirurgião apressado era ignorante, não sabia dos riscos, das complicações...

Ô Mozarildo, ontem, um jornalista Paulo Henrique Amorim – eu o vi muito na Globo, mas parece que ele está brigado; não sei. É até uma figura simpática, mas ele não conhece o Brasil, a História do Brasil. Ele vi-veu muito nos Estados Unidos; fazia *cooper* no Central Park. E o nosso Renan, Wellington Salgado, tem que acabar com esse azar. Porque esse jornalista fez um artigo em defesa do Renan. Mas, aí, ele, numa frase – infeliz ainda do nosso Senador do Sergipe Almeida Lima, que a leu aí; ele devia ao menos ter saltado esta frase infeliz –, diz: “Imagine se o Senador Renan fosse do Piauí...” Quanta infelicidade! Ô Mozarildo, Padre An-tonio Vieira – Sarney, ensina para esses teus meninos! – diz que “um bem nunca vem só”, e, por analogia, um mal também. Está ouvindo, Mozarildo? Um bem!

Agora, eu estou aqui é para ensinar. Este Senado é um dos melhores da história desta República. Nós estamos aqui. Focai: presidido pelo Paim, que honra o Rio Grande do Sul. Olhar o Paim aí é rever Alber-to Pasqualini, Pinheiro Machado, Bento Gonçalves, Pedro Simon, Zambiasi, lanceiros negros. Então, ele está presidindo, sexta-feira, desde cedo, traduzindo a grandeza... Paim iguala-se a Martin Luther King nas suas vitórias. Então, este é o Senado em que nós co-locamos a cara. Ninguém tem vergonha de nada, não! E digo: é ignorância de quem atinge este Senado. No Senado romano, que é o mais badalado, o Imperador

Calígula elegeu o cavalo Incitatus, Senador. Ele o ele-geu e quase o faz cônsul. “Até tu, Brutus!” – mataram Júlio César, no Senado.

Então, aqui tem confusão? Tem! Cristo, que era Cristo, o senadinho dele, pequeno: 12. Eram só 12, Wellington, no senadinho de Cristo, e rolou traição, rolou dinheiro, rolou força. Lá na Espanha, eles dizem: “Tem governo? Eu sou contra”. E o Rei Juan Carlos teve que vir, porque estavam trocando bala lá; entraram no Parlamento. O daqui tem isso, mas tem também todos nós... Então, a ignorância é audaciosa.

Paim, este País, grandão, foi descoberto pelos portugueses. Os D. João – o III, o VI, o IV –, que vieram para cá, mandavam para o Brasil presos nobres que tinham cometido um crime qualquer e tinham dinheiro. Aí, davam terras aqui, sesmaria. Então veio para cá muita gente degredada e degradada; criaram-se as capitânicas hereditárias; uns nem chegaram aqui, ainda não tomaram posse – ou se afogaram ou foram para outros Países mais antigos, mais civilizados.

Tivemos essas capitânicas, os governos gerais, e fomos evoluindo numa dependência da estrutura po-lítica de Portugal. Essas capitânicas, esses governos gerais foram comandadas por Tomé de Sousa, Duarte da Costa e Mem de Sá. Depois, houve a divisão em Estados. No começo, o nosso Norte, Ô Mozarildo, que sabe de tudo, era o Grão-Pará. O Estado do Mozaril-do era junto com o da gente: era o Maranhão, era... E foram aumentando, aumentando! Ô Wellington, V. Ex^a que é de Minas... Então, foram criados os primeiros Estados: Salvador, o homem que chegou lá em Porto Seguro... Foram lá para o Sul, não tinha ouro; foram para Minas, a Dona Beija... Foram criando gradativa-mente os Estados. Mas o Piauí, ô ignorantão, foi colô-nia do Pernambuco, Estado criado antes! Pernambuco foi dos franceses, foi dos holandeses; Maranhão teve invasão francesa, daí o nome São Luís. Atentai bem! Então, por duzentos e tantos anos, fomos colônia de Pernambuco. É esse estigma que qualquer imbecil... O Piauí foi colônia... Qualquer imbecilóide... Outro dia, foi um rico, cujo nome é Zottolo; agora, um jornalista, que diz que se Renan fosse do Piauí... Seria a maior felicidade do Renan se ele tivesse nascido no Piauí. Somos a melhor gente deste Brasil. Nós! O Piauí hoje é medalha de ouro. Fomos colônia de Pernambuco por 200 anos. Nós nos livramos e passamos 100 anos, ô Chiquinho Escórcio, como colônia do Maranhão. O Piauí foi colônia por 100 anos – está vendo Paim? E você que está aí, que é um grande filho adotado do Sarney, Chiquinho, atentai bem: o Presidente José Sarney foi grandioso porque o avô dele era do Piauí.

Agora, Wellington Salgado, V. Ex^a, que é profes-sor, que educa, atentai bem: este Brasil foi colônia de

Portugal. E daí, ó jornalista oligóide? E daí? Foi. Fomos colônia de Portugal. O Brasil, hoje, é mais civilizado do que Portugal.

Os Estados Unidos da América foram colônia da Inglaterra. O Piauí foi colônia de Pernambuco por 200 anos; e do Maranhão, por 100 anos. Surgimos, mas já surgimos com bravura.

Agora, por muito tempo esta Casa tinha só 21 Estados; éramos o vigésimo primeiro. Depois, os territórios se transformaram em Estados; e vieram Tocantins e Mato Grosso, dois novos Estados. Talvez o Paim tenha sido um dos legisladores do Tocantins. E estão aí.

Quando eu era menino, o campeonato carioca tinha um time, era o Canto do Rio – até acabou. O Fluminense, que era o meu, foi campeão de 50. O Senador Chiquinho Escórcio: Castilho, Píndaro e Pinheiro; Jair, Edson e Bigode; Telê, Didi, Carlyle, Orlando e Quincas, Veludo. O Veludo era um moreno como o Paim, goleiro reserva de Castilho. Então, o Canto do Rio, que era um time de Niterói, sempre ficava na rabada. E o Piauí foi o 21º Estado. Surgiram os outros, mas isso não nos dá o direito de, nós, piauienses, criticarmos outros. Surgiu então, na grandeza, este Brasil.

Dom João VI disse que veio para cá trazer o desenvolvimento cultural. Mas o fato é que ele estava com medo de Napoleão Bonaparte. Então, ele veio se segurar aqui, porque Napoleão tinha invadido a Espanha. Então, ele veio para cá e trouxe a máquina administrativa portuguesa. Foi um grande avanço, Wellington Salgado! Isso, em 1808: cultura portuguesa, o rei de Portugal e tal. Mas o rei de Portugal, com sua máquina, viu que isso era grande demais. Então, ele disse: “Filho, antes que algum aventureiro coloque a coroa na cabeça, coloque você”.

O aventureiro a que ele se referia, ô Paulo Paim, era Simón Bolívar. Simón Bolívar tinha estudado na Espanha, chegou com idéias libertárias e saiu libertando todos os Países dependentes da Espanha. Então, eles queriam derrubar o rei. Tinha-se dado já o grito “liberdade, igualdade, fraternidade” na França e instalou-se o governo do povo: a democracia, que é difícil. Lá rolaram cabeças. Aqui fomos tardiamente democratas, mas não rolaram cabeças. Tivemos grande sensibilidade republicana, essa é a verdade e graças a este Senado. D. Pedro I, quando entrava, tirava a coroa e a bengala, e D. Pedro II, que foi um sábio, ô Luiz Inácio, e governou por 49 anos, dizia que, se não fosse rei, gostaria de dar sua contribuição como Senador. É essa a História.

Então foi aumentando; o Piauí era o 21º.

Mas D. João VI combinou com o filho: “Filho, fica com o sul e eu vou ficar com o norte”. Era o País Maranhão. Mandou para lá seu sobrinho e afilhado, João

José da Cunha Fidié, para garantir. Ele ficou na capital do Piauí, na época Oeiras, Paulo Paim. E os levantes começaram no Piauí, na minha cidade, Parnaíba, que era tão poderosa, tinha riquezas, e tinha lá um companheiro de Simón Bolívar, Simplício Dias da Silva, que estudou em Porto e depois na Espanha. E o Fidié lá chegando – e era para ficar o norte com Portugal, era o País Maranhão –, mandou, em agosto de 22, mudar o delegado de Parnaíba, a cidade em que nasci. E o rico não deixou essa mudança de delegado. Então, Fidié veio sufocar, apoiado por Maranhão, que era tendente a Portugal. Invadiram, e ele, um homem culto, da geração de Simón Bolívar, vai ao Ceará, em Granja e Viçosa, com dinheiro, e busca 300 cearenses. Paga um que tinha experiência de batalha e espera, de volta, na cidade de Campo Maior, o exército português. Tinha lá uma pessoa que fazia pólvora, mas nós, inferiorizados, piauienses e cearenses, sem instrumentos de guerra, perdemos a batalha.

Mas, Senador Wellington Salgado, ele tinha deixado Oeiras como capital, e o povo de Oeiras tomou o palácio em 24 de janeiro. Então, o comandante português recolheu-se a Caxias. São Luís. Homem de dignidade ganhou a batalha e nós perdemos a batalha piauiense. O ignorante jornalista, nós perdemos a batalha, mas tomaram o palácio do português em Oeiras. Então ele resolveu ficar.

Depois, Pedro I era português. Quiseram que ele ficasse aqui, mas ele teve dignidade e voltou.

Esse homem ainda foi diretor do Colégio Militar de Portugal. Na aposentadoria dele, Chiquinho Escórcio, ele exigiu os honorários da batalha vitoriosa de Portugal, mas fomos nós que a garantimos. Quando se vê este País grandão, foram os piauienses com os cearenses que garantiram a unidade deste País. A nossa Pátria. Trinta anos depois, resolve-se transferir a capital para um lugar mesopotâmico, entre dois rios, que é Teresina. Teresina já foi a primeira capital planejada deste País. A primeira capital planejada do País é no Piauí. Atentai bem, o 21º Estado do Brasil é o Piauí. Na sua criação mesopotâmica, o centro comercial era Caxias. Quis Deus estar Chiquinho Escórcio aqui: compare Caxias com Teresina, 158 anos. Ela que inspirou Belo Horizonte a nascer, ela que inspirou Goiânia, ela que inspirou Brasília, ela que inspirou Palmas a nascer. Ela é no coração do Estado. Todas as capitais do Nordeste são no mar. Teresina é diferente. Nós somos diferentes. E essa é a história. Vou citar aqui um fato, Paim.

Eu vejo em Paim pulsarem as bravuras dos lanceiros negros e do nosso Bento Gonçalves, herói da República e do sonho de libertar os escravos.

Paim, no Piauí um jornalista: David Caldas. Inspire, ó jornalista! Aprenda. Estamos aqui para ensinar

este Brasil. Sempre ensinamos. Um jornalista de vergonha: David Caldas. Dezesete anos, Paim! Dezesete anos tinha o jornal **A Ordem**, em Teresina. Dezesete anos da República. De Deodoro. Do 15 de novembro de 89. Dezesete anos, Paim! David Caldas, de Barra, coloca o jornal.

Ô Chiquinho, o Sarney sabe das coisas! Confirme com ele. O nome? Oitenta e Nove. Não é esquisito? Parece nome de cachaça. Jornal **Oitenta e Nove**. Ele é o profeta da República. Somos nós, piauienses. Dezesete anos antes circulava um jornal, em Teresina, **Oitenta e Nove**, porque ele queria sensibilizar e acordar o povo do Brasil para o grito do povo, nas ruas, derrubando lei, 1789. E foi justamente esse jornal a chama que nasceu no Piauí.

Em 1889, cem anos depois, nasceu aqui a República, Paim. O profeta da República. Não deixaram nem ele se enterrar no cemitério, os portugueses. Depois, hoje, ele foi; na entrada da cidade. Então, é isso.

O Prestes saiu com sua Coluna e a intenção dele, Chiquinho Escórcio, era tomar Teresina e ter uma capital pra fazê-la comunista. Nós? Prendemos foi o colega dele Juarez Távora, Mozarildo. Nós somos é macho, jornalista! Hein? Nós prendemos foi o Juarez Távora, que era o companheiro nessa Coluna Prestes.

Esse Estado do Piauí – está ali Rui Barbosa – ó jornalista, estude! Saiu aí fazendo a campanha civilista. Mozarildo, ele venceu as eleições só em Teresina, a última capital. Ô povo bravo! Ô povo pai-d'égua é essa raça do Piauí! E sabe por que é que eu digo pai-d'égua? Inspirado, Mozarildo, no meu valente povo aliado cearense, que foram os primeiros que libertaram os escravos no Brasil.

Então, eu era estudante, Mozarildo, e acompanhei Juscelino Kubitschek na sua visita a Fortaleza, no apagar, no crepúsculo do seu governo, Senador Mozarildo, e aquela simpatia entrou na Praça Ferreira, tinha um abrigo, o café do Pedrão da Bananada, e os deputados – a Assembléia próxima – tomando um cafezinho, aí eu ouvi um caboclo nordestino querendo se aproximar, mas as autoridades de paletó não possibilitaram e ele não resistiu e gritou: ô Presidente pai-d'égua!

É isso! É o povo do Piauí, o povo grandioso.

Mas não iria viver do passado, não. É do presente. Se Renan tivesse nascido no Piauí, ele tinha se inspirado em Petrônio Portella. Petrônio Portella, o melhor Presidente desta Casa por duas vezes, sem truculência, sem bala, sem tiro, fez a anistia, permitiu o renascer. Foi convidado pelos militares a ser o Presidente, primeiro civil. Tancredo Neves seria o seu vice. Ele me confidenciou no meu gabinete – tem um retrato, eu bem novinho, e ele me seduzindo a vir a enfrentar a política... E eu falo aqui com a moral, com a dignidade,

com a verdade dos piauienses, que não teve um com a mesma dignidade de Petrônio Portella.

Eu vi, ô “jornalisticinha”, este Congresso ser fechado! Petrônio Portella era Presidente. Ô, Mozarildo Cavalcanti, já está dado. Em uma reforma do Judiciário, que tinham aprovado aqui, Senador Paulo Paim, colocaram os canhões, fecharam o Congresso, eu estava do seu lado. Aí essa imprensa, essa imprensa aí, foram em cima de S. Ex^a e disse: “Esse é o dia mais triste da minha vida.” A moral do homem do Piauí fez os militares recuarem os canhões e abrirem novamente este Parlamento. Esta é a grandeza do Piauí!

Agora, esses jornalistas... São outros quinhentos, mas vamos respeitar e saber e deixar.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, que é lá da nossa Região Norte do Grão-Pará.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Mão Santa, é com muito prazer que peço esse aparte, para também me juntar a V. Ex^a. Eu fiz há pouco protesto quanto às declarações do Dr. Saulo Ramos, em relação ao povo da Amazônia. É interessante ver como esse preconceito vem de vários setores. Um dia desses, o Ministro Jorge Hage, que é da CGU, disse uma frase, em que no Norte e no Nordeste é onde existe o maior número de corruptos, o maior índice de corrupção, e que coincidentemente é o lugar onde há mais analfabetos. Ora, ele é Ministro do Presidente Lula! É nessas Regiões, Norte e Nordeste, onde o Presidente tem o maior índice de aceitação. Então, será que é por que ele está querendo fazer uma ilação de que é porque lá tem muito analfabeto e tem muita corrupção? Como se não existisse em São Paulo, no Rio, em Minas... E eu lamento o que o Ministro Jorge Hage, que é um nordestino, é da Bahia, tenha dito isso dessas regiões. Bom, protestei no momento certo; no caso do Dr. Saulo, fiz hoje. Com relação ao Piauí, acho que Estado está com muito azar, não é, Senador Mão Santa? Porque dia desses foi aquele diretor da Phillips...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O “só tolo.”

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – ...o Zotollo se referir, de maneira depreciativa, ao seu Estado. Agora, o Jornalista Paulo Henrique, que pelo menos deve ser um homem informado, porque já andou por esse mundo todo, diz uma coisa dessa, depreciativa. Eu não consigo nem aceitar desculpas, depois, dessas pessoas, porque, se fossem pessoas que não tivessem informação, fossem pessoas realmente incultas, poderíamos aceitar como uma espécie de preconceito inocente. Mas esse não é inocente, não. Esse é um preconceito proposital e depreciativo para as nossas regiões, o Norte e o Nordeste, de novo.

Mas é importante que o Brasil reconheça que, se São Paulo hoje é o que é, se o Rio é o que é, devem-se, principalmente, aos nordestinos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Olha, conhecemos o Brasil e eu quero-me penitenciar: falta o Mato Grosso do Sul, e sei que é uma beleza, porque, Sófocles disse que muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. O ser humano é melhor do que a natureza. E já conheço Mato Grosso do Sul, Ramez Tebet, pelo filho que deu, que tirou o Senado Federal do imbróglio maior do que este. Não conheço o Amapá, o Papaléo não está me levando... Ou, pelo menos, mande o Presidente Sarney me convidar. Mas conheci o seu Estado, um Estado novo. Somos médicos. Eu tenho respeito à sua bravura, à sua capital, ao seu povo, à selva, à educação. Recebi uma comenda, com carinho, do Governador, engenheiro competente, Neuto, sua encantadora esposa. Então, porque é um Estado mais novo, oh! Mozarildo, eu tenho o direito de criticar? Em Teresina se faz transplante de coração. Roraima ainda vai fazer. Mas por isso não vamos discriminá-lo. Viemos antes da ditadura de Vargas. Todos os interventores eram militares e lá apareceu um médico, Leônidas Melo, avançou na Medicina, alguns governadores médicos. E hoje, em Teresina se faz transplante cardíaco. Teresina tem quatro faculdades de medicina, Mozarildo: a federal, a estadual, que eu criei, e duas privadas. Quatro faculdades de medicina. Então, é esse centro de cultura. Teresina ganhou, recentemente, a melhor escola secundária, Dom Barreto, nacionalmente. E Teresina é Brasília, Mozarildo. Aqui, Roriz. Aqui teve o pai e a mãe: Roriz e Juscelino, os criadores. Deus fez o mundo, e Juscelino, e Roriz, Brasília. Roriz me disse que aqui há 300 mil piauienses, por isso que Brasília é bela. Nós só perdemos para a colônia de mineiros que Juscelino trouxe, é a segunda. Por isso que Brasília é hoje a melhor cidade em qualidade do Brasil, principalmente pela presença de 300 mil piauienses.

Ô Mozarildo, Minas Gerais foi governada pelo piauiense Francelino Pereira; Rio de Janeiro, cidade maravilhosa, governada pelo piauiense Moreira Franco; Santa Catarina, pelo piauiense de Teresina, Paulo Afonso, que hoje tem investimentos produtores no sul do Piauí; Tocantins, Moisés Avelino. Essa é a gente. E aqui não houve nenhum Presidente que, no momento mais difícil, desse tanta dignidade a esta Casa, Petrônio Portella, Flávio Márcilio.

Paulo Paim, duas vezes Presidente da Câmara Federal, V. Ex^a tem o privilégio de ser de lá, do verde e do azul. Flávio Márcilio foi jurista de direito internacional e duas vezes Presidente. Como Vice-Presidente, Paulo Paim, V. Ex^a foi extraordinário. V. Ex^a possibilitou que o

Senado abrisse às segundas-feiras e às sextas-feiras. V. Ex^a trouxe a igualdade. Todos os preconceitos estão-se acabando e V. Ex^a foi um grande Vice-Presidente. Quero outro para empatar com V. Ex^a: Francisco das Chagas Caldas Rodrigues foi Vice-Presidente, era do PMDB, foi cassado pela ditadura e voltou. É o Piauí. Daquela Casa, Heráclito Fortes, nosso companheiro, com tanta dignidade, foi Vice-Presidente.

O único brasileiro que se iguala a Rui Barbosa é Evandro Lins e Silva. Eu o conheço, Paulo Paim. João Paulo Reis Veloso, com dez anos, abria a fábrica do meu avô. Era filho de carteiro e costureira. Mania de primeiro lugar. Depois, o emprego ficou com o irmão dele, Francisco, que morreu. Em seguida, foi Antônio Augusto Reis Veloso e, depois, Raul Veloso, que é esse economista. São os piauienses. João Paulo Reis Veloso. Vinte anos iluminando o período revolucionário, Paulo Paim! Nenhuma indignidade, imoralidade ou corrupção.

Essa, ô Mozarildo, é a raça do Piauí. Carlos Castelo Branco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, vou prorrogar a sessão por mais quinze minutos, porque ela teria que terminar às 13h30min, para que V. Ex^a possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradecemos.

O Piauí, como sempre, agradecido ao Rio Grande do Sul. Sabe o que dizem lá no Nordeste? Que somos os gaúchos do Nordeste. Exportava-se boi lá, eram os mesmos hábitos. É uma vaidade nossa, é o nosso orgulho. Eles dizem que somos os gaúchos do Nordeste, como o Chile é a Inglaterra da América do Sul, como Santiago é Londres. Nós temos esses princípios de moral e dignidade cristã. Essa é a nossa vaidade, e eu quero levá-lo lá.

Paim, esse jornalista deveria mirar-se em Carlos Castelo Branco. Fica lá naquele **Central Park**, boiolar. Atentai bem! Carlos Castelo Branco, reconhecido o maior jornalista deste País, sem medo, na ditadura, era o único que conseguia escrever, na sua imprensa, os clamores. Esta tribuna era cerceada. Carlos Castelo Branco, a coluna de Castelo, do **Jornal do Brasil**.

Outro dia, esta Casa homenageava João Emilio Falcão Costa, que completaria 70 anos; morreu novo. Vi unanimidade. Não o conheci pessoalmente, porque ele foi para o Rio e depois veio para cá. Mas eu vi todos os jornalista e até Pedro Simon falando e discursando sobre as qualidades de João Emilio Falcão. Pedro Simon! Aliás, fiz um pronunciamento e me inspirei no discurso que fez Pedro Simon quando ele morreu.

O governo passado, Paim, tinha um jovem que nós admirávamos, o melhor do Governo Fernando Henrique. Sabe qual foi, Mozarildo? Pedro Parente. Pedro Parente, o melhor. No apagão, botaram para rodar Pedro Parente. Passou aí oito anos. Mostrem-me uma indignidade, uma corrupção, uma malandragem. Ele não é piauiense, é filho de piauiense. O Eduardo Jorge, que foi humilhado, que saiu, a mãe dele é de minha cidade. O Presidente Sarney, o avô dele é piauiense. E este Senado, Paim, vamos olhar a grandeza. Três representantes que o Brasil conhece. O Sibazinho, o Sibá é do Piauí, filho de vaqueiro, honesto, honrado, correto. E hoje é estudioso. Eu até disse que quem mais evoluiu culturalmente foi o Sibá. Ele está citando Voltaire, Descartes. E fisicamente foi Ideli, que está ficando bonita. Daqui a oito anos, ela vai sair até artista de novela. O Sibá é homem do Piauí. E mais outro: Adelmir Santana. Então, é o único. É o único que tem uma bancada aqui que engrandece.

Agradeço a todos que foram solidários. E nesta sexta-feira cantava orgulhoso: Piauí, terra querida, filha do sol do equador, pertencem-te a nossa vida, nosso sonho, nosso amor! Na luta, teu filho é o primeiro que chega. Viva o Piauí! E vamos enterrar os ignorantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Senador Mão Santa pela atitude sempre muito firme em defesa do Estado do Piauí.

Senador Mão Santa, se V. Ex^a me permite, eu tenho o maior respeito por todos os jornalistas, independentemente de ser a posição favorável ou contra aquilo que penso. Confesso-lhe que vou fazer um telefonema para o Paulo Henrique Amorim. Tenho certeza de que não foi sua intenção ofender o povo do Piauí. E ele há de, inclusive, no meu entendimento, pedir desculpas, se essa não foi a intenção. Quero cumprimentar V. Ex^a pela defesa que fez. Eu faria a mesma defesa do meu Estado, o Rio grande do Sul, se acontecesse algo semelhante. Mas vamos todos torcer, porque não foi essa a intenção do nobre jornalista Paulo Henrique Amorim.

Faço isso, Senador Mão Santa, com a maior tranquilidade. Todos sabem que tenho uma discordância de pensamento, por exemplo, em relação ao jornalista Diogo Mainardi. Mas, numa outra oportunidade, eu entendi que o filho dele foi discriminado. Saí em defesa do filho dele, conseqüentemente dele, porque não aceitei que fosse discriminado pela forma como foi dirigida uma outra entrevista.

Então, neste momento, quero apenas fazer, se me permite V. Ex^a, esse pequeno depoimento. Às vezes, escorrega-se num discurso. O jornalista Paulo Henrique Amorim escorregou nessa questão do Piauí.

Assim, manifesto toda a nossa solidariedade ao povo do Piauí. Tenho quase certeza de que não houve intenção de ferir esse povo que V. Ex^a, o Senador Heráclito Fortes e o Senador João Vicente defendem aqui, com tanta garra, com tanta força. Conseqüentemente, isso é um orgulho para o próprio povo brasileiro.

Senador Mão Santa, parabéns pelo seu pronunciamento.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a Mesa ofício que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 372/07/PS-GSE

Brasília, 14 de agosto de 2007

Assunto: Envio de PLv para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido a consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2007 (Medida Provisória nº 374/07, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 7-8-07, que “Altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, tratando do prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social, e o art. 4º da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006; e prorroga o prazo a que se refere o art. 33 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

OF. Nº 395/07/PS-GSE

Brasília, 28 de agosto de 2007

Assunto: Envio de MPv para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 375, de 2007, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 22-8-07, que “Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos das Leis nºs 10.470, de 25 de junho de 2002, 10.667, de 14 de maio de 2003, 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.344,

de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 8.216, de 13 de agosto de 1991, 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 10.609, de 20 de dezembro de 2002, 9.030, de 13 de abril de 1995, 10.233, de 5 de junho de 2001, 9.986, de 18 de julho de 2000, 10.869, de 13 de maio de 2004, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 10.871, de 20 de maio de 2004, e da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

OF. Nº 402/2007/OS – GSE

Brasília, 4 de setembro de 2007

Assunto: Envio de MPv para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 376, de 2007, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 29-8-2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$15.704.401.380,00 (quinze bilhões, setecentos e quatro milhões, quatrocentos e um mil, trezentos e oitenta reais), para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário

OF. Nº 418/2007/OS – GSE

Brasília, 12 de setembro de 2007

Assunto: Envio de PLv para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2007 (Medida Provisória nº 377/2007, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 5-9-2007, que “Acréscce, altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; acresce dispositivos à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; cria a Secretaria de Plane-

jamento de Longo Prazo da Presidência da República; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas; revoga dispositivo da Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e dá outras providências”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro Secretário

OF. Nº 1.615/2007/SGM-P

Brasília, 13 de setembro de 2007

Assunto: Envio de PLv para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2007 (Medida Provisória nº 378/2007, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 12-9-2007, que “Dá nova redação ao **caput** do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho; em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Arlindo Chinaglia**,
Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os ofícios lidos vão à publicação.

Com referência às matérias acima submetidas ao Senado Federal, a Presidência comunica ao Plenário que os prazos de 45 dias para apreciação das mesmas encontram-se esgotados, e os de suas vigências foram prorrogados por Atos da Mesa do Congresso Nacional, por mais sessenta dias, conforme prevê o § 7º do art. 62 da Constituição Federal.

Uma vez recebidas formalmente pelo Senado Federal, nesta data, passam a sobrestar imediatamente todas as demais deliberações legislativas da Casa até que se ultimem suas votações.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência inclui as matérias na Ordem do Dia da próxima terça-feira, dia 18.

São os seguintes os projetos de lei de conversão e as medidas provisórias submetidas à apreciação do Senado Federal:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, de 2007

Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos das Leis nºs 10.470, de 25 de junho de 2002, 10.667, de 14 de maio de 2003, 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 8.216, de 13 de agosto de 1991, 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 10.609, de 20 de dezembro de 2002, 9.030, de 13 de abril de 1995, 10.233, de 5 de junho de 2001, 9.986, de 18 de julho de 2000, 10.869, de 13 de maio de 2004, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 10.871, de 20 de maio de 2004, e da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências.

ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

	Pág.
- Autógrafo da Medida Provisória	
- Medida Provisória original	
- Mensagem do Presidente da República nº 368, de 2007	
- Exposição de Motivos nº 126/2007, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão	
- Ofício nº 395/2007, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado	
- Calendário de tramitação da Medida Provisória	
- Nota Técnica nº 21/2007, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados	
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Deputado Eliene Lima (PP/MT)	
- Folha de Sinopse da tramitação da matéria na Câmara dos Deputados	
- Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 49, de 2007, prorrogando o prazo de vigência da Medida Provisória	
- Legislação citada	

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, de 2007

Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos das Leis nºs 10.470, de 25 de junho de 2002, 10.667, de 14 de maio de 2003, 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 8.216, de 13 de agosto de 1991, 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 10.609, de 20 de dezembro de 2002, 9.030, de 13 de abril de 1995, 10.233, de 5 de junho de 2001, 9.986, de 18 de julho de 2000, 10.869, de 13 de maio de 2004, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 10.871, de 20 de maio de 2004, e da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A remuneração dos cargos em comissão da administração pública federal direta, autárquica e fundacional passa a ser a constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal, investido nos cargos a que se refere o art. 1º desta Lei, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo ou emprego; ou

III - a remuneração do cargo efetivo ou emprego, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão.

§ 1º O docente da Carreira de Magistério, integrante do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, submetido ao regime de dedicação exclusiva, poderá ocupar Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada - FG, nas Instituições Federais de Ensino, sendo-lhe facultado optar, quando ocupante de CD, nos termos do inciso III do caput deste artigo.

§ 2º O docente a que se refere o § 1º deste artigo cedido para órgãos e entidades da União para o exercício de cargo em Comissão de Natureza Especial ou do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de níveis DAS-4, DAS-5 ou DAS-6, ou equivalentes, quando optante pela remuneração do cargo efetivo, perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva.

§ 3º O acréscimo previsto no § 2º deste artigo poderá ser percebido, no caso de docente cedido para o Ministério da Educação para o exercício de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de nível DAS-3.

Art. 3º O valor da remuneração das Funções Comissionadas Técnicas, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Gratificações Temporárias SIPAM - GTS, criadas pela Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, das Funções Comissionadas do INSS, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Funções Comissionadas do Banco Central - FCBC, de que trata a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, da Gratificação por Serviço Extraordinário, de que trata o Decreto-Lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938, e dos Cargos Comissionados Téc-

nicos das Agências Reguladoras - CCT passa a ser o constante do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. O servidor investido nas Funções Comissionadas Técnicas poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do valor unitário total da Função Comissionada Técnica, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração total da Função Comissionada Técnica e a remuneração do cargo efetivo; ou

III - a remuneração do cargo efetivo, acrescida do valor de opção, conforme estabelece a Tabela a do Anexo II desta Lei.

Art. 4º A remuneração total das Funções Gratificadas de que trata a Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, das Gratificações de Representação - GR da Presidência da República e da Vice-Presidência da República e dos órgãos que a integram, das Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino e das Gratificações pela Representação de Gabinete passa a ser a constante do Anexo III desta Lei.

Art. 5º Ficam revogados:

I - os arts. 1º, 2º e 4º e o Anexo da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002;

II - os §§ 2º e 3º do art. 58 e o Anexo XIII da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001;

III - o art. 2º e a terceira coluna do Anexo II da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003;

IV - a terceira coluna do Anexo IV da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998;

V - o art. 3º e o Anexo II da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006;

VI - o art. 155 e a terceira coluna do Anexo XXIX da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006;

VII - o art. 20 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991;

VIII - o § 2º do art. 1º e os Anexos I e II da Lei nº 8.168, de 16 de janeiro de 1991;

IX - o § 3º do art. 4º e a segunda coluna do Anexo da Lei nº 10.609, de 20 de dezembro de 2002;

X - a Lei nº 9.030, de 13 de abril de 1995;

XI - o art. 73, o parágrafo único do art. 74 e as Tabelas V e VI do Anexo I da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;

XII - o art. 17 e o Anexo II da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000;

XIII - o art. 12 da Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004;

XIV - o Anexo X da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992; e

XV - o parágrafo único do art. 33 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2007.

ANEXO I**CARGOS COMISSIONADOS DE NATUREZA ESPECIAL E DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES, CARGOS DE DIREÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO, CARGOS COMISSIONADOS DE DIREÇÃO, DE GERÊNCIA EXECUTIVA, DE ASSESSORIA E DE ASSISTÊNCIA E CARGOS ESPECIAIS DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL****a) CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL - NES**

DENOMINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
Secretários Especiais da Presidência da República	10.748,43
Comandante da Marinha	10.684,00
Comandante do Exército	10.684,00
Comandante da Aeronáutica	10.684,00
Secretário-Geral de Contencioso	10.684,00
Secretário-Geral de Consultoria	10.684,00
Subdefensor Público Geral da União	10.448,00
Presidente da Agência Espacial Brasileira	10.448,00
Demais cargos de natureza especial da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios	10.684,00

b) GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
DAS 101.6 e 102.6	10.448,00
DAS 101.5 e 102.5	8.400,00
DAS 101.4 e 102.4	6.396,04
DAS 101.3 e 102.3	3.777,63
DAS 101.2 e 102.2	2.518,42
DAS 101.1 e 102.1	1.977,31

c) CARGOS DE DIREÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO - CD

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
CD-1	8.307,96
CD-2	6.944,94
CD-3	5.452,10
CD-4	3.959,26

d) CARGOS COMISSIONADOS DE DIREÇÃO, DE GERÊNCIA EXECUTIVA, DE ASSESSORIA E DE ASSISTÊNCIA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

CARGO	VALOR UNITARIO (EM REAIS)
CD I	10.748,43
CD II	10.211,01
CGE I	9.673,58
CGE II	8.598,74
CGE III	8.061,32
CGE IV	5.374,21
CA I	8.598,74
CA II	8.061,32
CA III	2.418,40
CAS I	2.015,34
CAS II	1.746,63

e) Cargos Especiais de Transição Governamental - CETG

CARGO	VALOR UNITARIO (EM REAIS)
CETG - VII	10.684,00
CETG - VI	10.448,00
CETG - V	8.400,00
CETG - IV	6.396,04
CETG - III	3.777,63
CETG - II	2.518,42
CETG - I	1.977,31

ANEXO II

FUNÇÕES COMMISSIONADAS TÉCNICAS, GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA, FUNÇÕES COMMISSIONADAS DO INSS, FUNÇÕES COMMISSIONADAS DO BANCO CENTRAL, GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO E CARGOS COMMISSIONADOS TÉCNICOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

a) FUNÇÕES COMMISSIONADAS TÉCNICAS - FCT

FUNÇÃO COMMISSIONADA TÉCNICA	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)	VALOR DA OPÇÃO (EM REAIS)
FCT 1	5.105,50	1.531,65
FCT 2	4.282,17	1.284,66
FCT 3	3.591,61	1.149,31
FCT 4	3.012,42	1.024,22
FCT 5	2.526,62	934,84
FCT 6	2.119,19	847,66
FCT 7	1.777,42	782,06
FCT 8	1.490,79	730,49
FCT 9	1.250,37	687,72
FCT 10	1.048,74	650,22
FCT 11	879,61	615,72
FCT 12	737,77	590,22
FCT 13	618,79	556,91
FCT 14	519,00	519,00
FCT 15	435,31	435,31

b) GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - SIPAM-GTS

NÍVEL	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
GTS - 3	2.985,67
GTS - 2	2.336,61
GTS - 1	1.947,18

c) FUNÇÕES COMMISSIONADAS DO INSS

NÍVEL	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
FCINSS-1	1.186,39
FCINSS-2	1.511,05
FCINSS-3	2.266,58

d) FUNÇÕES COMISSIONADAS DO BANCO CENTRAL

DIREÇÃO/ASSESSORAMENTO

CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
FDS-1/FDJ-1	6.265,67
FDE-1/FCA-1	5.314,58
FDE-2/FCA-2	4.092,29
FDT-1/FCA-3	2.922,70
FDO-1/FCA-4	2.313,48
FCA-5	1.028,21

SUPORTE

CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
FST-1	706,90
FST-2	514,11
FST-3	385,58

e) GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
Coordenador Técnico	GSE-1	969,54
Coordenador de Informática	GSE-2	969,54
Assistente Técnico	GSE-3	519,39
Coordenador de Área	GSE-4	727,14
Coordenador de Sub-Área	GSE-5	519,39
Agente de Coleta Municipal	GSE-6	311,64
Coordenador Administrativo	GSE-7	727,14
Assistente Administrativo	GSE-8	519,39

f) CARGOS COMISSIONADOS TÉCNICOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

CCT V	2.043,55
CCT IV	1.493,35
CCT III	899,51
CCT II	792,97
CCT I	702,14

ANEXO III

FUNÇÃO GRATIFICADA, GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DOS ÓRGÃOS QUE A INTEGRAM, GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE E FUNÇÕES GRATIFICADAS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

a) FUNÇÃO GRATIFICADA (Lei nº 8.216, de 1991)

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	TOTAL
FG-1	147,92	245,55	393,47
FG-2	113,79	188,89	302,68
FG-3	87,52	145,29	232,81

b) GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	TOTAL
I - Auxiliar	177,51	294,67	472,18
II - Especialista	212,99	353,56	566,55
III - Secretário	249,21	413,69	662,90
IV - Assistente	284,10	471,61	755,71
V - Supervisor	318,18	528,17	846,35

c) GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	TOTAL
Auxiliar	123,26	204,60	327,86
Secretário/Especialista	147,92	245,55	393,47
Assistente	177,51	294,67	472,18
Supervisor	212,99	353,56	566,55

d) GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO EM CARGO DE CONFIANÇA NOS ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, DEVIDA AOS SERVIDORES MILITARES (art. 11 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992)

GRUPO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
A	1.269,86
B	1.154,10
C	1.048,43
D	952,81
E	867,26
F	788,41

e) GRATIFICAÇÃO PELA REPRESENTAÇÃO DE GABINETE

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	TOTAL
Oficial de Gabinete	30,67	50,91	81,58
Auxiliar de Gabinete	31,16	51,72	82,88

f) FUNÇÕES GRATIFICADAS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	ADICIONAL DE GESTÃO EDUCACIONAL	TOTAL
FG - 1	100,47	166,78	446,77	714,02
FG - 2	85,81	142,44	252,09	480,34
FG - 3	71,09	118,00	200,34	389,43
FG - 4	51,99	86,31	68,98	207,28
FG - 5	40,00	66,40	54,45	160,85
FG - 6	29,63	49,18	39,14	117,95
FG - 7	28,28	46,94	-	75,22
FG - 8	20,92	34,73	-	55,65
FG - 9	16,97	28,16	-	45,13

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL

N.º 375, DE 2007

Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A remuneração dos cargos em comissão da administração pública federal direta, autárquica e fundacional passa a ser a constante do Anexo I.

Art. 2º O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal, investido nos cargos a que se refere o art. 1º, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo ou emprego; ou

III - a remuneração do cargo efetivo ou emprego, acrescida do percentual de sessenta por cento do respectivo cargo em comissão.

§ 1º O docente da carreira de Magistério, integrante do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, submetido ao Regime de Dedicação Exclusiva, poderá ocupar Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada - FG, nas Instituições Federais de Ensino, sendo-lhe facultado optar, quando ocupante de CD, nos termos do inciso III.

§ 2º O docente a que se refere o § 1º cedido para órgãos e entidades da União, para o exercício de cargo em comissão de Natureza Especial ou do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de níveis DAS 4, DAS 5 ou DAS 6, ou equivalentes, quando optante pela remuneração do cargo efetivo, perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva.

§ 3º O acréscimo previsto no § 2º poderá ser percebido, no caso de docente cedido para o Ministério da Educação, para o exercício de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de nível DAS 3.

Art. 3º O valor da remuneração das Funções Comissionadas Técnicas, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Gratificações Temporárias SIPAM - GTS, criadas pela Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, das Funções Comissionadas do INSS, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Funções Comissionadas do Banco Central- FCBC, de que trata a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, da Gratificação por Serviço Extraordinário, de que trata o Decreto-Lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938, e dos Cargos Comissionados Técnicos das Agências Reguladoras - CCT passa a ser o constante do Anexo II.

Parágrafo único. O servidor investido nas Funções Comissionadas Técnicas poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do valor unitário total da Função Comissionada Técnica, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração total da Função Comissionada Técnica e a remuneração do cargo efetivo; ou

III - a remuneração do cargo efetivo, acrescida do valor de opção, conforme estabelece a Tabela "a" do Anexo II.

Art. 4º A remuneração total das Funções Gratificadas de que trata a Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, das Gratificações de Representação (GR) da Presidência da República e da Vice-Presidência da República e dos órgãos que a integram, das Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino e das Gratificações pela Representação de Gabinete passa a ser a constante do Anexo III.

Art. 5º Ficam revogados:

I - os arts. 1º, 2º, 4º e o Anexo da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002;

II - os §§ 2º e 3º do art. 58 e o Anexo XIII da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001;

III - o art. 2º e a terceira coluna do Anexo II da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003;

IV - a terceira coluna do Anexo IV da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998;

V - o art. 3º e o Anexo II da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006;

VI - o art. 155 e a terceira coluna do Anexo XXIX da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006;

VII - o art. 20 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991;

VIII - o § 2º do art. 1º e os Anexos I e II da Lei nº 8.168, de 16 de janeiro de 1991;

IX - o § 3º do art. 4º e a segunda coluna do Anexo da Lei nº 10.609, de 20 de dezembro de 2002;

X - a Lei nº 9.030, de 13 de abril de 1995;

XI - o art. 73, o parágrafo único do art. 74 e as Tabelas V e VI do Anexo I da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;

XII - o art. 17 e o Anexo II da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000;

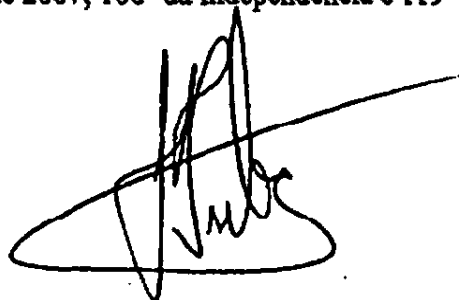
XIII - o art. 12 da Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004;

XIV - o Anexo X da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992; e

XV - o parágrafo único do art. 33 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004...

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2007.

Brasília, 15 de junho de 2007; 186ª da Independência e 119ª da República.



Referendado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva
MP-REAJUSTE DAS FG(MP EM X(L2)PLANO B

ANEXO I

CARGOS COMISSIONADOS DE NATUREZA ESPECIAL E DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES, CARGOS DE DIREÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO, CARGOS COMISSIONADOS DE DIREÇÃO, DE GERÊNCIA EXECUTIVA, DE ASSESSORIA E DE ASSISTÊNCIA E CARGOS ESPECIAIS DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL

a) CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL - NES

DENOMINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
Secretários Especiais da Presidência da República	10.748,43
Comandante da Marinha	10.684,00
Comandante do Exército	10.684,00
Comandante da Aeronáutica	10.684,00
Secretário-Geral de Contencioso	10.684,00
Secretário-Geral de Consultoria	10.684,00
Subdefensor Público Geral da União	10.448,00
Presidente da Agência Espacial Brasileira	10.448,00
Demais cargos de natureza especial da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios	10.684,00

b) GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
DAS 101.6 e 102.6	10.448,00
DAS 101.5 e 102.5	8.400,00
DAS 101.4 e 102.4	6.396,04
DAS 101.3 e 102.3	3.777,63
DAS 101.2 e 102.2	2.518,42
DAS 101.1 e 102.1	1.977,31

c) CARGOS DE DIREÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO - CD

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
CD-1	8.307,96
CD-2	6.944,94
CD-3	5.452,10
CD-4	3.959,26

d) CARGOS COMISSIONADOS DE DIREÇÃO, DE GERÊNCIA EXECUTIVA, DE ASSESSORIA E DE ASSISTÊNCIA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
CD I	10.748,43
CD II	10.211,01
CGE I	9.673,58
CGE II	8.598,74
CGE III	8.061,32
CGE IV	5.374,21
CA I	8.598,74
CA II	8.061,32
CA III	2.418,40
CAS I	2.015,34
CAS II	1.746,63

e) Cargos Especiais de Transição Governamental - CETG

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
CETG - VII	10.684,00
CETG - VI	10.448,00
CETG - V	8.400,00
CETG - IV	6.396,04
CETG - III	3.777,63
CETG - II	2.518,42
CETG - I	1.977,31

ANEXO II**FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS, GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA, FUNÇÕES COMISSIONADAS DO INSS, FUNÇÕES COMISSIONADAS DO BANCO CENTRAL, GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO E CARGOS COMISSIONADOS TÉCNICOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS****a) FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS - FCT**

FUNÇÃO COMISSIONADA TÉCNICA	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)	VALOR DA OPÇÃO (EM REAIS)
FCT 1	5.105,50	1.531,65
FCT 2	4.282,17	1.284,66
FCT 3	3.591,61	1.149,31
FCT 4	3.012,42	1.024,22
FCT 5	2.526,62	934,84
FCT 6	2.119,19	847,66
FCT 7	1.777,42	782,06
FCT 8	1.490,79	730,49
FCT 9	1.250,37	687,72
FCT 10	1.048,74	650,22
FCT 11	879,61	615,72
FCT 12	737,77	590,22
FCT 13	618,79	556,91
FCT 14	519,00	519,00
FCT 15	435,31	435,31

b) GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - SIPAM-GTS

NÍVEL	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
GTS - 3	2.985,67
GTS - 2	2.336,61
GTS - 1	1.947,18

c) FUNÇÕES COMISSIONADAS DO INSS

NÍVEL	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
FCINSS-1	1.186,39
FCINSS-2	1.511,05
FCINSS-3	2.266,58

d) FUNÇÕES COMISSIONADAS DO BANCO CENTRAL**DIREÇÃO/ASSESSORAMENTO**

CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
FDS-1/FDJ-1	6.265,67
FDE-1/FCA-1	5.314,58
FDE-2/FCA-2	4.092,29
FDT-1/FCA-3	2.922,70
FDO-1/FCA-4	2.313,48
FCA-5	1.028,21

SUPORTE

CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
FST-1	706,90
FST-2	514,11
FST-3	385,58

e) GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
Coordenador Técnico	GSE-1	969,54
Coordenador de Informática	GSE-2	969,54
Assistente Técnico	GSE-3	519,39
Coordenador de Área	GSE-4	727,14
Coordenador de Sub-Área	GSE-5	519,39
Agente de Coleta Municipal	GSE-6	311,64
Coordenador Administrativo	GSE-7	727,14
Assistente Administrativo	GSE-8	519,39

f) CARGOS COMISSIONADOS TÉCNICOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

CCT V	2.043,55
CCT IV	1.493,35
CCT III	899,51
CCT II	792,97
CCT I	702,14

ANEXO III**FUNÇÃO GRATIFICADA, GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DOS ÓRGÃOS QUE A INTEGRAM, GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE E FUNÇÕES GRATIFICADAS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO****a) FUNÇÃO GRATIFICADA (Lei nº 8.216, de 1991)**

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	TOTAL
FG-1	147,92	245,55	393,47
FG-2	113,79	188,89	302,68
FG-3	87,52	145,29	232,81

b) GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	TOTAL
I - Auxiliar	177,51	294,67	472,18
II - Especialista	212,99	353,56	566,55
III - Secretário	249,21	413,69	662,90
IV - Assistente	284,10	471,61	755,71
V - Supervisor	318,18	528,17	846,35

c) GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	TOTAL
Auxiliar	123,26	204,60	327,86
Secretario/Especialista	147,92	245,55	393,47
Assistente	177,51	294,67	472,18
Supervisor	212,99	353,56	566,55

d) GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO EM CARGO DE CONFIANÇA NOS ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, DEVIDA AOS SERVIDORES MILITARES (art. 11 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992)

GRUPO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
A	1.269,86
B	1.154,10
C	1.048,43
D	952,81
E	867,26
F	788,41

e) GRATIFICAÇÃO PELA REPRESENTAÇÃO DE GABINETE

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	TOTAL
Oficial de Gabinete	30,67	50,91	81,58
Auxiliar de Gabinete	31,16	51,72	82,88

f) FUNÇÕES GRATIFICADAS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	ADICIONAL DE GESTÃO EDUCACIONAL	TOTAL
FG - 1	100,47	166,78	446,77	714,02
FG - 2	85,81	142,44	252,09	480,34
FG - 3	71,09	118,00	200,34	389,43
FG - 4	51,99	86,31	68,98	207,28
FG - 5	40,00	66,40	54,45	160,85
FG - 6	29,63	49,18	39,14	117,95
FG - 7	28,28	46,94	-	75,22
FG - 8	20,92	34,73	-	55,65
FG - 9	16,97	28,16	-	45,13

RETIFICAÇÃO**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375,
DE 15 DE JUNHO DE 2007**

Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

(Publicado no **Diário Oficial da União** de 18 de junho de 2007, Seção I)

na Tabela “b” do Anexo II, leia-se:

**b) GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS DO SISTEMA
DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA – SIPAM-GTS**

NÍVEL	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
GTS-3	2.985,67
GTS-2	2.336,61
GTS-1	1.947,18

MENSAGEM Nº 368, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 375, de 15 de junho de 2007, que “fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências”.

Brasília, 15 de junho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 126/2007/MP

Brasília, 12 de junho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência a anexa medida provisória, que dispõe sobre a alteração dos valores de remuneração de cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionados no âmbito do Poder Executivo federal, e altera o percentual de opção para os cargos comissionados.

2. A proposta tem por objetivo favorecer a retenção de competências na máquina pública, valorizando os servidores detentores de funções de direção e

assessoramento, e constituir-se-á em fator de fortalecimento da burocracia federal e de continuidade na condução das políticas públicas. Além disso, a medida busca compatibilizar a remuneração dos cargos e funções comissionados ao recente reajuste sobre a alta administração do Poder Executivo Federal.

3. A Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, alterou os valores das remunerações dos Cargos em Comissão de Natureza Especial – NES, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, dos Cargos de Direção – CD e das Funções Gratificadas – FG das Instituições Federais de Ensino, mas não contemplou reajuste nos demais cargos e funções comissionados existentes. O último reajuste na remuneração desses, no âmbito do Poder Executivo Federal, ocorreu por meio da Lei nº 10.697, de 2 de julho de 2003, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais, quando foi repassado o reajuste de 1% aos cargos e funções. Desde essa data, nenhum outro reajuste nessas remunerações foi concedido pelo Governo.

4. Assim, proponho a Vossa Excelência que seja concedido, a partir de 1º de junho, um reajuste na remuneração de todos os cargos e funções comissionados. O reajuste proposto recompõe as perdas acumuladas em função da inflação apurada entre janeiro de 2003 e fevereiro deste ano, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e corrige distorções de amplitude de remuneração em determinados casos.

5. Para os cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores de níveis DAS-1, DAS-2 e DAS-3 propõe-se um reajuste diferenciado. Esses cargos compõem a chefia das áreas operacionais ou assessorias técnicas dos órgãos e entidades da administração. São posições que demandam elevado nível de responsabilidade e conhecimento técnico, tais como a condução de processos de licitação e acompanhamento de contratos, e representam a garantia da qualidade e da continuidade dos serviços prestados pelo Estado.

6. As retribuições pelo exercício desses cargos estão fixadas atualmente em R\$1.232,20, R\$1.403,90 e R\$1.575,60, respectivamente. Se comparados os valores desses cargos aos dos DAS-4, que têm retribuição de R\$4.898,00, observa-se uma clara distorção na amplitude remuneratória, com os valores dos DAS de nível mais baixo muito próximos entre si e com uma

grande diferença entre os valores dos DAS-3 para os DAS-4. Essa distorção acaba por não proporcionar a adequada remuneração compatível com o nível de responsabilidade assumido pelo servidor em função da hierarquia que ocupa ou da complexidade das tarefas que desenvolve na organização.

7. É no sentido de corrigir essa distorção que se propõe um reajuste de 60,47% para os cargos DAS-1; 79,39% para os DAS-2; e 139,76% para os DAS-3. Com a medida os valores desses cargos passarão a ser, respectivamente R\$1.977,71; R\$2.518,42; e R\$3.777,63, adequando os valores de retribuição ao nível de responsabilidade e complexidade das tarefas desenvolvidas por seus ocupantes e criando uma amplitude mais adequada para a atração e retenção dos melhores profissionais na administração pública federal.

8. Cabe lembrar que, com base no Decreto nº 5.497, de 21 de julho de 2005, no mínimo 75% dos cargos DAS-1, DAS-2 e DAS-3 devem ser ocupados exclusivamente por servidores de carreira. Nesse caso, na maioria das vezes o servidor opta por receber apenas uma parcela da remuneração, resultando em remuneração adicional de R\$800,93 para os DAS-1, R\$912,54 para os DAS-2 e de R\$1.181,70 para os DAS-3, o que torna ainda mais baixa a diferença de amplitude remuneratória entre os cargos. Com a proposta de reajuste, o valor da opção passará a ser de R\$1.186,38 para os DAS-1, R\$1.511,01 para os DAS-2 e de R\$2.266,52 para os DAS-3. No caso dos cargos DAS-4, o referido decreto estabelece o percentual mínimo de ocupação de 50% para servidores de carreira; com a proposta, o valor da opção aumentaria para R\$3.777,53. Assim, essa proposta vai ao encontro da política de valorização do servidor público que vem sendo adotada por seu Governo, consolidando também a postura de investimento na profissionalização da gestão pública.

9. Outra modificação proposta é em relação aos percentuais de opção dos cargos em comissão DAS, de natureza especial e cargos de direção das instituições de ensino e das agências reguladoras que passam a ser de 60% para todos os cargos.

10. A estimativa do impacto orçamentário para o exercício de 2007, considerando-se os valores de opção por servidores de carreira, em função do percentual estabelecido pelo Decreto nº 5.497, de 2005, é de R\$282.587.990,56 (duzentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, novecentos e noventa reais e cinquenta e seis centavos) e de

R\$484.436.555,24 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos) para os exercícios subsequentes, incluindo gratificação natalina, adicional de férias e encargos.

11. O disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, encontra-se plenamente atendido, uma vez que a despesa relativa ao presente exercício será coberta com recursos previstos para esta finalidade na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007 – Lei Orçamentária Anual para 2007.

12. São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o projeto de medida provisória em questão.

Respeitosamente,

OF. Nº 395/07/PS-GSE

Brasília, 28 de agosto de 2007

Assunto: Envio de MPv para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 375, de 2007, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 22-8-07, que “Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos das Leis nºs 10.470, de 25 de junho de 2002, 10.667, de 14 de maio de 2003, 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 8.216, de 13 de agosto de 1991, 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 10.609, de 20 de dezembro de 2002, 9.030, de 13 de abril de 1995, 10.233, de 5 de junho de 2001, 9.986, de 18 de julho de 2000, 10.869, de 13 de maio de 2004, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 10.871, de 20 de maio de 2004, e da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida medida provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

MPV Nº 375

Publicação no DO	18-6-2007(Ret. DO 19-6-2007)
Designação da Comissão	19-6-2007 (SF)
Instalação da Comissão	20-6-2007
Emendas	até 25-6-2007 (7º dia da publicação)
Prazo na Comissão	18-6-2007 a 1º-7-2007 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	1º-7-2007
Prazo na CD	de 2-7-2007 a 15-7-2007 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	15-7-2007
Prazo no SF	16-7-2007 a 12-8-2007 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	12-8-2007
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	13-8-2007 a 15-8-2007 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	16-8-2007 (46º dia)
Prazo final no Congresso	30-8-2007 (60 dias)
Prazo final prorrogado	29-10-2007 (*)
(*) Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 49, de 2007 – DOU (Seção I) de 15-8-2007	

MPV Nº 375

Votação na Câmara dos Deputados	22-08-2007
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	

NOTA TÉCNICA Nº 21/2007**SUBSÍDIOS À APRECIÇÃO DA MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 375, DE 15 DE JUNHO DE 2007,
QUANTO À ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
E FINANCEIRA**

Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

I – Introdução

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 375, de 15 de junho de 2007, que “fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências”.

A presente Nota Técnica atende à determinação do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, o qual estabelece: “o órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da casa a que pertencer o relator de medida provisória encaminhará aos relatores e à comissão, no prazo de cinco dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de medida provisória”.

II – Síntese da Medida Provisória

A Medida Provisória nº 375/2007 dispõe sobre a alteração dos valores de remuneração de cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionados no âmbito do Poder Executivo Federal, e altera o percentual de opção para os cargos comissionados.

Segundo a exposição de motivos, a proposta tem por objetivo favorecer a retenção de competências na máquina valorizando os servidores detentores de funções de direção e assessoramento, e constituir-se em fator de fortalecimento da burocracia federal e de continuidade na condução das políticas públicas. Além disso, a medida busca compatibilizar a remuneração dos cargos e funções comissionados ao recente reajuste sobre a alta administração do Poder Executivo Federal.

A medida provisória concede reajuste a todos os cargos e funções comissionados a partir de 1º de junho. O reajuste proposto recompõe as perdas acumuladas em função da inflação apurada entre janeiro de 2003 e fevereiro de 2007, medida pelo Índice de Pregos ao Consumidor Amplo (IPCA), cal-

culado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e corrige distorções de amplitude de remuneração, concedendo reajustes maiores para os DAS 1, 2 e 3. Outra modificação proposta é em relação aos percentuais de opção dos cargos em comissão DAS, de Natureza Especial e Cargos de Direção das Instituições de Ensino e das Agendas Reguladoras que passam a ser de 60% para todos os cargos.

Conforme justifica a EM, a proposta vai ao encontro da política de valorização do servidor público que vem sendo adotada pelo Governo, consolidando também a postura de investimento na profissionalização da gestão pública.

III – Subsídios

Cabe à Comissão Mista encarregada de dar parecer a referida medida provisória, no prazo improrrogável de quatorze dias contados da publicação da MP, emitir parecer único, onde se manifestará, dentre outros aspectos, sobre sua adequação financeira e orçamentária (**caput** do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN).

Estabelece também o § 1º do art. 5º da mencionada Resolução que:

“§ 1º O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual.”

Plano Plurianual

A lei que estabelece o Plano Plurianual para o período 2004/2007 (Lei nº 10.933, de 11-8-2004) contém programa e ação específicos por intermédio dos quais correrão as despesas decorrentes das normas baixadas na MP ora examinada.

Lei de Diretrizes Orçamentárias

No que concerne a adequação da MP à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é importante ressaltar que, no exame de matéria relativa à concessão de qualquer vantagem e de criação de cargos, empregos e função deve ser considerada também a determina-

ção constitucional prevista no art. 169 da Carta Magna, especialmente as restrições e exceções contidas no parágrafo primeiro desse dispositivo, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, nos seguintes termos:

“ Art. 169.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções (grifos nossos) ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes (grifo nosso);

II – se houver autorização específica (grifo nosso) **na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.”**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício financeiro de 2007 (art. 92 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006) estabelece que a concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções e alterações de estrutura de carreiras devem constar de anexo específico da lei orçamentária.

Lei Orçamentária Anual

A lei orçamentária para o exercício de 2007 (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), no seu “ANEXO V – AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS”, traz as seguintes autorizações:

II. ALTERAÇÃO DE ESTRUTURA DE CARREIRAS E AUMENTO DE REMUNERAÇÃO:

.....
4. Poder Executivo

.....
4.2. Reestruturação da remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder Executivo. Limite Financeiro de R\$1.158.224.700.”

Consta ainda da Lei Orçamentária para 2007 dotação no Âmbito do Ministério do Planejamento, Orça-

mento e Gestão, UO: 47101, R\$1,07 bilhão no crédito “04.846.1054.0707.0001 – Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações – Nacional”.

Lei de Responsabilidade Fiscal

Há que se analisar ainda a proposição à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000). Os gastos resultantes da edição da medida provisória enquadram-se na condição de despesa obrigatória de caráter continuado (considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei ou medida provisória que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios).

Nesse sentido, a norma fica sujeita à observância do disposto no artigo 17, §§ 1º e 2º, da referida LRF. Pelo que dispõe o § 1º, o ato que criar ou aumentar despesa de caráter continuado deverá ser instruído com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes e demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio. O § 2º, por sua vez, determina que tal ato deverá ser acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Desses dispositivos, a Exposição de Motivos apenas declara que a estimativa do impacto orçamentário para o exercício de 2007, considerando-se os valores de opção por servidores de carreira, em função do percentual estabelecido pelo Decreto nº 5.497, de 2005, é de R\$282.587.990,56 (duzentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, novecentos e noventa reais e cinquenta e seis centavos) e de R\$484.436.555,24 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos) para os exercícios subsequentes, incluindo gratificação natalina, adicional de férias e encargos. E que a despesa relativa ao presente exercício será coberta com recursos previstos para esta finalidade na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007 – Lei Orçamentária Anual para 2007.

Esses são os subsídios.

Brasília, 22 de março de 2007. – **Sérgio Tadao Sambosuke**, Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira.

**PARECER DO RELATOR, PELA COMISSÃO MISTA, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375,
DE 2007, E EMENDAS.**

O SR. ELIENE LIMA (PP-MT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, passo a proferir o parecer.

A Medida Provisória nº 375, de 2007, dispõe sobre a remuneração de cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionadas no âmbito do Poder Executivo Federal, altera o percentual de opção dos cargos comissionados e dá outras providências.

Trata-se, primordialmente, de uma busca de compatibilização da remuneração dos cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionadas da União ao recente reajuste remuneratório concedido à alta administração do Poder Executivo Federal.

Resumidamente, as principais medidas introduzidas para o fim proposto são as seguintes:

I – concessão de um reajuste na remuneração de todos os cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, bem como de algumas funções gratificadas e gratificações de representação e de serviço extraordinário, de forma a recompor as perdas acumuladas em virtude da inflação apurada entre janeiro de 2003 e fevereiro deste ano, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

II – correção, por meio de reajustes diferenciados, de algumas distorções de amplitude de remuneração detectadas entre os cargos e funções comissionadas da administração federal, principalmente no que tange aos cargos em comissão de níveis DAS-1, DAS-2 e DAS-3, vez que os mesmos não observam níveis de remuneração compatíveis com os graus de responsabilidade havidos em função da posição hierárquica ou da complexidade das tarefas que lhes são atribuídas pela administração;

III – modificação do percentual de opção a ser percebido pelos detentores de cargo efetivo quando em exercício dos cargos em comissão DAS, de natureza especial e cargos de direção das instituições de ensino e das agências reguladoras, que passa a ser de 60% para todos os cargos;

IV – revogação de artigos de leis anteriores que disciplinavam de forma diferente a matéria tratada nesta medida provisória;

V - definição da data de 1º de junho de 2007 para o início dos efeitos financeiros desta medida provisória.

Encaminhada a medida provisória ao Congresso Nacional, foi aberto o prazo para oferecimento de emendas, ora encerrado, verificando-se a apresentação de 35 emendas, sintetizadas no quadro a seguir.

No que concerne à caracterização dos pressupostos de urgência e relevância, disciplinados no art. 62 da Constituição Federal como requisitos indispensáveis para a edição de medidas provisórias, entendemos acolher os termos da exposição de motivos que acompanha a Medida Provisória nº 375, de 2007, segundo a qual o encaminhamento desta matéria é urgente e relevante por integrar um conjunto de medidas destinadas a

promover o reajuste tempestivo das tabelas remuneratórias dos cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionadas no âmbito do Poder Executivo Federal, atendendo a uma política de revitalização de suas remunerações.

Consideramos, também, terem sido devidamente observados os requisitos formais para seu envio ao Congresso Nacional, nos termos previstos no art. 2º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN.U

Quanto à constitucionalidade, a Medida Provisória nº 375, de 2007, trata de matéria que se insere na competência legislativa do Congresso Nacional, nos termos do art. 37, inciso X, combinado com o art. 48 da Carta Magna, e não incorre em qualquer das vedações temáticas estabelecidas pelo § 1º do art. 62 da Constituição. Inexistem, também, objeções a levantar quanto aos requisitos de juridicidade e de técnica legislativa.

Com relação à adequação orçamentária e financeira, cumpre registrar que a exposição de motivos do Poder Executivo informa estar plenamente atendido o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal —, vez que as despesas adicionais, no ano de 2007, relativas ao aumento das remunerações dos cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionadas do Poder Executivo Federal, da ordem de R\$282.587.990,56, foram incluídas na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007 — Lei Orçamentária Anual de 2007 —, em funcional específica com recursos previstos para essa finalidade. Informa, ainda, que, no exercício de 2008 e subseqüentes, as respectivas despesas adicionais anuais serão da ordem de R\$484.436.555,24.

O § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, estabelece que o exame da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange

a análise da repercussão sobre a receita ou sobre a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes.

De fato, a Lei Orçamentária Anual de 2007 consigna, no Anexo V, dotação específica para a reestruturação da remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder Executivo, com valor autorizado da ordem de R\$1.158.224.700,00, que se mostra suficiente para atender à projeção das despesas criadas pela medida provisória em exame, pelo que acolhemos a exposição de motivos do Poder Executivo, entendendo que as despesas anualizadas ora introduzidas podem ser absorvidas pela margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado dos exercícios subseqüentes, de forma compatível com o aumento de receita decorrente do crescimento econômico do País, projetado para o curto e médio prazos.

Quanto ao exame de mérito da Medida Provisória nº 375, de 2007, julgamos serem extremamente oportunas as providências destinadas a melhorar o padrão remuneratório dos cargos e funções comissionadas do Poder Executivo Federal, sem qualquer reajuste desde julho de 2003, pois entendemos que elas valorizam os respectivos servidores detentores de funções de coordenação, direção e assessoramento, favorecendo a retenção de competências na administração pública e, conseqüentemente, propiciando a continuidade na condução das políticas governamentais, de extrema importância para o bom funcionamento e maior efetividade de toda ação estatal federal.

No que concerne à constitucionalidade das emendas apresentadas, entendemos que 29 delas apresentam alguma objeção técnica intransponível, seja por invadirem iniciativa legiferante ou competência privativa do Poder Executivo, disciplinada nos arts. 61, § 1º, II, "a" (emendas de nºs 3, 4, 6, 11, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 32 e 34, relativas a alterações de remuneração de cargos, funções comissionadas, gratificações,

vantagens e adicionais, no âmbito do Poder Executivo federal), art. 61, § 1º, II, “c” (emendas de nºs 7, 8, 9 e 33, relativas a alterações de percentuais mínimos de ocupação de cargos em comissão por servidores concursados e de prazos para servidores optarem por reenquadramento em Planos de Cargos e Carreiras) e 84, VI, “a”, da Constituição Federal (emendas de nºs 14, 17, 18, 19, 20, 21 e 27, relativas à estruturação, organização e funcionamento das carreiras integrantes deste Poder), respectivamente; seja por não observarem o art. 63, I, da Constituição Federal, que veda elevação de despesas em projetos de iniciativa privativa do Presidente da República (emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 6, 11, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33 e 34).

Quanto à juridicidade das emendas, registramos que 31 delas apresentam matéria estranha ao objeto específico da medida provisória em exame, contrariando o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 (emendas de nºs 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34 e 35).

Com relação à adequação orçamentária e financeira das emendas, registramos óbices em 20 delas (emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 6, 11, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34 e 35), por não indicarem o montante das despesas incorridas nem a fonte do seu custeio, conforme exigência disposta no art. 17, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

No que tange ao mérito das emendas apresentadas, nos posicionamos contrariamente a todas, vez que elas não trazem qualquer aperfeiçoamento significativo ao texto da proposição original, com relação ao objeto específico ali enunciado.

Assim é, que, ao nosso ver, as emendas de nºs 1, 2 e 31 distorcem a graduação e o equilíbrio da reestruturação remuneratória referente aos cargos em comissão do grupo DAS (caso das emendas de nºs 1 e 2) e às funções gratificadas de que trata a Lei nº 8.216, de 1991 (caso da emenda de nº 31), enquanto a emenda de nº 5, também pertinente ao objeto desta medida provisória, suprime revogações de artigos de leis ora alterados, tornando confusa e contraditória a legislação temática remanescente.

Quanto às demais 31 emendas, todas introduzem matérias estranhas ao objeto específico da medida provisória em exame, seja com a finalidade de promover alterações em dispositivos legais que disciplinam a organização, estruturação, e/ou remuneração de cargos e carreiras integrantes do Poder Executivo Federal e em dispositivos do Estatuto do Desarmamento, seja com a finalidade de editar dispositivo legal impedindo a contribuição voluntária de servidores ocupantes de cargos em comissão a partidos políticos ou de uniformizar e majorar os valores relativos às bolsas de estágio oferecidas no âmbito da administração pública federal, cujas repercussões financeiras e administrativas não estão postas e ultrapassam, em muito, o eixo do objetivo central visado com a edição desta MP: de reestruturar e adequar a remuneração dos cargos e funções comissionadas do Poder Executivo Federal em níveis compatíveis com as responsabilidades exercidas e com as disponibilidades do Erário.

Feitas essas considerações, o voto é pela admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 375, de 2007, bem como, no mérito, por sua aprovação, na forma inicialmente proposta.

Com relação às emendas, o voto é pela inconstitucionalidade das emendas de nº 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, e 34; pela injuridicidade das emendas de nºs 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34 e 35; pela inadequação orçamentária e financeira das emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 6, 11, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34 e 35; e pela admissibilidade da emenda de nº 5. No mérito, voto pela rejeição de todas as emendas apresentadas.

Sr. Presidente, é o parecer.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 2007

Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Eliene Lima

I - RELATÓRIO

A Medida Provisória nº 375, de 2007, dispõe sobre a remuneração de cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionadas no âmbito do Poder Executivo federal, altera o percentual de opção dos cargos comissionados e dá outras providências.

Trata-se, primordialmente, de uma busca de compatibilização da remuneração dos cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionadas da União ao recente reajuste remuneratório concedido à alta administração do Poder Executivo federal.

Resumidamente, as principais medidas introduzidas para o fim proposto são as seguintes:

I – concessão de um reajuste na remuneração de todos os cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionadas, no

âmbito do Poder Executivo federal, bem como de algumas funções gratificadas e gratificações de representação e de serviço extraordinário, de forma a recompor as perdas acumuladas em virtude da inflação apurada entre janeiro de 2003 e fevereiro deste ano, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

II – correção, por meio de reajustes diferenciados, de algumas distorções de amplitude de remuneração detectadas entre os cargos e funções comissionadas da administração federal, principalmente no que tange aos cargos em comissão de níveis DAS-1, DAS-2 e DAS-3, vez que os mesmos não observam níveis de remuneração compatíveis com os graus de responsabilidade havidos em função da posição hierárquica ou da complexidade das tarefas que lhes são atribuídas pela administração;

III – modificação do percentual de opção dos cargos em comissão DAS, de Natureza Especial e cargos de direção das Instituições de ensino e das Agências Reguladoras, que passa a ser de 60% para todos os cargos;

IV – revogação de artigos de leis anteriores que disciplinavam de forma diferente a matéria tratada nesta Medida Provisória;

V - definição da data de 1º de junho de 2007 para o início dos efeitos financeiros desta Medida Provisória.

Encaminhada a Medida Provisória ao Congresso Nacional foi aberto o prazo para oferecimento de emendas, ora já encerrado, verificando-se a apresentação de trinta e cinco emendas, sintetizadas no quadro a seguir:

Emendas à MP nº 375, de 2007

Nº	Autor	Dispositivo modificado	Objetivo
01	Dep. Moreira Mendes	<i>caput</i> e incisos do art.	Suprimir, fundamentalmente, a redução do percentual de opção de remuneração para os servidores ocupantes de

Nº	Autor	Dispositivo modificado	Objetivo
		2º	cargo efetivo ou emprego público em qualquer dos entes federativos investidos nos cargos em comissão da administração pública federal.
02	Dep. Andreia Zito	caput e inciso III do art. 2º	Suprimir, fundamentalmente, a redução do percentual de opção de remuneração para os servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego público em qualquer dos entes federativos investidos nos cargos em comissão da administração pública federal.
03	Dep. Arnaldo Jardim	acresce § 4º ao art. 2º	Aumentar remuneração da Gratificação de Desempenho de Atividade de Regulação e da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa, que compõem a remuneração dos servidores das Agências Reguladoras, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2008.
04	Dep. Andreia Zito	acresce art. 4-A	Conceder ou atualizar as parcelas incorporadas pelo exercício de funções comissionadas (quintos), tendo como referência a data da publicação da Medida Provisória nº 2.225-45, de 04 de setembro de 2001.
05	Dep. Edmilson Valentim	arts. 5º e 6º	Suprimir, fundamentalmente, as revogações dos dispositivos legais explicitados no art. 5º e a data de referência para a produção de efeitos financeiros fixada no art. 6º.
06	Dep. Edmilson Valentim	acresce artigo	Impedir a transformação em VPNI das parcelas remuneratórias de Adicional por Tempo de Serviço, de Gratificação de Atividade Executiva e da diferença de vencimentos criada pelo art. 3º da Lei nº 8.270/1991, percebidas pelos servidores do DATASUS, de forma a preservar as suas respectivas naturezas salariais.
07	Dep. Cezar Silvestri	acresce art. 5º e renumera os demais	Reduzir gradualmente, entre 2007 e 2013, em termos percentuais, os valores globais destinados ao pagamento dos cargos em comissão da União ocupados por servidores ou funcionários públicos não concursados.
08	Dep. Cezar Silvestri	acresce art. 5º e renumera os demais	Reduzir gradualmente, entre 2008 e 2014, em termos percentuais, o quantitativo de cargos em comissão da União ocupados por servidores ou funcionários públicos não concursados.
09	Dep. Cezar Silvestri	acresce art. 5º e renumera os demais	Fixar percentuais mínimos de ocupação de cargos em comissão por servidores públicos concursados, tendo como referência o ano de 2007 e vigência a partir de 1º de janeiro de 2008.
10	Dep. Antônio Carlos Magalhães Neto	acresce art. 6º e renumera os demais	Impedir que o aumento de remuneração dos cargos em comissão integrem cálculo de contribuição dos servidores ocupantes destes cargos em qualquer unidade federativa em favor de partidos políticos.

Nº	Autor	Dispositivo modificado	Objetivo
11	Dep. Antônio Carlos Magalhães Neto	acresce art. 6º e renumera os demais	Conceder reajuste de 40% sobre as tabelas de vencimentos dos servidores ocupantes de cargos efetivos ou empregos de todos os entes federados.
12	Dep. Luís Carlos Heinze	acresce art. 6º e renumera os demais	Facultar que nos municípios onde não houver Delegacia da Polícia Federal, a Polícia Civil da respectiva unidade da federação possa ter a prerrogativa de emitir o Certificado de Registro de Arma de Fogo.
13	Dep. Arnaldo Jardim	acresce artigo	Determinar prazo de 180 dias para que o Poder Executivo equipare a remuneração das carreiras das Agências Reguladoras com as do Ciclo de Gestão.
14	Dep. Arnaldo Jardim	acresce artigo	Modificar a nomenclatura dos cargos de "Analista Legislativo" e de "Técnico Administrativo" das carreiras das Agências Reguladoras para os de "Analista em Gestão de Regulação" e de "Técnico em Gestão de Regulação", respectivamente, bem como incluir entre as atribuições desses servidores as de "planejamento" e de "relacionamento institucional".
15	Dep. Luís Carlos Heinze	acresce artigo	Determinar que os registros de propriedade, expedidos pelos órgãos estaduais sejam renovados mediante o pertinente registro federal no prazo máximo de 6 anos contados da data de regulamentação da Lei nº 10.826/2003.
16	Dep. Jovair Arantes	acresce artigo	Incorporar a Gratificação de Atividade Tributária, devida aos integrantes das carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, aos vencimentos do cargo efetivo, em valor equivalente a setenta e cinco por cento do vencimento básico do servidor.
17	Dep. Leonardo Vilela	acresce artigo	Estender aos servidores aposentados e pensionistas da extinta Secretaria de Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social, a nova vinculação à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, nos moldes do que foi feito para os servidores ativos.
18	Dep. Antônio Roberto	acresce artigo	Estender aos servidores aposentados e pensionistas da extinta Secretaria de Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social, a nova vinculação à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, nos moldes do que foi feito para os servidores ativos.
19	Dep. Mauro Benevides	acresce artigo	Estender aos servidores aposentados e pensionistas da extinta Secretaria de Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social, a nova vinculação à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, nos moldes do que foi feito para os servidores ativos.
20	Dep. Leonardo Vilela	acresce	Redistribuir, para os quadros da Procuradoria-Geral da

Nº	Autor	Dispositivo modificado	Objetivo
		artigo	Fazenda Nacional, os servidores que tinham efetivo exercício nas unidades vinculadas ao contencioso fiscal e à cobrança da dívida ativa na Coordenação Geral de Matéria Tributária da Procuradoria-Geral Federal, na Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, nos respectivos órgãos descentralizados ou nas unidades locais.
21	Dep. Antônio Roberto	acresce artigo	Redistribuir, para os quadros da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, os servidores que tinham efetivo exercício nas unidades vinculadas ao contencioso fiscal e à cobrança da dívida ativa na Coordenação Geral de Matéria Tributária da Procuradoria-Geral Federal, na Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, nos respectivos órgãos descentralizados ou nas unidades locais.
22	Dep. Edmilson Valentim	acresce artigo	Impedir a transformação em vantagem de qualquer natureza a diferença de vencimentos criada pelo art. 3º da Lei nº 8.270/1991, percebidas pelos servidores do DATASUS, de forma a preservar a sua natureza salarial.
23	Dep. Arnaldo Faria de Sá	acresce artigo	Corrigir distorções nas tabelas de vencimentos aplicáveis aos auditores regidos pela Lei nº 10.593/2002, aproximando a relação remuneratória entre os novos e os antigos servidores.
24	Dep. Jovair Arantes	acresce artigo	Corrigir distorções nas tabelas de vencimentos aplicáveis aos auditores regidos pela Lei nº 10.593/2002, aproximando a relação remuneratória entre os novos e os antigos servidores.
25	Dep. Arnaldo Faria de Sá	acresce artigo	Aplicar às aposentadorias e pensões concedidas antes do prazo mínimo de 60 meses de percepção da Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação - GIFA, devida aos ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho, o percentual máximo a que fizeram jus os servidores em atividade.
26	Dep. Jovair Arantes	acresce artigo	Aplicar às aposentadorias e pensões concedidas antes do prazo mínimo de 60 meses de percepção da Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação - GIFA, devida aos ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho, o percentual máximo a que fizeram jus os servidores em atividade.
27	Dep. Valdir Colato	acresce artigo	Estruturar a Carreira de Perito Federal Agrário, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Nº	Autor	Dispositivo modificado	Objetivo
28	Dep. Arnaldo Faria de Sá	acresce artigo	Transpor todos os ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho que estiverem posicionados na Classe A para a Classe B, Padrão I, de forma a reduzir a diferença remuneratória entre os novos e os antigos auditores.
29	Dep. Jovair Arantes	acresce artigo	Transpor todos os ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho que estiverem posicionados na Classe A para a Classe B, Padrão I, de forma a reduzir a diferença remuneratória entre os novos e os antigos auditores.
30	Dep. Antônio Carlos Magalhães Neto	acresce artigo	Vedar aos partidos políticos a possibilidade de recebimento, direto ou indireto, de contribuição de qualquer natureza, de servidor público ocupante de cargo em comissão.
31	Dep. Antônio Carlos Magalhães Neto	alínea "a" do anexo III	Dobrar os valores remuneratórios ora propostos para as funções gratificadas de que trata a Lei nº 8.216, de 1991.
32	Dep. Edmilson Valentim	acresce artigo	Impedir que seja alterada a natureza salarial da diferença de vencimentos criada pelo art. 3º da Lei nº 8.270/1991, percebidas pelos servidores do DATASUS.
33	Dep. Edmilson Valentim	acresce artigo	Prorrogar até a data de 31 de dezembro de 2007 o prazo de opção dado aos servidores ativos, inativos e pensionistas para decidirem integrar os Planos de Carreiras e Cargos de que tratam os arts. 1º, 11, 49 e 89 da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, bem como aquele concedido aos servidores titulares de cargos efetivos do Plano de Carreiras da área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, para requererem o reenquadramento no cargo anteriormente ocupado, mantida a sua denominação.
34	Dep. Luiz Carlos Hauly	acresce artigo	Reajustar em 200% a remuneração total de todos os servidores públicos federais, ativos e inativos dos cargos e carreiras do extinto Instituto Brasileiro do Café, vinculados ao Ministério da Fazenda.
35	Dep. Geraldo Magela	acresce artigo	Uniformizar os valores das bolsas de estágio oferecidas no âmbito da Administração Pública federal (mínimo de 20h de jornada semanal), fixando em R\$ 700,00 o valor da bolsa para estudantes de nível superior ou de educação profissional de nível médio e em R\$ 490,00 o valor da bolsa para os demais estudantes de nível médio.

Uma vez esgotado o prazo para manifestação da Comissão Mista a que se refere o § 9º do art. 62 do texto constitucional, sem que a mesma houvesse sido instalada, cabe-me, em decorrência de designação da Mesa da Câmara dos Deputados, oferecer parecer pela referida Comissão Mista à Medida Provisória nº 375, de 2007.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

No que concerne à caracterização dos pressupostos de urgência e relevância, disciplinados no art. 62 da Constituição Federal como requisitos indispensáveis para a edição de medidas provisórias, entendemos acolher os termos da Exposição de Motivos que acompanha a Medida Provisória nº 375, de 2007, segundo a qual o encaminhamento desta matéria é urgente e relevante por integrar um conjunto de medidas destinadas a promover o reajuste tempestivo das tabelas remuneratórias dos cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionadas no âmbito do Poder Executivo federal, atendendo a uma política de revitalização de suas remunerações.

Consideramos, também, terem sido devidamente observados os requisitos formais para seu envio ao Congresso Nacional, nos termos previstos no art. 2º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Quanto à constitucionalidade, a Medida Provisória nº 375, de 2007, trata de matéria que se insere na competência legislativa do Congresso Nacional, nos termos do art. 37, inciso X, combinado com o art. 48 da Carta Magna, e não incorre em qualquer das vedações temáticas estabelecidas pelo § 1º do art. 62 da Constituição. Inexistem também objeções a levantar quanto aos requisitos de juridicidade e de técnica legislativa.

Com relação à adequação orçamentária e financeira, cumpre registrar que a Exposição de Motivos do Poder Executivo informa estar

plenamente atendido o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), vez que as despesas adicionais, no ano de 2007, relativas ao aumento das remunerações dos cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionadas do Poder Executivo federal, da ordem de R\$ 282.587.990,56, foram incluídas na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007 (Lei Orçamentária Anual de 2007), em funcional específica com recursos previstos para esta finalidade. Informa, ainda, que, no exercício de 2008 e subseqüentes, as respectivas despesas adicionais anuais serão da ordem de R\$ 484.436.555,24.

O § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, estabelece que o exame da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou sobre a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes.

De fato, a Lei Orçamentária Anual de 2007 consigna, no Anexo V, dotação específica para a reestruturação da remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder Executivo, com valor autorizado da ordem de R\$ 1.158.224.700,00, que se mostra suficiente para atender à projeção das despesas criadas pela Medida Provisória em exame, pelo que acolhemos a Exposição de Motivos do Poder Executivo, entendendo que as despesas anualizadas ora introduzidas podem ser absorvidas pela margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado dos exercícios subseqüentes, de forma compatível com o aumento de receita decorrente do crescimento econômico do País projetado para o curto e médio prazos.

Quanto ao exame de mérito da Medida Provisória nº 375, de 2007, julgamos serem extremamente oportunas as providências destinadas a melhorar o padrão remuneratório dos cargos e funções comissionadas do Poder Executivo federal, sem qualquer reajuste desde julho de 2003, pois entendemos que elas valorizam os respectivos servidores detentores de funções de coordenação, direção e assessoramento, favorecendo a retenção de competências na administração pública e, conseqüentemente, propiciando a

continuidade na condução das políticas governamentais, de extrema importância para o bom funcionamento e maior efetividade de toda ação estatal federal.

No que concerne à constitucionalidade das emendas apresentadas, entendemos que vinte e nove delas apresentam alguma objeção técnica intransponível: seja por invadirem iniciativa legiferante ou competência privativa do Poder Executivo, disciplinada nos arts. 61, § 1º, II, "a" (emendas de nº 3, 4, 6, 11, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 32 e 34 – relativas a alterações de remuneração de cargos, funções comissionadas, gratificações, vantagens e adicionais, no âmbito do Poder Executivo federal), 61, § 1º, II, "c" (emendas de nº 7, 8, 9 e 33 – relativas a alterações de percentuais mínimos de ocupação de cargos em comissão por servidores concursados e de prazos para servidores optarem por reenquadramento em Planos de Cargos e Carreiras) e 84, VI, "a", da Constituição Federal (emendas de nº 14, 17, 18, 19, 20, 21 e 27 – relativas à estruturação, organização e funcionamento de carreiras integrantes deste Poder), respectivamente; seja por não observarem o art. 63, I, da Constituição Federal, que veda elevação de despesas em projetos de iniciativa privativa do Presidente da República (emendas de nº 1, 2, 3, 4, 6, 11, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33 e 34).

Quanto à juridicidade das emendas, registramos que trinta e uma delas apresentam matéria estranha ao objeto específico da medida provisória em exame, contrariando o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 (emendas de nº 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34 e 35).

Com relação à adequação orçamentária e financeira das emendas, registramos óbices em vinte delas (emendas de nº 1, 2, 3, 4, 6, 11, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34 e 35), por não indicarem o montante das despesas incorridas nem a fonte do seu custeio, conforme exigência disposta no art. 17, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

No que tange ao mérito das emendas apresentadas, nos posicionamos contrariamente a todas, vez que elas não trazem qualquer

aperfeiçoamento significativo ao texto da proposição original, com relação ao objeto específico ali enunciado.

Assim é, que, ao nosso ver, as emendas de nº 1, 2 e 31 distorcem a graduação e o equilíbrio da reestruturação remuneratória referente aos cargos em comissão do grupo DAS (caso das emendas de nº 1 e 2) e às funções gratificadas de que trata a Lei nº 8.216, de 1991 (caso da emenda de nº 31), enquanto a emenda de nº 5, também pertinente ao objeto desta Medida Provisória, suprime revogações de artigos de leis ora alterados, tornando confusa e contraditória a legislação temática remanescente.

Quanto às trinta e uma emendas, todas introduzem matérias estranhas ao objeto específico da Medida Provisória em exame, seja com a finalidade de promover alterações em dispositivos legais que disciplinam a organização, estruturação, e/ou remuneração de cargos e carreiras integrantes do Poder Executivo federal e em dispositivos do Estatuto do Desarmamento, seja com a finalidade de editar dispositivo legal impedindo a contribuição voluntária de servidores ocupantes de cargos em comissão a partidos políticos ou de uniformizar e majorar os valores relativos às bolsas de estágio oferecidas no âmbito da Administração Pública federal, cujas repercussões financeiras e administrativas não estão postas e que ultrapassam, em muito, o eixo do objetivo central visado com a edição desta MP: de reestruturar e adequar a remuneração dos cargos e funções comissionadas do Poder Executivo federal em níveis compatíveis com as responsabilidades exercidas e com as disponibilidades do Erário.

Feitas estas considerações, o voto é pela admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 375, de 2007, bem como, no mérito, por sua aprovação, na forma inicialmente proposta.

Com relação às emendas, o voto é pela inconstitucionalidade das emendas de nº 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, e 34; pela injuridicidade das emendas de nº 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34 e 35; pela inadequação orçamentária e financeira das emendas de nº 1, 2, 3, 4, 6, 11, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34 e 35; e emenda nº 5. No mérito, pela rejeição de todas as emendas apresentadas

Sala das Sessões, em de de 2007.


Deputado Eliene Lima
Relator

Proposição: [MPV-375/2007](#)

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 18/06/2007

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Urgência

Situação: MESA: Aguardando Recebimento; SEPRO: Aguardando Recebimento; PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

Indexação: Alteração, aumento, remuneração, cargo em comissão, função comissionada, Administração Pública Federal, Administração Direta, Administração Fundacional, Autarquia, cargo em comissão, cargo de natureza especial, grupo, direção, assessoramento superior, (DAS), cargo de direção, Instituição Federal de Ensino, gerência, assessoria, assistência, agência reguladora, transição, governo, serviço extraordinário, função técnica, gratificação temporária, (Sipam), (INSS), (Bacen), função gratificada, gratificação de representação, gratificação de gabinete, cargo de confiança, militar, órgãos, Presidência da República, critérios, servidor público civil, cargo efetivo, emprego público, Executivo, Legislativo, Judiciário, Estados, (DF), Municípios, opção, vencimento, acréscimo, amênio, percentual, valor, gratificação, inclusão, corpo docente, dedicação exclusiva, magistério, Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, cessão, requisição, Ministério da Educação.

Despacho:

3/7/2007 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN)

[MSC 368/2007 \(Mensagem\) - Poder Executivo](#)

Legislação Citada

Emendas

- MPV37507 (MPV37507)

[EMC 1/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Moreira Mendes](#)

[EMC 2/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Andreia Zito](#)

[EMC 3/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Arnaldo Jardim](#)

[EMC 4/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Andreia Zito](#)

[EMC 5/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Edmilson Valentim](#)

[EMC 6/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Edmilson Valentim](#)

[EMC 7/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Cezar Silvestri](#)

[EMC 8/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Cezar Silvestri](#)

[EMC 9/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Cezar Silvestri](#)

[EMC 10/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antonio Carlos Magalhães Neto](#)

[EMC 11/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antonio Carlos Magalhães Neto](#)

[EMC 12/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Luis Carlos Heinze](#)

[EMC 13/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Arnaldo Jardim](#)

[EMC 14/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Arnaldo Jardim](#)

[EMC 15/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Luis Carlos Heinze](#)

[EMC 16/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Jovair Arantes](#)

[EMC 17/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Leonardo Vilela](#)

[EMC 18/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antônio Roberto](#)

[EMC 19/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Mauro Benevides](#)

[EMC 20/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Leonardo Vilela](#)

[EMC 21/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antônio Roberto](#)

[EMC 22/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Edmilson Valentim](#)

[EMC 23/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Arnaldo Faria de Sá](#)

[EMC 24/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Jovair Arantes](#)

[EMC 25/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Arnaldo Faria de Sá](#)

[EMC 26/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Jovair Arantes](#)

[EMC 27/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Valdir Colatto](#)

[EMC 28/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Arnaldo Faria de Sá](#)

[EMC 29/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Jovair Arantes](#)

[EMC 30/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antonio Carlos Magalhães Neto](#)

[EMC 31/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antonio Carlos Magalhães Neto](#)

[EMC 32/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Edmilson Valentim](#)

[EMC 33/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Edmilson Valentim](#)

[EMC 34/2007 MPV37507 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Luiz Carlos Hauly](#)

Participações, Votos e Redação Final

- MPV 375/07 (MPV 375/07)

PPP 1 MPV 375/07 (Parecer Proferido em Plenário) - Eliene Lima**Requerimentos, Recursos e Offícios**

- PLEN (PLEN)

REC 85/2007 (Recurso contra decisão do Presidente da CD em Questão de Ordem (Art. 95, § 8º, RICD)) - Arnaldo Faria de Sá**Última Ação:****3/7/2007** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência**13/7/2007** - Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) - Designado Relator, Dep. Eliene Lima (PP-MT), para proferir em plenário pela Comissão Mista a esta medida provisória e às 35 emendas apresentadas.**22/8/2007** - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 375-B/07)

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
18/6/2007	Poder Executivo (EXEC) Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.
18/6/2007	CONGRESSO NACIONAL (CN) Prazo para Emendas: 19/06/2007 a 24/06/2007. Comissão Mista: 18/06/2007 a 01/07/2007. Câmara dos Deputados: 02/07/2007 a 15/07/2007. Senado Federal: 16/07/2007 a 12/08/2007. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 13/08/2007 a 15/08/2007. Sobrestar Pauta: a partir de 16/08/2007. Congresso Nacional: 18/06/2007 a 30/08/2007. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 31/08/2007 a 29/10/2007.
2/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação da MSC 368/2007, do Poder Executivo, que "submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 375, de 15 de junho de 2007, que "fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências".
2/7/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebido o Ofício nº 274, de 2007, do Congresso Nacional, o texto da Medida Provisória nº 375, de 2007, a fim de que seja submetido à apreciação da Câmara dos Deputados. Informa, ainda, que à Medida foram oferecidas 35 (trinta e cinco) emendas e que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não emitiu parecer.
3/7/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência
3/7/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.
4/7/2007	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 05/07/2007.
10/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 10:00)
10/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 372/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
10/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
10/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.
13/7/2007	Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) Designado Relator, Dep. Eliene Lima (PP-MT), para proferir em plenário pela Comissão Mista a esta medida provisória e às 35 emendas apresentadas.

17/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
17/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 374/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
14/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
14/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirada de pauta de Ofício.
16/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 12:12)
16/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Onyx Lorenzoni, Líder do DEM, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
16/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Onyx Lorenzoni (DEM-RS).
16/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado o Requerimento.
16/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirada de pauta a Requerimento de Deputado.
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Antonio Carlos Pannunzio, Líder do PSDB, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP).
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Antonio Carlos Pannunzio, Líder do PSDB; José Carlos Aleluia, na qualidade de Líder do DEM; e pelo Dep. Luiz Sérgio, Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento. Sim: 4; Não: 251; Abstenção: 1; Total: 256.
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicado o Requerimento do Dep. Onyx Lorenzoni, Líder do DEM, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Eliene Lima (PP-MT), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa desta MPV; pela inconstitucionalidade das Emendas de nºs 1 a 4, 6 a 9, 11, 13, 14, 16 a 29 e 31 a 34, pela injuridicidade das Emendas de nºs 3, 4, 6 a 30 e 32 a 35; pela adequação financeira e orçamentária desta MPV; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 1 a 4, 6, 11, 13, 16, 22 a 26, 28, 29 e 31 a 35; pela admissibilidade da Emenda de nº 5; e, no mérito, pela aprovação desta MPV, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 35.
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Antonio Carlos Pannunzio, Líder do PSDB, que solicita o adiamento da discussão por duas sessões.
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Luiz Sérgio (PT-RJ) e Dep. Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP).
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Arnaldo Madeira, na qualidade de Líder do PSDB; pelo Dep. Luiz Sérgio, Líder do PT; e pelo Dep. Roberto Magalhães, na qualidade de Líder do DEM, em razão do resultado proclamado pela Mesa:

	"Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento. Sim: 13; Não: 289; Abstenção: 0; Total: 302.
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Fernando Coruja, Líder do PPS, que solicita votação nominal para o Requerimento de adiamento da discussão por uma sessão.
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Vicentinho (PT-SP) e Dep. Fernando Coruja (PPS-SC).
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento.
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. José Carlos Aleluia, na qualidade de Líder do DEM, que solicita o adiamento da discussão por uma sessão.
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Luiz Sérgio (PT-RJ) e Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA).
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento.
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, na qualidade de Líder do DEM, que solicita que a discussão seja feita por grupo de artigos.
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Luiz Sérgio (PT-RJ) e Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA).
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento.
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discutiram a Matéria: Dep. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Dep. Eduardo Valverde (PT-RO), Dep. Fernando Coruja (PPS-SC), Dep. Vicentinho (PT-SP), Dep. Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) e Dep. Vilson Covatti (PP-RS).
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento de Srs. Líderes que solicita o encerramento da discussão e do encaminhamento da votação.
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. William Woo (PSDB-SP) e Dep. Luiz Sérgio (PT-RJ).
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a continuação da discussão em face do encerramento da sessão. (MPV 375-A/07)
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Continuação da discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 9:00)
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Sebastião Madeira, (PSDB-MA), que solicita a retirada de pauta desta MPV.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Vicentinho (PT-SP) e Dep. Lobbe Neto (PSDB-SP).
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Lobbe Neto, na qualidade de Líder do PSDB, e pelo Dep. Maurício Rands, na qualidade de Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento. Sim: 6; Não: 282; Abstenção: 1; Total: 289.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN)

	Prejudicado o Requerimento do Dep. Onyx Lorenzoni, Líder do DEM, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Fernando Coruja, Líder do PPS, que solicita votação nominal para o Requerimento de encerramento de discussão e do encaminhamento da votação.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Eduardo Valverde (PT-RO) e Dep. Fernando Coruja (PPS-SC).
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento de Srs. Líderes que solicita o encerramento da discussão e do encaminhamento da votação.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e Dep. Mauricio Rands (PT-PE).
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado o Requerimento.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encerrada a discussão.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Esclarecimento do Relator, Dep. Eliene Lima (PP-MT), pela Comissão Mista, acerca do seu voto pela admissibilidade da Emenda nº 5 e pela sua rejeição no mérito.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Antonio Carlos Pannunzio, Líder do PSDB, que solicita o adiamento da votação por duas sessões.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Vicentinho (PT-SP) e Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA).
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Lobbe Neto, na qualidade de Líder do PSDB, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicada a verificação de votação por falta de "quorum" (obstrução).
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a votação por falta de "quorum".
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação em turno único. (Sessão ordinária - 14:00)
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirado o Requerimento do Dep. Lobbe Neto, na qualidade de Líder do PSDB, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirado o Requerimento do Dep. Ronaldo Caiado, na qualidade de Líder do DEM, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Antonio Carlos Pannunzio, Líder do PSDB, que solicita o adiamento da votação por duas sessões.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA) e Dep. Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG).
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Índio da Costa, na qualidade de Líder do DEM, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.

22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento. Sim: 3; Não: 263; Abstenção: 0; Total: 266.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Fernando Coruja, Líder do PPS, que solicita votação nominal para o Requerimento de adiamento da votação por uma sessão.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Fernando Coruja (PPS-SC).
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Onyx Lorenzoni, Líder do DEM, que solicita o adiamento da votação por uma sessão.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Vicentinho (PT-SP) e Dep. Índio da Costa (DEM-RJ).
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicado o Requerimento do Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, na qualidade de Líder do DEM, que solicita o adiamento da votação por uma sessão.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Onyx Lorenzoni, Líder do DEM, que solicita que a votação seja feita artigo por artigo.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Vicentinho (PT-SP) e Dep. Índio da Costa (DEM-RJ).
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação preliminar em turno único.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Fernando Coruja (PPS-SC), Dep. Vicentinho (PT-SP) e Dep. Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG).
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Fernando Coruja (PPS-SC), Dep. Vicentinho (PT-SP) e Dep. José Carlos Aleluia (DEM-BA).
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pela inconstitucionalidade das Emendas de nºs 1 a 4, 6 a 9, 11, 13, 14, 16 a 29 e 31 a 34; pela injuridicidade das Emendas de nºs 3, 4, 6 a 30 e 32 a 35; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 1 a 4, 6, 11, 13, 16, 22 a 26, 28, 29 e 31 a 35, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Em consequência, as Emendas de nºs 1 a 4 e 6 a 35 deixam de ser submetidas a voto, quanto ao mérito, nos termos do § 6º do artigo 189 do RICD.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação, quanto ao mérito, em turno único.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitada a Emenda nº 5, com parecer contrário.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN)

	Verificação da votação da Medida Provisória, solicitada pelo Dep. Lobbe Neto, na qualidade de Líder do PSDB, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Aprovada a Medida Provisória nº 375, de 2007, ressalvados os destaques", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Medida Provisória nº 375, de 2007, ressalvados os destaques. Sim: 262; Não: 10; Abstenção: 1; Total: 273.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do artigo 1º da Medida Provisória nº 375/07, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PSDB.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA) e Dep. Tarcísio Zimmermann (PT-RS).
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Mantido o artigo 1º da Medida Provisória nº 375/07.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação da alínea "a" do Anexo I da Medida Provisória nº 375/07, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PSDB.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) e Dep. Professor Ruy Pauletti (PSDB-RS).
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Mantida a alínea "a" do Anexo I da Medida Provisória nº 375/07.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação da expressão "Secretários Especiais da Presidência da República" e respectivo valor, constantes da alínea "a" do Anexo I da Medida Provisória nº 375/07, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do DEM.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Indio da Costa (DEM-RJ) e Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA).
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Mantida a expressão.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação da expressão "Secretário-Geral de Consultoria" e valor, constantes da alínea "a" do Anexo I da Medida Provisória nº 375/07, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do DEM.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Indio da Costa (DEM-RJ).
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação da expressão "Demais cargos de natureza especial da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios" e respectivo valor, constantes da alínea "a" do Anexo I da Medida Provisória nº 375/07, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do DEM.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Indio da Costa (DEM-RJ).
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Mantida a expressão.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação da alínea "b" do Anexo I da Medida Provisória nº 375/07, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PSDB.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Professor Ruy Pauletti (PSDB-RS).
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Mantida a alínea "b".
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicados os Requerimentos de destaque simples do Dep. Fernando Coruja. Líder do PPS, para votação em separado das Emendas de nºs 8 e 9.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Redação Final.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Eliene Lima (PP-MT).
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 375-B/07)
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do REC 85/2007, pelo Dep. Arnaldo Faria de Sá, que "recorre, nos termos do Art. 95, § 8, contra decisão da Presidência que indeferiu a Questão de Ordem n. 152, de 2007, sobre parecer pela inadmissibilidade de emendas a Medida Provisória n. 375, de 2007."

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 49, DE 2007

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 375, de 15 de junho de 2007**, que “Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 31 de agosto de 2007, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 14 de agosto de 2007.



Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.470, DE 25 DE JUNHO DE 2002.

Dispõe sobre a remuneração dos Cargos em Comissão de Natureza Especial - NES e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, dos Cargos de Direção - CD e das Funções Gratificadas - FG das Instituições Federais de Ensino, e dá outras providências.

.....

Art. 1º As remunerações dos Cargos em Comissão de Natureza Especial - NES e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, e dos Cargos de Direção - CD das Instituições Federais de Ensino, constituídas de parcela única, passam a ser as constantes do Anexo a esta Lei. **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

§ 1º O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente na Administração Pública Federal direta ou indireta, investido nos cargos a que se refere o **caput** deste artigo, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas, obedecidos os limites fixados pela Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994:

I - a remuneração do Cargo em Comissão, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração do Cargo em Comissão e a remuneração do cargo efetivo ou emprego; ou

III - a remuneração do cargo efetivo ou emprego, acrescida dos seguintes percentuais da remuneração do respectivo Cargo em Comissão:

a) 65% (sessenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos em Comissão do Grupo DAS, níveis 1 e 2;

b) 75% (setenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos em Comissão do Grupo DAS, nível 3;
e

c) 65% (sessenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos em Comissão de Natureza Especial, do Grupo DAS, níveis 4, 5 e 6, e dos CD, níveis 1, 2, 3 e 4. (Redação dada pela lei nº 10.869, de 2004)

§ 2º O docente da carreira de Magistério, integrante do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, submetido ao Regime de Dedicação Exclusiva, poderá ocupar Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada - FG, nas Instituições Federais de Ensino, sendo-lhe facultado optar, quando ocupante de CD, nos termos da alínea c do inciso III do § 1º do art. 1º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 10.667, de 14.5.2003)

§ 3º O docente a que se refere o § 2º cedido para órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, para o exercício de Cargo em Comissão de Natureza Especial ou de Direção e Assessoramento Superiores, de níveis DAS 4, DAS 5 ou DAS 6, ou equivalentes, quando optante pela remuneração do cargo efetivo, perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao Regime de Dedicação Exclusiva

§ 4º O acréscimo previsto no § 3º poderá ser percebido, no caso de docente cedido para o Ministério da Educação, para o exercício de Cargo em Comissão nível DAS 3.

§ 5º Aplica-se o disposto no § 1º ao servidor de órgão ou entidade da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cedido ou requisitado por órgão ou entidade autárquica ou fundacional da administração direta ou indireta da União que, com base na legislação do respectivo ente federativo, optar pela remuneração do cargo efetivo ou emprego permanente. (Redação dada pela Lei nº 11.355, de 2006)

Art. 2º Os valores do Adicional de Gestão Educacional, a que se refere o art. 7º da Lei nº 9.640, de 25 de maio de 1998, relativos às Funções Gratificadas - FG, níveis 1, 2 e 3, das Instituições Federais de Ensino, passam a ser R\$ 344,16, R\$ 194,19 e R\$ 154,33, respectivamente. **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

Art. 3º É de responsabilidade do órgão cessionário o pagamento da remuneração integral dos servidores da Administração Pública Federal cedidos, na forma da lei, para Estados e Municípios para o exercício de cargos equivalentes aos de Natureza Especial - NES e de DAS, de níveis 5 e 6, inclusive as parcelas relativas às gratificações de desempenho ou de produtividade, calculadas em seu valor máximo.

Art. 4º O inciso II do art. 73 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e o inciso II do art. 17 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação: **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

"Art. 73.

.....

II - 40% (quarenta por cento) da remuneração do cargo exercido na Agência Reguladora, para os Cargos Comissionados de Direção, de Gerência Executiva e de Assessoria nos níveis CA I e II, e 65% (sessenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos Comissionados de Assessoria no nível III e dos de Assistência." (NR)

"Art. 17.

.....

II - 40% (quarenta por cento) da remuneração do cargo exercido na Agência Reguladora, para os Cargos Comissionados de Direção, de Gerência Executiva e de Assessoria nos níveis CA I e II, e 65% (sessenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos Comissionados de Assessoria no nível III e dos de Assistência." (NR)

ANEXO

Atenção: (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS COMMISSIONADOS DE NATUREZA ESPECIAL - NES E DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS E DOS CARGOS DE DIREÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

a) CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL - NES

DENOMINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano	8.280,00
Secretário de Estado de Assistência Social	8.000,00
Secretário de Estado dos Direitos Humanos	8.000,00
Secretário de Estado de Comunicação do Governo	8.000,00
Comandante da Marinha	8.000,00
Comandante do Exército	8.000,00
Comandante da Aeronáutica	8.000,00
Secretário-Geral de Contencioso	8.000,00
Secretário-Geral de Consultoria	8.000,00
Subdefensor Público Geral da União	7.500,00
Presidente da Agência Espacial Brasileira	7.500,00
Demais cargos de natureza especial da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios	8.000,00

b) GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
DAS 101.6 e 102.6	7.500,00
DAS 101.5 e 102.5	6.300,00
DAS 101.4 e 102.4	4.850,00
DAS 101.3 e 102.3	1.560,00
DAS 101.2 e 102.2	1.390,00
DAS 101.1 e 102.1	1.220,00

c) CARGOS DE DIREÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO - CD

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
CD - 1	6.400,00
CD - 2	5.350,00
CD - 3	4.200,00
CD - 4	3.050,00

LEI Nº 10.667, DE 14 DE MAIO DE 2003.Conversão da MPv nº 86, de 2002

Altera dispositivos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, e da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, cria cargos efetivos, cargos comissionados e gratificações no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras

providências.

.....

Art. 2º A Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, passa a vigorar com a seguinte alteração: **Atenção:**
(Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

"Art. 1º.

.....

§ 2º O docente da carreira de Magistério, integrante do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, submetido ao Regime de Dedicação Exclusiva, poderá ocupar Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada - FG, nas Instituições Federais de Ensino, sendo-lhe facultado optar, quando ocupante de CD, nos termos da alínea c do inciso III do § 1º do art. 1º desta Lei.

....." (NR)

.....

ANEXO II

TABELA DAS GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS SIPAM – GTS

NÍVEL	QUANTITATIVO	VALOR (Em R\$)
GTS – 3	15	2.300,00
GTS – 2	35	1.800,00
GTS – 1	40	1.500,00 Atenção: (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

LEI Nº 9.650, DE 27 DE MAIO DE 1998.

Mensagem de veto

Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil e dá outras providências.

.....

ANEXO II

Atenção: (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

(Anexo IV da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998)

FUNÇÕES COMISSONADAS DO BANCO CENTRAL (FCBC)

Tabela de FCBC vigente a partir de 1º de janeiro de 2006

DIREÇÃO/ASSESSORAMENTO

CÓDIGO	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
FDS-1/FDJ-1	2	4.875,00	9.750,00
FDE-1/FCA-1	40	4.135,00	165.400,00
FDE-2/FCA-2	86	3.184,00	273.824,00
FDT-1/FCA-3	260	2.274,00	591.240,00
FDO-1/FCA-4	660	1.800,00	1.188.000,00
FCA-5	297	800,00	237.600,00
TOTAL (1)	1.345	-	2.465.814,00

SUPORTE

CÓDIGO	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
FST-1	12	550,00	6.600,00
FST-2	88	400,00	35.200,00
FST-3	40	300,00	12.000,00
TOTAL (2)	140	-	53.800,00
TOTAL GERAL (1 + 2)	1.485	-	2.519.614,00

LEI Nº 11.344, DE 8 DE SETEMBRO DE 2006.Conversão da MPv nº 295, de 2006

Dispõe sobre a reestruturação das carreiras de Especialista do Banco Central do Brasil, de Magistério de Ensino Superior e de Magistério de 1º e 2º Grau e da remuneração dessas carreiras, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e dos cargos da área de apoio à fiscalização federal agropecuária, estende a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA aos cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - GDASUS, e dá outras providências.

Art. 3º O Anexo IV da Lei no 9.650, de 1998, passa a vigorar nos termos do Anexo II desta Lei, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2006. **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

ANEXO II

Atenção: (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

(Anexo IV da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998)

FUNÇÕES COMISSIONADAS DO BANCO CENTRAL (FCBC)

Tabela de FCBC vigente a partir de 1ª de janeiro de 2006

DIREÇÃO/ASSESSORAMENTO

CÓDIGO	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
FDS-1/FDJ-1	2	4.875,00	9.750,00
FDE-1/FCA-1	40	4.135,00	165.400,00
FDE-2/FCA-2	86	3.184,00	273.824,00
FDT-1/FCA-3	260	2.274,00	591.240,00
FDO-1/FCA-4	660	1.800,00	1.188.000,00
FCA-5	297	800,00	237.600,00
TOTAL (1)	1.345	-	2.465.814,00

SUPORTE

CÓDIGO	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
FST-1	12	550,00	6.600,00
FST-2	88	400,00	35.200,00
FST-3	40	300,00	12.000,00
TOTAL (2)	140	-	53.800,00
TOTAL GERAL (1 + 2)	1.485	-	2.519.614,00

LEI Nº 8.216, DE 13 DE AGOSTO DE 1991.Vide Lei Delegada nº 13, de 1992Mensagem de veto

Dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências.

Art. 20. A Gratificação de que trata o inciso II, do Anexo II, do Decreto-Lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, pelo exercício na Presidência da República, inclusive nos órgãos que a integram, e na Vice-Presidência da República, corresponderá, no nível I, a Cr\$42.116,67 (quarenta e dois mil, cento e dezesseis cruzeiros e sessenta e sete centavos), atualizados nas mesmas datas e índices em que forem reajustados os vencimentos dos servidores públicos federais, e servirão de base para a incidência dos demais índices estabelecidos no Anexo XXII. (Vide Decreto nº 234, de 1991) **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

Parágrafo único. O quantitativo das funções a que se refere este artigo será aprovado mediante ato do Presidente da República, ouvida a Secretaria da Administração Federal.

LEI Nº 11.355, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006.

Dispõe sobre a criação da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da Fiocruz, do Plano de Carreiras e Cargos do Inmetro, do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE e do Plano de Carreiras e Cargos do Inpi; o enquadramento dos servidores originários das extintas Tabelas de Especialistas no Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; a criação do Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, a reestruturação da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998; a criação da Carreira de Suporte Técnico à Tecnologia Militar; a extinção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar – GDATM; e a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Operacional em Tecnologia Militar - GDATEM; a alteração da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo - GDASA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002; a alteração dos salários dos empregos públicos do Hospital das Forças Armadas - HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001; a criação de cargos na Carreira de Defensor Público da União; a criação das Funções Comissionadas do INSS - FCINSS; o auxílio-moradia para os servidores de Estados e Municípios para a União, a extinção e criação de cargos em comissão; e dá outras providências.

Conversão da MPv nº 301, de 2006

Art. 155. O art. 1º da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º: **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

“Art. 1º

§ 5º Aplica-se o disposto no § 1º deste artigo ao servidor de órgão ou entidade da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cedido ou requisitado por órgão ou entidade autárquica ou fundacional da administração direta ou indireta da União que, com base na legislação do respectivo ente federativo, optar pela remuneração do cargo efetivo ou emprego permanente.”(NR)

ANEXO XXIX

Atenção: (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

FUNÇÕES COMISSIONADAS DO INSS - FCINSS

FUNÇÃO	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)
FCINSS-1	1.076	1.000,00
FCINSS-2	151	1.300,00
FCINSS-3	100	2.100,00
CUSTO GLOBAL AUTORIZADO		1.482.300,00

LEI Nº 8.168, DE 16 DE JANEIRO DE 1991.

Vide Lei Delegada nº 13, de 1992

Dispõe sobre as funções de confiança a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e dá outras providências.

Art 1º As funções de confiança integrantes do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos a que se refere o art. 3º da Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, são transformados em Cargos de Direção (CD) e em Funções Gratificadas (FG).

§ 1º Os atuais ocupantes de funções de confiança que continuarem no exercício dos cargos de direção e das funções gratificadas resultantes da transformação prevista neste artigo, bem assim os que vierem a ser nomeados ou designados para esses cargos ou funções, terão sua remuneração fixada nos termos dos Anexos I e II desta lei.

§ 2º O ocupante de cargo de direção poderá optar pela remuneração do CD ou pelo salário acrescido de verba de representação na proporção de cinquenta e cinco por cento do valor do CD correspondente.

Atenção: (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

§ 3º Poderão ser nomeadas ou designadas para o exercício de cargo de direção e função gratificada pessoas não pertencentes ao quadro ou tabela permanente da instituição de ensino, até o máximo de dez por cento do total dos respectivos cargos e funções.

§ 4º Os valores referidos no § 1º serão revistos nas mesmas bases e épocas de reajustamento geral da remuneração dos serviços públicos federais.

§ 5º Os ocupantes de cargo de direção e de funções gratificadas cumprirão, obrigatoriamente, o regime de tempo integral.

Art 2º O Poder Executivo fixará, mediante decreto, no prazo de trinta dias contados da data da publicação desta lei, com base em proposta das instituições federais de ensino, o quadro distributivo dos cargos de direção e das funções gratificadas.

ANEXO I

Atenção: (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

RETRIBUIÇÃO DO CARDO DE DIREÇÃO - CD

CÓDIGO	RETRIBUIÇÃO - Cr\$
CD - 1	270.000,00
CD - 2	250.000,00
CD - 3	230.000,00
CD - 4	216.000,00

ANEXO II

Atenção: (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

RETRIBUIÇÃO DA FUNÇÃO GRATIFICADA

FUNÇÃO GRATIFICADA	VALOR DA GRATIFICAÇÃO
FG - 1	66.587,15
FG - 2	56.831,04
FG - 3	47.082,37
FG - 4	37.656,19
FG - 5	28.966,30
FG - 6	21.456,52
FG - 7	15.893,72
FG - 8	11.773,13
FG - 9	8.720,84

LEI Nº 10.609, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002.

Conversão da MPv nº 76, de 2002

Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências.

Art. 4º Ficam criados cinquenta cargos em comissão, denominados Cargos Especiais de Transição Governamental - CETG, de exercício privativo da equipe de transição de que trata o art. 1º, nos quantitativos e valores previstos no Anexo a esta Lei.

§ 3º O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente na Administração Pública federal direta ou indireta, investido em CETG, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas, obedecidos os limites fixados pela Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994: **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

I - valor do CETG, acrescido dos anuênios;

II - diferença entre o valor do CETG e a remuneração do cargo efetivo ou emprego; ou

III - remuneração do cargo efetivo ou emprego, observadas, quanto às gratificações com base no desempenho ou produtividade, as regras aplicáveis aos ocupantes de cargos em comissão com remuneração equivalente, acrescida dos seguintes percentuais da remuneração do respectivo CETG:

- a) sessenta e cinco por cento da remuneração dos CETG, níveis I e II;
- b) setenta e cinco por cento da remuneração dos CETG, nível III; ou
- c) quarenta por cento da remuneração dos CETG, níveis IV, V e VI.

ANEXO

CARGOS ESPECIAIS DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL

CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO	QTDE.
CETG – VII	8.000,00	1
CETG – VI	7.500,00	⁴ Atenção: (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)
CETG – V	6.300,00	10
CETG – IV	4.850,00	25
CETG – III	1.560,00	2
CETG – II	1.390,00	3
CETG – I	1.220,00	5
TOTAL		50

LEI Nº 9.030, DE 13 DE ABRIL DE 1995.

Mensagem de veto

Atenção: (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

Fixa a remuneração dos cargos em comissão e de Natureza Especial e das funções de direção, chefia ou assessoramento que menciona, e dá outras providências.

LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001.**Mensagem de Veto**

Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.

.....

Art. 73. Os ocupantes dos Cargos Comissionados a que se refere o inciso IV do art. 70, mesmo quando requisitados de outros órgãos ou entidades da Administração Pública, receberão remuneração conforme a Tabela V do Anexo I. **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos a que se refere o caput poderão optar por receber a remuneração do seu cargo efetivo ou emprego permanente no órgão de origem, acrescido do valor remuneratório adicional correspondente a:

I – parcela referente à diferença entre a remuneração de seu cargo efetivo ou emprego permanente de origem e o valor remuneratório do cargo exercido na Agência; ou

II - 40% (quarenta por cento) da remuneração do cargo exercido na Agência Reguladora, para os Cargos Comissionados de Direção, de Gerência Executiva e de Assessoria nos níveis CA I e II, e 65% (sessenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos Comissionados de Assessoria no nível III e dos de Assistência. (Redação dada pela Lei nº 10.470, de 25.6.2002.)

Art. 74. Os Cargos Comissionados Técnicos a que se refere o inciso V do art. 70 desta Lei são de ocupação privativa de ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal Efetivo e dos Quadros de Pessoal Específico e em Extinção de que tratam os arts. 113 e 114-A desta Lei e de requisitados de outros órgãos e entidades da Administração Pública. (Redação dada pela Lei nº 10.871, de 2004)

Parágrafo único. Ao ocupante de Cargo Comissionado Técnico será pago um valor acrescido ao salário ou vencimento, conforme a Tabela VI do Anexo I desta Lei. **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

.....

ANEXO I

(Vide Medida Provisória nº 2.217-3, de 4.9.2001)

.....

TABELA V

Atenção: (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e

Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

Remuneração dos Cargos Comissionados de Direção, Gerência Executiva, Assessoria e Assistência

CARGO COMISSIONADO	REMUNERAÇÃO(R\$)
CD I	8.000,00
CD II	7.600,00
CGE I	7.200,00
CGE II	6.400,00
CGE III	6.000,00
CA I	6.400,00
CA II	6.000,00
CA III	1.800,00
CAS I	1.500,00
CAS II	1.300,00

TABELA VI

Atenção: (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e

Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

Remuneração dos Cargos Comissionados Técnicos

CARGO COMISSIONADO	VALOR REMUNERATÓRIO ADICIONAL (R\$)
CCT V	1.521,00
CCT IV	1.111,50
CCT III	669,50
CCT II	590,20
CCT I	522,60

LEI Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000.

Mensagem de Veto

Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências.

Art. 17. Os ocupantes de Cargo Comissionado, mesmo quando requisitados de outros órgãos e entidades da Administração Pública, poderão receber a remuneração do cargo na Agência ou a de seu cargo efetivo ou emprego permanente no órgão ou na entidade de origem, optando, neste caso, por receber valor remuneratório adicional correspondente a: **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

I – parcela referente à diferença entre a remuneração de seu cargo efetivo ou emprego permanente de origem e o valor remuneratório do cargo exercido na Agência; ou

II - 40% (quarenta por cento) da remuneração do cargo exercido na Agência Reguladora, para os Cargos Comissionados de Direção, de Gerência Executiva e de Assessoria nos níveis CA I e II, e 65% (sessenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos Comissionados de Assessoria no nível III e dos de Assistência. (Redação dada pela Lei nº 10.470, de 2002)

ANEXO II

Atenção: (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

QUADROS DE REMUNERAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS DE DIREÇÃO, GERÊNCIA EXECUTIVA, ASSESSORIA, ASSISTÊNCIA E TÉCNICO

CARGOS COMISSIONADOS	VALOR REMUNERATÓRIO (R\$)
CD I	8.000,00
CD II	7.600,00
CGE I	7.200,00
CGE II	6.400,00
CGE III	6.000,00
CGE IV	4.000,00
CA I	6.400,00
CA II	6.000,00
CA III	1.800,00
CAS I	1.500,00
CAS II	1.300,00
CCT V	1.521,00
CCT IV	1.111,50
CCT III	669,50
CCT II	590,20
CCT I	522,60

LEI Nº 10.869, DE 13 DE MAIO DE 2004.

Conversão da MPv nº 163, de 2004

Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Art. 12. A alínea c do inciso III do § 1º do art. 1º da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação: **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

"Art. 1º

§ 1º

.....

III -

c) 65% (sessenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos em Comissão de Natureza Especial, do Grupo DAS, níveis 4, 5 e 6, e dos CD, níveis 1, 2, 3 e 4.

....." (NR)

LEI Nº 8.460, DE 17 DE SETEMBRO DE 1992.

Mensagem de veto

Concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências.

ANEXO X

GRUPO	VALOR
A	3.557.000,00
B	3.356.000,00
C	3.166.000,00
D	2.967.000,00
E	2.818.000,00
F	2.659.000,00

LEI Nº 10.871, DE 20 DE MAIO DE 2004.

Conversão da MPv nº 155, de 2003

Dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências.

Art. 33. Os Cargos Comissionados Técnicos são de ocupação privativa de servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal Efetivo, de servidores do Quadro de Pessoal Específico e do Quadro de Pessoal em Extinção das Agências Reguladoras.

Parágrafo único. Ao ocupante de Cargo Comissionado Técnico será pago um valor acrescido ao salário ou vencimento, conforme tabela constante do Anexo II da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000.

Atenção: (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

LEI Nº 7.596, DE 10 DE ABRIL DE 1987.

Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001.

Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

Art. 58. Ficam criadas no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para uso no âmbito do Poder Executivo Federal, oito mil setecentas e três Funções Comissionadas Técnicas - FCT, cujos níveis e valores são os constantes do Anexo XIII.

~~§ 2º O servidor, investido nas Funções Comissionadas a que se refere o caput deste artigo, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas, obedecidas aos limites fixados pela Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994: (Revogado Medida Provisória nº 375, de 2007)~~

~~I - a remuneração de valor unitário total da Função Comissionada Técnica, acrescida dos anuênios; (Revogado Medida Provisória nº 375, de 2007)~~

~~II - a diferença entre a remuneração total da Função Comissionada Técnica e a remuneração de cargo efetivo; ou (Revogado Medida Provisória nº 375, de 2007)~~

~~III - a remuneração de cargo efetivo, acrescida do valor de opção, conforme estabelecido no Anexo XIII. (Revogado Medida Provisória nº 375, de 2007)~~

~~§ 3º Para fins de cálculo da parcela variável a que se refere o § 2º, será considerada como remuneração a definida no inciso III do art. 1º da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994. (Revogado Medida Provisória nº 375, de 2007)~~

-ANEXO XIII**FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS**

FUNÇÃO COMISSIONADA	QUANTITATIVO DE FUNÇÕES	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)	VALOR DA OPÇÃO (EM REAIS)
FCT 1	131	3.800,00	1.140,00
FCT 2	191	3.187,20	956,16
FCT 3	252	2.673,22	855,43
FCT 4	313	2.242,13	762,32
FCT 5	374	1.880,55	695,80
FCT 6	435	1.577,29	630,91
FCT 7	496	1.322,93	582,09

FCT 8	557	1.109,59	543,70
FCT 9	618	930,65	511,86
FCT 10	679	780,57	483,95
FCT 11	740	654,69	458,28
FCT 12	801	549,12	439,29
FCT 13	862	460,56	414,51
FCT 14	923	386,29	386,29
FCT 15	1.331	324,00	324,00
TOTAL	8.703		

DECRETO-LEI Nº 969, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1938.

Dispõe sobre os recenseamentos gerais do Brasil

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 376, de 2007

Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de quinze bilhões, setecentos e quatro milhões, quatrocentos e um mil e trezentos e oitenta reais, para os fins que especifica.

ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

Pág.

- Autógrafo da Medida Provisória
- Medida Provisória original
- Mensagem do Presidente da República nº 384, de 2007
- Exposição de Motivos nº 108/2007, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Ofício nº 402/2007, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado
- Calendário de tramitação da Medida Provisória
- Nota Técnica s/nº, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Deputado Frank Aguiar (PTB/SP)
- Folha de Sinopse da tramitação da matéria na Câmara dos Deputados
- Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 50, de 2007, prorrogando o prazo de vigência da Medida Provisória

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 376, DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 15.704.401.380,00 (quinze bilhões, setecentos e quatro milhões, quatrocentos e um mil, trezentos e oitenta reais), para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito extraordinário no valor de R\$ 15.704.401.380,00 (quinze bilhões, setecentos e quatro milhões, quatrocentos e um mil, trezentos e oitenta reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGAO : 73000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS
UNIDADE : 73101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P F	M O D	I O U	F U T E	VALOR	
0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA								1.625.130.000	
28 845	0903 099B	TRANSFERENCIA A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA COMPENSACAO DA ISENCAO DO ICMS AOS ESTADOS EXPORTADORES (LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 1996 E LEI COMPLEMENTAR Nº 115, DE 2003)						1.625.130.000	
28 845	0903 099B 0101	TRANSFERENCIA A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA COMPENSACAO DA ISENCAO DO ICMS AOS ESTADOS EXPORTADORES (LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 1996 E LEI COMPLEMENTAR Nº 115, DE 2003) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						1.625.130.000	
			F	3	1	30	0	100	1.218.847.500
			F	3	1	40	0	100	406.282.500
TOTAL - FISCAL								1.625.130.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								1.625.130.000	

1.950.000.000

ORGÃO : 73000 - TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS
UNIDADE : 73100 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

			E	G	R	M	I	F	
			F	D		D		E	
0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA									13.754.401.380
			OPERACOES ESPECIAIS						
28 845	0903 0044	FUNDO DE PARTICIPACAO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - FPE (CF, ART.159)							6.464.226.838
28 845	0903 0044 0001	FUNDO DE PARTICIPACAO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - FPE (CF, ART.159) - NACIONAL	F	3	1	30	0	101	6.464.226.838
28 845	0903 0045	FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - FPM (CF, ART.159)							6.764.888.551
28 845	0903 0045 0001	FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - FPM (CF, ART.159) - NACIONAL	F	3	1	40	0	101	6.764.888.551
28 845	0903 0046	COTA-PARTE DOS ESTADOS E DF EXPORTADORES NA ARRECADACAO DO IPI (LEI COMPLEMENTAR Nº 61, DE 1989)							513.991.775
28 845	0903 0046 0001	COTA-PARTE DOS ESTADOS E DF EXPORTADORES NA ARRECADACAO DO IPI (LEI COMPLEMENTAR Nº 61, DE 1989) - NACIONAL	F	3	1	30	0	101	513.991.775
28 845	0903 006M	TRANSFERENCIA PARA MUNICIPIOS - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL							11.294.216
28 845	0903 006M 0001	TRANSFERENCIA PARA MUNICIPIOS - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL - NACIONAL	F	3	1	40	0	102	11.294.216
TOTAL - FISCAL									13.754.401.380
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.754.401.380

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL N º 376 DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 15.704.401.380,00, para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

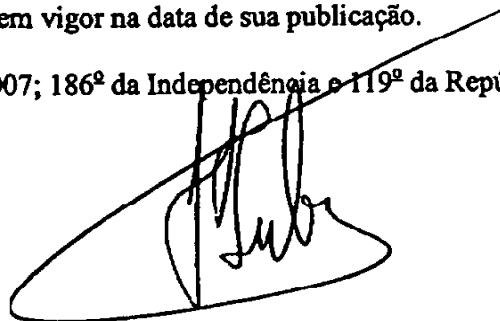
Art. 1º Fica aberto, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito extraordinário no valor de R\$ 15.704.401.380,00 (quinze bilhões, setecentos e quatro milhões, quatrocentos e um mil, trezentos e oitenta reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Medida Provisória.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Medida Provisória.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de junho de 2007; 186ª da Independência e 119ª da República.

Referendado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva
MP-CREDITO TRANSFERÊNCIAS(MP EM 108)(L2)



ORÇAO : 73000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS
UNIDADE : 73101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R F	M O D	I U T	F T E	VALOR	
0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA								1.625.130.000	
28 845	0903 0998	TRANSFERENCIA A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA COMPENSAÇÃO DA ISENÇÃO DO ICMS AOS ESTADOS EXPORTADORES (LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 1996 E LEI COMPLEMENTAR Nº 115, DE 2003)						1.625.130.000	
28 845	0903 0998 0101	TRANSFERENCIA A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA COMPENSAÇÃO DA ISENÇÃO DO ICMS AOS ESTADOS EXPORTADORES (LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 1996 E LEI COMPLEMENTAR Nº 115, DE 2003) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						1.625.130.000	
			F	3	1	30	0	100	1.218.847.500
			F	3	1	40	0	100	406.282.500
TOTAL - FISCAL								1.625.130.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								1.625.130.000	

ORGÃO : 73000 - TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS
UNIDADE : 73100 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA								14.079.271.380
		OPERACOES ESPECIAIS						
28 845	0903 0C33	FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA E DE VALORIZACAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO - FUNDEB						14.079.271.380
28 845	0903 0C33 0101	FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA E DE VALORIZACAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO - FUNDEB - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	1	30	0 100	243.652.500
			F	3	1	30	0 101	6.978.218.613
			F	3	1	40	0 100	81.217.500
			F	5	1	40	0 101	6.764.888.331
			F	3	1	40	0 102	11.294.216
TOTAL - FISCAL								14.079.271.380
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								14.079.271.380

ORGÃO : 73000 - TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS
UNIDADE : 73101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E N D	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA									1.950.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 845	0903 0E25	TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA COMPENSACAO DAS EXPORTACOES - AUXILIO FINANCEIRO AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICIPIOS PARA O FOMENTO DAS EXPORTACOES							1.950.000.000
28 845	0903 0E25 0001	TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA COMPENSACAO DAS EXPORTACOES - AUXILIO FINANCEIRO AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICIPIOS PARA O FOMENTO DAS EXPORTACOES - NACIONAL							1.950.000.000
			F	3	1	90	0	100	1.950.000.000
TOTAL - FISCAL									1.950.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.950.000.000

ORGÃO : 7300 - TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS
UNIDADE : 7310 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F D	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA								13.754.401.380
OPERACOES ESPECIAIS								
28 845	0903 0044	FUNDO DE PARTICIPACAO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - FPE (CF, ART.159)						6.464.226.838
28 845	0903 0044 0001	FUNDO DE PARTICIPACAO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - FPE (CF, ART.159) - NACIONAL	F	3	1	30	0 101	6.464.226.838
28 845	0903 0045	FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - FPM (CF, ART.159)						6.764.888.551
28 845	0903 0045 0001	FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - FPM (CF, ART.159) - NACIONAL	F	3	1	40	0 101	6.764.888.551
28 845	0903 0046	COTA-PARTE DOS ESTADOS E DE EXPORTADORES NA ARRECADACAO DO IPI (LEI COMPLEMENTAR Nº 61, DE 1989)						513.991.775
28 845	0903 0046 0001	COTA-PARTE DOS ESTADOS E DE EXPORTADORES NA ARRECADACAO DO IPI (LEI COMPLEMENTAR Nº 61, DE 1989) - NACIONAL	F	3	1	30	0 101	513.991.775
28 845	0903 006M	TRANSFERENCIA PARA MUNICIPIOS - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL						11.294.216
28 845	0903 006M 0001	TRANSFERENCIA PARA MUNICIPIOS - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL - NACIONAL	F	3	1	40	0 102	11.294.216
TOTAL - FISCAL								13.754.401.380
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								13.754.401.380

MENSAGEM Nº 384, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 376, de 18 de junho de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$15.704.401.380,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 18 de junho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 108/2007-MP

Brasília, 4 de junho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 15.704.401.380,00 (quinze bilhões, setecentos e quatro milhões, quatrocentos e um mil, trezentos e oitenta reais), em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.

2. O presente crédito visa adequar a programação orçamentária vigente, tendo em vista a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, o qual vigorou até 2006, e a necessidade de transferência de recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios para a compensação da isenção do Imposto sobre Operações relativas a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interstadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS aos Estados Exportadores.

3. No que tange ao Fundeb, em seu primeiro ano de implantação contara, entre outros recursos, com 16,66% do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, da Cota-Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI, do montante de recursos financeiros transferidos pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, conforme disposto na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e 6,66% da Transferência para Municípios do Imposto Territorial Rural. No segundo ano, os percentuais passarão para 18,33% e 13,33% e, a partir do terceiro ano, para 20%.

4. Cabe destacar que a não inclusão de programação no Orçamento Geral da União do exercício de 2007, que retratasse a destinação dos tributos federais ao FUNDEB decorreu da incerteza quanto a aprovação pelo Congresso Nacional da Emenda Constitucional nº 53, de 2006, somente promulgada em 20 de dezembro de 2006. Além disso, a Medida Provisória nº 339, de

28 de dezembro de 2006, que regulamenta o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, só foi publicada no dia 29 de dezembro de 2006. Esse fato gerou a imprevisibilidade que hoje se quer sanar mediante a edição deste ato, nos termos da legislação que o instituiu.

5. Assim sendo, a criação de ação orçamentária específica, em caráter de urgência, é primordial para a distribuição de parcela dos tributos federais, uma vez que a ausência de programado, no orçamento de 2007, inviabiliza a operacionalização do Fundeb, a partir do mês de março de 2007, visto que não estarão registrados nas contas da União os repasses efetuados para essa finalidade.

6. A relevância advém da importância do Fundeb como projeto educacional do Governo Federal, reivindicado pelos trabalhadores da educação e da sociedade civil em geral, capaz de promover o efetivo aperfeiçoamento no modelo de financiamento da educação básica pública, com vistas à melhoria de sua qualidade, cujo funcionamento dependerá das alterações a serem promovidas no orçamento deste ano.

7. No que se refere à parte do crédito relativo à Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para a Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores, de acordo com o Parecer da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN/CAF/nº 806/2007, de 7 de março de 2007, a União tem a obrigação de entregar recursos aos entes federados, por força do disposto no § 3º do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, e, por essa razão, também tem a obrigação de incluir na Lei Orçamentária anual o montante a ser entregue aos Estados, Distrito Federal e Municípios, a título do disposto na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Segundo interpretação daquela Procuradoria, após o ano de 2006 e até ser editada a Lei Complementar mencionada no **caput** do art. 91 do ADCT, permanece vigente “o sistema de entrega de recursos previsto no art. 31 e Anexo da Lei Complementar nº 87, de 1996, com a redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002”.

8. Ressalte-se que não consta da Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, LOA-2007, dotações orçamentárias para essa finalidade, tendo em vista a dívida a respeito do prazo de vigência de tal transferência segundo interpretação do art. 31 e do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 1996. De maneira preventiva, foram alocados recursos adicionais na ação “Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios para compensação das Exportações – Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Fomento das Exportações”, que serão remanejados para o atendimento deste crédito.

9. Cabe, ainda, esclarecer que em atendimento ao disposto no § 2º do art. 3º, combinado com a alínea **a** do inciso I do § 1º do art. 31, todos da Me-

dida Provisória nº 339, de 2006, faz-se necessária a concomitante destinação de recursos ao Fundeb.

10. Dessa forma, considerando que a suspensão da regular transferência dos recursos ensejaria dificuldades financeiras para os entes subnacionais, os quais elaboram suas programações orçamentário-financeiras prevendo o seu recebimento, configura-se a urgência e a relevância da medida aqui proposta.

11. Esclareça-se que a proposição esta em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, ambos da Constituição, e será atendido à conta de anulação parcial de dotações orçamentárias.

12. Nessas condições, tendo em vista a relevância e urgência da matéria, submeto consideração de Vossa Excelência, em anexo, proposta de Medida Provisória que visa efetivar a abertura do referido crédito extraordinário.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva**.

OF. Nº 402/07/PS-GSE

Brasília, 4 de setembro de 2007

Assunto: Envio de MP para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 376, de 2007, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 29-8-07, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 15.704.401.380,00 (quinze bilhões, setecentos e quatro milhões, quatrocentos e um mil, trezentos e oitenta reais), para os fins que especifica.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

MPV Nº 376

Publicação no DO	19-6-2007
Emendas	até 25-6-2007 (7º dia da publicação)
Prazo na Comissão	19-6-2007 a 2-7-2007 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	2-7-2007
Prazo na CD	de 3-7-2007 a 16-7-2007 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	16-7-2007
Prazo no SF	17-7-2007 a 13-8-2007 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	13-8-2007
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	14-8-2007 a 16-8-2007 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	17-8-2007 (46º dia)
Prazo final no Congresso	31-8-2007 (60 dias)
Prazo final prorrogado	30-10-2007 (*)

(*) Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 50, de 2007 – DOU (Seção I) de 15-8-2007.

MPV Nº 376

Votação na Câmara dos Deputados	29-08-2007
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	

NOTA TÉCNICA S/N, DE 2007

Brasília, 21-6-2007

Assunto: Subsídios para a apreciação da Medida Provisória nº 376, de 18 de junho de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$15.704.401.380,00, para os fins que especifica”.

Interessado: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

1. Introdução

Esta nota técnica atende a determinação do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002-CN, que estabelece: “*O órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o relator de medida provisória encaminhará aos relatores e à comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária da medida provisória*” [grifo nosso].

Com base no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional, a Medida Provisória nº 376, de 18 de junho de 2007 (MP 376/07), que “*Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$15.704.401.380,00, para os fins que especifica*”.

Recebida no Congresso Nacional, a MP 376/07 teve fixado o seu cronograma de tramitação – inclusive com a definição do prazo para a apresentação de emendas – e foi remetida à Comissão, nos termos do que estabelecem as normas regimentais pertinentes à matéria.

2. Síntese da Medida Provisória

Segundo os elementos contidos na Exposição de Motivos nº 108/2007-MP, de 4 de junho de 2007, formalizada pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, que instrui a proposição, o crédito visa adequar a programação orçamentária vigente, tendo em vista a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, o qual vigorou até 2006, e a necessidade de transferência de recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios para a compensação da isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS aos Estados Exportadores.

O Fundeb contará, no primeiro ano de implantação, entre outros recursos, com 16,66% do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, da Cota-Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI, do montante de recursos financeiros transferidos pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, conforme disposto na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e 6,66% da Transferência para Municípios do Imposto Territorial Rural.

A não inclusão de programação no Orçamento Geral da União no exercício de 2007, que retratasse a destinação dos tributos federais ao FUNDEB, decorreu da incerteza quanto à aprovação pelo Congresso Nacional da Emenda Constitucional nº 53, de 2006, somente promulgada em 20 de dezembro de 2006. Além disso, a Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, que regulamenta o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, se foi publicada no dia 29 de dezembro de 2006.

Ainda de acordo com a Exposição de Motivos, o crédito relativo à Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para a Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores atende o disposto no Parecer da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional-PGFN/CAF/nº 806/2007, de 7 de março de 2007, que estabelece que a União tem a obrigação de entregar recursos aos entes federados, por força do § 3º do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, e, por essa razão, também tem a obrigação de incluir na Lei Orçamentária anual o montante a ser entregue aos Estados, Distrito Federal e Municípios, a título do disposto na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Segundo interpretação daquela Procuradoria, após o ano de 2006 e até ser editada a Lei Complementar mencionada no **caput** do art. 91 do ADCT, permanece vigente “o sistema de entrega de recursos previsto no art. 31 e Anexo da Lei Complementar nº 87, de 1996, com a redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002”.

Não consta da Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, LOA-2007, dotações orçamentárias para essa finalidade, tendo em vista a dúvida a respeito do prazo de vigência de tal transferência segundo interpretação do art. 31 e do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 1996. De maneira preventiva, foram alocados recursos adicionais na ação “Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios para compensação das Exportações – Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e

aos Municípios para o Fomento das Exportações”, que serão remanejados para o atendimento deste crédito.

Em atendimento ao disposto no § 2º do art. 3º, combinado com a alínea **a** do inciso I do § 1º do art. 31, todos da Medida Provisória nº 339, de 2006, faz-se necessária a concomitante destinação de recursos ao Fundeb.

3. Compatibilidade e Adequação Orçamentária e Financeira

A Resolução nº 1, de 2002-CN, que *“Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências”*, estabelece, em seu art. 5º, que o exame de compatibilidade orçamentária e financeira das MPs *“abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União) e da implicação quanto ao atendimento às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 [LRF], a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.”*

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), no seu art. 16, §1º, estabeleceu os seguintes conceitos sobre adequação e compatibilidade financeira e orçamentária:

“§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I – adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II – compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstas nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.”

A proposição está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, ambos da Constituição. Do ponto de vista do exame de adequação orçamentária e financeira, o crédito será atendido a conta de anulação parcial de dotações orçamentárias.

4. Conclusão

São esses os elementos objetivos que entendemos pertinentes propiciar para subsidiar os trabalhos e as decisões da Relatoria e da Comissão.

Brasília, 21 de junho de 2007. – **Joaquim Ornelas Neto**, Consultor.

PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 376, DE 2007, PROFERIDO NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO.

O SR. FRANK AGUIAR (PTB – SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse é o parecer à Medida Provisória nº 376, de 18 de junho de 2007, que abre crédito extraordinário em favor de transferências a Estados, Distrito Federal e municípios, no valor de 15 bilhões 704 milhões 401 mil 380 reais, para os fins que especifica.

Relatório

Com base no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, o Exmo. Sr. Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 69, de 2007-CN – Mensagem nº 384/2007, na origem –, a Medida Provisória nº 376, de 18 de junho de 2007, que abre crédito extraordinário em favor de transferências a Estados, Distrito Federal e municípios, no valor de 15 bilhões 704 milhões 401 mil 380 reais.

De acordo a Exposição de Motivos nº 108/2007-MP, de 4 de junho de 2007, do Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito extraordinário aberto tem os seguintes objetivos:

a) R\$1.625.130.000,00, para compensação dos Estados, Distrito Federal e Municípios pelas perdas tributárias decorrentes da desoneração dos produtos destinados a exportação, a serem alocados no Órgão 73000 – Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, UO 73101 – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda;

b) R\$14.079.271.380,00 destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, a serem alocados no Órgão 73000 – Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, UO 73108 – Transferências Constitucionais – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda.

Os recursos destinados aos Estados, Distrito Federal e municípios, pelas perdas tributárias nas exportações, estão sendo remanejados da Ação “0E25 – Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação das Exportações – Auxílio Financeiro aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios para o Fomento das Exportações” para a “Ação

099B – Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores.”

Essa adequação se faz necessária, em função de o art. 12, XII, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 – LDO 2007 (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006), estabelecer que a complementação financeira a que se refere a Lei Complementar nº 87, de 1996, e ao auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para fomento das exportações, devem manter a proporcionalidade fixada na Lei Orçamentária para 2006. Considerando que em 2006 os recursos foram distribuídos respeitando a proporcionalidade de 50% entre os critérios mencionados, faz-se necessário que metade dos recursos alocados em 2007 na Ação OE25 sejam alocados na Ação 099B. Lembramos ainda que, dos recursos destinados a Lei Kandir (Ação nº 99B), por força do disposto no art. 31, I, **a**, da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, 16,66% devem ficar vinculados ao FUNDEB. Ocorre que, por força do disposto no art. 31, inciso I, **a**, da Lei nº 11.494/2007, 16,66% desse valor (R\$324.870.000), deve ficar vinculado ao FUNDEB. Em função disso, dos R\$1.950.000.000,00 cancelados da programação, R\$1.625.130.000,00 estão sendo direcionados para “Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores”, sendo que os R\$324.870.000,00 restantes estão sendo alocados no FUNDEB.

Já os recursos destinados ao FUNDEB, em conformidade com o disposto no art. 31 da Lei nº 11.494/2007, estão sendo provenientes dos seguintes remanejamentos:

Origem dos recursos para o FUNDEB – programação de origem: FPE, FPM, IPI, ITR e Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores, com os valores consignados em meu relatório, que totalizam o montante de R\$14.079.271.380.

No prazo regimental, foram apresentadas duas emendas no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A Emenda nº 00001, solicita que as transferências de que trata a MP sejam realizadas prioritariamente para os municípios localizados nas regiões metropolitanas. A Emenda nº 00002, propõe a revisão e exclusão de multa aplicada pela União ao Estado do Paraná em contrato de refinanciamento de dívida.

II – Voto do Relator

Consoante o art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, o parecer, quanto à

análise de créditos extraordinários abertos por medida provisória, deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucional, inclusive sobre os pressupostos e relevância e urgência, de adequação financeira e orçamentária, de mérito, e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º daquele diploma legal.

Do exame do crédito extraordinário verificamos que a iniciativa atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes a relevância e urgência, tendo em vista a natureza da matéria.

Quanto à análise da adequação orçamentária e financeira, verifica-se que o crédito utiliza como fontes o cancelamento de despesas primárias obrigatórias, no mesmo montante de acréscimo, sem interferir nas metas fiscais fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o corrente exercício (Lei nº 11.439, de 29-12-2006).

A Exposição de Motivos nº 00108/2007/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da medida provisória.

No mérito, nota-se que o crédito extraordinário destina recursos para o atendimento de despesas relevantes e urgentes, dada a entrada em vigor da regulamentação do FUNDEB, assim como da necessidade de adequar a programação da LOA/2007 para assegurar os repasses aos Estados, Distrito Federal e municípios para a compensação das perdas tributárias decorrentes da desoneração das exportações.

Sobre a Emenda nº 00001, que solicita a priorização dos municípios situados em regiões metropolitanas no repasse das transferências de que trata a medida provisória, cumpre ponderar que os critérios de rateio dos recursos que compõem o FUNDEB e daqueles transferidos a título de Lei Kandir são definidos em legislação específica.

Quanto a Emenda nº 00002, consideramos que seu assunto foge ao alcance da medida provisória em exame, uma vez que se refere a revisão e exclusão de multa aplicada pela União ao Estado do Paraná em contrato de refinanciamento de dívida estadual.

Inclusive a Emenda nº 00002, tramita no Senado Federal, por meio de resolução do Senador Romero Jucá. E, pelo que conversei hoje com seu chefe de gabinete, esta andando muito bem. O Senado Federal é o local adequado para ser apreciada essa medida.

Conversei com o Deputado Alex Canziani, da bancada do Paraná. Nada contra a bancada do Paraná, muito pelo contrário, gostamos muito e desejamos que a matéria seja resolvida da melhor forma.

Não podemos abrir exceção para o Estado do Paraná porque mais de 18 Estados brasileiros estão com problemas de endividamento. Daí seria necessário abrimos exceção para todos.

Deputado Alex Canziani, sei que V. Ex^a quer o melhor para o seu Estado, assim como eu, que apesar de não ser paranaense de berço, sou de coração; estimo que isso se resolva da melhor forma.

Consideramos, portanto, que as emendas apresentadas, não obstante os nobres propósitos, devem ser rejeitadas no mérito.

Diante do exposto, somos favoráveis a aprovação da Medida Provisória nº 376, de 2007, nos termos propostos pelo Poder Executivo e pela rejeição, no mérito, das Emendas nºs 00001 e 00002.

É o parecer.

*PARECER ESCRITO ENCAMINHADO
A MESA*

PARECER Nº , DE 2007-CN

Parecer sobre a Medida Provisória nº 376, de 18 de junho de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$15.704.401.380,00, para os fins que especifica”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Frank Aguiar**

I – Relatório

Com base no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 69/2007-CN (Mensagem nº 384/2007, na origem), a Medida Provisória nº 376, de 18 de junho de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$15.704.401.380,00,00 (quinze bilhões, setecentos e quatro milhões, quatrocentos e um mil, trezentos e oitenta reais).

De acordo a Exposição de Motivos nº 108/2007-MP, de 4 de junho de 2007, do Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito extraordinário aberto tem os seguintes objetivos:

a) R\$1.625.130.000,00, para compensação dos Estados, DF e Municípios pelas perdas tributárias decorrentes da desoneração dos produtos destinados à exportação, a serem alocados no Órgão 73000 – Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, UO 73101 – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda;

b) R\$14.079.271.380, destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, a se-

rem alocados no Órgão 73000 – Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, UO 73108 – Transferências Constitucionais – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda.

Os recursos destinados aos Estados, DF e Municípios, pelas perdas tributárias nas exportações estão sendo remanejados da Ação “0E25 – Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação das Exportações – Auxílio Financeiro aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios para o Fomento das exportações” para a “Ação 0996 – Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores”.

Essa adequação se faz necessária, em função de o art. 12, XII, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 – LDO 2007¹ (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006), estabelecer que a complementação financeira a que se refere a Lei Complementar nº 87, de 1996, e ao auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para fomento das exportações, devem manter a proporcionalidade fixada na Lei Orçamentária para 2006. Considerando que em 2006 os recursos foram distribuídos respeitando a proporcionalidade de 50% entre os critérios mencionados, faz-se necessário que metade dos recursos alocados em 2007 na Ação 0E25, sejam alocados na Ação 099B. Lembramos ainda que, dos recursos destinados a Lei Kandir (Ação 099B), por força do disposto no art. 31, I, **a**, da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, 16,66% devem ficar vinculados ao Fundeb.

Como a Lei Orçamentária Anual para 2007, contemplou inicialmente R\$ 3,9 bilhões na Ação 0E25, 50% desses recursos devem ser remanejados para a Ação 099B, ou seja, R\$1.950.000.000,00. Ocorre que, por força do disposto no art. 31, I, **a**, da Lei nº 11.494/2007, 16,66% desse valor (R\$324.870.000) deve ficar vinculado ao Fundeb. Em função disso, dos R\$1.950.000,00 bilhão cancelados da programação, R\$1.625.130.000,00 está sendo direcionado para “Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores”, sendo que os R\$324.870.000,00 restantes estão sendo alocados no Fundeb.

Já os recursos destinados ao Fundeb, em conformidade com o disposto no art. 31 da Lei nº 11.494/2007, estão sendo provenientes dos seguintes remanejamentos:

¹Lei de Diretrizes Orçamentária para 2007:

“Art. 12. A Lei Orçamentária de 2007 discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

XVII – a complementação financeira a que se refere a Lei Complementar nº 87, de 1996, e ao auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para fomento das exportações, bem como as compensações de mesma natureza que venham a ser instituídas, mantendo-se a proporcionalidade fixada na Lei Orçamentária para 2006.”

Origem dos recursos para o Fundeb

PROGRAMAÇÃO DE ORIGEM	PERCENTUAL DE VINCULAÇÃO	VALOR (R\$)
FPE	16,66%	6.464.226.838
FPM	16,66%	6.764.888.551
IPI	16,66%	513.991.775
ITR	6,66%	11.294.216
Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores ¹	16,66%	324.870.000
TOTAL		14.079.271.380

¹O Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores, ao ser convertido em compensação por perdas de ICMS, deve obedecer ao mesmo percentual de vinculação ao Fundeb que aquele tributo, definido no art. 31 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

No prazo regimental, foram apresentadas duas emendas no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A Emenda 1 solicita que as transferências de que trata a MP sejam realizadas prioritariamente para os municípios localizados nas regiões Metropolitanas. A Emenda 2 propõe a revisão e exclusão de multa aplicada pela União ao Estado do Paraná, em contrato de refinanciamento de dívida.

II – Voto do relator

Consoante o art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, o parecer quanto à análise de créditos extraordinários abertos por medida provisória deve ser única, contendo manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de adequação financeira e orçamentária, de mérito, e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º, art. 2º, daquele diploma legal.

Do exame do crédito extraordinário, verificamos que a iniciativa atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes a relevância e urgência, tendo em vista a natureza da matéria.

Quanto a análise da adequação orçamentária e financeira, verifica-se que o crédito utiliza como fontes o cancelamento de despesas primárias obrigatórias, no mesmo montante de acréscimo, sem interferir nas metas fiscais fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o corrente exercício (Lei nº 11.439, de 29-12-2006).

A Exposição de Motivos nº 108/2007/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º, do art. 2º, da Resolu-

ção nº 1, de 2002-CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da medida provisória.

No mérito, nota-se que o crédito extraordinário destina recursos para o atendimento de despesas relevantes e urgentes, dada a entrada em vigor da regulamentação do Fundeb, assim como da necessidade de adequar a programação da LOA/2007 para assegurar os repasses aos Estados, DF e Municípios para a compensação das perdas tributárias decorrentes da desoneração das exportações.

Sobre a Emenda 1, que solicita a priorização dos municípios situados em regiões metropolitanas, no repasse das transferências de que trata a MP, cumpre ponderar que os critérios de rateio dos recursos que compõem o Fundeb, e daqueles transferidos a título de Lei Kandir, são definidos em legislação específica. Desse modo, entendemos que a MP em análise não é o local adequado para a discussão dessas regras.

Quanto a Emenda 2, também consideramos que seu assunto foge ao alcance da Medida Provisória em exame, uma vez que se refere revisão e exclusão de multa aplicada pela União ao Estado do Paraná em contrato de refinanciamento de dívida estadual.

Consideramos, portanto, que as emendas apresentadas, não obstante os nobres propósitos, colidem com o disposto no art. 4º, § 4º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que veda a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha aquela de que trata a medida provisória.

Diante do exposto, somos favoráveis a aprovação da Medida Provisória nº 326, de 2006, nos termos propostos pelo Poder Executivo e pela rejeição das Emendas 1 e 2.

Sala das Sessões, de de 2007. – Deputado **Frank Aguiar**, Relator.

Medida Provisória nº 376, de 18 de junho de 2007, abre crédito extraordinário em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 15.704.401.380,00, com os seguintes objetivos:

a) R\$ 1.625.130.000,00, para compensação dos Estados, DF e Municípios pelas perdas tributárias decorrentes da Lei Kandir;

b) R\$ 14.079.271.380, destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Sobre a Lei Kandir:

No sentido de buscar a promoção das exportações brasileiras e colocar o País em maior competitividade no comércio internacional, a Lei Complementar nº 87, de 1997, também conhecida como Lei Kandir, promoveu a desoneração da incidência do ICMS os bens destinados a exportações, além de outras medidas de mesmo objetivo.

Desta forma, a lei orçamentária passou a contar, anualmente, com recursos para a compensação aos entes subnacionais pela perda de arrecadação decorrente da aplicação da Lei Kandir.

Nos últimos anos, os recursos colocados no orçamento para essa finalidade tem sido rateados entre os estados por dois critérios diferentes: Fomento às Exportações e Lei Kandir (propriamente dita).

Na Lei orçamentária para 2007, porém, a totalidade dos recursos aprovados (R\$ 3,9 bilhões) estava até o momento inteiramente alocada para Fomento às Exportações. Contudo, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 exige que essa distribuição obedeça a mesma proporcionalidade de critérios observada em 2006, faz-se necessário remanejar parte dotações para Lei Kandir, o que está sendo feito por esta Medida Provisória.

Trata-se, portanto, de um mero ajuste técnico para permitir a manutenção dos repasses desses recursos para os Estados.

Sobre o Fundeb:

O FUNDEB é um fundo de natureza contábil, formado por recursos dos próprios estados e municípios, além de uma parcela de recursos federais, cuja finalidade é promover o financiamento da educação básica pública brasileira, destinando recursos para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos.

Para cobrir as despesas com a educação básica, os estados e municípios irão colaborar para o Fundo, com um percentual da sua receita proveniente de impostos e transferências, da seguinte forma: 16,66% em 2007 18,33% em 2008 e de 2009 em diante 20%. Já a União aplicará no FUNDEB 2 bilhões de reais em 2007, 3 bilhões em 2008, 4,5 bilhões em 2009 e a partir de 2010 sua colaboração será de, no mínimo, 10% do total de recursos do Fundo (algo em torno de 5,5 bilhões de reais).

A Emenda Constitucional nº 53, de 19-12-2006, que deu nova redação ao § 5º do art. 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, criou o Fundo. Inicialmente o FUNDEB foi regulamentado pela Medida Provisória nº 339, de 28-12-2006, que foi convertida na Lei nº 11.494, de 20-6-2007.

Com a aprovação entrada em vigor da referida lei faz-se necessário ajustar a Lei Orçamentária para 2007 de forma a vincular ao Fundeb, os seguintes percentuais de transferências que devem ser feitas aos Estados.

Origem dos recursos para o Fundeb

PROGRAMAÇÃO DE ORIGEM	PERCENTUAL DE VINCULAÇÃO	VALOR (R\$)
FPE	16,66%	6.464.226.838
FPM	16,66%	6.764.888.551
IPI	16,66%	513.991.775
ITR	6,66%	11.294.216
Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores ¹	16,66%	324.870.000
TOTAL		14.079.271.380

¹O Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores, ao ser convertido em compensação por perdas de ICMS, deve obedecer ao mesmo percentual de vinculação ao Fundeb que aquele tributo, definido no art. 31 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Observa-se que, também neste caso, trata-se de um ajuste de ordem técnica motivado pela regulamentação do Fundeb que ainda estava pendente, quando da entrada em vigor do orçamento para 2007.

Sobre as emendas

Foram apresentadas duas emendas, sendo que a Emenda nº 01, do Deputado Reinaldo Nogueira, solicita que as transferências de que trata a MP sejam realizadas prioritariamente para os Municípios localizados nas Regiões Metropolitanas.

A MP nº 376, não trata da definição de critérios de distribuição dos recursos, mas apenas da realocação do montante. Há uma legislação específica que trata das formas de rateio dos recursos transferidos da União para os Estados e Municípios. E no âmbito

dessa legislação que deve ser discutida a prioridade solicitada na emenda

A Emenda nº 02, do Deputado Osmar Serraglio, propõe a revisão e exclusão de multa aplicada pela União ao Estado do Paraná em contrato de refinanciamento de dívida.

A União repactuou as dívidas estaduais com base em legislação específica para essa finalidade. Entendemos que, também neste caso, o assunto da emenda foge ao objetivo da MP.

Cumprе ressaltar que a Resolução nº 1 de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece as regras de apreciação das Medidas Provisórias, proíbe a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha aquela de que trata a MP.

Proposição: MPV-376/2007

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 19/06/2007

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Urgência

Situação: PLEN: Pronta para Pauta.

Emenda: Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 15.704.401.380,00, para os fins que especifica.

Indexação: Abertura de Crédito. Crédito extraordinário. Ministério da Fazenda, transferência constitucional, repasse, entrega, recursos públicos, Estados, (DF), Municípios, Fundo de Compensação de Exportações, auxílio financeiro, incentivo, exportação, exportador, isenção fiscal, perda, desoneração tributária, (ICMS), (Fundeb).

Despacho:

17/7/2007 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN)

MSC 384/2007 (Mensagem) - Poder Executivo

Legislação Citada

Emendas

- MPV36707 (MPV36707)

EMC 1/2007 MPV36707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Reinaldo Nogueira

- MPV37607 (MPV37607)

EMC 2/2007 MPV37607 (Emenda Apresentada na Comissão) - Osmar Serraglio

Pareceres, Votos e Redação Final

- MPV37607 (MPV37607)

PPP 1 MPV37607 (Parecer Proferido em Plenário) - Frank Aguiar


Última Ação:

29/8/2007 - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 376-A/07)

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
19/6/2007	Poder Executivo (EXEC) Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.
19/6/2007	CONGRESSO NACIONAL (CN) Prazo para Emendas: 20/06/2007 a 25/06/2007. Comissão Mista: 19/06/2007 a 02/07/2007. Câmara dos Deputados: 03/07/2007 a 16/07/2007. Senado Federal: 17/07/2007 a 13/08/2007. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 14/08/2007 a 16/08/2007. Sobrestar Pauta: a partir de 17/08/2007. Congresso Nacional: 19/06/2007 a 31/08/2007. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 01/09/2007 a 30/10/2007.
3/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação da MSC 384/2007, do Poder Executivo, que "submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 376/2007, que "Abre crédito extraordinário, em favor de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$15.704.401.380,00, para os fins que especifica".
3/7/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebido o Ofício nº 279/2007, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 376/2007. Informa ainda que a Medida foram oferecidas 2 (duas) emendas e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não emitiu parecer previsto no § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002- CN.
4/7/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência
4/7/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.
5/7/2007	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 06/07/2007.

10/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 10:00)
10/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 372/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
10/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
10/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.
17/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
17/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 374/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
14/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
14/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirada de pauta de Ofício.
15/8/2007	Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) Designado Relator, Dep. Frank Aguiar (PTB-SP), para proferir parecer em plenário pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a esta medida provisória e às 2 emendas apresentadas.
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
21/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 375/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 9:00)
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 375-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão ordinária - 14:00)
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.
23/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 9:00)
23/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Antonio Carlos Pannunzio. Líder do PSDB, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
23/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Eduardo Valverde (PT-RO) e Dep. Lobbe Neto (PSDB-SP).
23/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Lobbe Neto, na qualidade de Líder do PSDB, pelo Dep. Mário Heringer, na qualidade de Líder do Bloco PSB, PDT, PCdoB, PMN, PHS, PRB, e pelo Dep. Vicentinho, na qualidade de Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
23/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicada a verificação de votação por falta de "quorum" (Obstrução).

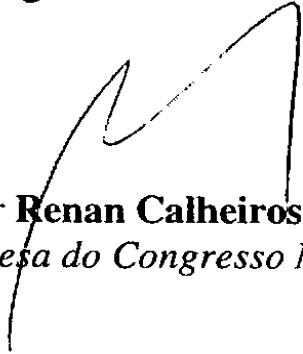
23/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a discussão por falta de "quorum" (Obstrução).
28/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 9:00)
28/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 372--B/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
28/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão ordinária - 14:00)
28/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, na qualidade de Líder do DEM, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Tarcísio Zimmermann (PT-RS) e Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA).
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, na qualidade de Líder do DEM, e pelo Dep. Tarcísio Zimmermann, na qualidade de Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento. Sim: 4; Não: 274; Abstenção: 1; Total: 279.
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicado o Requerimento do Dep. Antonio Carlos Pannunzio, Líder do PSDB, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Frank Aguiar (PTB-SP), pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa desta MPV e das Emendas de nºs 1 e 2; pela adequação financeira e orçamentária desta MPV e das Emendas de nºs 1 e 2; e, no mérito, pela aprovação desta MPV, e rejeição das Emendas de nºs 1 e 2. 
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pelo Autor o Requerimento do Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, na qualidade de Líder do DEM, que solicita o adiamento da discussão por duas sessões.
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pelo Autor o Requerimento do Dep. Emanuel Fernandes, na qualidade de Líder do PSDB, que solicita o adiamento da discussão por uma sessão.
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discutiram a Matéria: Dep. Raul Jungmann (PPS-PE). Dep. Bruno Araújo (PSDB-PE). Dep. William Woo (PSDB-SP). Dep. Eduardo Valverde (PT-RÓ). Dep. Ayrton Xerez (DEM-RJ). Dep. Tarcísio Zimmermann (PT-RS) e Dep. Dr. Ubiali (PSB-SP).
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encerrada a discussão.
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pelo Autor o Requerimento do Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, na qualidade de Líder do DEM, que solicita o adiamento da votação por duas sessões.
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pelo Autor o Requerimento do Dep. Emanuel Fernandes, na qualidade de Líder do PSDB, que solicita o adiamento da votação por uma sessão.
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação em turno único.

29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. William Woo (PSDB-SP) e Dep. Dr. Ubiali (PSB-SP).
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação preliminar em turno único.
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. João Dado (PDT-SP).
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação, quanto ao mérito, em turno único.
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitadas as Emendas de nºs 1 e 2, com parecer contrário, ressalvado o destaque.
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Medida Provisória nº 376, de 2007, ressalvado o destaque.
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitada a Emenda nº 2, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PPS.
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Redação Final.
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Frank Aguiar (PTB-SP).
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 376-A/07)

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 50, DE 2007

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 376, de 18 de junho de 2007**, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 15.704.401.380,00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 1º de setembro de 2007, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 14 de agosto de 2007.



Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 26, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 374, de 2007)

Altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, tratando do prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social, e o art. 4º da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006; e prorroga o prazo a que se refere o art. 33 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

	Pág.
- Autógrafo do Projeto de Lei de Conversão	
- Medida Provisória original	
- Mensagem do Presidente da República nº 352, de 2007.....	
- Exposição de Motivos nº 14/2007, do Ministro de Estado da Previdência Social	
- Ofício nº 372/2007, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado	
- Calendário de tramitação da Medida Provisória	
- Emendas apresentadas perante a Comissão Mista	
- Nota Técnica s/nº, de 5 de junho de 2007, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal	
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Deputado José Pimentel (PT-CE)	
- Folha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados	
- Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 48, de 2007, prorrogando a vigência da Medida Provisória.....	
- Legislação citada	

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 26, DE 2007 (Proveniente da Medida Provisória nº 374, de 2007)

Altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, tratando do prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social, e o art. 4º da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006; e prorroga o prazo a que se refere o art. 33 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. Para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os regimes instituidores apresentarão aos regimes de origem, até o mês de maio de 2010, os dados relativos aos benefícios em manutenção em 5 de maio de 1999 concedidos a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal." (NR)

Art. 2º O § 3º do art. 4º da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

.....

§ 3º Para os fins do disposto neste artigo, o valor da prestação mensal é o recebido pelo anistiado a título de reparação econômica no

mês de competência do pagamento da parcela, excluído o correspondente ao 13º (décimo-terceiro) salário, preservada, para os efeitos de forma e prazo de quitação do passivo, a remuneração definida na respectiva Portaria do Ministério da Justiça.

..... " (NR)

Art. 3º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2007 o prazo a que se refere o art. 33 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL N º 374, DE 2007

Altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, que dispõe sobre o prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social.

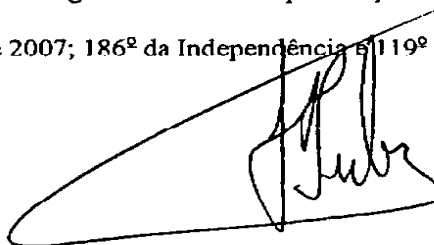
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 9º do art. 201, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. Para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os regimes instituidores apresentarão aos regimes de origem até o mês de maio de 2010 os dados relativos aos benefícios em manutenção em 5 de maio de 1999 concedidos a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição." (NR)

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 31 de maio de 2007; 186ª da Independência e 119ª da República.



MENSAGEM Nº 352, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 374, de 31 de maio de 2007, que “Altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, que dispõe sobre o prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social”.

Brasília, 31 de maio de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MPS Nº 14 EM

Brasília, 14 de maio de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de Medida Provisória que prorroga o prazo para que os regimes instituidores de benefícios previdenciários apresentem aos regimes de origem os dados relativos aos benefícios sujeitos a compensação financeira referente ao período de 5 de outubro de 1988 a 5 de maio de 1999, previsto no art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003.

2. A compensação financeira entre regimes de previdência decorre da determinação Constitucional da contagem recíproca do tempo de contribuição cumprido na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, constante no art. 201, § 9º da Constituição Federal. O Art. 5º da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que disciplinou a compensação financeira, definiu o prazo inicial para que os regimes instituidores de regime de previdência, no âmbito federal, estadual, distrital e municipal, requeressem aos respectivos regimes de origem a compensação previdenciária relativamente aos benefícios em manutenção na data de sua publicação (6 de maio de 1999), concedidos a partir da promulgação da Constituição Federal.

3. Dada a complexidade operacional da compensação, decorrente do grande volume de documentos a serem avaliados, aliada a dificuldade na obtenção segura dos dados laborais dos segurados e da homologação dos benefícios pelos Tribunais de Contas, o prazo concedido por aquela lei mostrou-se muito exíguo, especialmente aos pequenos municípios. Assim, novo prazo foi concedido pelo art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003. Entretanto, em que pesem os esforços de todas as partes envolvidas no processo, pelas mesmas razões expostas, fase necessária uma nova prorrogação desse prazo. Há,

também, dificuldades operacionais no âmbito da Previdência Social para processar os numerosos pedidos recebidos. Este Ministério tem recebido diariamente solicitações de municípios e associações representativas nesse sentido.

4. Portanto, a alteração sugerida no art. 12 da Lei nº 10.666/2003 visa dilatar, em três anos, o prazo para que os regimes instituidores de benefícios apresentem aos regimes de origem os dados necessários para a efetivação da compensação, tempo que se julga suficiente para concluir os procedimentos processuais.

5. Como o prazo estipulado pela Lei nº 10.666/2003 esta vencendo neste mês de maio de 2007 e considerando que o prejuízo financeiro atingira especialmente os pequenos Municípios, mais carentes, com maior dificuldade de organização, o que traria repercussão nacional, faz-se necessária a edição de Medida Provisória, tendo em vista que se observa a existência dos pressupostos de urgência e relevância.

6. Essas, Senhor Presidente, são, em síntese, as razões que envolvem a matéria e justificam a presente proposta que ora submeto a elevada consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente, – **Luiz Marinho**.

OF. n. 372/07/PS-GSE

Brasília, 14 de agosto de 2007

A Sua Excelência o Senhor

Senador Efraim Morais

Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de PLv para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2007 (Medida Provisória nº 374/07, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 7-8-07, que “Altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, tratando do prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social, e o art. 4º da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006; e prorroga o prazo a que se refere o art. 33 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

MPV Nº 374

Publicação no DO	31-5-2007 Ed. Extra
Designação da Comissão	4-6-2007 (SF)
Instalação da Comissão	5-6-2007
Emendas	até 6-6-2007 (7º dia da publicação)
Prazo na Comissão	31-5-2007 a 13-6-2007 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	13-6-2007
Prazo na CD	de 14-6-2007 a 27-6-2007 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	27-6-2007
Prazo no SF	28-6-2007 a 11-7-2007 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	11-7-2007
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	12-7-2007 a 14-7-2007 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	15-7-2007 (46º dia)
Prazo final no Congresso	12-8-2007 (60 dias)
Prazo final prorrogado	11-10-2007 (*)

(*) Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 48, de 2007 – DOU (Seção I) de 3-8-2007

NOTA TÉCNICA DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Brasília, 5 de junho de 2007

Assunto: Subsídios para análise da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 374, de 31 de maio de 2007, que “altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, que dispõe sobre o prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social”.

Interessado: Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre a referida Medida Provisória.

I – Introdução

A presente Nota Técnica atende a determinação constante do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002-CN, que estabelece, **ipsis verbis**:

“Art. 19. O órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o Relator da Medida Provisória encaminha aos Relatores e a Comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de Medida Provisória.”

No art. 62, § 9º, a Constituição estabelece que caberá uma comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessões separadas, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

A nota técnica deve atender ao disposto no art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que prescreve os requisitos a serem observados quando do exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira: “análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanta ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

Para a apreciação da medida provisória em questão compete a esta Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle elaborar a respectiva nota técnica acerca de sua adequação orçamentária e financeira.

II – Síntese da Medida Provisória

A Constituição Federal previu, no art. 201, § 9º, compensação financeira entre os diversos regimes de previdência social, porquanto assegurou, ainda,

a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana. A Magna Carta remeteu a legislação ordinária a definição dos critérios a serem utilizados na referida compensação.

Em atenção ao dispositivo constitucional, a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, estabeleceu os parâmetros, critérios, condições e prazos para a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social – RGPS e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribui para efeito de aposentadoria, inicialmente, essa Lei fixou prazo Máximo de dezoito meses para que os regimes instituidores apresentassem, aos regimes de origem¹, os dados relativos aos benefícios em manutenção, concedidos a partir da promulgação da Constituição Federal.

A Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, estendeu o termo final do citado prazo para o mês de maio de 2007. Edita-se, agora, a MP nº 374, de 31 de maio de 2007, para alongar por mais 3 anos, até o mês de maio de 2010, o interregno para apresentação dos dados para a compensação financeira.

De acordo com a Exposição de Motivos (EM) MPS nº 14, de 14-5-2007, que acompanha a Medida Provisória em tela, o prazo inicial concedido pela Lei nº 9.796, de 1999, mostrou-se insuficiente, “dada a complexidade operacional da compensação, decorrente do grande volume de documentos a serem avaliados, aliada a dificuldade na obtenção segura dos dados laborais dos segurados e da homologação dos benefícios pelos Tribunais de Contas,... especialmente aos pequenos Municípios”.

Alega ainda a EM que não obstante os esforços envidados pelos agentes, o novo prazo também se mostrou escasso, fazendo-se necessária nova prorrogação. Informa também que existem dificuldades operacionais no âmbito da Previdência Social para processar os numerosos pedidos recebidos, de municípios e entidades representativos. Enfatiza que o novo prazo de três anos estabelecido na MP deve ser suficiente para concluir os procedimentos legais.

¹ Consoante o art. 2º da Lei nº 9.796, de 1999, regime de origem e o regime previdenciários ao qual o segurado ou servidor público esteve vinculado sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes. Regime instituidor, por seu turno, é o regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou servidor Público ou a seus dependentes, com Cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem.

A EM sustenta restarem atendidos os pressupostos constitucionais para edição de medidas provisórias, urgência e relevância, “considerando que o prejuízo financeiro atingiria especialmente os pequenos Municípios, mais carentes, com maior dificuldade de organização, o que traria repercussão nacional”, caso não houvesse a prorrogação do interregno.

III – Subsídios Acerca da Adequação Financeira e Orçamentária

Conforme mencionado na introdução desta nota técnica, o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira deve analisar a repercussão sobre a receita ou a despesa Pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.

A MP nº 374, de 31-5-2007, ao prorrogar o prazo de apresentação dos dados para efetivação da compensação financeira entre os regimes previdenciários, não possui repercussão direta mensurável sobre a despesa da União. Em vista da garantia preconizada na Constituição Federal, de contagem recíproca do tempo de contribuição cumprido nos diversos regimes jurídicos trabalhistas, a compensação financeira entre os regimes é uma decorrência natural. Possivelmente, como reconhecido pela Exposição de Motivos, ao citar os pequenos municípios como possíveis prejudicados pela não renovação do prazo, no Computo geral, o Regime Geral de Previdência Social transfira recursos aos regimes instituidores². Contudo, não foram encaminhadas ao Congresso Nacional informações sobre estimativas dessas compensações.

Alem disso, a MP em comento não possui implicações no que se refere ao atendimento das normas de Direito Financeiro.

São esses os subsídios que consideramos mais relevantes para a apreciação da Medida Provisória nº 374, de 31 de maio de 2007, quanto a adequação orçamentária e financeira. – **Eduardo Andrés Ferreira Rodriguez**, Consultor de Orçamentos.

² A Constituição Federal de 1988, remeteu um grande número de servidores, antes inscritos no Regime Geral de Previdência Social, para regimes próprios. Assim, a tendência natural a que, no cômputo geral, o RGPS compense esses regimes próprios, já que recebeu previamente muitas contribuições dos segurados. Há que se considerar, entretanto, que a Lei nº 9.796, de 1999, prevê que no cálculo das compensações sejam considerados os débitos pelo não recolhimento das contribuições previdenciárias no prazo legal, o que pode eventualmente reduzir o saldo devedor do RGPS perante os regimes próprios.

PARECER EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA, SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 374, DE 2007, E EMENDAS

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, a Medida Provisória nº 374, de 2007, altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, que dispõe sobre o prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social.

A medida provisória foram apresentadas 5 emendas.

Nosso parecer é pela admissibilidade e constitucionalidade da Medida Provisória nº 374, bem como por sua adequação financeira e orçamentária.

Quanto às emendas, rejeitamos todas. Quatro delas por incompatibilidade orçamentária e uma por ser objeto de matéria já votada nesta Sessão Legislativa e, portanto, estar prejudicada, nos termos do Regimento Interno desta Casa.

Em razão do exposto, Sr. Presidente, pronunciamo-nos pela admissibilidade, constitucionalidade, boa técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 374, e rejeitamos as Emendas de nºs 1, 2, 3 e 5 por serem inadequadas financeira e orçamentariamente, a de nº 4 por estar prejudicada. No mérito, somos pela aprovação da Medida Provisória nº 374, de 2007, nos termos em que foi apresentada, por tratar apenas da prorrogação, por mais 3 anos, para fins de renegociação, das obrigações do regime próprio de previdência entre o pacto federativo – os municípios, o Distrito Federal e os Estados para com a União ou da União para com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Sr. Presidente, são o nosso parecer e o nosso voto.

PARECER APRESENTADO EM PLENÁRIO PELO RELATOR DESIGNADO PARA MANIFESTAR-SE PELA COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DA APRECIAÇÃO DA MATÉRIA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 374, DE 31 DE MAIO DE 2007 (Mensagem nº 352, de 2007)

Altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, que dispõe sobre o prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime

geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **José Pimentel**

I – Relatório

A Medida Provisória nº 374, de 31 de maio de 2007, “altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, que dispõe sobre o prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social”.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 201, § 9º, instituiu que, “para efeito de aposentadoria é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei”.

Tais critérios foram estabelecidos pela Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que “dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências”.

O art. 5º, **caput**, da referida Lei determina aos regimes instituidores um prazo de dezoito meses, contados a partir da data de sua publicação, ocorrida 6 de maio de 1999, para apresentação, aos regimes de origem, dos dados relativos aos benefícios em manutenção nessa mesma data, concedidos a partir da promulgação da Constituição Federal.

A Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, em seu art. 12, renovou o prazo supra mencionado até o mês de maio de 2004, considerando, porém, os benefícios em manutenção 5 de maio de 1999.

Posteriormente, a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, conferiu nova redação a esse dispositivo, estendendo o referido prazo até o mês de maio de 2007.

A Medida Provisória nº 374, de 31 de maio de 2007, buscou dilatar em três anos o prazo em comento, prolongando-o até o mês de maio de 2010.

No prazo regimental, foram apresentadas, perante a Comissão Mista, cinco emendas à Medida Provisória nº 374, de 2007, a saber:

– Emenda nº 1, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que modifica a redação

do art. 2º, para alterar a Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre valores devidos aos anistiados políticos;

– Emenda nº 2, de autoria dos Deputados Gilmar Machado e Arnaldo Faria de Sá, que introduz art. 3º, para alterar a Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre valores devidos aos anistiados políticos;

– Emendas nºs 3, 4 e 5, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, que alteram a Lei nº 11.457, de 16 de março 2007, que criou a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

É o Relatório.

II – Voto do Relator

II.1 – Da Admissibilidade e Constitucionalidade

A Medida Provisória ora sob análise atende aos requisitos constitucionais de urgência e relevância, além de não incorrer em qualquer das vedações temáticas estabelecidas pelo § 1º do art. 62 da Constituição Federal.

II.2 – Da Adequação Financeira e Orçamentária

A Resolução nº 1, de 2002-CN, estabelece, em seu art. 5º, § 1º, que “o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.”

A Medida Provisória nº 374, de 2007, não cria receita nem despesa pública para a União, uma vez que somente prorroga um prazo procedimental da legislação em vigor, para o atendimento de previsão constitucional.

Consideramos, portanto, que a presente Medida Provisória, apresenta-se adequada no que tange aos aspectos financeiros e orçamentários.

II.3 – Das Emendas

Sobre as emendas oferecidas à Medida Provisória 374, de 2007, cabe agora examiná-las sobre o prisma da constitucionalidade, da adequação orçamentária e financeira e quanto ao seu mérito.

As emendas nºs 1 e 2, de autoria dos Deputados Arnaldo Faria de Sá e Gilmar Machado, respectivamente, de idêntico teor, visam assegurar que o valor da prestação mensal recebida pelo anistiado a título de remuneração econômica no mês de competência

de pagamento da parcela, excluindo-se o correspondente ao décimo-terceiro salário, preservados, para os efeitos de forma e prazo de quitação do passivo, a remuneração definida na respectiva Portaria do Ministério da Justiça.

Essas emendas apresentam incompatibilidade orçamentária e financeira nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000, razão pela qual as rejeitamos.

A emenda nº 3, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, objetiva revogar o art. 36 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, o qual determina que as prestações mensais relativas a débitos parcelados junto à Receita Federal do Brasil serão equivalentes, no mínimo, a 1,5% da média da Receita Corrente Líquida do Estado e do Distrito Federal.

Da mesma forma que as anteriores, essa emenda apresenta incompatibilidade orçamentária e financeira nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000, razão pela qual a rejeitamos.

A emenda nº 4, também de autoria do Deputado Vanderlei Macris, prorroga até 31 de dezembro de 2007, o prazo para parcelamento dos débitos previstos no art. 33 da citada Lei nº 11.457, de 2007.

A matéria já foi apreciada nesta mesma Sessão Legislativa quando da análise do Projeto de Lei nº 6.272, de 2005, posteriormente convertido na Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007. Trata-se de matéria estranha a Medida Provisória em estudo, uma vez que prorroga o prazo para requerer parcelamento de débitos junto à Receita Federal do Brasil, motivo pelo qual a declaramos prejudicada nos termos do art. 163 do Regimento interno da Câmara dos Deputados.

Finalmente, a emenda nº 5, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, da nova redação ao art. 36 da Lei nº 11.457, de 2007, para fixar novas regras para o cálculo do valor mínimo da prestação mensal a ser paga pelos Estados e o Distrito Federal em relação aos débitos parcelados junto a Receita Federal do Brasil.

Essa emenda apresenta incompatibilidade orçamentária e financeira nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000, razão pela qual a rejeitamos.

II. 4 – Do Mérito da Medida Provisória nº 374, de 2007

Revela-se incontestável o reconhecimento da complexidade operacional presente na compensação financeira entre diferentes regimes previdenciários, devido ao número crescente de benefícios conce-

didos e, conseqüentemente, ao grande volume de documentos a serem analisados, sem mencionar a dificuldade na obtenção segura dos dados laborais dos servidores públicos e dos segurados, imprescindíveis à contagem do tempo de contribuição dos trabalhadores à Seguridade Social e ao cálculo dos valores envolvidos.

A situação agrava-se quando são considerados os pequenos Municípios, de reconhecida carência financeira e econômica, com estrutura insuficiente e cujos benefícios estão sujeitos a homologação pelos Tribunais de Contas.

Soma-se a isso o fato de que devem ser levantados os dados relativos a todos os benefícios concedidos a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, e que se encontravam em manutenção em 5 de maio de 1999.

Fatos esses que evidenciam a urgência e a relevância da Medida Provisória nº 374, de 2007, cujo mérito está em evitar prejuízos aos regimes previdenciários, decorrentes da ausência de prorrogação do prazo para apresentação das informações dos referidos benefícios para fins de compensação financeira.

11.5 – Do Voto

Em razão do exposto, pronunciamo-nos pela admissibilidade, constitucionalidade, boa técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 374, de 2007, rejeitamos as emendas de nº 1, 2, 3 e 5 por serem inadequadas financeira e orçamentariamente e a de nº 4 por estar prejudicada. No mérito, somos pela aprovação da Medida Provisória nº 374, de 2007, nos termos em que foi apresentada.

Sala das Sessões, 17 de julho de 2007. – Deputado **José Pimentel**, Relator

REFORMULAÇÃO DO PARECER DO RELATOR, PELA COMISSÃO MISTA, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 374, DE 2007 E EMENDAS

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, a Emenda nº 1 e a Emenda nº 2 apresentadas à Medida Provisória nº 374, tratam de assegurar aos anistiados do Brasil o parcelamento dos direitos que eles efetivamente possuem e são reconhecidos quando a Comissão de Anistia assim analisa os seus processos.

Em nome do Regimento, o orçamento efetivamente não tem previsão orçamentária. No entanto, por ser um acordo de todos os Líderes da Casa e dos Líderes

do Governo neste plenário, estou reformulando o meu parecer no que diz respeito às Emendas nºs 1 e 2, para considerá-las compatíveis orçamentária e financeiramente. No entanto, como não vou apresentar PLV, vou rejeitá-la no mérito para permitir o seu destaque e com isso superar uma questão regimental, que é manter a medida provisória conforme apresentada, e por meio de destaque para votação em separado, por unanimidade, estou acolhendo esse procedimento.

É atípico, quero aqui registrar, e espero que não sirva de precedente para que possamos no dia de amanhã encontrar outra forma de conduzir o processo.

Portanto, Sr. Presidente, estou reformulando o voto para que as Emendas nºs 1 e 2, sejam declaradas compatíveis financeira e orçamentariamente e, no mérito, estou rejeitando essas 2 emendas para em seguida permitir que seja apresentado requerimento de destaque para votação em separado.

Esperamos que o DVS seja acolhido por unanimidade.

É o parecer.

REFORMULAÇÃO DO PARECER DO RELATOR, PELA COMISSÃO MISTA, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 374, DE 2007, E EMENDAS

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, estou apresentando parecer reformulado no que diz respeito a Emenda nº 4.

Na sessão do dia 17 de julho, fizemos a leitura do relatório.

O parecer reformulado é o seguinte:

Em relação à Emenda nº 4, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, que prorroga até 31 de dezembro de 2007, o prazo para parcelamento dos débitos previstos no art. 33 da Lei nº 11.457, de 2007, estamos reformulando nosso parecer para rejeitá-la, em virtude de tratar de matéria estranha a medida provisória em análise, uma vez que prorroga o prazo para requerer parcelamento de débitos junto a Receita Federal do Brasil.

Por isso, nos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal, que tem afirmado que as emendas parlamentares devem guardar afinidade lógica e relação de pertinência com a proposição original, rejeitamos a citada emenda.

Ressalte-se ainda que o § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, dispõe que a vedada a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na medida provisória.

Voto.

Em razão do exposto, pronunciamo-nos pela admissibilidade, constitucionalidade, boa técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária Medida Provisória nº 374, de 2007, e rejeitamos as Emendas nºs 1, 2, 3 e 5, por serem inadequadas financeira e orçamentariamente.

Quanto à Emenda nº 4, nós a rejeitamos por inconstitucionalidade e incompatibilidade com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

No mérito, somos pela aprovação da Medida Provisória nº 374, de 2007, nos termos em que foi apresentada.

Quanto ao restante, Sr. Presidente, reafirmo o parecer já lido desta tribuna e apresentado a esta Casa.

REFORMULAÇÃO DO PARECER DO RELATOR, PELA COMISSÃO MISTA, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 374, DE 2007, E EMENDAS

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como resultado do entendimento entre os Líderes, espero que não precisemos ter apresentação do parecer e a defesa dos Parlamentares e que possamos aprová-lo com o voto de Liderança e, em seguida, fazer os destaques.

O nosso parecer reformulado é o seguinte:

Tendo em vista o acordo firmado entre os Líderes, estou reformulando o parecer para acolher as Emendas nºs 1 e 2, que diz respeito aos anistiados, e 4, que trata da prorrogação do prazo de renegociação das dívidas do INSS para com os Estados, autarquias e fundações estaduais, como compatíveis financeira e orçamentariamente, e, no mérito, rejeito as Emendas nºs 1, 2 e 4, apresentadas à Medida Provisória nº 374, de 2007.

Este é o nosso parecer conclusivo, reafirmando que o que foi proferido no parecer inicial de 17 de julho de 2007 continua mantido, com essas alterações aqui apresentadas.

Vamos precisar apresentar destaque de votação em separado nessas emendas, para que elas sejam incorporadas a medida provisória e com isso dispensar a apresentação de um projeto de lei de conversão.

Portanto, Sr. Presidente, nosso parecer é pela compatibilidade orçamentária e financeira das Emendas nºs 1, 2 e 4. No mérito, estou rejeitando-as.

É o parecer.

Proposição: MPV-374/2007

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 31/05/2007

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Urgência

Situação: PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, que dispõe sobre o prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social.

Explicação da Ementa: Prorroga por 3 (três) anos o prazo, estendendo-o até maio de 2010.

Indexação: Alteração, lei federal, prorrogação, aumento, prazo, União Federal, Estados, (DF), Municípios, apresentação, dados, troca, informações, compensação financeira, natureza previdenciária, regime geral de previdência social, regime próprio de previdência social.

Despacho:

14/6/2007 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- MPV37407 (MPV37407)

MSC 352/2007 MPV37407 (Mensagem) - Poder Executivo

Legislação Citada

Emendas

- MPV37407 (MPV37407)

EMC 1/2007 MPV37407 (Emenda Apresentada na Comissão) - Arnaldo Faria de Sá

EMC 2/2007 MPV37407 (Emenda Apresentada na Comissão) - Arnaldo Faria de Sá

EMC 3/2007 MPV37407 (Emenda Apresentada na Comissão) - Vanderlei Macris

EMC 4/2007 MPV37407 (Emenda Apresentada na Comissão) - Vanderlei Macris

EMC 5/2007 MPV37407 (Emenda Apresentada na Comissão) - Vanderlei Macris

Pareceres, Votos e Redação Final

- MPV37407 (MPV37407)

PPP 1 MPV37407 (Parecer Proferido em Plenário) - José Pimentel

PPR 1 MPV37407 (Parecer Reformulado de Plenário) - José Pimentel

Originadas

- PLEN (PLEN)

PLV 26/2007 (Projeto de Lei de Conversão) - José Pimentel

Última Ação:

14/6/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

13/7/2007 - Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) - Designado Relator, Dep. José Pimentel (PT-CE), para proferir parecer em plenário pela Comissão Mista a esta medida provisória e às 5 emendas apresentadas.

7/8/2007 - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 374-B/07) (PLV 26/07)

Obs.: Se o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
31/5/2007	Poder Executivo (EXEC) Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.
31/5/2007	CONGRESSO NACIONAL (CN) Prazo para Emendas: 01/06/2007 a 06/06/2007. Comissão Mista: 31/05/2007 a 13/06/2007. Câmara dos Deputados: 14/06/2007 a 27/06/2007. Senado Federal: 28/06/2007 a 11/07/2007. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 12/07/2007 a 14/07/2007. Sobrestar Pauta: a partir de 15/07/2007. Congresso Nacional: 31/05/2007 a 12/08/2007. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 13/08/2007 a 11/10/2007.
13/6/2007	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação da MSC 352/2007, do Poder Executivo, que "submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 374, de 2007, que "
14/6/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebido o Ofício nº 239, de 2007, do Congresso Nacional, que encaminha o texto da Medida Provisória nº 374, de 2007. Informa.

	ainda, que a Medida foram oferecidas 5 (cinco) emendas e que a Comissão Mista referida no caput do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN não se instalou.
14/6/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência
14/6/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.
14/6/2007	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 15/6/2007.
19/6/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
19/6/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação do PL 7.701/06, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
20/6/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
20/6/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.
3/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
3/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirada de pauta de Ofício.
10/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 10:00)
10/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 372/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
10/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
10/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.
13/7/2007	Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) Designado Relator, Dep. José Pimentel (PT-CE), para proferir parecer em plenário pela Comissão Mista a esta medida provisória e às 5 emendas apresentadas.
17/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
17/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. José Pimentel (PT-CE), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa desta e das Emendas de nºs 1 a 5; pela adequação financeira e orçamentária desta; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 1, 2, 3 e 5; pela prejudicialidade da Emenda de nº 4; e, no mérito, pela aprovação desta MPV.
17/7/2007	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a discussão por acordo dos Srs. Líderes.
2/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 9:00)
2/8/2007	PLENÁRIO (PLEN)

	Aprovado o Requerimento do Dep. Antonio Carlos Pannunzio, Líder do PSDB, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
2/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirada de pauta a Requerimento de Deputado.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:30)
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Antonio Carlos Pannunzio, Líder do PSDB, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Vicentinho (PT-SP) e Dep. Leonardo Vilela (PSDB-GO).
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Leonardo Vilela, na qualidade de Líder do PSDB, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Aprovado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicada a verificação de votação por falta de "quorum" (obstrução).
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a discussão por falta de "quorum" (obstrução).
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Ordinária - 14:00)
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Leonardo Vilela, na qualidade de Líder do PSDB, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP) e Dep. Vicentinho (PT-SP).
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Arnaldo Madeira, na qualidade de Líder do PSDB, e pelo Dep. Vicentinho, na qualidade de Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento. Sim: 51; Não: 366; Abstenção: 01; Total: 418.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Antonio Carlos Pannunzio, Líder do PSDB, que solicita o adiamento da discussão por uma sessão.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Vicentinho (PT-SP).
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pela Liderança do PSDB o Requerimento.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Parecer reformulado de Plenário pelo Relator, Dep. José Pimentel (PT-CE), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa desta e das Emendas de nºs 1 a 5; pela adequação financeira e orçamentária desta MPV e das Emendas de nºs 1, 2 e 4; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 3 e 5; e, no mérito, pela aprovação desta MPV e pela rejeição das Emendas de nºs 1, 2 e 4.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discutiram a Matéria: Dep. Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), Dep. Fernando Coruja (PPS-SC) e Dep. Vicentinho (PT-SP).
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encerrada a discussão.

7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirado o Requerimento do Dep. Antonio Carlos Pannunzio, Líder do PSDB, que solicita o adiamento da votação por uma sessão.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação em turno único.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. William Woo (PSDB-SP).
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação preliminar em turno único.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Fernando Coruja (PPS-SC).
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 3 e 5, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Em consequência, as Emendas de nºs 3 e 5 deixam de ser submetidas a voto, quanto ao mérito, nos termos do § 6º do artigo 189 do RICD.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação, quanto ao mérito, em turno único.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitadas as Emendas de nºs 1, 2 e 4, com parecer contrário, ressalvados os destaques.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Medida Provisória nº 374, de 2007, ressalvados os destaques.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Emenda nº 1, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PTB.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Emenda nº 1.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Emenda nº 4, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PSDB.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Arnaldo Madeira (PSDB-SP).
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Emenda nº 4.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Redação Final.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Em face da aprovação das Emendas de nºs 1 e 4, fica aprovada a Medida Provisória nº 374, de 2007, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2007.
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. José Pimentel (PT-CE).
7/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 374-B/07) (PLV 26/07)

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 48, DE 2007

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 374, de 31 de maio de 2007**, que “Altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, que dispõe sobre o prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 13 de agosto de 2007, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 02 de agosto de 2007

Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 10.666, DE 8 DE MAIO DE 2003.**

Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências.

.....

Art. 12. Para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os regimes instituidores apresentarão aos regimes de origem até o mês de maio de 2007 os dados relativos aos benefícios em manutenção em 5 de maio de 1999 concedidos a partir da promulgação da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004) **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 374, de 2007).

.....

LEI Nº 11.354, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006.

Conversão da MPv nº 300, de 2006

Autoriza o Poder Executivo, na forma e condições estipuladas, a pagar valores devidos aos anistiados políticos de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e dá outras providências.

.....

Art. 4º O pagamento far-se-á da seguinte forma:

I - em até 60 (sessenta) dias contados da data da assinatura do Termo de Adesão:

a) aos que recebem prestação mensal de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), o valor integral; e

b) aos que recebem prestação mensal superior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), uma parcela equivalente a 5 (cinco) prestações mensais;

II - a partir do mês de janeiro do ano seguinte ao da assinatura do Termo de Adesão:

a) aos que recebem prestação mensal de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), 48 (quarenta e oito) parcelas, mensais e sucessivas, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais); e

b) aos que recebem prestação mensal superior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), 48 (quarenta e oito) parcelas, mensais e sucessivas, no valor de 50% (cinquenta por cento) da prestação mensal; e

III - a partir do término do pagamento das parcelas estabelecidas nos incisos I, alínea b, e II do caput deste artigo:

a) aos que recebem prestação mensal inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); e

b) aos que recebem prestação mensal superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), parcelas mensais e sucessivas no valor de 100% (cem por cento) da prestação mensal;

§ 1º Em nenhuma hipótese o total das parcelas poderá exceder o valor estabelecido no Termo de Adesão.

§ 2º Serão quitados, até o mês de competência de fevereiro de cada ano, os saldos a pagar remanescentes em dezembro do ano anterior de até:

I - R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) durante os 5 (cinco) primeiros anos após a assinatura do Termo de Adesão, ressalvado o disposto na alínea a do inciso I do caput do art. 4º desta Lei;

II - R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no sexto ano após a assinatura do Termo de Adesão;

III - R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no sétimo e oitavo anos após a assinatura do Termo de Adesão; e

IV - qualquer valor de saldo a pagar remanescente, no nono ano após a assinatura do Termo de Adesão.

§ 3º Para os fins do disposto neste artigo, o valor da prestação mensal é o recebido pelo anistiado a título de reparação econômica no mês de competência do pagamento da parcela, excluído o correspondente ao décimo terceiro salário.

LEI Nº 11.457, DE 16 DE MARÇO DE 2007.

Mensagem de Veto

Dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

Art. 33. Até 90 (noventa) dias após a entrada em vigor desta Lei, a opção pelo parcelamento será formalizada na Secretaria da Receita Federal do Brasil, que se responsabilizará pela cobrança das prestações e controle dos créditos originários dos parcelamentos concedidos.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27, DE 2007 (Proveniente da Medida Provisória nº 377, de 2007)

Acresce, altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; acresce dispositivos à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas; revoga dispositivo da Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e dá outras providências.

ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

Pág.

- Autógrafo do Projeto de Lei de Conversão
- Medida Provisória original
- Mensagem do Presidente da República nº 385, de 2007
- Exposição de Motivos nº 123/2007, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República
- Ofício nº 418/2007, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado
- Calendário de tramitação da Medida Provisória
- Nota Técnica nº 22/2007, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Deputado Pedro Chaves (Bloco/PMDB-GO)
- Folha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados
- Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 51, de 2007, prorrogando a vigência da Medida Provisória
- Legislação citada

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27, DE 2007 (Proveniente da Medida Provisória nº 377, de 2007)

Acréscce, altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; acresce dispositivos à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas; revoga dispositivo da Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º-A

.....

§ 2º A Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República tem como estrutura básica o Gabinete, 1 (uma) Secretaria Executiva, até 2 (duas) Subchefias e a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social." (NR)

"Art. 6º Ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições; prevenir a ocorrência e articular o gerenciamento de crises em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional; realizar o assessoramento pessoal em assuntos militares e de segurança; co-

ordenar as atividades de inteligência federal e de segurança da informação; zelar, assegurado o exercício do poder de polícia, pela segurança pessoal do Chefe de Estado, do Vice-Presidente da República e respectivos familiares, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República e de outras autoridades ou personalidades quando determinado pelo Presidente da República, bem como pela segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente e Vice-Presidente da República, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, o Gabinete, 1 (uma) Secretaria Executiva e até 2 (duas) Secretarias.

..... " (NR)

"Art. 7º

I - Conselho de Governo, integrado pelos Ministros de Estado, pelos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República e pelos titulares das Secretarias Especiais de Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, de Aquicultura e Pesca e de Portos, que será presidido pelo Presidente da República ou, por sua determinação, pelo Chefe da Casa Civil e secretariado por um dos membros para esse fim designado pelo Presidente da República;

..... " (NR)

"Art. 8º

§ 1º

.....
II - pelos Ministros de Estado Chefes da Casa Civil, da Secretaria-Geral, do Gabinete de Segurança Institucional e da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo;

..... " (NR)

"Art. 27.

.....

XVII -

.....

h) formulação de diretrizes, coordenação e critérios de governança corporativa das empresas estatais federais;

..... " (NR)

"Art. 29.

.....

XVII - do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Comissão de Financiamentos Externos, a Assessoria Econômica e até 8 (oito) Secretarias;

..... " (NR)

Art. 2º A Seção II do Capítulo I da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 24-B:

"Art. 24-B. À Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República no planejamento nacional e na elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo.

§ 1º A Secretaria de Planejamento de Longo Prazo tem como estrutura básica o Gabinete, a Subchefia Executiva e até 2 (duas) Subsecretarias.

§ 2º As competências atribuídas no caput deste artigo à Secretaria de Planejamento de Longo Prazo compreendem:

I - o planejamento nacional de longo prazo;

II - a discussão das opções estratégicas do País, considerando a situação presente e as possibilidades do futuro;

III - a articulação com o governo e a sociedade para formular a estratégia nacional de desenvolvimento de longo prazo; e

IV - a elaboração de subsídios para a preparação de ações de governo."

Art. 3º Fica criada a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República.

Parágrafo único. A Secretaria de que trata o caput deste artigo é órgão essencial da Presidência da República.

Art. 4º Fica criado o cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República.

Art. 5º Fica transformado o cargo de Natureza Especial de Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República no cargo de Natureza Especial de Subchefe Executivo da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República.

Art. 6º Ficam transformados:

I - o Conselho Nacional Antidrogas, órgão integrante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas;

II - a Secretaria Nacional Antidrogas, órgão integrante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

Art. 7º Fica transformado o cargo de Subchefe Executivo da Secretaria de Relações Institucionais em Secretário Executivo da Secretaria de Relações Institucionais.

Art. 8º O inciso XI do caput do art. 4º da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º
.....

XI - a observância às orientações e normas emanadas do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas." (NR)

Art. 9º A Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 16-A:

"Art. 16-A. O servidor titular de cargo de provimento efetivo, regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencente aos quadros de pessoal de órgãos e entidades da administração pública federal, poderá ser cedido para exercício nas unidades gestoras dos sistemas a que se refere o art. 15 desta Lei, independentemente do exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

§ 1º Na hipótese de cessão sem exercício de cargo em comissão ou função de confiança, o servidor:

I - fará jus à GSISTE, respeitados os quantitativos máximos previstos no Anexo VII desta Lei; e

II - fará jus a 75% (setenta e cinco por cento) do valor máximo da gratificação de desempenho a que faria jus no órgão ou entidade de origem.

§ 2º Ao servidor cedido para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança que deixe de fazer jus ao pagamento da gratificação de desempenho do seu respectivo plano ou carreira por força da cessão aplica-se o disposto no inciso II do § 1º deste artigo."

Art. 10. Ficam criados, no âmbito da administração pública federal, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas - FG:

- I - 4 (quatro) DAS-6;
- II - 65 (sessenta e cinco) DAS-5;
- III - 116 (cento e dezesseis) DAS-4;
- IV - 192 (cento e noventa e dois) DAS-3;
- V - 200 (duzentos) DAS-2;
- VI - 49 (quarenta e nove) DAS-1; e
- VII - 34 (trinta e quatro) FG-1.

Art. 11. Ficam revogados:

I - o art. 6º-A da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003;

II - o art. 6º-A, o inciso I do caput do art. 7º e o inciso II do § 1º do art. 8º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, constantes do art. 1º da Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005;

III - o inciso II do caput do art. 3º da Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL N º 377,DE 2007

Acréscce e altera dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, acresce dispositivos à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º-A.

§ 2º A Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República tem como estrutura básica o Gabinete, uma Secretaria Executiva, até duas Subchefias e a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.” (NR)

“Art. 6º Ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, prevenir a ocorrência e articular o gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional, realizar o assessoramento pessoal em assuntos militares e de segurança, coordenar as atividades de inteligência federal e de segurança da informação, zelar, assegurado o exercício do poder de polícia, pela segurança pessoal do Chefe de Estado, do Vice-Presidente da República e respectivos familiares, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, e de outras autoridades ou personalidades quando determinado pelo Presidente da República, bem como pela segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente e Vice-Presidente da República, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional Antidrogas, a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, a Secretaria Nacional Antidrogas, o Gabinete, uma Secretaria Executiva e até duas Secretarias.

.....” (NR)

“Art. 7º

I - Conselho de Governo, integrado pelos Ministros de Estado, pelos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, pelos titulares das Secretarias Especiais de Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, de Aquicultura e Pesca e de Portos, que será presidido pelo Presidente da República ou, por sua determinação, pelo Chefe da Casa Civil e secretariado por um dos membros para esse fim designado pelo Presidente da República;

.....” (NR)

“Art. 8º

§ 1º

II - pelos Ministros de Estado Chefes da Casa Civil, da Secretaria-Geral, do Gabinete de Segurança Institucional e da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo;

.....” (NR)

“Art. 27.

XVII -

h) formulação de diretrizes, coordenação e critérios de governança corporativa das empresas estatais federais;

..... ” (NR)

“Art. 29.

XVII - do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Comissão de Financiamentos Externos, a Assessoria Econômica e até oito Secretarias;

..... ” (NR)

Art. 2º A Seção II do Capítulo I da Lei nº 10.683, de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 24-B. À Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República no planejamento nacional e na elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo.

§ 1º A Secretaria de Planejamento de Longo Prazo tem como estrutura básica o Gabinete, a Subchefia Executiva e até duas Subsecretarias.

§ 2º As competências atribuídas no **caput** à Secretaria de Planejamento de Longo Prazo compreendem:

I - o planejamento nacional de longo prazo;

II - a discussão das opções estratégicas do País, considerando a situação presente e as possibilidades do futuro;

III - a articulação com o governo e a sociedade para formular a estratégia nacional de desenvolvimento de longo prazo; e

IV - a elaboração de subsídios para a preparação de ações de governo.” (NR)

Art. 3º Fica criada a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República.

Parágrafo único. A Secretaria de que trata o **caput** é órgão essencial da Presidência da República.

Art. 4º Fica criado o cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República.

Art. 5º Fica transformado o cargo de Natureza Especial de Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República no cargo de Natureza Especial de Subchefe Executivo da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República.

Art. 6º Até que seja aprovada a estrutura regimental da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo são mantidas as estruturas, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e a especificação dos cargos do Núcleo de Assuntos Estratégicos, vigentes em 18 de junho de 2007.

Art. 7º Fica transformado o cargo de Subchefe Executivo da Secretaria de Relações Institucionais em Secretário Executivo da Secretaria de Relações Institucionais.

Art. 8º A Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 16-A. O servidor titular de cargo de provimento efetivo, regido pela Lei nº 8.112, de 1990, pertencente aos quadros de pessoal de órgãos e entidades da administração pública federal, poderá ser cedido para exercício nas unidades gestoras dos sistemas a que se refere o art. 15, independentemente do exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

§ 1º Na hipótese de cessão sem exercício de cargo em comissão ou função de confiança, o servidor:

I - fará jus à GSISTE, respeitados os quantitativos máximos previstos no Anexo VII; e

II - fará jus a setenta e cinco por cento do valor máximo da gratificação de desempenho a que faria jus no órgão ou entidade de origem.

§ 2º Ao servidor cedido para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança que deixe de fazer jus ao pagamento da gratificação de desempenho do seu respectivo plano ou carreira por força da cessão, aplica-se o disposto no inciso II do § 1º.” (NR)

Art. 9º Ficam criados, no âmbito da administração pública federal, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramentos Superiores e Funções Gratificadas:

I - quatro DAS-6;

II - sessenta e cinco DAS-5;

III - cento e dezesseis DAS-4;

IV - cento e noventa e dois DAS-3;

V - duzentos DAS-2;

VI - quarenta e nove DAS-1; e

VII - trinta e quatro FG-1.

Art. 10. Ficam revogados:

I - o art. 6º-A da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003;

II - o art. 1º da Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005, na parte em que altera o art. 6º-A, o inciso I do art. 7º e o inciso II do § 1º do art. 8º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003;

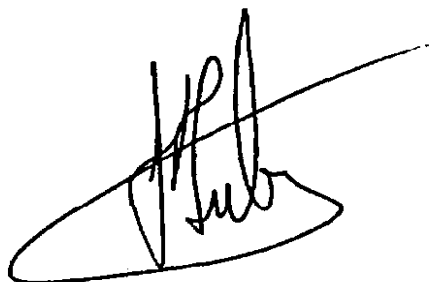
III - o art. 1º da Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005, na parte em que inclui o § 2º ao art. 2º-A da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003;

IV - o inciso II do art. 3º da Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e

V - o art. 1º da Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, na parte em que altera o art. 6º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

Art. 11. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de junho de 2007; 186ª da Independência e 119ª da República.

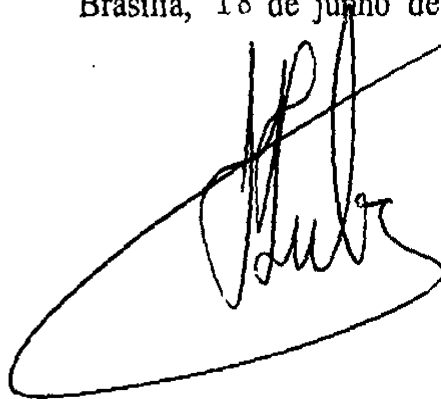


Mensagem nº 385, de 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 377, de 18 de junho de 2007, que “Acresce e altera dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, acresce dispositivos à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas, e dá outras providências”.

Brasília, 18 de junho de 2007.



EM INTERMINISTERIAL Nº 00123/MP/CCIVIL-PR

Brasília, 12 de junho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à apreciação de Vossa Excelência a presente proposta de Medida Provisória que dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas no âmbito do Poder Executivo Federal, cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, acresce dispositivo à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 e dá outras providências.
2. A criação dos cargos em comissão e funções gratificadas é necessária para se implementar um conjunto de medidas de reorganização administrativa relevantes e urgentes, com o objetivo de solucionar ou amenizar problemas verificados no campo da gestão, acompanhamento e supervisão de políticas públicas do Governo Federal, contribuindo, assim, para a maior eficiência e eficácia do Estado. Essas medidas requerem a criação dos cargos em comissão necessários ao reforço da estrutura organizacional do Ministério do Turismo - MTur e do Instituto Brasileiro do Turismo - EMBRATUR, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, autarquias vinculadas ao Ministério da Integração Nacional e do próprio Ministério de Integração Nacional, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e da Defensoria Pública da União, órgão vinculado ao Ministério da Justiça. Propõe-se também a criação de cargos em comissão necessários ao reforço da estrutura organizacional do Ministério da Fazenda - MF, do Ministério da Previdência Social - MPS, da Advocacia Geral da União - AGU e da Presidência da República - PR. Além disso, está sendo proposta a criação da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, órgão que compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República no planejamento nacional e na elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo.
3. A implementação da Política Nacional de Turismo requer estrutura organizacional compatível com a missão de ampliar e qualificar o mercado de trabalho turístico, melhorar a infra-estrutura turística e inserir competitivamente o produto turístico no mercado internacional. O Ministério vem ampliando sua área de atuação e, por consequência, suas atividades e volume de trabalho aumentaram de maneira proporcional.
4. As funções de planejamento e execução do MTur não dispõem de condições satisfatórias para a coordenação das ações de governo no âmbito do turismo, em particular àquelas que requerem monitoramento, avaliação e pesquisa. Far-se-á necessário especializar a função estratégica e reforçar os setores operacionais, como na Secretaria-Executiva, que hoje não possui desenho organizacional compatível com o volume e a complexidade das demandas públicas.
5. Outro espaço de trabalho importante não encontra amparo na organização do turismo, que diz respeito à promoção, acompanhamento e supervisão de programas.

Dentre várias linhas de ação, encontram-se sem capacidade de coordenação o programa de combate à exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes no turismo e outro que visa estimular o turismo junto ao segmento dos aposentados. Ambos os projetos integram a diretriz ministerial que é a de promover o acesso do turismo a todos.

6. As análises técnicas e a fiscalização de projetos, convênios, contratos, planos de trabalho e obras de infra-estrutura integrantes do produto turístico nacional formam, hoje, importantes missões da ação descentralizada do MTur. A estrutura atual é insuficiente em quadros e cargos de coordenação para realizar a gestão regional de programas de turismo, como no caso do Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR, em funcionamento nas regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste. Vale mencionar que um dos elementos que caracterizam a urgência desta medida se refere às determinações dos órgãos de controle externo e interno acerca da necessária fiscalização dos processos que envolvem transferência de recursos federais.

7. O recente ingresso do Ministério do Turismo no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973 - impõe uma série de compromissos com órgãos de governo e de representação empresarial, como é o caso do Conselho Brasileiro de Avaliação da Conformidade - CONMETRO, do Comitê de Turismo da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, dos conselhos dos organismos certificadores já credenciados no sistema nacional, da Comissão Interministerial de Certificação Profissional, entre outros. Nesse sentido, faz-se necessária a especialização das áreas de certificação e qualificação de serviços turísticos, que possam assegurar ao Ministério no desenvolvimento de normas, na formulação de programas, na promoção de incentivo à certificação e no estímulo a estudos e pesquisas acadêmicas, oportunizando a diferenciação competitiva de empreendimentos, serviços e até mesmo destinos turísticos do País.

8. Assim, propomos a criação de dois DAS 5, dez DAS 4, vinte e sete DAS 3, oito DAS 2 e dois DAS 1 para o Ministério do Turismo e de dois DAS-4 e um DAS-3 para o Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR.

9. Outra medida importante diz respeito à necessidade de dotar o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de maior capacidade de coordenação das ações de formulação do planejamento nacional e da avaliação dos impactos socioeconômicos das políticas e programas do Governo Federal. Nessa esteira, busca-se melhor arranjo entre a estrutura organizacional e a especialização de funções de governança corporativa a partir da criação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. Esse novo órgão reunirá o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, o Departamento de Extinção e Liquidação - DELIQ e o Departamento de Administração de Pessoal de Órgãos Extintos - DERAP. A Secretaria promoverá a sinergia entre as funções de acompanhamento dos processos de desestatização, de coordenação de pessoal de órgãos extintos e da condução de procedimentos de inventariança. Os arts. 27 e 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, passarão a incluir a Secretaria no conjunto de órgãos do MP.

10. Ainda com relação ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, é urgente a reestruturação da Secretaria do Patrimônio da União - SPU. Cabe ressaltar que um longo processo de sucateamento institucional evidenciou os limites de atuação do Órgão de tal sorte que, hoje, tornou-se urgente promover uma substantiva reestruturação

administrativa. Com efeito, a sociedade tem manifestado, ampla e ostensivamente, seu desconforto com os serviços prestados pela SPU, em que pese o esforço interno para desempenhar suas atribuições. A incapacidade de resposta institucional torna-se evidente, no exato momento em que se aprofundam os níveis de dilapidação e abuso com o patrimônio da União e, por conta disso, são cobradas ações vigorosas de defesa e preservação dos bens de todos os brasileiros. Com mais de 600 mil imóveis, dominiais e de uso especial, já cadastrados em seus sistemas - o que, por si só, já requer mais de sua atual capacidade de gestão, especialmente nas suas atribuições de vistoria e de fiscalização - resta-lhe ainda por cadastrar uma quantidade inestimável de imóveis na orla marítima e no interior do país.

11. É preciso ressaltar, além disso, a posição dos órgãos de controle interno e externo - Controladoria Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU - que, reiteradamente, têm cobrado medidas urgentes para a reestruturação da SPU. Alguns trechos do Acórdão Nº 2084/2005 são especialmente ilustrativos das recomendações feitas pelo eminente Órgão de Controle Externo: *"Diante da situação atual de grande carência de recursos humanos, tanto em quantidade quanto em qualificação técnica, de total falta de conhecimento e controle quanto aos imóveis da União, consideramos que as receitas advindas da atuação da SPU são fortes indicadores do grande potencial que ela representa como geradora de receitas para o Governo Federal. Entendemos que vale a pena concentrar esforços, por três a quatro anos, com vistas à solução de suas dificuldades, pois o retorno é garantido". Em conclusão, o TCU sugere a "adequação da estrutura desta Secretaria e suas unidades descentralizadas [...], tendo em vista o interesse público envolvido", reconhecendo, ainda, que a adequação da estrutura administrativa da SPU é ação prioritária para a otimização do seu desempenho institucional.*

12. A reestruturação proposta para a SPU está orientada para os seguintes objetivos: garantir as condições necessárias à gestão da arrecadação de receitas patrimoniais e à implementação de ações de inclusão territorial (pela disponibilização de imóveis para habitação e regularização fundiária de interesse social, reforma agrária, etc); criar níveis de articulação institucional e operacional da SPU com Estados e Municípios, por meio da celebração de contratos e convênios, visando ao compartilhamento de receitas; e ampliar a capacidade de gestão das atividades de demarcação, cadastramento e avaliação de imóveis da União, bem como das atividades de acompanhamento da utilização dos bens de uso da Administração Pública Federal. Além disso, é necessário fortalecer a estrutura da SPU que estará direcionada à administração dos bens da extinta Rede Ferroviária Federal S/A. Propõe-se, portanto, o fortalecimento das áreas de atuação da SPU em que a capacidade de atendimento a demandas está exaurida, a estruturação de áreas para gerenciar ações ainda não desenvolvidas, e, ainda, o fortalecimento das Gerências Regionais do Patrimônio da União em todos os estados da Federação.

13. Assim, para atender as necessidades urgentes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, propomos a Vossa Excelência a criação de duzentos e trinta e sete cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores: um DAS-6; seis DAS-5; vinte um DAS-4; noventa e três DAS-3 e cento e quinze DAS-2 e um DAS-1. Ressalta-se que, desses cargos, duzentos e vinte e quatro serão remanejados para a reestruturação da SPU.

14. Outra medida proposta diz respeito à reestruturação da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - SRI/PR. A medida visa atender às metas estabelecidas para as atividades desenvolvidas pelo órgão na construção de governabilidade e de governança estratégica que promovam os ambientes social e político necessários ao enfrentamento dos problemas nacionais e ao cumprimento dos compromissos assumidos na agenda de coalizão. Para a construção de governabilidade e governança, é fundamental intensificar o diálogo institucional do executivo federal com o Congresso Nacional, com os partidos políticos, com a sociedade civil e com os entes federados. Esses papéis, no âmbito desta Secretaria, são exercidos por meio da Subchefia de Assuntos Parlamentares, da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e da Subchefia de Assuntos Federativos que têm papel relevante na gestão estratégica dos projetos e das agendas de interesse nacional.

15. A análise do cenário atual e a necessidade de perfazer as diversas etapas do ciclo de gestão dos projetos de governo e das agendas pactuadas com os setores de interlocução da SRI têm revelado a premência do aumento do quadro de cargos no nível estratégico. A reestruturação proposta considera como fundamental para o aperfeiçoamento da democracia a ampliação e aprimoramento dos mecanismos de participação que garantam o diálogo regular e permanente com os diversos setores envolvidos na construção e pactuação de políticas públicas de desenvolvimento econômico e social e coloca-se como imperativo institucional a fim de propiciar à SRI efetivas condições de cumprimento das elevadas atribuições que lhe são cometidas pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Assim, propõe-se a criação de cinco DAS-5; cinco DAS-4 e cinco DAS-3 para a Secretaria.

16. Propõe-se, também, um reforço na estrutura da Casa Civil da Presidência da República, com o objetivo básico de otimizar as ações de acompanhamento e coordenação da execução do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. O PAC, lançado no último dia 22 de janeiro, é constituído de medidas de estímulo ao investimento privado, ampliação dos investimentos públicos em infra-estrutura e voltadas à melhoria da qualidade do gasto público e ao controle da expansão dos gastos correntes no âmbito da Administração Pública Federal, que, para efetividade de sua implementação, demandam esses ajustes na estrutura da Casa Civil da Presidência da República. Assim, para viabilizar a coordenação e acompanhar os resultados da implementação e execução do PAC, está sendo proposta a criação de quatorze DAS-5; doze DAS-4; dez DAS-3 e um DAS-2 para a Casa Civil.

17. No que se refere à criação de cargos para a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e para a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, cabe lembrar que as autarquias foram criadas por meio das Leis Complementares nºs 124 e 125, respectivamente, ambas de 3 de janeiro de 2007 e necessitam ser estruturadas. Para a composição dessas estruturas, além do aproveitamento dos cargos e funções ora alocados à Agência do Desenvolvimento da Amazônia - ADA e à Agência do Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, que serão extintas com a aprovação das estruturas regimentais das entidades que as sucederão, será necessário criar novos cargos e funções, em razão da maior complexidade do conjunto de competências atribuídas a esses Órgãos no novo modelo de planejamento das ações de desenvolvimento regional inaugurado pelas já referidas leis complementares.

18. Os cargos a serem criados serão utilizados para o fortalecimento institucional das novas Superintendências com vistas ao cumprimento da função de órgãos planejadores de programas e ações voltados ao desenvolvimento regional, com ênfase no caráter estratégico e na avaliação. Visam, ainda, oferecer condições para a melhoria da definição de critérios e prioridades na aplicação dos recursos de fundos de desenvolvimento e dos fundos setoriais. A proposta almeja também dotar as autarquias de condições institucionais para atuar na articulação com as instâncias das três esferas de governo e com organismos e instituições locais de suas áreas de atuação, respeitando-se os marcos legais em questões afetas ao desenvolvimento regional, com foco na melhoria das condições de competitividade da economia da região, visando contribuir com a redução das desigualdades regionais. Assim, propõe-se a criação dos seguintes cargos em comissão e funções gratificadas para atender a necessidade desses órgãos: dois DAS-5; dezessete DAS-4; quinze DAS-3; quarenta e seis DAS-2; trinta DAS-1 e trinta e quatro FG-1.

19. No âmbito do Ministério da Fazenda, a medida busca ampliar a capacidade de formulação, acompanhamento e coordenação da política econômica do País. A evolução das variáveis macroeconômicas e da execução da política fiscal têm ampliado o espectro de análise e de coordenação das ações voltadas para o crescimento econômico sustentável no longo prazo. Além disso, objetiva-se implementar a missão de acompanhar as negociações econômicas e financeiras com governos e entidades estrangeiras e as políticas dos organismos financeiros internacionais. Assim, propõe-se a criação de sete DAS-5 e quatro DAS-4 para o Ministério.

20. Outros órgãos da APF também requerem reforço na sua capacidade de coordenação e acompanhamento de políticas públicas. O foco no monitoramento e avaliação das ações de governo e o conseqüente impacto social não têm correspondência nas atuais estruturas do Ministério da Previdência Social - MPS, da Advocacia Geral da União - AGU e da Presidência da República. Dessa maneira, faz-se necessário o incremento de cargos em comissão para viabilizar o cumprimento das suas missões institucionais. Assim, propõe-se a criação de quatro DAS-5 e quatro DAS-4 para o Ministério da Previdência Social; um DAS-6; dez DAS-5; nove DAS-4; sete DAS-3; oito DAS-2 e cinco DAS-1 para a Presidência da República e de quatro DAS-5 e quatro DAS-4 para a AGU.

21. Os cargos a serem criados para o Ministério da Agricultura servirão para a instituição do Centro de Formação Corporativa para a Agricultura. A criação do Centro corresponde ao expressivo esforço no sentido de dar sustentabilidade ao Plano Estratégico onde o órgão atuará na operacionalização dos programas de capacitação dos servidores do Ministério e na coordenação da atuação de uma rede de instituições de ensino e de capacitação, selecionadas por critérios técnicos e de acordo com suas especializações. Assim, propõe-se a criação de três DAS-3; dois DAS-2 e dois DAS-1 para o Ministério.

22. A Defensoria Pública da União - DPU não possui ainda estrutura definida e possui, atualmente, um quantitativo de cargos (seis) insuficiente para a gestão da sua missão institucional. A DPU não dispõe de carreira de apoio administrativo própria para o desempenho das atividades meio da Administração Superior e de seus órgãos de atuação, bem como para prestar auxílio ao exercício da própria atividade fim nas trinta e uma unidades existentes. Há necessidade de tornar minimamente efetivas as funções básicas do Órgão, funções correicionais, relacionadas diretamente a procedimentos de controle e disciplinares voltados à atividade-fim da Instituição; atividades de formulação e

acompanhamento de propostas e projetos de lei a serem submetidos ao Congresso Nacional; atividades relacionadas à comunicação social da Instituição; bem como distribuição de atividades e responsabilidades por procedimentos de licitações e contratos; logística e patrimônio; e tecnologia da informação, em termos imediatos e emergenciais, favorecendo diretamente ou indiretamente a prestação de assistência jurídica integral e gratuita à população carente. Dessa forma, propõe-se a criação de um DAS-5; dois DAS-4 e três DAS-3 para a Defensoria.

23. No caso do Ministério da Integração Nacional propõe-se a criação de cinco DAS-4; sete DAS-3 e quatro DAS-2. A criação dos cargos é necessária para o fortalecimento da estrutura da Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica decorrente da ampliação de suas competências em função do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, mais especificamente no que se refere ao Projeto São Francisco, nos seus eixos de revitalização e de integração de bacias hidrográficas, que irão requerer o planejamento, construção e supervisão das obras pelo Ministério.

24. Outra proposta da maior relevância diz respeito à criação da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, órgão que deverá assessorar o Presidente da República no planejamento nacional, bem assim na elaboração de subsídios para a formulação de políticas públicas de longo prazo. Também são competências da nova Secretaria a elaboração de projetos de natureza estratégica; a preparação e promoção de estudos e elaboração de cenários exploratórios na área de assuntos de natureza estratégica; e a gestão, análise e avaliação de assuntos de natureza estratégica de longo prazo, em articulação com o governo e a sociedade. Assim, para a estruturação da Secretaria propõe-se a criação dos seguintes cargos: dois DAS-6; dez DAS-5; vinte e um DAS-4; vinte e um DAS-3; dezesseis DAS-2 e nove DAS-1.

25. No conjunto das medidas propõe-se a cessão de servidores para exercício nas Unidades Gestoras dos Órgãos Centrais dos Sistemas Estruturadores da Administração Federal, independentemente de exercício de cargo em comissão ou função de confiança, condicionada à percepção da Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE. Assim, sugere-se a inclusão do art. 16-A na Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, no intuito de atrair e reter profissionais qualificados nas referidas unidades, em função do déficit de pessoal que esses órgãos centrais vêm enfrentando, assegurando com isso a formação e a consolidação de um corpo técnico especializado, conforme pretendido com a criação da referida gratificação. Ainda com esse objetivo, o parágrafo primeiro do mencionado art.16-A, prevê que o servidor, na hipótese de cessão sem exercício de cargo em comissão ou função de confiança, o servidor: (I) fará jus à GSISTE, respeitados os quantitativos máximos previstos no Anexo VII, do art. 15 da referida Lei; e (II) fará jus a setenta e cinco por cento do valor máximo da gratificação de desempenho a que faria jus no órgão ou entidade de origem.

26. Os requisitos de urgência e relevância que estão a exigir a edição desta Medida Provisória estão presentes nos seguintes pontos:

a) Incapacidade operacional do Ministério do Turismo e da EMBRATUR na fiscalização de projetos, convênios, contratos, planos de trabalho e obras de infra-estrutura que envolvem transferência de recursos federais. Determinações de órgãos de controle externo e interno acerca da necessidade de fiscalização dos referidos processos;

b) necessidade de dotar a SPU de uma estrutura adequada aos desafios de sua missão institucional, como forma de evitar a dilapidação do patrimônio público, reverter o desconforto existente na sociedade em função da qualidade dos serviços prestados pela SPU, bem como melhor aproveitar o potencial arrecadador do órgão, atendendo às determinações dos órgãos de controle interno e externo - CGU e TCU que, reiteradamente, têm cobrado medidas urgentes para a reestruturação da Secretaria. Além disso, a urgência em nivelar a capacidade administrativa da SPU às suas competências legais decorre do reconhecimento do papel estratégico do patrimônio imobiliário da União para a concepção e implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão sócio-territorial, fruto de um amplo processo de amadurecimento da própria sociedade que reconheceu, em definitivo, a função social da propriedade, e, especialmente, a necessidade de tornar o patrimônio público um recurso essencial ao alcance dos objetivos fundamentais da República;

c) necessidade de adequar a estrutura organizacional da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República para o adequado atendimento das excessivas atribuições, atualmente absorvida pelas atividades de coordenação política do governo, de condução do relacionamento com o Congresso Nacional e os partidos políticos, de interlocução com os entes federados e de coordenação do funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Necessidade de equacionar o déficit institucional para a ampliação e aprimoramento dos mecanismos de participação que garantam o diálogo regular e permanente com os diversos setores envolvidos na construção e pactuação de políticas públicas do desenvolvimento nacional, bem assim, na Casa Civil da Presidência da República, com o objetivo básico de otimizar as ações de acompanhamento e coordenação da execução do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. O PAC, lançado no último dia 22 de janeiro, é constituído de medidas de estímulo ao investimento privado, ampliação dos investimentos públicos em infra-estrutura e voltadas à melhoria da qualidade do gasto público e ao controle da expansão dos gastos correntes no âmbito da Administração Pública Federal;

d) necessidade de concretizar o desígnio legislativo representado pela aprovação das Leis Complementares nºs 124 e 125, de 2007, dotando o Poder Executivo de organismos capazes de atuar na promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia e do Nordeste, buscando a integração da base produtiva daquelas regiões à economia nacional e internacional, por meio da estruturação da SUDAM e SUDENE;

e) necessidade de solucionar ou amenizar problemas verificados no campo da gestão, acompanhamento e supervisão de políticas públicas do Governo Federal, contribuindo, assim, para a maior eficiência e eficácia do Estado;

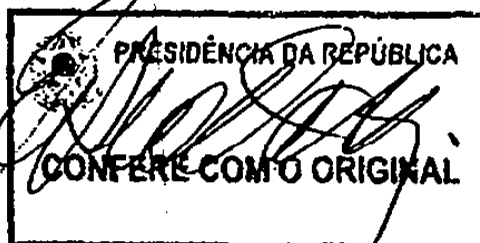
f) necessidade do fortalecimento da capacidade formuladora do governo no que se refere às ações de longo prazo, bem como de aperfeiçoamento da coordenação e controle de planos, programas e projetos de natureza estratégica.

27. A estimativa do impacto orçamentário para a criação dos cargos para o exercício de 2007 é de R\$ 25.612.211,26 (vinte e cinco milhões, seiscentos e doze mil, duzentos e onze reais e vinte e seis centavos), considerando-se os meses de junho a dezembro e para os anos subsequentes é de R\$ 43.906.647,88 (quarenta e três milhões, novecentos e seis mil, seiscentos e quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos) para cada exercício, incluindo gratificação natalina, adicional de férias e encargos.

28. O disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, encontra-se plenamente atendido, uma vez que a despesa relativa ao presente exercício será coberta com recursos previstos para esta finalidade na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007 - Lei Orçamentária Anual para 2007. Os cargos a serem criados respeitam os limites estabelecidos no Anexo V - Criação e/ou Provimento de Cargos, Empregos e Funções, bem como Admissão ou Contratação de Pessoal a Qualquer Título - da referida Lei.

São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a propor a Vossa Excelência a edição da Medida Provisória em questão.

Respeitosamente,



Assinado por: Paulo Bernardo Silva e Dilma Rousseff

OF. n. 418 /07/PS-GSE

Brasília, 12 de setembro de 2007.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de PLv para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2007 (Medida Provisória nº 377/07, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 05.09.07, que "Acresce, altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; acresce dispositivos à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas; revoga dispositivo da Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e dá outras providências.", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente,


Deputado OSMAR SERRAGLIO
Primeiro-Secretário

MPV Nº 377

Publicação no DO	19-6-2007
Designação da Comissão	20-6-2007 (SF)
Instalação da Comissão	21-6-2007
Emendas	até 25-6-2007 (7º dia da publicação)
Prazo na Comissão	19-6-2007 a 2-7-2007 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	2-7-2007
Prazo na CD	de 3-7-2007 a 16-7-2007 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	16-7-2007
Prazo no SF	17-7-2007 a 13-8-2007 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	13-8-2007
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	14-8-2007 a 16-8-2007 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	17-8-2007 (46º dia)
Prazo final no Congresso	31-8-2007 (60 dias)
Prazo final prorrogado	30-10-2007 (*)

(*) Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 51, de 2007 – DOU (Seção I) de 15-8-2007.

MPV Nº 377

Votação na Câmara dos Deputados	5-09-2007
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	

NOTA TÉCNICA Nº 22/2007**SUBSÍDIOS À APRECIÇÃO
DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 377,
DE 18 DE JUNHO DE 2007, QUANTO À
ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA**

“Acresce e altera dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, acresce dispositivos Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas, e dá outras providências.”

I – Introdução

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 377, de 18 de junho de 2007, que “Acresce e altera dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, acresce dispositivos a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas, e dá outras providências”.

A presente Nota Técnica atende a determinação do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, o qual estabelece: “o órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da casa a que pertencer o relator de medida provisória encaminhará aos relatores e a comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de medida provisória”.

II – Síntese da Medida Provisória

A Medida Provisória nº 377/2007, dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas no Âmbito do Poder Executivo Federal, cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, acresce dispositivo a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 e dá outras providências.

Segundo a Exposição de Motivos, a criação dos cargos em comissão e funções gratificadas é necessária para se implementar um conjunto de medidas de reorganização administrativo relevantes e urgentes, com o objetivo de solucionar ou amenizar problemas verificados no campo da gestão, acompanhamento e supervisão de políticas públicas do Governo Federal, contribuindo assim para a maior eficiência e eficácia do Estado.

Para tanto, propõe-se a criação de cargos comissionados nos seguintes órgãos: Ministério do Turismo – MTUR, Instituto Brasileiro do Turismo – EMBRATUR, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, Ministério da Integração Nacional e autarquias vinculadas a esse Ministério, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Defensoria Pública da União, Ministério da Fazenda – MF, Ministério da Previdência Social – MPS, Advocacia Geral da União – AGU e Presidência da República – PR.

A Medida Provisória altera alguns dispositivos da Lei nº 10.683/2003, que “Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios”. Além disso, este sendo proposta a criação da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, órgão que compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República no planejamento nacional e na elaboração de subsídios para formulação de políticas alianças de longo prazo.

No conjunto das medidas, propõe-se a cessão de servidores para exercício nas Unidades Gestoras dos Órgãos Centrais dos Sistemas Estruturadores da Administração Federal, independentemente de exercício de cargo em comissão ou função de confiança, condicionada a percepção da Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE. Assim, sugere-se a inclusão do art. 16-A na Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, no intuito de atrair e reter profissionais qualificados nas referidas unidades, em função do déficit de pessoal que esses órgãos centrais vêm enfrentando, assegurando com isso a formação e a consolidação de um corpo técnico especializado, conforme pretendido com a criação da referida gratificação. Ainda com esse objetivo, o parágrafo primeiro do mencionado

art. 16-A, prevê que o servidor, na hipótese de cessação sem exercício de cargo em comissão ou função de confiança, o servidor: (I) fará jus à GSISTE, respeitados os quantitativos máximos previstos no Anexo VII, do art. 15 da referida Lei; e (II) fará jus a setenta e cinco por cento do valor máxima da gratificação de desempenho a que faria jus no órgão ou entidade de origem.

III – Subsídios

Cabe a Comissão Mista encarregada de dar parecer a referida medida provisória, no prazo improrrogável de quatorze (14) dias contados da publicação da MP, emitir parecer onde se manifestará, dentre outros aspectos, sobre sua adequação financeira e orçamentária (**caput** do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN).

Estabelece também o § 1º do art. 5º da mencionada Resolução que:

“§ 1º O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual.”

Plano Plurianual

A lei que estabelece o plano plurianual para o período 2004/2007 (Lei nº 10.933, de 11-8-2004) contém programa e ação específicos por intermédio dos quais correrão as despesas decorrentes das normas baixadas na MP ora examinada.

Lei de Diretrizes Orçamentárias

No que concerne à adequação da MP à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é importante ressaltar que, no exame de matéria relativa à concessão de qualquer vantagem e de criação de cargos, empregos e funções, deve ser considerada também a determinação constitucional prevista no art. 169 da Carta Magna, especialmente as restrições e exceções contidas no

parágrafo primeiro desse dispositivo, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, nos seguintes termos:

“Art. 169.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções (grifo nosso) ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes (grifo nosso);

II – se houver autorização específica (grifo nosso) na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.”

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício financeiro de 2007 (art. 92 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006) estabelece que a concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções e alterações de estrutura de carreiras devem constar de anexo específico da lei orçamentária.

Lei Orçamentária Anual

A lei orçamentária para o exercício de 2007 (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), no seu “ANEXO V – AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS”, traz as seguintes autorizações:

I. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNCÕES, BEM COMO ADMISSÃO OU CONTRATAÇÃO DE PESSOAL A QUALQUER TÍTULO:

.....

4. Poder Executivo. Limite Financeiro R\$796.667.100,00.

Até 28.727 vagas, das quais 13.532 vagas destinadas à substituição de pessoal terceirizados, sendo:

4.1. Auditoria e Fiscalização, até 850 vagas.

- 4.2. Gestão e Diplomacia, até 3.407 vagas.
- 4.3. Jurídica, até 1.505 vagas.
- 4.4. Defesa e Segurança Pública, até 2.522 vagas.
- 4.5. Cultura, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, até 3.521 vagas.
- 4.6. Seguridade Social, Educação e Esportes, até 12.909 vagas.
- 4.7. Regulação do Mercado, dos Serviços Públicos e do Sistema Financeiro, até 2.677 vagas.
- 4.8. Indústria e Comércio, Infra-Estrutura, Agricultura e Reforma Agrária, até 1.336 vagas.

Verifica-se por essa relação que a criação de cargos para o Ministério do Turismo – Mtur, Instituto Brasileiro do Turismo – EMBRATUR, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, Ministério da Integração Nacional e autarquias vinculadas a esse Ministério não está autorizada em lei, conforme determina o art. 169, § 1º, II da CF. Para os demais órgãos, há possibilidade de enquadramento numa das áreas citadas no anexo V da LOA/2007.

Lei de Responsabilidade Fiscal

Há que se analisar ainda a proposição à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000). Os gastos resultantes da edição da Medida Provisória enquadram-se na condição de despesa obrigatória de caráter continuado (considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei ou medida provisória que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios).

Nesse sentido, a norma fica sujeita à observância do disposto no artigo 17, §§ 1º e 2º, da referida LRF. Pelo que dispõe o § 1º, o ato que criar ou aumentar despesa de caráter continuado deverá ser instruído com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes e demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio. O § 2º, por sua vez, determina que tal ato deverá ser acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Desses dispositivos, a Exposição de Motivos apenas declara que a estimativa do impacto orçamentário para a criação dos cargos para o exercício de 2007 é de R\$25.612.211,26 (vinte e cinco milhões, seiscentos e doze mil, duzentos e onze reais e vinte e seis centavos), considerando-se os meses de junho a dezembro e para os anos subsequentes de R\$43.906.647,88 (quarenta e três milhões, novecentos e seis mil, seiscentos e quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos) para cada exercício, incluindo gratificação natalina, adicional de férias e encargos.

Esses são os subsídios.

Brasília, 25 de março de 2007. – **Sérgio Tadao Sambosuke**, Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira.

PARECER EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 377, DE 2007, PROFERIDA NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PMDB – GO. Para emitir parecer. Sem revisão orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o relatório e o projeto de lei de conversão já foram distribuídos ontem através do sistema eletrônico da Casa.

Não havendo objeção do Plenário, passarei direto ao voto.

Voto do Relator

Admissibilidade da Medida Provisória.

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, em 18 de junho de 2007, o Chefe do Poder Executivo adotou a Medida Provisória nº 377. Em 19 de junho de 2007, a medida provisória foi publicada e recebida pelo Congresso Nacional, juntamente com a Mensagem nº 385, da Presidência da República e com a Exposição de Motivos Interministerial nº 123/MP/CCIVIL-PR. Verifica-se, portanto, que foi cumprida a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

A medida provisória trata de matéria não vedada pelo § 1º do art. 62 da Constituição Federal e não contém qualquer vício de constitucionalidade. Os pressupostos de urgência e relevância estão devidamente elencados e justificados na exposição de motivos que acompanha a proposição.

No que concerne à adequação orçamentária e financeira, a exposição de motivos aponta a estimativa do impacto orçamentário para a criação dos cargos para o exercício de 2007 e informa que a despesa relativa ao presente exercício será coberta com recursos previstos para esta finalidade na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007 – Lei Orçamentária Anual.

Ante o exposto, julgo estarem cumpridas todas as exigências quanto à admissibilidade da Medida Provisória nº 377, de 2007.

Mérito da Medida Provisória

A criação de 660 cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior e Funções Gratificadas, distribuídos entre diversos órgãos da estrutura do Poder Executivo Federal, e providência necessária para se promover um conjunto de medidas visando à modernização da gestão administrativa, cujo objetivo é o de solucionar problemas verificados na implementação das políticas públicas do Governo Federal.

A criação da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República é medida que demonstra relevância, pois possibilitará um assessoramento mais eficiente ao Presidente da República no que tange ao planejamento nacional estratégico, bem como na formulação de subsídios para a elaboração de políticas públicas de longo prazo.

Cumprido ressaltar que, com a aprovação da estrutura regimental da Secretaria, objeto do Decreto nº 6.134, de 26 de junho de 2007, o art. 6º da medida provisória perdeu o objeto. Assim, necessária é a supressão do aludido dispositivo.

As demais providências adotadas pela medida provisória também se mostram relevantes, tal como a cessão de servidores para o exercício nas Unidades Gestoras dos Órgãos Centrais dos Sistemas Estruturadores da Administração Federal, independentemente de exercício de cargo em comissão ou função de confiança, condicionada a percepção da Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE. Tal medida possibilitará a formação e a consolidação de um corpo técnico especializado nas aludidas unidades.

Apenas uma ressalva faço quanto à redação sugerida ao art. 6º da Lei nº 10.683, de 2003, nas partes que se referem ao Conselho Nacional Antidrogas e à Secretaria. A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006,

institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, cuja finalidade é a de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com;

a) a preservação do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas; e

b) a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.

Assim, proponho que sejam alteradas as denominações dos referidos órgãos com o objetivo de ajustá-las ao que prescrevem as atribuições e os princípios adotados pela Política Nacional sobre Drogas e Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

O fundamento para essa substituição respalda-se na convergência conceitual existente entre governo, comunidade e sociedade, com o intuito de incluir como preocupações nacionais também as drogas chamadas “ilícitas”, como álcool, tabaco, solventes e medicamentos, cujo uso indevido ou abusivo, praticamente assume a mesma gravidade do consumo das drogas ilícitas.

Ante o exposto, manifesto meu voto pela aprovação, no mérito, da Medida Provisória nº 377, de 2007, nos termos do Projeto de Lei de Conversão a ser apresentado – cópia do referido documento já foi distribuída aos gabinetes de todos os Srs. Deputados.

Admissibilidade das Emendas

Ante de adentrar no mérito das emendas apresentadas à Medida Provisória nº 377, de 2007, faz-se necessário apreciá-las sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Assim, verifica-se que as Emendas de nºs 9, 12, 13, 14, 15, 17, 19 e 20 violam a reserva de iniciativa do Presidente da República, disposta no art. 61, § 1º, II, da Constituição Federal.

As Emendas de nºs 9, 12, 13, 15 e 20 incorrem em inconstitucionalidade por contrair o disposto no art. 63, I da Constituição, que veda o aumento da despesa prevista.

As emendas nºs 9, 12, 13, 15 e 20 ferem o art. 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal, bem como os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, haja vista a ausência de estimativa da despesa e de demonstração da existência de prévia dotação orçamentária e de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Finalmente, as Emendas de nº 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 tratam de matérias estranha ao objeto da medida provisória, cuja vedação é dada pelo art. 7º, II, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona, e pelo art. 4º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Ante o exposto, voto pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, e pela constitucionalidade, juridicidade e adequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11,

Mérito das Emendas

A redução, pretendida pela Emenda nº 1, do número de Secretarias integrantes da estrutura do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, irá limitar a atuação do Órgão, que tem importância fundamental na implementação das políticas Públicas adotadas pelo Governo Federal, e o que a medida provisória busca, entre outras finalidades, é exatamente o contrário, ou seja, ampliar a atuação do Ministério. Nesse sentido, foi proposta a criação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, conforme relata a Exposição de Motivos Interministerial que acompanha a medida provisória.

Portanto, sou pela rejeição da emenda.

A adoção da sigla sugerida pela Emenda nº 2, embora, segundo a justificação, tenha sido adotada pelos meios de comunicação, em nada aperfeiçoa o texto da medida provisória, razão pela qual entendo que a emenda deva ser rejeitada.

As Emendas de nºs 3 a 8 e 10 visam reduzir o quantitativo de cargos criados pela medida provisória. Entendo que cabe ao, Poder Executivo definir suas reais necessidades e propor as medidas adequadas Para a solução dos seus problemas. Creio que o quantitativo de cargos proposto pela medida provisória tenha sido fruto de minuciosos estudos realizados pelos diversos Órgãos que compõem a estrutura do Poder Executivo. Portanto, sou pela rejeição das aludidas emendas.

Quanto a Emenda nº 9, que pretende criar 27 cargos DAS-1 no Âmbito da Polícia Federal, entendo que cabe a própria corporação propor a criação dos cargos, razão pela qual sou pelo não-acolhimento da emenda.

A Emenda nº 11 pretende reservar 37 cargos, do total criado no art. 9º da medida provisória, para serem alocados no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Voto pelo não-acolhimento, por entender que a distribuição dos cargos e medida discricionária, a ser adotada pelo Poder Executivo, não cabendo determinação legal nesse sentido, mesmo porque não se adotará o procedimento pretendido para alocar os demais cargos criados pela medida provisória.

As Emendas de nºs 12 a 21 tratam de matéria estranha ao competido da medida provisória sob exame. Destarte, entendo que, em que pese a boa intenção delas, não devam ser tratadas no âmbito desta medida provisória. Ademais, conforme já consignado, boa parte delas também incorrem em inconstitucionalidade, por vício de iniciativa. Dessa forma, voto pela rejeição das Emendas de nºs 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21.

Conclusão

Por todo o exposto, voto pela admissibilidade da Medida Provisória nº 377, de 2007, por estarem presentes os pressupostos de relevância e urgência e por não incidir em qualquer das vedações temáticas dispostas no art. 62, § 1º, da Constituição Federal, bem como pela sua constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira; no mérito, voto pela sua aprovação, nos termos do projeto de lei de conversão anexo; pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, por não preencherem os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e adequação orçamentária e financeira; pela admissibilidade, por cumprirem tais requisitos, das Emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11; e no mérito, pela rejeição de todas as emendas, pelas razões anteriormente esposadas.

É o parecer, Sr. Presidente.

*PARECER ESCRITO ENCAMINHADO
A MESA*

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 377, DE 2007
(MENSAGEM Nº 70, de 19/06/2007 - CN)

Acresce e altera dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, acresce dispositivos à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, e dá outras providências.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado PEDRO CHAVES

I - RELATÓRIO

A Medida Provisória (MP) nº 377, de 18 de junho de 2007, dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas no âmbito do Poder Executivo Federal, cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República e dá outras providências. Para tanto, promove alteração nos seguinte diplomas legais:

a) Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;

b) Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre a criação dos Planos Especiais de Cargos da SUFRAMA e da EMBRATUR, e da Gratificação Temporária dos Órgãos Centrais - GSISTE, a alteração de dispositivos da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, que dentre outras providências reestrutura a remuneração dos cargos das carreiras de Auditoria da Receita Federal, de Auditoria-Fiscal da Previdência Social e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras,

cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e da Lei nº 10.479, de 28 de junho de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos integrantes das carreiras de Diplomata, Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria; a instituição da Gratificação Específica de Apoio Técnico e Administrativo ao Serviço Exterior Brasileiro - GEASEB; a instituição da Gratificação Especial de Função Militar - GEFM; e dá outras providências;

c) Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências; e

d) Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Alterações na Lei nº 10.683, de 2003

A MP altera os arts. 2º-A, 6º, 7º, 8º, 27 e 29, e inclui o art. 24-A.

a) Art. 2º-A, § 2º

Altera a estrutura básica da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Extingue a Subchefia-Executiva e cria a Secretaria Executiva.

b) Art. 6º, caput

Altera a estrutura básica do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Extingue a Subchefia e cria a Secretaria Executiva.

c) Art. 7º, inciso I

Altera a composição do Conselho de Governo, com a exclusão do Ministro de Estado do Controle e da Transparência, do Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos e do Advogado-Geral da União.

d) Art. 8º, inciso II

Altera a composição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, com a inclusão do Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo.

e) Art. 27, alínea "h" do inciso XVII

Altera a competência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

f) Art. 29, inciso II

Aumenta de até sete para até oito o número de Secretarias integrantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

g) Art. 24-B

Dispõe sobre a competência e a estrutura da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, criada pelo art. 3º da MP na estrutura da Presidência da República.

Alterações na Lei nº 11.356, de 2006

A MP inclui o art. 16-A.

a) Art. 16-A

Permite a cessão de servidores para o exercício nas Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Federal, independentemente do exercício de cargo em comissão ou função de confiança. Assim, na hipótese de cessão sem exercício de cargo em comissão ou função de confiança, o servidor fará jus: (I) à Gratificação Temporária dos Órgãos Centrais – GSISTEC, respeitados os quantitativos máximos previstos no Anexo VII daquela Lei; e (II) a setenta e cinco por cento do valor máximo da gratificação de desempenho a que faria jus no órgão ou entidade de origem.

Criação da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo

A MP, nos arts. 3º, 4º, 5º e 6º, cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República e adota as seguintes medidas:

a) cria o cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo;

b) transforma o cargo de Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República no cargo de Subchefe Executivo da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo; e

c) mantém as estruturas, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e a especificação dos cargos do Núcleo de Assuntos Estratégicos, vigentes em 18 de junho de 2007, até que seja aprovada a estrutura regimental da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo.

Criação de Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramentos Superiores e Funções Gratificadas

O art. 9º da MP cria, no âmbito da Administração Pública Federal, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramentos Superiores e Funções Gratificadas:

I - quatro DAS-6;

II - sessenta e cinco DAS-5;

III - cento e dezesseis DAS-4;

IV - cento e noventa e dois DAS-3;

V - duzentos DAS-2;

VI - quarenta e nove DAS-1; e

VII - trinta e quatro FG-1.

A distribuição dos cargos e funções comissionadas, conforme relata a Exposição de Motivos Interministerial nº 123/MP/CCIVIL-PR, que acompanha a Medida Provisória, é a seguinte:

ÓRGÃO	DAS-6	DAS-5	DAS-4	DAS-3	DAS-2	DAS-1	FG1	Total
Ministério do Turismo		2	10	27	8	2		49
Embratur			2	1				3
Min. do Planejamento, Orçam. e Gestão	1	6	21	93	115	1		237
Secretaria de Relações Institucionais		5	5	5				15
Cass Civil		14	12	10	1			37
SUDENE/SUDAM		2	17	15	46	30	34	144
Ministério da Fazenda		7	4					11
Ministério da Previdência Social		4	4					8
Presidência da República	1	10	9	7	8	5		40
Advocacia Geral da União		4	4					8
Ministério da Agricultura				3	2	2		7
Defensoria Pública		1	2	3				6
Ministério da Integração Nacional			5	7	4			16
Secret. de Planejamento de Longo Prazo	2	10	21	21	16	9		79

Outras Providências e Revogações

O art. 7º da MP transforma o cargo de Subchefe Executivo da Secretaria de Relações Institucionais em Secretário Executivo da Secretaria de Relações Institucionais.

O art. 8º da MP permite a cessão de servidores, pertencentes aos quadros de pessoal de órgãos e entidades da administração pública federal, para exercício nas Unidades Gestoras dos Órgãos Centrais dos Sistemas Estruturadores da Administração Federal, independentemente de exercício em cargo em comissão ou função de confiança.

O art. 10 revoga os seguintes dispositivos legais:

I - o art. 6º-A da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003;

II - o art. 1º da Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005, na parte em que altera o art. 6º-A, o inciso I do art. 7º e o inciso II do § 1º do art. 8º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003;

III - o art. 1º da Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005, na parte em que inclui o § 2º ao art. 2º-A da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003;

IV - o inciso II do art. 3º da Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e

V - o art. 1º da Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, na parte em que altera o art. 6º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

São revogações necessárias para harmonizar a legislação vigente às alterações promovidas pela MP.

EMENDAS

À Medida Provisória nº 377, de 2007, foram apresentadas vinte e uma emendas, a seguir comentadas:

Nº	AUTOR	SÍNTESE
1	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame	Altera o art. 1º da MP, na parte que altera o inciso XVII, do art. 29 da Lei nº 10.683, de 2003. Reduz de sete para seis o número de Secretarias que integram a estrutura básica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
2	Sen. Arthur Virgílio	Altera os arts. 2º e 3º da MP. Adota a sigla SEALOPRA para a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República.
3	Sen. Arthur Virgílio	Suprime o art. 9º da MP. O aludido artigo cria 660 cargos de DAS e funções comissionadas.
4	Dep. Fernando Coruja	Suprime o art. 9º da MP. O aludido artigo cria 660 cargos de DAS e funções comissionadas.
5	Dep. Antônio Carlos Magalhães Neto	Suprime os incisos I a V do art. 9º da MP. Os referidos incisos criam 517 cargos de DAS-2 e DAS-6.
6	Dep. Fernando de Fabinho	Suprime os incisos III a VI do art. 9º da MP. Os referidos incisos criam 557 cargos de DAS-1 a DAS-4.
7	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame	Suprime o art. 9º da MP. O aludido artigo cria 660 cargos de DAS e funções comissionadas.
8	Dep. Antônio Carlos Magalhães Neto	Altera a redação do art. 9º da MP para criar 135 cargos e funções comissionadas no âmbito da administração pública federal.
9	Dep. Francisco Rodrigues	Altera a redação do art. 9º da MP. Inclui inciso que cria 27 cargos DAS-1, de chefe do setor técnico-científico da perícia da Polícia Federal.
10	Dep. Fernando de Fabinho	Altera a redação do art. 9º da MP, para criar 110 cargos (DAS-2 a DAS-4) no âmbito da administração pública federal.
11	Dep. Assis de Souza	Acrescenta parágrafo ao art. 9º da MP. Reserva 37

		cargos, do total citado no caput, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.
12	Dep. Vanessa Grazziotin	Inclui, onde couber, artigo que inclua parágrafo único ao art. 144 da Lei nº 11.355, de 2006. Não considera vantagem pecuniária ou vantagem de qualquer natureza, prevista no art. 144, a diferença de vencimentos percebida pelos servidores da DATASUS, por força do § 3º do artigo 4º da Lei nº 8.270, de 1991.
13	Dep. Vanessa Grazziotin	Inclui onde couber, artigo que inclua o § 4º ao art. 147 da Lei nº 11.355, de 2006, para não se aplicar o disposto no artigo ao adicional por tempo de serviço, à Gratificação de Atividade Executiva e à diferença de vencimentos criada pelo § 3º do art. 4º da Lei nº 8.270, de 1991, percebidos pelos servidores do DATASUS.
14	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame	Inclui, onde couber, artigos que alterem a Lei nº 8.878, de 1994, para incluir parágrafo ao art. 1º e incluir o art. 5º A, para possibilitar a habilitação à anistia prevista no art. 1º aos empregados mantidos em atividade além do prazo final estabelecido, para desempenhar funções relacionadas diretamente com a liquidação ou dissolução da entidade a que estavam vinculados, conforme disposto em regulamento.
15	Dep. Chico Lopes	Inclui, onde couber, artigo para instituir abono aos servidores do DATASUS – Departamento de Informática do SUS, com efeitos financeiros a contar de janeiro de 2006.
16	Dep. Omar Serraglio	Inclui, onde couber, artigo para que a União reveja e exclua a penalidade aplicada ao Estado do Paraná ao Contrato de Confissão, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 11/96, por força do não pagamento dos títulos públicos adquiridos por ocasião da privatização do Banco do Estado do Paraná S.A., e constante do Contrato sem número firmado entre a União, o Estado do Paraná, o Banco do Estado do Paraná S.A. e o Banco Central, para o mesmo fim.
17	Dep. Vanessa Grazziotin	Inclui, onde couber, artigo que altere o § 3º do art. 1º da Lei nº 8.270, de 1991, para considerar que o valor pago a título de diferença de vencimentos, nominalmente identificada seja considerada para o cálculo de gratificações e adicionais, além de ser considerada para o cálculo das vantagens pessoais, como o é na redação atual.
18	Dep. Ulisses Pinto	Inclui, onde couber, artigo que inclua cinco

		parágrafos ao art. 1º da Lei nº 8.878, de 1994. Concede anistia a que se refere a Lei nº 8.878, de 1994, aos servidores e empregados do Grupo Petróbras e demais empresas e órgãos públicos que tenham permanecido em atividade além do termo final do prazo consignado no caput, para cumprir deveres funcionais relacionados diretamente com a liquidação, dissolução ou privatização da entidade a que estavam vinculados.
19	Dep. Vanessa Grazziotin	Inclui, onde couber, artigo que altera os arts 7º e 8º da Lei nº 11.490, de 2007. Realce prazo de opção, até 29 de junho de 2007, para integrar Carreiras e os Planos de Carreiras e Cargos de que tratam os arts. 1º, 11, 49 e 89 da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, aos servidores ativos, inativos e pensionistas. Realce, até 29 de junho de 2007 o prazo de opção para os servidores titulares de cargos efetivos do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia de que trata a Lei nº 8.591, de 28 de julho de 1993, sequenciar o reequilíbrio no cargo anteriormente ocupado, mantida a sua denominação.
20	Dep. Luiz Carlos Hauly	Acrescenta, onde couber, artigo que assegura reajuste de 200% aos servidores dos cargos e carreiras do extinto Instituto Brasileiro do Café, vinculados ao Ministério da Fazenda.
21	Dep. Ricardo Barros	Conteúdo idêntico ao da Emenda nº 16.

II - VOTO DO RELATOR

Admissibilidade da Medida Provisória

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, em 18 de junho de 2007, o Chefe do Poder Executivo adotou a Medida Provisória nº 377. Em 19 de junho de 2007, a Medida provisória foi publicada e recebida pelo Congresso Nacional, juntamente com a Mensagem nº 385 da Presidência da República, e com a Exposição de Motivos Interministerial nº 00123/MP/CCIVIL-PR. Verifica-se, portanto, que foi cumprida a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A Medida Provisória trata de matéria não vedada pelo § 1º do art. 62 da Constituição Federal e não contém qualquer vício de

constitucionalidade. Os pressupostos de urgência e relevância estão devidamente elencados e justificados na Exposição de Motivos que acompanha a proposição.

No que concerne à adequação orçamentária e financeira, a Exposição de Motivos aponta a estimativa do impacto orçamentário para a criação dos cargos para o exercício de 2007 e informa que a despesa relativa ao presente exercício será coberta com recursos previstos para esta finalidade na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007 – Lei Orçamentária Anual.

Anle o exposto, julgo estarem cumpridas todas as exigências quanto à admissibilidade da MP nº 377, de 2007.

Mérito da Medida Provisória

A criação de 660 cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramentos Superiores e Funções Gratificadas, distribuídos entre diversos órgãos da estrutura do Poder Executivo Federal, é providência necessária para se promover um conjunto de medidas, visando uma modernização da gestão administrativa, cujo objetivo é o de solucionar problemas verificados na implementação das políticas públicas do Governo Federal.

A criação da Secretaria do Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República é medida que demonstra relevância, pois possibilitará um assessoramento mais eficiente ao Presidente da República, no que tange ao planejamento nacional estratégico, bem como na formulação de subsídios para a formulação de políticas públicas de longo prazo.

Cumprе ressaltar que, com a aprovação da estrutura regimental da Secretaria, objeto do Decreto nº 6.134, de 26 de junho de 2007, o art. 6º da MP perdeu o objeto. Assim, necessária é a supressão do aludido dispositivo.

As demais providências adotadas pela MP também se mostram relevantes, tal como a cessão de servidores para exercício nas Unidades Gestoras dos Órgãos Centrais dos Sistemas Estruturadores da Administração Federal, independentemente de exercício de cargo em comissão ou função de confiança, condicionada à percepção da Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública

Federal – GSISTE. Tal medida possibilitará a formação e a consolidação de um corpo técnico especializado nas aludidas unidades.

Apenas uma ressalva faço quanto à redação sugerida ao art. 6º da Lei nº 10.663, de 2003 nas partes que se referem ao Conselho Nacional Antidrogas e à Secretaria Nacional Antidrogas. A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, cuja finalidade é a de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com: a) a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas, e b) a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas. Assim, proponho que sejam alteradas as denominações dos referidos órgãos com o objetivo de ajustá-las ao que prescreve as atribuições e princípios adotados pela Política Nacional sobre Drogas. Destarte, os órgãos passariam a serem denominados Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas e Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

O fundamento para essa substituição respalda-se na convergência conceitual existente entre governo, comunidade científica e sociedade, com o intuito de incluir como preocupações nacionais também as drogas chamadas "lícitas", como álcool, tabaco, solventes e medicamentos, cujo uso indevido ou abusivo, praticamente assume a mesma gravidade do consumo das drogas ilícitas.

Ante o exposto, manifesto meu voto pela aprovação, no mérito, da Medida Provisória nº 377, de 2007, nos termos do Projeto de Lei de Conversão a ser apresentado.

Admissibilidade das Emendas

Antes de adentrar no mérito das emendas apresentadas à MP nº 377, de 2007, faz-se necessário apreciá-las sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Assim, verifica-se que as Emendas de nº 9, 12, 13, 14, 15, 17, 19 e 20 violam a reserva de iniciativa reservada ao Presidente da República, disposta no art. 61, § 1º, II, da Constituição.

As Emendas de nº 9, 12, 13, 15 e 20 incorrem em inconstitucionalidade por contrariar o disposto no art. 63, I, da Constituição, que veda o aumento da despesa prevista.

As Emendas de nº 9, 12, 13, 15 e 20 ferem o art. 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal, bem como os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, haja vista a ausência de estimativa da despesa e de demonstração da existência de prévia dotação orçamentária e de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

Finalmente, as Emendas de nº 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 tratam de matéria estranha ao objeto da Medida Provisória, cuja vedação é dada pelo art. 7º, II, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona, e pelo art. 4º, § 4º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Ante o exposto, voto pela inadmissibilidade das Emendas de nº 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, e pela constitucionalidade, juridicidade e adequação financeira e orçamentária das Emendas de nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11.

Mérito das Emendas

A redução pretendida pela Emenda nº 1, do número de Secretarias, integrantes da estrutura do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, irá limitar a atuação do órgão que tem importância fundamental na implementação das políticas públicas adotadas pelo Governo Federal, e o que a Medida Provisória busca, entre outras finalidades, é exatamente o contrário, ou seja, ampliar a atuação do Ministério. Nesse sentido, foi proposto a criação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, conforme relata a Exposição de Motivos Interministerial que acompanha a MP. Portanto, sou pela rejeição da emenda.

A adoção da sigla sugerida pela Emenda nº 2, embora, segundo a justificação tenha sido adotada pelos meios de comunicação, em nada aperfeiçoa o texto da MP, razão pela qual entendo que a emenda deva ser rejeitada.

As Emendas de nºs 3 a 8, e 10 visam reduzir o quantitativo de cargos criados pela MP. Entendo que cabe ao Poder Executivo definir suas reais necessidades e propor as medidas adequadas para a solução dos seus problemas. Creio que o quantitativo de cargos proposto pela MP tenha sido fruto de minuciosos estudos realizados pelos diversos órgãos que compõem a estrutura do Poder Executivo. Portanto, sou pela rejeição das aludidas emendas.

Quanto à Emenda nº 9, que pretende criar 27 cargos DAS-1, no âmbito da Polícia Federal, entendo que cabe à própria corporação propor a criação dos cargos, razão pela qual sou pelo não acolhimento da emenda.

A Emenda nº 11 pretende reservar 37 cargos, do total criado no art. 9º da MP, para serem alocados no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Voto pelo não acolhimento, por entender que a distribuição dos cargos é medida discricionária a ser adotada pelo Poder Executivo, não cabendo determinação legal nesse sentido, mesmo porque não se adotará o procedimento pretendido para alocar os demais cargos criados pela Medida Provisória.

As Emendas de nºs 12 a 21, tratam de matéria estranha ao conteúdo da Medida Provisória sob exame. Destarte, entendo que, em que pese a boa intenção delas, não devam ser tratadas no âmbito desta MP. Ademais, conforme já consignado anteriormente, boa parte delas também incorrem em inconstitucionalidade por vício de iniciativa. Dessa forma, voto pela rejeição das Emendas de nº 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21.

Conclusão

Por todo o exposto, voto:

- pela admissibilidade da Medida Provisória nº 377, de 2007, por estarem presentes os pressupostos de relevância e urgência e por não se incidir em qualquer das vedações temáticas dispostas no art. 62, § 1º, da Constituição Federal, bem como pela sua constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira;

- no mérito, pela sua aprovação, nos termos do projeto de lei de conversão anexo;

- pela inadmissibilidade das Emendas de nº 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, por não preencherem os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e adequação orçamentária e financeira;
- pela admissibilidade, por cumprirem tais requisitos, das Emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11; e
- no mérito, pela rejeição de todas as emendas, pelas razões anteriormente esposadas.

Sala das Sessões, em de de 2007.



Deputado PEDRO CHAVES

Relator

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 377, DE 2007 PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Acresce e altera dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, altera dispositivo da Lei nº 10.343, de 23 de agosto de 2006, acresce dispositivos à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º-A.

.....

§ 2º A Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República tem como estrutura básica o Gabinete, uma Secretaria Executiva, até duas Subchefias e a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.” (NR)

“Art. 6º Ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, prevenir a ocorrência e articular o gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional, realizar o assessoramento pessoal em assuntos militares e de segurança, coordenar as atividades de inteligência federal e de segurança da informação, zelar, assegurado o exercício do poder

de polícia, pela segurança pessoal do Chefe de Estado, do Vice-Presidente da República e respectivos familiares, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, e de outras autoridades ou personalidades quando determinado pelo Presidente da República, bem como pela segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente e Vice-Presidente da República, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, o Gabinete, uma Secretaria Executiva e até duas Secretarias.

....." (NR)

"Art. 7º

I - Conselho de Governo, integrado pelos Ministros de Estado, pelos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, pelos titulares das Secretarias Especiais de Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, de Aquicultura e Pesca e de Portos, que será presidido pelo Presidente da República ou, por sua determinação, pelo Chefe da Casa Civil e secretariado por um dos membros para esse fim designado pelo Presidente da República;

....." (NR)

"Art. 8º

§ 1º

.....

II - pelos Ministros de Estado Chefes da Casa Civil, da Secretaria-Geral, do Gabinete de Segurança Institucional e da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo;

....." (NR)

"Art. 27.

.....

XVII -

.....

h) formulação de diretrizes, coordenação e critérios de governança corporativa das empresas estatais federais;

..... "(NR)

"Art. 29.

.....

XVII - do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Comissão de Financiamentos Externos, a Assessoria Econômica e até oito Secretarias;

..... "(NR)

Art. 2º A Seção II do Capítulo I da Lei no 10.683, de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 24-B. A Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República no planejamento nacional e na elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo.

§ 1º A Secretaria de Planejamento de Longo Prazo tem como estrutura básica o Gabinete, a Subchefia Executiva e até duas Subsecretarias.

§ 2º As competências atribuídas no caput à Secretaria de Planejamento de Longo Prazo compreendem:

I - o planejamento nacional de longo prazo;

II - a discussão das opções estratégicas do País, considerando a situação presente e as possibilidades do futuro;

III - a articulação com o governo e a sociedade para formular a estratégia nacional de desenvolvimento de longo prazo;
e

IV - a elaboração de subsídios para a preparação de ações de governo." (NR)

Art. 3º Fica criada a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República.

Parágrafo único. A Secretaria de que trata o caput é órgão essencial da Presidência da República.

Art. 4º Fica criado o cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República.

Art. 5º Fica transformado o cargo de Natureza Especial de Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República no cargo de Natureza Especial de Subchefe Executivo da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República.

Art. 6º Ficam transformados:

I – o Conselho Nacional Antidrogas, órgão integrante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas;

II – a Secretaria Nacional Antidrogas, órgão integrante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

Art. 7º Fica transformado o cargo de Subchefe Executivo da Secretaria de Relações Institucionais em Secretário Executivo da Secretaria de Relações Institucionais

Art. 8º A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 4º.....
.....

XI – a observância às orientações e normas emanadas do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas." (NR)

Art. 9º A Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. 16-A. O servidor titular de cargo de provimento efetivo, regido pela Lei nº 8.112, de 1990, pertencente aos quadros de pessoal de órgãos e entidades da administração pública federal, poderá ser cedido para exercício nas unidades gestoras dos sistemas a que se refere o art. 15, independentemente do exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

§ 1º Na hipótese de cessão sem exercício de cargo em comissão ou função de confiança, o servidor:

I - fará jus à GSISTE, respeitados os quantitativos máximos previstos no Anexo VII; e

II - fará jus a setenta e cinco por cento do valor máximo da gratificação de desempenho a que faria jus no órgão ou entidade de origem.

§ 2º Ao servidor cedido para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança que deixe de fazer jus ao pagamento da gratificação de desempenho do seu respectivo plano ou carreira por força da cessão, aplica-se o disposto no inciso II do § 1º.º (NR)

Art. 10. Ficam criados, no âmbito da administração pública federal, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramentos Superiores e Funções Gratificadas:

I - quatro DAS-6;

II - sessenta e cinco DAS-5;

III - cento e dezesseis DAS-4;

IV - cento e noventa e dois DAS-3;

V - duzentos DAS-2;

VI - quarenta e nove DAS-1; e

VII - trinta e quatro FG-1.

Art. 11. Ficam revogados:

I - o art. 6º-A da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003;

II - o art. 1º da Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005, na parte em que altera o art. 6º-A, o inciso I do art. 7º e o inciso II do § 1º do art. 8º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003;

III - o art. 1º da Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005, na parte em que inclui o § 2º ao art. 2º-A da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003;

IV - o inciso II do art. 3º da Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e

V - o art. 1º da Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, na parte em que altera o art. 6º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2007.


Deputado PEDRO CHAVES
Relator

Proposição: [MPV-377/2007](#)

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 19/06/2007

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Urgência

Situação: PLEN: Pronta para Fim

Enunciado: Acresce e altera dispositivos da Lei nº 10.583, de 28 de maio de 2003, acerca das disposições à Lei nº 11.356, de 29 de outubro de 2006, que o Ato de Planejamento do Trabalho da Presidência da República, em cargos em comissão do Grupo Dirigente Assessoramento Superior - DAS e Funções Confidadas, e dos outros providências.

Indicador: Alteração da Nova Organização Administrativa da Presidência da República e Agências criadas, Secretaria de Planejamento do Trabalho, Secretaria de Administração, Conselho de Administração Nacional, Administração, cargo de natureza especial, Sichep, Secretário Executivo, Secretaria de Relações Institucionais, possibilidade, nas das, no âmbito, o Poder Público Federal, para o recrutamento, Qualificação Temporal, Oração, cargo da Comissão (DAS), a natureza, Administração Pública Federal, esta em organização, Ministério da Planejamento, Conselho de Gestão, Secretaria do Planejamento da União (Sudam), (Sudam), Secretaria de Planejamento do Trabalho.

Despachos:

3/9/2007 - Publicação, Substituição, Pleno, Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação Urgência

- PLEN (PL 377)

[MSC 185/2007 \(Mensagem\) - Poder Executivo](#)

Legislação Citada

Emendas

- [MPV377/07 \(MPV377/07\)](#)

[EMC 1/2007 MPV377/07 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antônio Carlos Mendes Thame](#)

[EMC 2/2007 MPV377/07 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Arthur Vitorino](#)

[EMC 3/2007 MPV377/07 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Arthur Vitorino](#)

[EMC 4/2007 MPV377/07 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Fernando Collor Jr.](#)

[EMC 5/2007 MPV377/07 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antônio Carlos Magalhães Neto](#)

[EMC 6/2007 MPV377/07 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Fernando de Fabinho](#)

[EMC 7/2007 MPV377/07 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antônio Carlos Mendes Thame](#)

[EMC 8/2007 MPV377/07 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antônio Carlos Magalhães Neto](#)

[EMC 9/2007 MPV377/07 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Francisco Rodrigues](#)

[EMC 10/2007 MPV377/07 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Fernando de Fabinho](#)

[EMC 11/2007 MPV377/07 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Assis do Couto](#)

[EMC 12/2007 MPV377/07 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Vanessa Grazziotin](#)

[EMC 13/2007 MPV377/07 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Vanessa Grazziotin](#)

[EMC 14/2007 MPV377/07 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antônio Carlos Mendes Thame](#)

[EMC 15/2007 MPV377/07 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Chico Lopes](#)

[EMC 16/2007 MPV377/07 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Osmar Sertaglini](#)

[EMC 17/2007 MPV377/07 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Vanessa Grazziotin](#)

[EMC 18/2007 MPV377/07 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Uldesio Pinto](#)

[EMC 19/2007 MPV377/07 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Vanessa Grazziotin](#)

[EMC 20/2007 MPV377/07 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Luiz Carlos Budy](#)

[EMC 21/2007 MPV377/07 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Ricardo Barros](#)

Pareceres, Votos e Redação Final

- [MPV377/07 \(MPV377/07\)](#)

[PPF - MPV377/07 \(Parecer Proferido em Plenário\) - Pedro Chaves](#)

Originais

- PLEN (PL 377)

[PL 27/2007 \(Projeto de Lei de Organização\) - Pedro Chaves](#)

Última Ação

3/9/2007 - PLEN 380 (PL 377) - A matéria foi ao Senado Federal, incluindo o processo MPV 377-P/07 (PL 27/07)

17/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Hesitação e Matéria: Dep. Bruno Araújo (PSDB-PE), Dep. Vicentinho (PT-SP), Dep. Ruy Arrigamã (PPS-PI), Dep. Tarcísio Zuanemann (PT-RS), Dep. Fernando Vicente (PPS-SC), Dep. Virgínia Guimarães (PT-MG), Dep. Paulo Renato Souza (PSDB-SP), Dep. Anna de Jaráim (PPS-SP), Dep. Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), Dep. Gregori Fernandes (PSDB-SP), Dep. Cláudio Leite (PSDB-RJ), Dep. Felipe Maia (DEM-RR), Dep. João C. Uchôa (DEM-TO), Dep. Jorguini Malcy (DEM-SP), Dep. Paulo Jacobson (DEM-SC), Dep. Marco Chiorboli (DEM-RS) e Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).
17/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encerramento da sessão.
19/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a votação em função da ocorrência da sessão.
20/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Realização da discussão em turno único, por ordem dos Srs. Líderes.
20/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirada pelo Autor o Requerimento do Dep. Antônio Carlos Paes de Almeida, Líder do PSD, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
21/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirada pelo Autor o Requerimento do Dep. Ronaldo Calado, na qualidade de Líder do DEM, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
21/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Presença em Matéria: Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Dep. Henrique Fontana (PT-RS), Dep. Ronaldo Uchôa (DEM-SC), Dep. Eduardo Valverde (PT-RG), Dep. João Oliveira (DEM-TO) e Dep. Tarcísio Zuanemann (PT-RS).
21/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encerramento da discussão.
21/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encerrando o Requerimento de Srs. Líderes que solicita o encerramento da discussão e do encerramento da votação.
21/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação em turno único.
21/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirada pelo Autor o Requerimento do Dep. Antônio Carlos Paes de Almeida, Líder do PSD, que solicita o adiamento da votação por duas sessões.
21/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirada pelo Autor o Requerimento do Dep. Ronaldo Calado, na qualidade de Líder do DEM, que solicita o adiamento da votação por uma sessão.
21/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirada pelo Autor o Requerimento do Dep. Ronaldo Calado, na qualidade de Líder do DEM, que solicita que o artigo 1º seja feito artigo por artigo.
21/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encerrando a Votação: Dep. Bruno Araújo (PSDB-PE), Dep. Eduardo Valverde (PT-RG), Dep. Ruy Arrigamã (PPS-PI) e Dep. Tarcísio Zuanemann (PT-RS).
21/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação preliminar em turno único.
21/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encerrando a Votação: Dep. Fernando Coruja (PPS-SC), Dep. Henrique Fontana (PT-RS), Dep. Antônio Carlos Paes de Almeida (PSDB-SP) e Dep. Tarcísio Zuanemann (PT-RS).
21/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada em votação preliminar a Parecer do Relator, no sentido em que manifeste, aplicável e válida quanto ao texto proposto dos preceitos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 6º da Resolução nº 107, de 2004-CN.
21/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encerrando a Votação: Dep. Fernando Coruja (PPS-SC), Dep. Henrique Fontana (PT-RS), Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e Dep. Tarcísio Zuanemann (PT-RS).

5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação, em apertado prelo, o Parecer do Relator, no particular que manifesta opinião pela não dissolução de mais Comissões do CSB, § 2º do art. 105, nos termos do artigo 1º da Resolução nº 21, de 2002-CN.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Em consonância, os Senadores do PSB e PSC, em defesa da segurança do país, votaram contra a matéria nos termos do § 1º do artigo 105 do RCTE.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação, em apertado prelo, contra a matéria.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprova o Projeto de Lei nº 277, de 2007, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2007, ressalvadas as alterações, Sinc: 293; Sinc: 294; Abstenção: 1; Total: 415.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do artigo 3º do PLV 27/07, a porção referente aos dispositivos que fazem referência à Secretaria de Planejamento do Longo Prazo da Previdência da República, objeto do Destaque para votação separada da base do PSDA.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminha para Votação: Dep. Tarcísio Zimmermann (PT-RS), Dep. Antônio Carlos Paranhos (PSDB-SP) e Dep. Renato Araújo (PSDB-PE).
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Mantido o artigo 3º. Sinc: 293; Não votou: Abstenção: 1; Total: 389.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do artigo 4º do PLV 27/07, objeto do Destaque para votação separada da base do PSDA.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminha para Votação: Dep. Henrique Fontana (PT-RS), Dep. Antônio Carlos Paranhos (PSDB-SP) e Dep. Tarcísio Zimmermann (PT-RS).
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Mantido o artigo 4º.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do artigo 5º do PLV 27/07, objeto do Destaque para votação separada da base do PSDA.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminha para Votação: Dep. Fernando Góes (PSB-SC) e Dep. Antônio Carlos Paranhos (PSDB-SP).
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Mantido o artigo 5º. Sinc: 293; Não votou: Abstenção: 1; Total: 385.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a continuação da votação em face da circunstância de Sessão.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Continuação da votação em turnos diários (Sessão extraordinária - 2007).
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do inciso I do artigo 6º do PLV 27/07, objeto do Destaque para votação separada da base do PSDA.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminha para Votação: Dep. Ricardo Galvão (DEM-GO) e Dep. Jorge Luiz Mello (DEM-SP).
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Mantido o inciso I.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do inciso II do artigo 6º do PLV 27/07, objeto do Destaque para votação separada da base do PSDA.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminha para Votação: Dep. João Carlos Falcão (PSDB-PR) e Dep. Antônio Carlos Minghelli Neto (DEM-BA).

5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matida o inciso II.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação da inciso II do artigo 10 do PLV 27/07, objeto do Destaque para votação em separado do item da Lei 10.683.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovação da Votação do Dep. Romildo Gaiado (DEM-GO).
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matida o inciso III.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação e inclusão IV do artigo 10 do PLV 27/07, objeto do Destaque para votação em separado do item da Lei 10.683.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encerrada a votação. Votação Dep. Romildo Gaiado (DEM-GO) e Dep. Colbert Martins (PMDB-RN).
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matida o inciso IV.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Destaque final.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovação e Redação Final assinada pelo Votador Dep. Pedro Chaves (PMDB-GO).
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) A Mesa do Senado Federal, nel incluiu o processo do (MPV 377-5/07) (PLV 27/07).

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 51, DE 2007

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 377, de 18 de junho de 2007**, que “Acresce e altera dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, acresce dispositivos à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores-DAS e Funções Gratificadas, e dá outras providências”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 1º de setembro de 2007, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, de agosto de 2007.


Senador **Renan Calheiros**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 10.883, DE 28 DE MAIO DE 2003.**

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Seção II**Das Competências e da Organização**

Art. 2º A Casa Civil da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação e na integração das ações do Governo, na verificação prévia da constitucionalidade e legalidade dos atos presidenciais, na análise do mérito da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais, bem como na avaliação e monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e entidades da administração pública federal, bem como promover a publicação e a preservação dos atos oficiais e supervisionar e executar as atividades administrativas da Presidência da República e, supletivamente, da Vice-Presidência da República, tendo como estrutura básica o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia, o Conselho Superior do Cinema, o Arquivo Nacional, a Imprensa Nacional, o Gabinete, 2 (duas) Secretarias, sendo 1 (uma) Executiva, 1 (um) órgão de Controle Interno e até 3 (três) Subchefias. (Redação dada pela Lei nº 10.889, de 2004)

Art. 2º-A. A Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições e, em especial: (Redação dada pela Lei nº 11.204, de 2005)

I - na coordenação política do Governo; (Incluído pela Lei nº 11.204, de 2005)

II - na condução do relacionamento do Governo com o Congresso Nacional e os Partidos Políticos; e (Incluído pela Lei nº 11.204, de 2005)

III - na interlocução com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. (Incluído pela Lei nº 11.204, de 2005)

§ 1º Compete, ainda, à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República coordenar e secretariar o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, visando à articulação da sociedade civil organizada para a consecução de modelo de desenvolvimento configurador de novo e amplo contrato social. (Incluído pela Lei nº 11.204, de 2005)

§ 2º A Secretaria da Relações Institucionais da Presidência da República tem como estrutura básica o Gabinete, uma Secretaria Executiva, até duas Subchefias e a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. (Redação dada pela Medida Provisória nº 377, de 2007).

Art. 6º Ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, prevenir a ocorrência e articular o gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional, realizar o assessoramento pessoal em assuntos militares e de segurança, coordenar as atividades de inteligência federal e de segurança da informação, zelar, assegurado o exercício do poder de polícia, pela segurança pessoal do Chefe de Estado, do Vice-Presidente da República e respectivos familiares, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, e de outras autoridades ou personalidades quando determinado pelo Presidente da República, bem como pela segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente e Vice-Presidente da República, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional Antidrogas, a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, a Secretaria Nacional Antidrogas, o Gabinete, uma Secretaria Executiva e até duas Secretarias. (Redação dada pela Medida Provisória nº 377, de 2007).

§ 1º Compete, ainda, ao Gabinete de Segurança Institucional coordenar e integrar as ações do Governo nos aspectos relacionados com as atividades de prevenção do uso indevido de substâncias entorpecentes que causem dependência física ou psíquica, bem como aquelas relacionadas com o tratamento, a recuperação e a reinserção social de dependentes.

§ 2º A Secretaria Nacional Antidrogas desempenhará as atividades da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional Antidrogas, cabendo-lhe, ainda, a gestão do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD.

§ 3º Os locais onde o Chefe de Estado e o Vice-Presidente da República trabalham, residem, estejam ou haja a iminência de virem a estar, e, aq,acências, são áreas consideradas de segurança das referidas autoridades, cabendo ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para os fins do disposto neste artigo, adotar as necessárias medidas para a sua proteção, bem como coordenar a participação de outros órgãos de segurança nessas ações.

~~Art. 6º A. Ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República compete assessorar o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente: (Incluído pela Lei nº 11.204, de 2005) -- (Revogado pela Medida Provisória nº 377, de 2007)~~
~~I - na gestão, análise e avaliação de assuntos de natureza estratégica; (Incluído pela Lei nº 11.204, de 2005) -- (Revogado pela Medida Provisória nº 377, de 2007)~~
~~II - na formulação da concepção estratégica nacional e na articulação de centros de produção de conhecimento, pesquisa e análise estratégica; (Incluído pela Lei nº 11.204, de 2005) (Revogado pela Medida Provisória nº 377, de 2007)~~
~~III - na preparação e promoção de estudos e elaboração de cenários exploratórios na área de assuntos de natureza estratégica; e (Incluído pela Lei nº 11.204, de 2005) (Revogado pela Medida Provisória nº 377, de 2007)~~
~~IV - na elaboração, coordenação e controle de planos, programas e projetos de natureza estratégica, assim caracterizados pelo Presidente da República. (Incluído pela Lei nº 11.204, de 2005) -- (Revogado pela Medida Provisória nº 377, de 2007)~~
~~Parágrafo único. O Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República tem como estrutura básica o Gabinete, a Coordenação Geral e a Coordenação Executiva. (Incluído pela Lei nº 11.204, de 2005) (Revogado pela Medida Provisória nº 377, de 2007)~~

Art. 7º Ao Conselho de Governo compete assessorar o Presidente da República na formulação de diretrizes da ação governamental, dividindo-se em dois níveis de atuação:

~~I - Conselho de Governo, integrado pelos Ministros de Estado, pelos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, pelo Ministro de Estado do Controle e da Transparência, pelos titulares das Secretarias Especiais de Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, de Aquicultura e Pesca, de Políticas para as Mulheres e dos Direitos Humanos e pelo Advogado-Geral da União, que será presidido pelo Presidente da República, ou, por sua determinação, pelo Chefe da Casa Civil, e secretariado por um dos membros para esse fim designado pelo Presidente da República;~~

~~I - Conselho de Governo, integrado pelos Ministros de Estado, pelos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, pelo Ministro de Estado do Controle e da Transparência, pelos titulares das Secretarias Especiais de Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Aquicultura e Pesca, pelo Chefe de Núcleo de Assuntos Estratégicos e pelo Advogado-Geral da União, que será presidido pelo Presidente da República ou, por sua determinação, pelo Chefe da Casa Civil e secretariado por um dos membros para esse fim designado pelo Presidente da República; (Redação dada pela Lei nº 11.204, de 2005)~~

~~I - Conselho de Governo, integrado pelos Ministros de Estado, pelos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, pelos titulares das Secretarias Especiais de Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, de Aquicultura e Pesca e de Portos, que será presidido pelo Presidente da República ou, por sua determinação, pelo Chefe da Casa Civil e secretariado por um dos membros para esse fim designado pelo Presidente da República. (Redação dada pela Medida Provisória nº 377, de 2007).~~

II - Câmaras do Conselho de Governo, a ser criadas em ato do Poder Executivo, com a finalidade de formular políticas públicas setoriais cujo escopo ultrapasse as competências de um único Ministério.

§ 1º Para desenvolver as ações executivas das Câmaras mencionadas no inciso II do caput, serão constituídos Comitês Executivos, cuja composição e funcionamento serão definidos em ato do Poder Executivo.

§ 2º O Conselho de Governo reunir-se-á mediante convocação do Presidente da República.

§ 3º O Poder Executivo disporá sobre as competências e o funcionamento das Câmaras e Comitês a que se referem o inciso II do caput e o § 1º.

Art. 8º Ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social compete assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento, e apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas na articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e no concerto entre os diversos setores da sociedade nela representados.

§ 1º O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social será presidido pelo Presidente da República e integrado:

~~I - pelo Secretário Especial de Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que será o seu Secretário Executivo;~~
~~II - pelos Ministros de Estado, Chefe da Casa Civil e da Secretaria de Comunicação de~~

~~Governo e Gestão Estratégica da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Gabinete de Segurança Institucional;~~

I - pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, que será o seu Secretário-Executivo; (Redação dada pela Lei nº 11.204, de 2005)

~~II - pelos Ministros de Estado Chefes da Casa Civil, da Secretaria-Geral e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; (Redação dada pela Lei nº 11.204, de 2005)~~

II - pelos Ministros de Estado Chefes da Casa Civil, da Secretaria-Geral, do Gabinete de Segurança Institucional e da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo; (Redação dada pela Medida Provisória nº 377, de 2007).

~~III - pelos Ministros de Estado da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Assistência Social; do Trabalho e Emprego; do Meio Ambiente; e das Relações Exteriores;~~

III - pelos Ministros de Estado da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Trabalho e Emprego; do Meio Ambiente; das Relações Exteriores; e Presidente do Banco Central do Brasil; (Redação dada pela Lei nº 11.036, de 2004)

IV - por noventa cidadãos brasileiros, e respectivos suplentes, maiores de idade, de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade, todos designados pelo Presidente da República para mandatos de dois anos, facultada a recondução.

§ 2º Nos impedimentos, por motivos justificados, dos membros titulares, serão convocados os seus suplentes.

§ 3º Os integrantes referidos nos incisos I, II e III terão como suplentes os Secretários Executivos ou Secretários Adjuntos das respectivas Pastas.

§ 4º O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social reunir-se-á por convocação do Presidente da República, e as reuniões serão realizadas com a presença da maioria dos seus membros.

§ 5º O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social poderá instituir, simultaneamente, até nove comissões de trabalho, de caráter temporário, destinadas ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, a ser submetidos à sua composição plenária, podendo requisitar, em caráter transitório, sem prejuízo dos direitos e vantagens a que façam jus no órgão ou entidade de origem, servidores de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, necessários aos seus trabalhos.

§ 6º O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social poderá requisitar dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal estudos e informações indispensáveis ao cumprimento de suas competências.

§ 7º A participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social será considerada função relevante e não será remunerada.

§ 8º É vedada a participação no Conselho ao detentor de direitos que representem mais de 5% (cinco por cento) do capital social da empresa em situação fiscal ou previdenciária irregular. (Redação dada pela Lei nº 11.204, de 2005)

Art. 24. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias e à defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência e promoção da sua integração à vida comunitária, bem como coordenar a política nacional de direitos humanos, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH, articular iniciativas e apoiar projetos voltados para a proteção e promoção dos direitos humanos em âmbito nacional, tanto por organismos governamentais, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, como por organizações da sociedade, e exercer as funções de curadoria-geral da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias.

Parágrafo único. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos tem como estrutura básica o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, o Conselho Nacional de Promoção do Direito Humano à Alimentação, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, o Gabinete e até três Subsecretarias.

Art. 24-A. A Secretaria Especial de Portos compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e terminais portuários marítimos e, especialmente, promover a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e terminais portuários marítimos, bem como dos outorgados às companhias docas. (Incluído pela Lei nº 11.518, de 2007.)

§ 1º A Secretaria Especial de Portos tem como estrutura básica o Gabinete, o Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias - INPH e até 2 (duas) Subsecretarias. (Incluído pela Lei nº 11.518, de 2007.)

§ 2º As competências atribuídas no caput deste artigo à Secretaria Especial de Portos compreendem: (Incluído pela Lei nº 11.518, de 2007.)

I - a formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais; (Incluído pela Lei nº 11.518, de 2007.)

II - a participação no planejamento estratégico, o estabelecimento de diretrizes para sua implementação e a definição das prioridades dos programas de investimentos; (Incluído pela Lei nº 11.518, de 2007.)

III - a aprovação dos planos de outorgas; (Incluído pela Lei nº 11.518, de 2007.)

IV - o estabelecimento de diretrizes para a representação do Brasil nos organismos internacionais e em convenções, acordos e tratados referentes às competências mencionadas no caput deste artigo; e (Incluído pela Lei nº 11.518, de 2007.)

V - o desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura aquaviária dos portos e terminais portuários sob sua esfera de atuação, visando à segurança e à eficiência do transporte aquaviário de cargas e de passageiros. (Incluído pela Lei nº 11.518, de 2007.)

§ 3º No exercício das competências previstas no caput deste artigo, a Secretaria Especial de Portos observará as prerrogativas específicas do Comando da Marinha (Incluído pela Lei nº 11.518, de 2007)

§ 4º (VEIADO) (Incluído pela Lei nº 11.518, de 2007)

Seção II

Das Áreas de Competência

Art. 27. Os assuntos que constituem áreas de competência de cada Ministério são os seguintes:

I - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

a) política agrícola, abrangendo produção e comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos;

b) produção e fomento agropecuário, inclusive das atividades da hervaicultura;

c) mercado, comercialização e abastecimento agropecuário, inclusive estoques reguladores e estratégicos;

d) informação agrícola;

e) defesa sanitária animal e vegetal;

f) fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agropecuárias e da prestação de serviços no setor;

g) classificação e inspeção de produtos e derivados animais e vegetais, inclusive em ações de apoio às atividades exercidas pelo Ministério da Fazenda, relativamente ao comércio exterior;

h) proteção, conservação e manejo do solo, voltados ao processo produtivo agrícola e pecuário;

i) pesquisa tecnológica em agricultura e pecuária;

j) meteorologia e climatologia;

l) cooperativismo e associativismo rural;

m) energização rural, agroenergia, inclusive eletrificação rural;

n) assistência técnica e extensão rural;

o) política relativa ao café, açúcar e álcool;

p) planejamento e exercício da ação governamental nas atividades do setor agroindustrial canavieiro;

II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: (Redação dada pela Lei nº 10.869, de 2004)

a) política nacional de desenvolvimento social: (Redação dada pela Lei nº 10.869, de 2004)

b) política nacional de segurança alimentar e nutricional; (Redação dada pela Lei nº 10.869, de 2004)

c) política nacional de assistência social; (Redação dada pela Lei nº 10.869, de 2004)

d) política nacional de renda da cidadania: (Redação dada pela Lei nº 10.869, de 2004)

e) articulação com os governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais e a sociedade civil no estabelecimento de diretrizes para as políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de renda da cidadania e de assistência social; (Redação dada pela Lei nº 10.869, de 2004)

f) articulação entre as políticas e programas dos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais e as ações da sociedade civil ligadas ao desenvolvimento social, à produção alimentar, alimentação e nutrição, à renda da cidadania e à assistência social; (Redação dada pela Lei nº 10.869, de 2004)

g) orientação, acompanhamento, avaliação e supervisão de planos, programas e projetos relativos às áreas de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, de renda da cidadania e de assistência social; (Incluída pela Lei nº 10.869, de 2004)

h) normatização, orientação, supervisão e avaliação da execução das políticas de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, de renda da cidadania e de assistência social; (Incluída pela Lei nº 10.869, de 2004)

i) gestão do Fundo Nacional de Assistência Social; (Incluída pela Lei nº 10.869, de 2004)

j) coordenação, supervisão, controle e avaliação da operacionalização de programas de transferência de renda; (Incluída pela Lei nº 10.869, de 2004)

l) aprovação dos orçamentos gerais do Serviço Social da Indústria - SESI, do Serviço Social do Comércio - SESCO e do Serviço Social do Transporte - SEST; (Incluída pela Lei nº 10.869, de 2004)

III - Ministério das Cidades;

a) política de desenvolvimento urbano;

b) políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito;

c) promoção, em articulação com as diversas esferas de governo, com o setor privado e organizações não-governamentais, de ações e programas de urbanização, de habitação, de saneamento básico e ambiental, transporte urbano, trânsito e desenvolvimento urbano;

d) política do subsídio à habitação popular, saneamento e transporte urbano;

e) planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação de recursos em políticas de desenvolvimento urbano, urbanização, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito;

f) participação na formulação das diretrizes gerais para conservação dos sistemas urbanos de água, bem como para a adoção de bacias hidrográficas como unidades básicas do planejamento e gestão do saneamento;

IV - Ministério da Ciência e Tecnologia:

a) política nacional de pesquisa científica e tecnológica;

b) planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades da ciência e tecnologia;

c) política de desenvolvimento de informática e automação;

d) política nacional de biossegurança;

e) política espacial;

f) política nuclear;

g) controle da exportação de bens e serviços sensíveis;

V - Ministério das Comunicações:

a) política nacional de telecomunicações;

b) política nacional de radiodifusão;

c) serviços postais, telecomunicações e radiodifusão;

VI - Ministério da Cultura:

a) política nacional de cultura,

b) proteção do patrimônio histórico e cultural;

c) delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como delimitação de suas demarcações, que serão homologadas mediante decreto; (Vide Decreto nº 4.883, de 20.11.2003);

VII - Ministério da Defesa:

a) política de defesa nacional;

b) política e estratégia militares;

c) doutrina e planejamento de emprego das Forças Armadas;

- d) projetos especiais de interesse da defesa nacional;
- e) inteligência estratégica e operacional no interesse da defesa;
- f) operações militares das Forças Armadas;
- g) relacionamento Internacional das Forças Armadas;
- h) orçamento de defesa;
- i) legislação militar;
- j) política de mobilização nacional;
- l) política de ciência e tecnologia nas Forças Armadas;
- m) política de comunicação social nas Forças Armadas;
- n) política de remuneração dos militares e pensionistas;

o) política nacional de exportação de material de emprego militar, bem como fomento às atividades de pesquisa e desenvolvimento, produção e exportação em áreas de interesse da defesa e controle da exportação de material bélico de natureza convencional;

p) atuação das Forças Armadas, quando couber, na garantia da lei e da ordem, visando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, bem como sua cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil e ao apoio ao combate a delitos transfronteiriços e ambientais;

- q) logística militar;
- r) serviço militar;
- s) assistência à saúde, social e religiosa das Forças Armadas;

t) constituição, organização, efetivos, adiestramento e aprestamento das forças navais, terrestres e aéreas;

u) política marítima nacional;

v) segurança da navegação aérea e do tráfego aquaviário e salvaguarda da vida humana no mar;

x) política aeronáutica nacional e atuação na política nacional de desenvolvimento das atividades aeroespaciais;

z) infra-estrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária;

VIII - Ministério do Desenvolvimento Agrário:

- a) reforma agrária;

o) promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares;

IX - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior:

a) política de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços;

b) propriedade intelectual e transferência de tecnologia;

c) metrologia, normalização e qualidade industrial;

d) políticas de comércio exterior;

e) regulamentação e execução dos programas e atividades relativas ao comércio exterior;

f) aplicação dos mecanismos de defesa comercial;

g) participação em negociações internacionais relativas ao comércio exterior;

h) formulação da política de apoio à microempresa, empresa de pequeno porte e artesanato;

i) execução das atividades de registro do comércio;

X - Ministério da Educação:

a) política nacional de educação;

b) educação infantil;

c) educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar;

d) avaliação, informação e pesquisa educacional;

e) pesquisa e extensão universitária;

f) magistério;

g) assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes;

XI - Ministério do Esporte:

a) política nacional de desenvolvimento da prática dos esportes;

b) intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;

c) estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades esportivas;

d) planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes e de ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte;

XII - Ministério da Fazenda:

a) moeda, crédito, instituições financeiras, capitalização, poupança popular, seguros privados e previdência privada aberta;

b) política, administração, fiscalização e arrecadação tributária e aduaneira;

c) administração financeira e contabilidade públicas;

d) administração das dívidas públicas interna e externa;

e) negociações econômicas e financeiras com governos, organismos multilaterais e agências governamentais;

f) preços em geral e tarifas públicas e administrações;

g) fiscalização e controle do comércio exterior;

h) realização de estudos e pesquisas para acompanhamento da conjuntura econômica;

i) autorização, ressalvadas as competências do Conselho Monetário Nacional:

1. da distribuição gratuita de prêmios a título de propaganda quando efetuada mediante sorteio, va-e-brinde, concurso ou operação assemelhada;

2. das operações de consórcio, fundo mútuo e outras formas associativas assemelhadas, que objetivem a aquisição de bens de qualquer natureza;

3. da venda ou promessa de venda de mercadorias a varejo, mediante oferta pública e com recebimento antecipado, parcial ou total, do respectivo preço;

4. da venda ou promessa de venda de direitos, inclusive cotas de propriedade de entidades civis, tais como hospital, motel, clube, hotel, centro de recreação ou alojamento e organização de serviços de qualquer natureza com ou sem rateio de despesas de manutenção, mediante oferta pública e com pagamento antecipado do preço;

5. da venda ou promessa de venda de loterias sorteadas a prestações mediante sorteio;

6. da qualquer outra modalidade de captação antecipada de poupança popular, mediante promessa de contraprestação em bens, direitos ou serviços de qualquer natureza;

7. da exploração de loterias, inclusive os **Sweepstakes** e outras modalidades de loterias realizadas por entidades promotoras de corridas de cavalos;

XIII - Ministério da Integração Nacional:

a) formulação e condução da política de desenvolvimento nacional integrada;

- b) formulação dos planos e programas regionais de desenvolvimento;
- c) estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais;
- d) estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos programas de financiamento de que trata a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal;
- e) estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste;
- f) estabelecimento de normas para cumprimento dos programas de financiamento dos fundos constitucionais e das programações orçamentárias dos fundos de investimentos regionais;
- g) acompanhamento e avaliação dos programas integrados de desenvolvimento nacional;
- h) defesa civil;
- i) obras contra as secas e de infra-estrutura hídrica;
- j) formulação e condução da política nacional de irrigação;
- l) ordenação territorial;
- m) obras públicas em faixas de fronteiras;

XIV - Ministério da Justiça:

- a) defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais;
- b) política judiciária;
- c) direitos dos índios;
- c) entorpecentes, segurança pública, Polícias Federal, Rodoviária e Ferroviária Federal e do Distrito Federal;
- e) defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor;
- f) planejamento, coordenação e administração da política penitenciária nacional;
- g) nacionalidade, imigração e estrangeiros;
- n) ouvidoria-geral dos índios e do consumidor;
- i) ouvidoria das polícias federais;
- j) assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados em lei;
- l) defesa dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta;

m) articulação, integração e proposição das ações do Governo nos aspectos relacionados com as atividades de repressão ao uso indevido, do tráfico ilfeto e da produção não autorizada de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica;

XV - Ministério do Meio Ambiente:

a) política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos;

b) política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, e biodiversidade e florestas;

c) proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais;

d) políticas para integração do meio ambiente e produção;

e) políticas e programas ambientais para a Amazônia Legal;

f) zoneamento ecológico-econômico;

XVI - Ministério de Minas e Energia:

a) geologia, recursos minerais e energéticos;

b) aproveitamento da energia hidráulica;

c) mineração e metalurgia;

d) petróleo, combustível e energia elétrica, inclusive nuclear;

XVII - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

a) participação na formulação do planejamento estratégico nacional;

b) avaliação dos impactos socioeconômicos das políticas e programas do Governo Federal e elaboração de estudos especiais para a reformulação de políticas;

c) realização de estudos e pesquisas para acompanhamento da conjuntura socioeconômica e gestão dos sistemas cartográficos e estatísticos nacionais;

d) elaboração, acompanhamento e avaliação do plano plurianual de investimentos e dos orçamentos anuais;

e) viabilização de novas fontes de recursos para os planos de governo;

f) formulação de diretrizes, coordenação das negociações, acompanhamento e avaliação dos financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais;

g) coordenação e gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal, de processo civil, de organização e modernização administrativa, de administração de recursos da informação e informática e de serviços gerais;

~~a) formulação de diretrizes e controle da gestão das empresas estatais;~~

b) formulação de diretrizes, coordenação e critérios de governança corporativa das empresas estatais federais; (Redação dada pela Medida Provisória nº 377, de 2007).

~~i) acompanhamento do desempenho fiscal do setor público; (Revogado pela Lei nº 10.855, de 2004)~~

j) administração patrimonial;

l) política e diretrizes para modernização do Estado;

XVIII - Ministério da Previdência Social:

a) previdência social;

b) previdência complementar;

XIX - Ministério das Relações Exteriores:

a) política internacional;

b) relações diplomáticas e serviços consulares;

c) participação nas negociações comerciais, econômicas, técnicas e culturais com governos e entidades estrangeiras;

d) programas de cooperação internacional;

e) apoio a delegações, comitivas e representações brasileiras em agências e organismos internacionais e multilaterais;

XX - Ministério da Saúde:

a) política nacional de saúde;

b) coordenação e fiscalização do Sistema Único de Saúde;

c) saúde ambiental e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, inclusive a dos trabalhadores e dos índios;

d) informações de saúde;

e) insumos críticos para a saúde;

f) ação preventiva em geral, vigilância e controle sanitário de fronteiras e de portos marítimos, fluviais e aéreos;

g) vigilância de saúde, especialmente quanto às drogas, medicamentos e alimentos;

h) pesquisa científica e tecnologia na área de saúde;

XXI - Ministério do Trabalho e Emprego.

- a) política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador;
- b) política e diretrizes para a modernização das relações de trabalho;
- c) fiscalização do trabalho, inclusive do trabalho portuário, bem como aplicação das sanções previstas em normas legais ou coletivas;
- d) política salarial;
- e) formação e desenvolvimento profissional;
- f) segurança e saúde no trabalho;
- g) política de imigração;
- h) cooperativismo e associativismo urbanos;

XXII - Ministério dos Transportes:

- a) política nacional de transportes ferroviário, rodoviário e aquaviário;

~~a) — marinha — mercante, — portos — e — vias — navegáveis;~~
~~e) participação na coordenação dos transportes aeroviários;~~

b) marinha mercante, vias navegáveis e portos fluviais e lacustres, excetuados os outorgados às companhias docas: (Redação dada pela Lei nº 11.518, de 2007)

c) participação na coordenação dos transportes aeroviários e serviços portuários: (Redação dada pela Lei nº 11.518, de 2007)

XXIII - Ministério do Turismo:

- a) política nacional de desenvolvimento do turismo;
- b) promoção e divulgação do turismo nacional, no País e no exterior;
- c) estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas;
- d) planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo;
- e) gestão do Fundo Geral do Turismo;
- f) desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Certificação e Classificação das atividades, empreendimentos e equipamentos dos prestadores de serviços turísticos.

§ 1º Em casos de calamidade pública ou de necessidade de especial atendimento à população, o Presidente da República poderá dispor sobre a colocação dos Ministérios com os diferentes níveis da Administração Pública.

§ 2º A competência de que trata a alínea m do inciso I será exercida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quando baseada em recursos do Orçamento Geral da União, e pelo Ministério da Minas e Energia, quando baseada em recursos vinculados ao Sistema Elétrico Nacional.

§ 3º A competência atribuída ao Ministério da Integração Nacional de que trata a alínea l do inciso XIII será exercida em conjunto com o Ministério da Defesa.

§ 4º A competência atribuída ao Ministério do Meio Ambiente de que trata a alínea f do inciso XV será exercida em conjunto com os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e da Integração Nacional.

§ 5º A competência relativa aos direitos dos índios, atribuída ao Ministério da Justiça na alínea c do inciso XIV inclui o acompanhamento das ações de saúde desenvolvidas em prol das comunidades indígenas.

§ 6º No exercício da competência de que trata a alínea b do inciso XV, nos aspectos relacionados à pesca, caberá ao Ministério do Meio Ambiente (Regulamento)

I - fixar as normas, critérios e padrões de uso para as espécies sobreexploradas ou ameaçadas de sobreexploração, assim definidas com base nos melhores dados científicos e existentes, excetuando-se aquelas a que se refere a alínea a do inciso I do § 1º do art. 23;

II - subsidiar, assessorar e participar, juntamente com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, em interação com o Ministério das Relações Exteriores, de negociações e eventos que envolvam o comprometimento de direitos e a interferência em interesses nacionais sobre a pesca.

§ 7º Caberá ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbulência e o esbulho possessório dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal centralizada, sem prejuízo da responsabilidade das Polícias Militares dos Estados pela manutenção da ordem pública.

§ 8º As competências atribuídas ao Ministério dos Transportes nas alíneas a e b do inciso XXII compreendem:

I - a formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais;

II - a participação no planejamento estratégico, o estabelecimento de diretrizes para sua implementação e a definição das prioridades dos programas de investimentos;

III - a aprovação dos planos de outorgas;

IV - o estabelecimento de diretrizes para a representação do Brasil nos organismos internacionais e em convenções, acordos e tratados referentes aos meios de transportes;

V - a formulação e supervisão da execução da política referente ao Fundo de Marinha Mercante, destinado à renovação, recuperação e amplexão da frota mercante nacional, em articulação com os Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VI - o estabelecimento de diretrizes para afretamento de embarcações estrangeiras por empresas brasileiras de navegação e para liberação do transporte de cargas prescritas.

§ 9º São mantidas as competências do Ministério da Fazenda e da Caixa Econômica Federal previstas no art. 108B da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001.

§ 10. Compete, ainda, ao Ministério da Justiça, através da Polícia Federal, a fiscalização fluvial, no tocante ao inciso II do § 1º do art. 144 da Constituição Federal.

§ 11. A competência atribuída ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que trata a alínea n do inciso I, será exercida, também, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, relativamente a sua área de atuação.

Seção IV

Dos Órgãos Específicos

Art. 29. Integram a estrutura básica:

I - do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o Conselho Nacional de Política Agrícola, o Conselho Deliberativo da Política do Café, a Comissão Especial de Recursos, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, o Instituto Nacional de Meteorologia e até cinco Secretarias;

~~II - do Ministério da Assistência Social o Conselho Nacional de Assistência Social, e Conselho de Articulação de Programas Sociais e até três Secretarias;~~

II - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o Conselho Nacional de Assistência Social, o Conselho de Articulação de Programas Sociais, o Conselho Gestor do Programa Bolsa Família, e até 5 (cinco) Secretarias; (Redação dada pela Lei nº 10.869, de 2004)

III - do Ministério das Cidades o Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social, o Conselho das Cidades, o Conselho Nacional de Trânsito, até quatro Secretarias e o Departamento Nacional de Trânsito;

IV - do Ministério da Ciência e Tecnologia o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, o Conselho Nacional de Informática e Automação, a Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Instituto Nacional de Tecnologia, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, o Instituto Nacional do Semi-Árido - INSA, o Centro de Pesquisas Renato Archer, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, o Centro de Tecnologia Mineral, o Laboratório Nacional de Astrofísica, o Laboratório Nacional de Computação Científica, o Museu de Astronomia e Ciências Afins, o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Observatório Nacional e a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e até 4 (quatro) secretarias. (Redação dada pela Lei nº 10.869, de 2004)

V - do Ministério das Comunicações até três Secretarias;

VI - do Ministério da Cultura o Conselho Nacional de Política Cultural, a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura e até seis Secretarias;

VII - do Ministério da Defesa o Conselho de Aviação Civil, o Conselho Militar de Defesa, o Comando da Marinha, o Comando do Exército, o Comando da Aeronáutica, o Estado-Maior da Defesa, a Escola Superior de Guerra, o Hospital das Forças Armadas, o Centro de Catalogação das Forças Armadas, a Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa, até quatro Secretarias e um órgão de Controle Interno;

VIII - do Ministério do Desenvolvimento Agrário o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, o Conselho Curador do Banco da Terra e até três Secretarias;

IX - do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior o Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, e até quatro Secretarias;

X - do Ministério da Educação o Conselho Nacional de Educação, o Instituto Benjamin Constant, o Instituto Nacional de Educação de Surdos e até sete Secretarias;

XI - do Ministério do Esporte o Conselho Nacional do Esporte e até três Secretarias;

XII - do Ministério da Fazenda o Conselho Monetário Nacional, o Conselho Nacional de Política Fazendária, o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, o Conselho Nacional de Seguros Privados, o Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, do Provedor Privado Aberto e da Capitalização, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, a Câmara Superior de Recursos Fiscais, os 1º, 2º e 3º Conselhos de Contribuintes, o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação - CFGE, o Comitê Brasileiro de Nomenclatura, o Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior, a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Escola de Administração Fazendária e até 5 (cinco) Secretarias; (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007)

XIII - do Ministério da Integração Nacional o Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, o Conselho Nacional de Defesa Civil, o Conselho Deliberativo para Desenvolvimento da Amazônia, o Conselho Deliberativo para o Desenvolvimento do Nordeste, o Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo e até cinco Secretarias;

XIV - do Ministério da Justiça o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o Conselho Nacional de Segurança Pública, o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, o Departamento de Polícia Federal, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, o Departamento da Polícia Ferroviária Federal, a Defensoria Pública da União e até 5 (cinco) Secretarias; (Redação dada pela Lei nº 11.075, de 2004)

XV - do Ministério do Meio Ambiente o Conselho Nacional do Meio Ambiente, o Conselho Nacional da Amazônia Legal, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, o Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro, a Comissão de Gestão de Florestas Públicas e até 5 (cinco) Secretarias; (Redação dada pela Lei nº 11.284, de 2006)

XVI - do Ministério de Minas e Energia até cinco Secretarias;

XVII - do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Comissão de Financiamentos Externos, a Assessoria Econômica e até oito Secretarias; (Redação dada pela Medida Provisória nº 377, de 2007)

XVIII - do Ministério da Previdência Social o Conselho Nacional de Previdência Social, o Conselho de Recursos da Previdência Social, o Conselho de Gestão da Previdência Complementar e até 2 (duas) Secretarias; (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007)

~~XIX - do Ministério das Relações Exteriores e Cerimonial, a Secretaria de Planejamento Diplomático, a Inspeção-Geral do Serviço Exterior, a Secretaria-Geral das Relações Exteriores, esta composta de até cinco Subsecretários, a Secretaria de Controle Interno, o Instituto Rio Branco, as missões diplomáticas permanentes, as repartições consulares, o Conselho de Política Externa e a Comissão de Promoções; (Vide Medida Provisória nº 283, de 2006)~~

XIX - do Ministério das Relações Exteriores e Cerimonial, a Secretaria de Planejamento Diplomático, a Inspeção-Geral do Serviço Exterior, a Secretaria-Geral das Relações Exteriores, esta composta de até 7 (sete) Subsecretários-Gerais, a Secretaria de Controle Interno, o Instituto Rio Branco, as missões diplomáticas permanentes, as repartições consulares, o Conselho de Política Externa e a Comissão de Promoções; (Redação dada pela Lei nº 11.314 de 2006)

XX - do Ministério da Saúde o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Saúde Suplementar e até cinco Secretarias;

XXI - do Ministério do Trabalho e Emprego o Conselho Nacional do Trabalho, o Conselho Nacional de Imigração, o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o Conselho Nacional de Economia Solidária e até quatro Secretarias; (Vide Medida Provisória nº 284, de 2006)

XXII - do Ministério dos Transportes até três Secretarias;

XXIII - do Ministério do Turismo o Conselho Nacional de Turismo e até duas Secretarias.

§ 1º O Conselho de Política Externa a que se refere o inciso XIX será presidido pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e integrado pelo Secretário-Geral, pelos Subsecretários-Gerais da Secretaria-Geral das Relações Exteriores e pelo Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

§ 2º Os órgãos colegiados integrantes da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, com exceção do Conselho Nacional de Economia Solidária, terão composição tripartite, observada a paridade entre representantes dos trabalhadores e dos empregadores, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.

§ 3º Ao Conselho de Aviação Civil, presidido pelo Ministro de Estado da Defesa e composto na forma estabelecida em regulamento pelo Poder Executivo, compete propor a política relativa ao setor de aviação civil, observado o disposto na Lei Complementar nº 97, de 6 de setembro de 1999.

§ 4º Ao Conselho de Articulação de Programas Sociais, presidido pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e composto na forma estabelecida em regulamento pelo Poder Executivo, compete propor mecanismos de articulação e integração de programas sociais e acompanhar a sua implementação. (Redação dada pela Lei nº 10.869, de 2004)

§ 5º A Câmara de Comércio Exterior, de que trata o art. 208, da Lei nº 5.649, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de outubro de 2001, terá sua vinculação definida por ato do Poder Executivo.

§ 6º O acréscimo de mais uma secretaria nos Ministérios das Comunicações, da Defesa, da Educação, da Saúde, e do Trabalho e Emprego, de duas secretarias no Ministério da Cultura e uma subsecretaria no Ministério das Relações Exteriores, observado o limite máximo constante nos incisos V, VI, VII, X, XIX, XX e XXI dar-se-á sem aumento de despesa.

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006.

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS

Art. 4º São princípios do Sisnad:

I - o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade;

II - o respeito à diversidade e às especificidades populacionais existentes;

III - a promoção dos valores éticos, culturais e de cidadania do povo brasileiro, reconhecendo-os como fatores de proteção para o uso indevido de drogas e outros comportamentos correlacionados;

IV - a promoção de consensos nacionais, de ampla participação social, para o estabelecimento dos fundamentos e estratégias do Sisnad;

V - a promoção da responsabilidade compartilhada entre Estado e Sociedade, reconhecendo a importância da participação social nas atividades do Sisnad;

VI - o reconhecimento da intersetorialidade dos fatores correlacionados com o uso indevido de drogas, com a sua produção não autorizada e o seu tráfico ilícito;

VII - a integração das estratégias nacionais e internacionais de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao seu tráfico ilícito;

VIII - a articulação com os órgãos do Ministério Público e dos Poderes Legislativo e Judiciário visando à cooperação mútua nas atividades do Sisnad;

IX - a adoção de abordagem multidisciplinar que reconheça a interdependência e a natureza complementar das atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas;

X - a observância do equilíbrio entre as atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao seu tráfico ilícito, visando a garantir a estabilidade e o bem-estar social;

XI - a observância das orientações e normas emanadas do Conselho Nacional Antidrogas - Conad.

LEI Nº 11.204, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2005.

Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a promulgação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Art. 1º A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 6º A. Ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República compete assessorar o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente: ~~(Revogado pela Medida Provisória nº 377, de 2007)~~

I - na gestão, análise e avaliação de assuntos de natureza estratégica;

II - na formulação da concepção estratégica nacional e na articulação de centros de produção de conhecimento, pesquisa e análise estratégica;

III - na preparação e promoção de estudos e elaboração de conteúdos exploratórios na área de assuntos de natureza estratégica; e

IV - na elaboração, coordenação e controle de planos, programas e projetos de natureza estratégica, assim caracterizados pelo Presidente da República.

~~Parágrafo único. O Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República tem como estrutura básica o Gabinete, a Coordenação-Geral e a Coordenação-Executiva.~~

"Art. 7º

~~└- Conselho de Governo, integrado pelos Ministros de Estado, pelas titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, pelo Ministro de Estado de Controle e da Transparência, pelos titulares das Secretarias Especiais de Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Agricultura e Pesca, pelo Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos e pelo Advogado-Geral da União, que será presidido pelo Presidente da República ou, por sua determinação, pelo Chefe da Casa Civil e secretariado por um dos membros para esse fim designado pelo Presidente da República; (Revogado pela Medida Provisória nº 377, de 2007)~~

....." (NR)

"Art. 8º

§ 1º

~~└- pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, que será o seu Secretário-Executivo;~~

~~└- pelos Ministros de Estado Chefes da Casa Civil, da Secretaria-Geral e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; (Revogado pela Medida Provisória nº 377, de 2007)~~

.....

§ 6º É vedada a participação no Conselho ao detentor de direitos que representem mais de 5% (cinco por cento) do capital social de empresa em situação fiscal ou previdenciária irregular." (NR)

Art. 3º São transformados os cargos:

I - de Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais em Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais;

~~II - de Secretário-Adjunto da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais e em Subsecretário Executivo da Secretaria de Relações Institucionais; (Revogado pela Medida Provisória nº 277, de 2007);~~

III - 1 (um) cargo do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS-101.6 e 1 (um) DAS-102.4 da Estrutura do Porta-Voz da Presidência da República em 2 (dois) cargos em comissão DAS-5;

IV - de Natureza Especial de Subsecretário-Geral da Presidência da República em Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República;

V - de Natureza Especial de Secretário-Adjunto da Secretaria de Comunicação do Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República em Subsecretário de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República; e

VI - de Subcontrolador-Geral da União em Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União.

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

LEI Nº 11.356, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006.

Dispõe sobre a criação dos Planos Especiais de Cargos da SUFRAMA e da EMBRATUR, e da Gratificação Temporária dos Órgãos Centrais - GSISTE; a alteração de dispositivos da Lei nº 10.910, de 15 de junho de 2004, que dentre outras providências reestrutura e remuneração dos cargos das carreiras da Auditoria da Receita Federal, de Auditoria-Fiscal da Previdência Social e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e da Lei nº 10.479, de 28 de junho de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos integrantes das carreiras de Diplomata, Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria; a instituição da Gratificação Específica de Apoio Técnico e Administrativo ao Serviço Exterior Brasileiro - GEASEB; a instituição da Gratificação Especial de Função Militar - GEFM; e de outras providências.

Da Gratificação Temporária dos Órgãos Centrais - GSISTE

Art. 15. Fica instituída a Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em efetivo exercício nas unidades gestoras centrais dos seguintes sistemas estruturados a partir do disposto no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, enquanto permanecerem nesta condição:

- I - de Planejamento e de Orçamento Federal;
- II - de Administração Financeira Federal;
- III - de Contabilidade Federal;
- IV - de Controle Interno do Poder Executivo Federal;
- V - de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG;
- VI - de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA;
- VII - de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC;
- VIII - da Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP; e
- IX - de Serviços Gerais - SIGG.

§ 1º Satisfeitas as condições estabelecidas no caput deste artigo, a concessão da GSISTE observará o quantitativo máximo de servidores beneficiários desta gratificação, independentemente do número de servidores em exercício em cada unidade gestora, conforme disposto no Anexo VII desta Lei.

§ 2º Respeitado o limite global estabelecido no Anexo VII desta Lei, poderá haver alteração dos quantitativos fixados por unidade organizacional, mediante ato do Ministro de Estado ao qual esteja vinculado cada sistema referido no caput deste artigo, desde que haja compensação numérica do que estabelece um inciso para o que estabelece outro inciso do caput deste artigo e não acarrete aumento de despesa.

§ 3º Os servidores que fizerem jus à GSISTE que cumprirem jornada de trabalho inferior a 40 (quarenta) horas semanais perceberão a gratificação proporcional à sua jornada de trabalho.

Art. 16. Os valores máximos da GSISTE são os constantes do Anexo VIII desta Lei.

§ 1º O valor da GSISTE será ajustado para cada servidor que a ela fizer jus, de modo que a soma da GSISTE com a remuneração total do servidor de que trata o caput do art. 15 desta Lei, excluídas as vantagens pessoais e a retribuição devida pelo exercício de cargo ou função comissionada, não seja superior ao valor estabelecido no Anexo IX desta Lei.

§ 2º A GSISTE produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2006.

§ 3º A gratificação a que se refere o caput deste artigo será paga em conjunto com a remuneração devida pelo exercício de cargo ou função comissionada e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

§ 4º A GSISTE não integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28, DE 2007 **(Proveniente da Medida Provisória nº 378, de 2007)**

Dá nova redação ao caput do art. 5º da Lei nº 16.193, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reconstrução e ao ajuste fiscal dos Estados.

ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTE **DOCUMENTOS:**

Pág.

- Autógrafo do Projeto de Lei de Conversão
- Medida Provisória original
- Mensagem do Presidente da República nº 403, de 2007
- Exposição de Motivos nº 85/2007, do Ministro de Estado da Fazenda
- Ofício nº 1.615/2007, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado
- Calendário de tramitação da Medida Provisória
- Nota Técnica s/nº, de 25 de junho de 2007, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Deputado Colbert Martins (Bloco/PMDB-BA)
- Folha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados
- Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 52, de 2007, prorrogando a vigência da Medida Provisória
- Legislação citada

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28, DE 2007 (Proveniente da Medida Provisória nº 378, de 2007)

Dá nova redação ao caput do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O caput do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Para os fins previstos nas Leis nºs 9.496, de 11 de setembro de 1997, e 8.727, de 5 de novembro de 1993, na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e no art. 4º desta Lei, o cálculo da RLR excluirá da receita realizada os recursos aportados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

..... " (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 378, DE 2007

Dá nova redação ao caput do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O caput do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Para os fins previstos nas Leis nºs 9.496, de 1997, e 8.727, de 5 de novembro de 1993, na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e no art. 4º, o cálculo da RLR excluirá da receita realizada quinze por cento dos seguintes recursos:

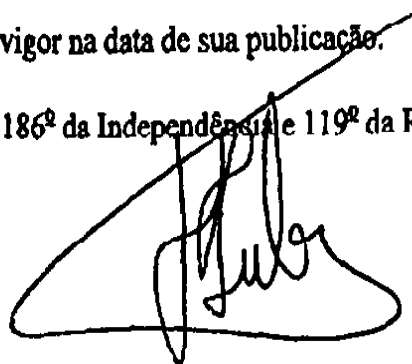
I - da parcela do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, devida ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios, conforme o art. 155, inciso II, combinado com o art. 158, inciso IV, da Constituição;

II - do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e dos Municípios - FPM, previstos no art. 159, inciso I, alíneas “a” e “b”, da Constituição, e no Sistema Tributário Nacional de que trata a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; e

III - da parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI devida aos Estados e ao Distrito Federal, na forma do art. 159, inciso II, da Constituição, e da Lei Complementar nº 87, de 1996, bem como de outras compensações da mesma natureza que vierem a ser instituídas.” (NR)

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de junho de 2007; 186ª da Independência e 119ª da República.



MENSAGEM Nº 403, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 378, de 20 de junho de 2007, que “Dá nova redação ao **caput** do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados”.

Brasília, 20 de junho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EMENDA Nº 85/2007

Brasília, 20 de junho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de medida provisória cujo objetivo é a manutenção da metodologia aplicável ao cálculo da Receita Líquida Real em face dos efeitos advindos do veto ao art. 42 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que “Regulamenta o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências”, e que converteu a Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006.

2. A redação do art. 42 vetado, dada pelo Congresso Nacional, ao excluir do cálculo da Receita Líquida Real a totalidade dos recursos aportados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, implicaria repercussão negativa nos programas de ajuste fiscal dos Estados, no âmbito da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e importante impacto financeiro para a União.

3. As regras previstas na renegociação de dividas dos Estados e Municípios pela União, autorizadas, respectivamente, pela Lei nº 9.496, de 1997 e pela Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, estabelecem que a amortização dos refinanciamentos deve ser realizada com base em prestações mensais apuradas pelo sistema da Tabela **Price**. Os normativos, contudo, possibilitam aos devedores benefício de redução dos pagamentos mediante limite de comprometimento apurado com base na incidência de um percentual determinado sobre a Receita Líquida Real.

4. De fato, a Receita Líquida Real é parâmetro básico na definição das metas de endividamento e do espaço fiscal para a inclusão de novas operações de crédito nos programas. Daí resulta que a redução da sua base representa menor possibilidade de inclusão de novos investimentos pelos estados e compromete,

inclusive, os acordos que já se encontram em andamento. Qualquer proposta que culmine na redução da base do limite de comprometimento, ao tempo em que representa perda de receita do Tesouro Nacional, acarreta também desvio da trajetória de redução das dívidas estaduais constante dos programas de ajuste fiscal.

5. Outro efeito seria o aumento de resíduo financeiro nos contratos de refinanciamento, em consequência da redução do limite de dispêndio, acarretando crescimento do prazo médio de amortização. Tal incremento provocaria maior desequilíbrio entre ativos e passivos em termos de prazo e fluxos de recebimento, dificultando a gestão de riscos pela União e o aumento do subsídio implícito nos contratos.

6. Por outro lado, excluir do cálculo da Receita Líquida Real a totalidade dos recursos aportados ao Fundeb beneficiaria apenas os estados de maior endividamento, que já usufruem do limite de comprometimento do serviço da dívida. Como a Receita Líquida Real também é o denominador na relação com a dívida financeira de que trata o inciso I do art. 2º da Lei 9.496, de 1997, sua redução é prejudicial aos estados de menor endividamento (com relação à dívida financeira/Receita Líquida Real menor que um) na medida em que, conforme já sinalizado, diminui a margem para inclusão de novas operações de crédito em seu respectivo programa de ajuste fiscal.

7. Contudo, considerando a forma de redação do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, alterado pelo art. 42 da Lei nº 11.494, de 2007, em face do seu veto, faz-se necessária a presente proposição, de forma a permitir a manutenção das exclusões da Receita Líquida Real na forma anteriormente vigente, na redação dada pela Medida Provisória nº 339, de 2006. A ausência da norma impediria a aplicação inclusive das deduções já autorizadas originalmente pela Lei nº 10.195, de 2001, o que traria efeitos igualmente indesejados, tendo em vista os impactos imediatos para os estados, no que diz respeito ao fluxo de pagamentos e capacidade de realizar investimentos com recursos próprios.

8. A urgência da medida decorre da necessidade de se evitar lacuna na aplicação das exclusões e cálculo das parcelas de amortização das dívidas refinanciadas, possibilitando a adequada execução das cobranças aos entes federados, o que não seria garantido pela via legislativa ordinária.

9. São essas, Senhor Presidente, as razões pelas quais submeto a consideração de Vossa Excelência o presente projeto de medida provisória.

Respeitosamente, **Guido Mantega**.

OFÍCIO Nº 1.615/07/SGM-P

Brasília, 13 de setembro de 2007

À Sua Excelência o Senhor Senador Renan Calheiros,
Presidente do Senado Federal

Assunto: Envio de PLV para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho à Vossa Excelência, a fim de ser submetido a consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2007 (Medida Provisória nº 378/07, do Poder Executivo), aprovado na

Sessão Plenária do dia 12-9-07, que “Da nova redação ao **caput** do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos estados”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Arlindo Chinaglia**,
Presidente.

MPV Nº 378

Publicação no DO	21-6-2007
Designação da Comissão	22-6-2007 (SF)
Instalação da Comissão	25-6-2007
Emendas	até 27-6-2007 (7º dia da publicação)
Prazo na Comissão	21-6-2007 a 4-7-2007 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	4-7-2007
Prazo na CD	de 5-7-2007 a 1º-8-2007 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	1º-8-2007
Prazo no SF	2-8-2007 a 15-8-2007 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	15-8-2007
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	16-8-2007 a 18-8-2007 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	19-8-2007 (46º dia)
Prazo final no Congresso	2-9-2007 (60 dias)
Prazo final prorrogado	1º-11-2007 (*)
(*) Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 52, de 2007 – DOU (Seção I) de 22-8-2007.	

MPV Nº 378

Votação na Câmara dos Deputados	12-09-2007
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	

NOTA TÉCNICA DE ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA MP Nº 378/2007

Brasília, 25-6-2007.

Assunto: Subsídios para a apreciação da Medida Provisória nº 378, de 20 de junho de 2007, que “Dá nova redação ao **caput** do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio a reestruturação e ao ajuste fiscal dos estados”.

Interessado: Comissão Mista de Medidas Provisórias

1. Introdução

Esta nota técnica atende a determinação do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002–CN, que estabelece: “O órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o relator de medida provisória encaminhará aos relatores e à comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária da medida provisória” [grifo nosso].

Com base no art. 62 da Constituição Federal o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional, a Medida Provisória nº 378, de 20 de junho de 2007 (MP nº 378/07), que “Da nova redação ao **caput** do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio a reestruturação e ao ajuste fiscal dos estados”.

Recebida no Congresso Nacional, a MP nº 378/07 teve fixado o seu cronograma de tramitação – inclusive com a definição do prazo para a apresentação de emendas – e foi remetida à Comissão, nos termos do que estabelecem as normas regimentais pertinentes à matéria.

2. Síntese da Medida Provisória

Segundo os elementos contidos na Exposição de Motivos nº 85/2007-MF, de 20 de junho de 2007, formalizada pelo Ministro da Fazenda, que instrui a proposição, o objetivo da Medida Provisória é a manutenção da metodologia aplicável ao cálculo da Receita Líquida Real – RLR em face dos efeitos advindos do veto ao art. 42 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que “Regulamenta o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências”, e que converteu a Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006.

A redação do art. 42 vetado ao excluir do cálculo da RLR a totalidade dos recursos aportados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, implicaria repercussão negativa nos programas de ajuste fiscal dos estados, no âmbito da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e importante impacto financeiro para a União.

Ainda de acordo com a EM, as regras previstas na renegociação de dívidas dos estados e municípios pela União, autorizadas, respectivamente, pela Lei nº 9.496, de 1997 e pela Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, estabelecem que a amortização dos refinanciamentos deve ser realizada com base em prestações mensais apuradas pelo sistema da Tabela **Price**. Os normativos, contudo, possibilitam aos devedores benefício de redução dos pagamentos mediante limite de comprometimento apurado com base na incidência de um percentual determinado sobre a RLR.

A RLR é parâmetro básico na definição das metas de endividamento e do espaço fiscal para a inclusão de novas operações de crédito nos programas. Daí resulta que a redução da sua base representa menor possibilidade de inclusão de novos investimentos pelos estados e compromete os acordos que se encontram em andamento. Dessa forma, qualquer proposta de redução da base do limite de comprometimento, ao tempo em que representa perda de receita do Tesouro Nacional, acarreta desvio da trajetória de redução das dívidas estaduais constante dos programas de ajuste fiscal.

Outro efeito seria o aumento de resíduo financeiro nos contratos de refinanciamento, em consequência da redução do limite de dispêndio, acarretando crescimento do prazo médio de amortização. Tal incremento provocaria maior desequilíbrio entre ativos e passivos em termos de prazo e fluxos de recebimento, dificultando a gestão de riscos pela União e o aumento do subsídio implícito nos contratos.

O Poder Executivo argumenta, ainda, da necessidade da proposição, de forma a permitir a manutenção das exclusões da RLR na forma anteriormente vigente, na redação dada pela Medida Provisória nº 339, de 2006. A ausência da norma impediria a aplicação inclusive das deduções já autorizadas originalmente pela Lei nº 10.195, de 2001, o que traria efeitos igualmente indesejados, tendo em vista os impactos imediatos para os estados, no que diz respeito ao fluxo de pagamentos e capacidade de realizar investimentos com recursos próprios.

3. Compatibilidade e Adequação Orçamentária e Financeira

A Resolução nº 1, de 2002 – CN, que “*Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências*”, estabelece, em seu art. 5º, que o exame de compatibilidade orçamentária e financeira das MP “*abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000*”.

[LRF], a lei do plano plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.”

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), no seu art. 16, § 1º, estabeleceu os seguintes conceitos sobre adequação e compatibilidade financeira e orçamentária:

“§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I – adequada com a Lei Orçamentária Anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II – compatível com o plano plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.”

Do ponto de vista do exame de adequação orçamentária e financeira, a proposição altera o limite de comprometimento em consequência de ampliação das deduções no cálculo da RLR, podendo modificar o prazo médio dos recebimentos dos fluxos de recursos para a União.

4. Conclusão

São esses os elementos objetivos que entendemos pertinentes propiciar para subsidiar os trabalhos e as decisões da Relatoria e da Comissão.

Brasília, 25 de junho de 2007. – **Joaquim Ornelas Neto**, Consultor.

PARECER EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA, SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 378, DE 2007, PROFERIDO NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

O Sr. Colbert Martins (Bloco/PMDB-BA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, a Relatora desta matéria é a Deputada Rose de Freitas. A Exelentíssima Senhora se encontra afastada por motivo de saúde, foi hospitalizada. Farei a leitura do parecer.

Passo a leitura do relatório da Medida Provisória nº 378, de 2007, que dá nova redação ao **caput** do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio a reestruturação e ao ajuste fiscal dos estados.

O Exmo. Sr. Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição,

submete a apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 378, de 20 de junho de 2007, para dar nova redação ao **caput** do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001.

A MP nº 378, de 2007, muda a redação do **caput** do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, para estabelecer que para os fins previstos nas Leis nºs 9.496, de 1997, e 8.727, de 5 de novembro de 1993, na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, o cálculo da Receita Líquida Real para fins de fixação do teto dos serviços da dívida dos estados e municípios excluirá os recursos repassados ao Fundef e ao Fundeb limitados a 15%:

I – da parcela do ICMS, devida ao Distrito Federal, aos estados e aos municípios, conforme o art. 155, inciso II, c/c o art. 158, inciso IV, da Constituição;

II – do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios, previstos no art. 159, inciso I, alíneas **a** e **b** da Constituição; e

III – da parcela do IPI, devida aos estados e ao Distrito Federal, na forma do art. 159, inciso II da Constituição, e dos recursos a que se refere a Lei Complementar nº 87, de 1996.

A Comissão Mista constituída para dar parecer sobre a matéria não se instalou. O Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional encaminhou ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados –Ofício nº 246/2007 do Congresso Nacional – o processo relativo à presente medida provisória, cabendo, pois, ao Plenário da Câmara dos Deputados deliberar sobre seu teor.

Nos termos regimentais, foram oferecidas as emendas a seguir discriminadas à medida provisória em tela.

As Emendas nºs 1, 3 e 7 mandam que sejam excluídos do cálculo da Receita Líquida Real todos os recursos aportados ao Fundef e ao Fundeb.

A Emenda nº 2 exclui do cálculo da Receita Líquida Real 15% das parcelas que cabem aos estados nos **royalties** e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural em seus territórios.

As Emendas nºs 4 e 6 excluem do cálculo da Receita Líquida Real os recursos aportados ao Fundef e ao Fundeb no percentual de 20%:

I – da parcela do ICMS, devida ao Distrito Federal, aos estados e aos municípios, conforme art. 155, inciso II, combinado com o art. 158, inciso IV da Constituição;

II – do FPE e do FPM, previstos no art. 159, inciso I, alíneas **a** e **b** da Constituição; e

III – da parcela do IPI devida aos Estados e ao Distrito Federal, na forma do art. 159, in-

ciso II da Constituição, e dos recursos da Lei Complementar nº 87, de 1996.

A Emenda nº 5 manda descontar do cálculo da receita líquida dos Estados 15% dos recursos aportados no Fundeb também das seguintes fontes:

I – imposto estadual sobre transmissão **causa mortis** e doação de quaisquer bens;

II – IPVA;

III – parcela do produto da arrecadação do imposto que a União eventualmente instituir repassada aos Estados;

IV – parcela do produto da arrecadação do Imposto Territorial Rural, relativamente a imóveis situados nos municípios;

V – dívida ativa tributária relativa aos impostos previstos neste artigo, bem como juros e multas incidentes;

VI – montante de recursos transferidos pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a conta da Lei Complementar nº 87, de 1996 (Lei Kandir).

A Emenda nº 8 manda descontar do cálculo da receita líquida para os fins da presente Medida Provisória 25% e não 15% dos mesmos recursos ali especificados, acrescentando os seguintes parágrafos ao mesmo art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001:

“§ 1º O ente da Federação cuja receita disponível vier a ser aumentada devesse aplicar o respectivo montante em segurança pública e em despesas de capital nas funções de transporte rodoviário e hidroviário, bem como em saneamento básico.

§ 2º A vinculação da nova receita disponível estabelecida no § 1º será decrescente na proporção de 20% ao ano, eliminando-se totalmente seus efeitos no ano de 2013.”

A Emenda nº 9 mantém o teor do art. 1º da Medida Provisória nº 378/07 e introduz um novo art. 2º com o seguinte teor:

“Art. 2º O ente da Federação cuja receita disponível vier a ser aumentada em decorrência do disposto no art. 1º devesse aplicar o respectivo montante em segurança pública e em despesas de capital nas funções de transporte rodoviário e hidroviário, bem como em saneamento básico.

Parágrafo único. A vinculação da nova receita disponível estabelecida no **caput** será decrescente na proporção de 20% ao ano, eliminando-se totalmente seus efeitos no ano de 2013.

As Emendas nºs 10, 11 e 12 tratam de matéria completamente estranha ao teor da MP nº 378/07 e dizem respeito ainda ao processo de privatização do Banco do Estado do Paraná.

A Emenda nº 13 cria a Taxa Anual Efetiva Global – TAEG, matéria também estranha ao teor da MP nº 378/07, com o propósito de tornar mais transparentes os custos e elementos associados às contratações de operação de crédito ou de financiamento aos consumidores, tais como juros e duração do financiamento, taxas, impostos sobre a operação e os seguros, para facilitar a comparação de custos de cada operação.

A Emenda nº 14 acrescenta artigo a MP nº 378/07, versando sobre matéria previdenciária, igualmente estranha ao teor da presente MP, ligada a atividade de Auxiliar de Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário.

A Emenda nº 15 estabelece que deva entender-se como receita líquida real, para os fins aqui tratados, a receita realizada nos 12 meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que estiver apurando, excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de alienação de bens, de transferências voluntárias ou de doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital e, no caso dos Estados, as transferências aos Municípios por participações constitucionais e legais, bem como as receitas do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, previstos nos arts. 81 e 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A Emenda nº 16 trata de matérias também estranhas a MP nº 378/07. São propostas alterações em normas legais ligadas a Cofins e ao PIS/Pasep, tanto nas situações de cobrança não-cumulativa como cumulativa das duas contribuições. Pretende-se com a medida que não sejam computadas nas receitas e conseqüentemente na base de cálculo das referidas contribuições as subvenções para investimentos, nas formas de isenção, redução de impostos ou de doações, na implantação ou na expansão de empreendimentos econômicos. Mais preocupante, a emenda pretende que os efeitos das medidas tenham retroatividade a partir de dezembro de 2002 (art. 1º), de fevereiro de 2004 (art. 2º) e de fevereiro de 1999 (art. 3º).

A Emenda nº 17 trata também de matéria estranha ao teor da medida provisória sob comento, associada à cobrança da Cofins e do PIS/Pasep. Propõe-se reduzir a zero a alíquota sobre a produção e comercialização de néctares de frutas (classificado no nº 2 da posição 22.02.90.00 da TIPI) e sucos de frutas (classificados na posição 20.09 da TIPI).

A Emenda nº 18 inclui artigos sobre matérias previdenciárias, igualmente estranhas ao teor da presente medida provisória. A emenda reduz a contribuição devida pelas pessoas jurídicas operadoras dos serviços de

transporte público coletivo de passageiros, por qualquer modal ou natureza nas vias terrestres, incidente sobre o valor da receita bruta proveniente da exploração do serviço, em substituição as previstas nos incisos I e II do art. 22 desta Lei.

A emenda propõe alterar também a Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, estabelecendo que a contribuição devida à seguridade social pelo empregador, pessoa jurídica, que se dedique aos serviços de transporte público coletivo de passageiros, por qualquer modal ou natureza, nas vias terrestres, em substituição à prevista nos incisos I e II do art. 22 da Lei nº 8.212, passa a ser sobre a receita bruta proveniente da prestação de serviços. Também matéria completamente estranha a essa medida provisória.

É o relatório, Sr. Presidente.

Voto da Relatora, Deputada Rose de Freitas.

Da Admissibilidade

O art. 62 da Constituição Federal dispõe que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las a apreciação do Congresso Nacional. A EM nº 8s5/07-MF defende a urgência da medida aqui examinada pela necessidade de se evitar uma lacuna provocada pelo veto presidencial ao art. 42 da Lei nº 11.484, de 20 de junho de 2007, resultante da conversão da Medida Provisória nº 339/06, que regulamentou o FUNDEB. Aquele dispositivo, que dava nova redação ao **caput** do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, foi vetado porque excluía a totalidade dos recursos repassados pelos Estados e Municípios ao Fundef e ao Fundeb no cálculo da receita líquida real.

A Medida Provisória nº 378/07, veio restabelecer a prática adotada na vigência do Fundef, no que se refere às exclusões do cálculo da receita líquida real dos Estados e municípios para os fins já assinalados em relação aos repasses financeiros feitos por eles ao Fundeb. Deste modo, ficam caracterizados, a nosso juízo, os pressupostos constitucionais de relevância e da urgência na edição da medida provisória, pelas implicações orçamentárias e financeiras negativas que poderiam ocorrer ainda no presente exercício financeiro, tanto na União como por parte dos Estados e municípios, se a medida provisória não fosse editada.

Com base no exposto, tendo em vista o cumprimento do que estabelece o art. 62, da Constituição Federal e o que dispõe o § 1º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002, somos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 378 de 2007.

Da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

No que concerne à juridicidade, a proposição guarda harmonia com a lei e não se constata qualquer violação ao ordenamento jurídico constitucional. Com relação à juridicidade e técnica legislativa, a medida provisória atende aos termos da Lei Complementar nº 95 de 1998, com as alterações feitas pela Lei Complementar nº 107 de 2001.

De plano, não vemos maiores óbices à apreciação quanto à adequação e ao mérito das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 15, tendo em vista que elas guardam harmonia com a lei e que não se constata qualquer violação ao ordenamento jurídico-constitucional. Com relação à juridicidade e técnica legislativa, as emendas assinaladas também atendem aos termos da Lei Complementar nº 95 de 1998, com as alterações da Lei Complementar nº 107 de 2001.

As Emendas nºs 8 e 9, no entanto, apresentam vícios de constitucionalidade insanáveis pelas razões a seguir expostas. Elas impõem aos Estados e Municípios vinculações às áreas de segurança, de transporte rodoviário e hidroviário, e de saneamento dos recursos que não serão pagos à conta dos respectivos serviços da dívida à União, em face da redução da receita real líquida, especialmente nos casos em que tais encargos estejam próximos ao limites contratualmente estabelecidos nos acordos entre eles e a União. Vinculações desta ordem somente são realizadas por meio de emenda à Constituição quando se trata de recursos dos Estados e dos Municípios.

A matéria que consta da Emenda nº 14, foi considerada inconstitucional pelo Ministério da Justiça e pela Advocacia-Geral da União, por ocasião do veto presidencial ao art. 15 da Lei nº 11.482 de 2007, resultante da conversão da Medida Provisória nº 340 de 2006. A inconstitucionalidade estava associada ao fato de a matéria, de um lado, usurpar a competência legislativa dos municípios para dispor sobre assuntos de interesse local, “**ex vi** do inciso I do art. 30 da Constituição Federal”, e, de outro, interferir na organização e na prestação do serviço público de interesse local, matéria de competência municipal, a teor do inciso V do mesmo dispositivo. Ao dispor acerca dos profissionais auxiliares ao serviço, como fez o § 1º do art. 1º da emenda, viola-se a competência municipal para organização dos serviços públicos locais. Nos termos do mencionado veto, sob a perspectiva de regulamentar o recolhimento previdenciário desses profissionais, é fato que o dispositivo sugere a necessidade dos auxiliares durante a prestação de serviços, a violar, portanto, a escolha do administrador municipal. São violações que atentam contra o pacto federativo, consoante o inciso I do § 4º do art. 60

da Constituição. Não há, pois, elementos novos que justifiquem a revisão da tese de inconstitucionalidade apontada em relação à Emenda sob exame.

As Emendas nºs 10, 11 e 12 tratam da anulação de penalidades aplicadas pela União ao Governo do Estado do Paraná em face da aplicação dos termos do Contrato de Confissão, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 11/98, por força do não pagamento dos títulos públicos emitidos pelos Estados e Municípios ali mencionados e adquiridos por ocasião da privatização do Banco do Estado do Paraná. O assunto, em que pese a sua relevância, não guarda relação direta com o teor da presente medida provisória, contrariando o disposto nos incisos I e II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, que prudentemente recomendam que a lei não conterà matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão. Ademais, como o assunto aqui trazido pelas emendas sob exame encontra-se **sub judice** no Supremo Tribunal Federal (ACO 930) e na Justiça Federal do Paraná, 3º Vara Cível (autos nº 2005.70.00.027122-6), não nos parece prudente recomendar a sua apreciação de mérito.

No que concerne à Emenda nº 13, a matéria escapa ao conteúdo da medida provisória, valendo ainda assinalar que, recentemente, os Ministérios da Fazenda e da Justiça recomendaram o veto presidencial aos arts. 20, 21 e 22 da Lei nº 11.482/07, resultante da conversão da medida provisória nº 340/06, que tratavam de semelhante questão. Alegou-se que, mesmo não existindo qualquer inconstitucionalidade, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) já traz dispositivos semelhantes e com a mesma finalidade. O Código já prevê que, nos contratos que envolvam a outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, ele deverá ser informado prévia e adequadamente sobre o preço, o montante dos juros de mora e a taxa efetiva anual de juros, os acréscimos legalmente previstos, o número e a periodicidade das prestações. O art. 31 do citado Código já traz norma que impõe aos fornecedores de produtos ou serviços assegurarem ao consumidor informações claras, corretas, precisas, bem como qualidade, quantidade, composição, preço, garantias.

Em resumo, a Emenda nº 13 não traduziria inovação legislativa na disciplina do *assunto*. Se aprovada, poderia, inclusive, induzir à interpretação de que o CDC foi revogado, em prejuízo de sua unidade sistemática.

As Emendas nºs 16 e 17 apresentam teor estranho em relação ao aqui tratado na Medida Provisória nº 278/97, contrariando o disposto nos incisos I e II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, já citados. Assim, optamos por não apreciá-las, sugerindo que elas sejam examinadas por ocasião do exame da Medida

Provisória nº 382, de 2007, que trata justamente das contribuições do PIS/Pasep e da Cofins.

A Emenda nº 18 também não trata de conteúdo correlato com o da Medida Provisória nº 348/97. Além disso, o § 13 do art. 195 da Constituição determina que lei definirá os setores em que haverá substituição total ou parcial da contribuição incidente sobre a folha de pagamento por aquela incidente sobre o faturamento.

Em que pese o citado dispositivo constitucional mencionar que espécie de lei geral regulará a substituição da base de incidência das contribuições previdenciárias, até o momento a matéria vem sendo discutida, por meio de lei, caso a caso, ou melhor, setor por setor. No entanto, em defesa da higidez de nosso sistema previdenciário, sob responsabilidade do INSS, há que se calcular se a alíquota de 2,6% incidente sobre a receita bruta da exploração do serviço por empresas de serviço de transporte público substituiria com eficácia os recursos arrecadados com base na folha de pagamentos.

Será mais apropriado analisar tal matéria por ocasião o encaminhamento da proposta do Executivo de novo sistema tributário, onde questões desta ordem serão necessariamente apreciadas.

Pelas razões acima, votamos pela inconstitucionalidade das Emendas nºs 8., 9 e 14 e pela injuridicidade das Emendas nºs 10, 11, 12, 13, 16, 17 e 18. Votamos ainda pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 378, de 2007, e das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 15, que lhe foram apresentadas.

Da Adequação Financeira e Orçamentária

Nota Técnica, de 25 de junho de 2007, da Consultoria de Orçamentos e Fiscalização e Controle do Senado Federal, em observância ao art. 5º da Resolução nº 1/02, do Congresso Nacional, não viu maiores óbices à aprovação da Medida Provisória nº 378, no que diz respeito à sua compatibilidade com as normas legais que regem a atividade orçamentária e financeira.

A medida provisória não trouxe qualquer inovação do ponto de vista orçamentário e financeiro, uma vez que estamos tratando de um procedimento que teve origem em março de 1998, por determinação do que estabeleceu o art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001. Do mesmo modo, as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 15, que foram apresentadas à presente medida provisória, não evidenciam maiores problemas quanto à sua adequação orçamentária e financeira, motivo porque votamos pela adequação orçamentária e financeira dessas emendas e da Medida Provisória nº 378, de 2007.

Do mérito

A Medida Provisória nº 378/07, como vimos, dá nova redação ao **caput** do art. 5º da Lei nº 10.195, de

14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados. De plano, estamos nos antecipando e recomendando desde já a aprovação da proposição nos exatos termos em que ela foi encaminhada pelo Poder Executivo, pelas razões expostas em seguida.

A medida provisória restabelece a prerrogativa oferecida pelo art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, aplicável ao cálculo da Receita Líquida Real, que serve de base para a fixação do teto dos pagamentos dos serviços da dívida referentes aos empréstimos contraídos pelos Estados e Municípios junto à União, em conformidade com a Lei nº 9.496, de 11-9-1997, no contexto Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal dos Estados, com a Medida Provisória nº 2.185, reeditada 35 vezes, de 2001, e com a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, no contexto do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal dos Municípios.

A presente medida provisória permite aos Estados e aos Municípios, a exemplo do que ocorria durante a vigência do Fundef, excluírem do cálculo da Receita Líquida Real – RLR os repasses feitos por eles ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, limitados a 15%:

I – da parcela do ICMS, devida ao Distrito Federal, aos Estados e aos municípios, conforme o art. 155, inciso II, combinado com o art. 158, inciso IV, da Constituição;

II – do Fundo de Participação dos Estados – FPE e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, previstos no art. 159, inciso I, alíneas **a** e **b**, da Constituição; e

III – parcela do IPI – Exportações devida aos Estados e ao Distrito Federal, na forma do art. 159, inciso II, da Constituição, e dos recursos da Lei Complementar nº 87, de 1996, a famosa Lei Kandir.

A reintrodução da medida tornou-se imperiosa pelo vácuo legislativo provocado pelo veto presidencial ao art. 42 da Lei nº 11.494/07, resultante da conversão da Medida Provisória nº 339, de 2006, que regulamentou o art. 60, para criar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em substituição ao Fundef.

A redação do art. 42 da Lei nº 11.494/07, ao excluir do cálculo da Receita Líquida Real todos os recursos aportados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, implicaria repercussão negativa nos programas de ajuste fiscal

especialmente dos estados, no âmbito da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e, mais que isto, provocaria um preocupante impacto financeiro para a União.

Ressalta-se, por oportuno, que a pretensão dada por ocasião da redação do art. 42 da Lei nº 11.494/07, acabou sendo reapresentado no bojo das Emendas nºs 1, 3 e 7, oferecidas a esta Medida Provisória nº 378, de 2007, ora examinada.

As regras contratuais de renegociação das dívidas dos estados e municípios estabelecem que, na amortização, os devedores teriam o benefício de redução dos pagamentos mediante limite de comprometimento, acordado contratualmente caso a caso, apurado com base na incidência de um percentual sobre a Receita Líquida Real, parâmetro igualmente empregado na definição das metas de endividamento e do espaço fiscal para a inclusão de novas operações de crédito.

A exclusão integral do cálculo da Receita Líquida Real dos recursos aportados ao Fundeb beneficiaria ilusoriamente os estados de maior endividamento, coincidentemente os mais ricos, que estão com encargos mensais da dívida mais próximos aos limites legais de comprometimento do serviço da dívida.

A nossa Consultoria Legislativa estimou o impacto financeiro da aprovação do art. 42 da Lei nº 11.494/07 – Lei de Conversão à Medida Provisória nº 339/2006 – que coincide com o impacto da aprovação das Emendas nºs 1, 3 e 7 apresentadas à presente MP —, tendo como referência a forma como o assunto foi tratado na época do Fundef, que coincide com a adotada pela presente Medida Provisória nº 378/07.

Considerou-se a hipótese de que todos os repasses aportados pelos estados ao Fundeb, na forma estabelecida no texto constitucional, seriam deduzidos da Receita Líquida Real (RLR) para os fins já explicitados, nos termos do projeto de lei de conversão da MP nº 339/07 e das Emendas nºs 1, 3 e 7 já comentadas.

A estimativa do impacto financeiro adicional nos próximos anos, adotada a tese de abater do cálculo da Receita Líquida Real dos Estados a totalidade dos recursos acima destinados ao Fundeb, leva em conta, como ressaltamos, a dedução que já ocorria na vigência do Fundef, ou seja, o cálculo da Receita Líquida Real dos Estados é deduzido de 15% do somatório da receita estadual com o ICMS, o FPE, o IPI-Exportação e a famosa Lei Kandir, destinados ao Fundeb.

Selecionaram-se os 14 estados mais endividados e que se utilizam dos limites contratualmente acordados com a União, ou que estão muito próximos deles. Significa dizer que os compromissos mensais com a dívida contraída por eles, junto à União, são ainda maiores que tais limites.

Com essa informação, o serviço da dívida pôde ser calculado indiretamente, multiplicando-se, para cada Estado, o limite percentual para pagamentos mensais pela diferença entre a situação vigente e a que ocorreria, caso não houvesse o veto ao art. 42 da Lei nº 11.494/07, ou, ainda, se fossem aprovadas as Emendas nºs 1, 3 e 7 à presente medida provisória.

Não lerei a Tabela nº 1, anexa ao relatório e à disposição de todos os parlamentares.

Os números da Tabela 1 denunciam os significativos montantes que o Tesouro Nacional deixaria de receber dos estados nos próximos anos. Vemos, por exemplo, que, a partir de 2009, cerca de R\$1 bilhão/ano (a preços de hoje) não seriam recebidos pela União no que concerne ao pagamento dos serviços da dívida contratualmente acordados com os estados. Além disto, podemos verificar uma certa concentração do benefício, uma vez que quase 70% dos recursos não recolhidos pelo Tesouro Nacional estariam associados a apenas quatro estados da Federação.

Da parte da União, a medida representaria perda expressiva da receita para Tesouro Nacional, o que acarretaria ainda um desvio da trajetória de redução das dívidas estaduais constante dos programas de ajuste fiscal.

Ademais, como o art. 12 da Lei nº 1.496/97 determina que os recursos provenientes do pagamento dos refinanciamentos concedidos aos Estados e ao Distrito Federal serão integralmente utilizados para abatimento de dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, fácil é concluir que a trajetória da dívida pública estaria mais comprometida ainda, uma vez que o Tesouro Nacional deixaria de resgatar o equivalente a R\$1 bilhão de reais por ano em títulos de sua responsabilidade.

Por outro lado, como a Receita Líquida Real é o denominador na relação com a dívida, de que trata o inciso I do art. 22 da Lei nº 1.496, de 1997, os estados teriam uma expressiva redução na margem de contratação de novas operações de crédito, uma vez que os recursos aparentemente poupados no presente alimentariam na mesma proporção os respectivos saldos devedores.

Também se agrava, porque a mesma Lei nº 1.496, de 1997, estabelece em seu art. 3º, § 5º, b, no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal dos Estados, regras que foram formalizadas nos contratos celebrados entre os estados e a União, dentre as quais a de que enquanto a dívida financeira estiver superior à receita líquida real anuál o estado somente poderia contrair novas dívidas, inclusive empréstimos externos junto a organismos financeiros internacionais, se estivesse cumprindo as metas contratuais relativas à dívida financeira na trajetória pactuada no contrato.

A redução pretendida, se ampliada nos moldes como queria o projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 339/07, assim como indicado nas Emendas nºs 1, 3 e 7, acabaria sendo também prejudicial aos estados de menor endividamento, porque a medida acabaria por diminuir a margem para novas operações de crédito, mesmo que demonstrassem comprovada capacidade de pagamento dos futuros encargos com a dívida, sacrificando assim o financiamento de investimentos em infraestrutura e saneamento, sabidamente as prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em reforço à tese aqui defendida por nós, no sentido de mantermos o teor da Medida Provisória nº 378 na forma encaminhada pelo Poder Executivo, gostaríamos de ressaltar, primeiramente, que não estamos aqui tratando de redução da dívida contratada, mas apenas da postergação de parcelas da dívida, que acarreta, inevitavelmente, crescimento expressivo e automático dos respectivos saldos devedores.

Em segundo lugar, não acolhemos as propostas contidas nas emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 15, apresentadas à Medida Provisória nº 378, de teor correlato. Embora não haja nelas vícios de constitucionalidade, todas têm o objetivo de ampliar, supostamente, os benefícios da presente medida provisória, porque, na verdade, tais propostas acabariam por ampliar as desigualdades fiscais e sociais existentes entre nós.

Por todas essas razões é que estamos recomendando a aprovação da Medida Provisória nº 378, de 2007, nos termos estabelecidos pelo Poder Executivo, o que significa objetivamente que estamos rejeitando, também, as Emendas nºs 01, 03 e 07 a ela apresentadas.

Pela mesma razão, estamos propondo a rejeição das Emendas nºs 04 e 06, que mandam excluir do cálculo da Receita Líquida Real os recursos aportados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério – FUNDEB referentes a 20%:

I – da parcela do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias devida ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios; do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios, e da parcela de IPI/Exportações devidas aos Estados e ao Distrito Federal.

A Emenda nº 05 deve também ser rejeitada, porque foi omissa em relação à redução do cálculo da Receita Líquida Real.

A Emenda nº 02 deve ser rejeitada, porque não nos parece razoável a tese ali defendida de mandar incluir o inciso IV ao art. 5º da Lei nº 10.195/01

Estamos também recomendando a rejeição da Emenda nº 15, que manda incluir novo artigo na Medida Provisória nº 378/07.

Por último, e não menos importante, aproveitamos a oportunidade para reafirmar a bandeira que temos defendido ao longo de nossa vida pública, sendo mais justo, nós neste Parlamento, tão sensível aos anseios de nossa gente, buscarmos novas propostas que tivessem como paradigma justamente premiar os Estados e Municípios que, a duras penas, conseguem equilibrar suas contas, em benefício de suas respectivas populações.

Com base no exposto, e em resumo, inicialmente votamos pela inconstitucionalidade das Emendas nºs. 8, 9 e 14, e pela injuridicidade das Emendas nºs 10, 11, 12, 13, 16, 17 e 18. Votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 378, de 2007, e das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 15, que lhe foram apresentadas.

Votamos pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 378, de 2007, assim como das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 15 a ela apresentadas.

Por fim, votamos, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 378, de 2007, nos exatos termos encaminhados pelo Poder Executivo, bem como pela rejeição das Emendas que lhe foram apresentadas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 15.

Este é o parecer da Deputada Rose de Freitas.

*PARECER ESCRITO ENCAMINHADO
À MESA*

COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 378/07

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 378, DE 2007

(Mensagem nº 72, de 21-6-2007
CN / nº 403, de 20-6-2007 – PR)

**Dá nova redação ao caput do art. 5º da
Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001,
que institui medidas adicionais de estímulo
e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal
dos estados.**

Autor: **Poder Executivo**

Relatora: Deputada **Rose de Freitas**

I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, a Medida Provisória nº 378, de 20 de junho de 2007, para dar nova redação ao **caput** do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001.

A MP nº 378/2007 muda a redação do **caput** do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, para estabelecer que para os fins previstos nas Leis nºs 9.496, de 1997, e 8.727, de 5 de novembro de 1993, na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, o cálculo da Receita Líquida Real para fins de fixação do teto dos serviços da dívida dos estados e municípios excluirá os recursos repassados ao Fundef e ao Fundeb limitados a quinze por cento:

I – da parcela do ICMS, devida ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios, conforme o art. 155, inciso II, combinado com o art. 158, inciso IV, da Constituição;

II – do FPE e do FPM, previstos no art. 159, inciso I, alíneas **a** e **b**, da Constituição Federal; e

III – da parcela do IPI, devida aos Estados e ao Distrito Federal, na forma do art. 159, inciso II, da Constituição, e dos recursos a que se refere a Lei Complementar nº 87, de 1996.

A comissão mista constituída para dar parecer sobre a matéria não se instalou. O Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional encaminhou ao Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados (Ofício nº 246/2007 (CN)), o processo relativo à presente MP, cabendo, pois, ao Plenário da Câmara dos Deputados deliberar sobre seu teor.

Nos termos regimentais, foram oferecidas as emendas a seguir discriminadas à medida provisória em tela.

As Emendas nºs 1, 3 e 7 mandam que sejam excluídos do cálculo da Receita Líquida Real todos os recursos aportados ao Fundef e ao Fundeb.

A Emenda nº 2 exclui do cálculo da Receita Líquida Real 15% as parcelas que cabem aos estados nos **royalties** e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural em seus territórios.

As Emendas nºs 4 e 6 excluem do cálculo da Receita Líquida Real os recursos aportados ao Fundef e ao Fundeb no percentual de 20%:

I – da parcela do ICMS, devida ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios, conforme o art. 155, inciso II, combinado com o art. 158, inciso IV, da Constituição;

II – do FPE e do FPM, previstos no art. 159, inciso I, alíneas **a** e **b**, da Constituição Federal; e

III – da parcela do IPI devida aos Estados e ao Distrito Federal, na forma do art. 159, inciso II, da Constituição, e dos recursos da Lei Complementar nº 87, de 1996.

A Emenda nº 5 manda descontar do cálculo da RLR dos estados 15% dos recursos aportados no Fundeb também das seguintes fontes:

- i) imposto estadual sobre transmissão causa **mortis** e doação de quaisquer bens;
- ii) – IPVA;
- iii) – parcela do produto da arrecadação do imposto que a União eventualmente instituir repassada aos Estados;
- iv) – parcela do produto da arrecadação do ITR, relativamente a imóveis situados nos Municípios;
- v) dívida ativa tributária relativa aos impostos previstos neste artigo, bem como juros e multas incidentes;
- vi) – montante de recursos transferidos pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, à conta da Lei Complementar nº 87, de 1996 (Lei Kandir).

A Emenda nº 8 manda descontar do cálculo da RLR para os fins da presente MP 25% e não 15% dos mesmos recursos ali especificados, acrescentando os seguintes parágrafos ao mesmo art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001:

“§ 1º O ente da Federação cuja receita disponível vier a ser aumentada deverá aplicar o respectivo montante em segurança pública e em despesas de capital nas funções de transporte rodoviário e hidroviário, bem como em saneamento básico.

§ 2º A vinculação da nova receita disponível estabelecida no § 1º será decrescente na proporção de 20% ao ano, eliminando-se totalmente seus efeitos no ano de 2013.”

A Emenda nº 9 mantém o teor do art. 1º da MP nº 378/07, e introduz um novo art. 2º com o seguinte teor:

“Art. 2º O ente da Federação cuja receita disponível vier a ser aumentada em decorrência do disposto no art. 1º deverá aplicar o respectivo montante em segurança pública e em despesas de capital nas funções de transporte rodoviário e hidroviário, bem como em saneamento básico.

Parágrafo único. A vinculação da nova receita disponível estabelecida no **caput** será decrescente na proporção de 20% ao ano, eliminando-se totalmente seus efeitos no ano de 2013.”

As Emendas nºs 10, 11 e 12 tratam de matéria completamente estranha ao teor da MP nº 378/07, e dizem respeito ainda ao processo de privatização do Banco do Estado do Paraná.

A Emenda nº 13 cria a Taxa Anual Efetiva Global – TAEG, matéria também estranha ao teor da MP nº 378/07, com o propósito de tornar mais transparentes os custos e elementos associados às contratações de operação de crédito ou de financiamento aos consumidores, tais como juros e duração do financiamento, taxas, impostos sobre a operação e os seguros, para facilitar a comparação de custos de cada operação.

A Emenda nº 14 acrescenta artigo à MP nº 378/07, versando sobre matéria previdenciária, igualmente estranha ao teor da presente MP, ligada à atividade de Auxiliar de Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário.

A Emenda nº 15 estabelece que deva entender-se como receita líquida real, para os fins aqui tratados, a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que e estiver apurando, excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de alienação de bens, de transferências voluntárias ou de doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital e, no caso dos Estados, as transferências aos Municípios por participações constitucionais e legais, bem como as receitas do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, previsto nos arts. 81 e 82 do ADCT.

A Emenda nº 16 trata de matérias também estranhas à MP nº 378/07. São propostas alterações em normas legais ligadas a COFINS e ao PIS/Pasep, tanto nas situações de cobrança não-cumulativa como cumulativa das duas contribuições. Pretende-se com a medida que não sejam computadas nas receitas e conseqüentemente na base de cálculo das referidas contribuições as subvenções para investimentos, nas formas de isenção, redução de impostos ou de doações, na implantação ou na expansão de empreendimentos econômicos. Mais preocupante, a emenda pretende que os efeitos das medidas tenham retroatividade a partir de dezembro de 2002 (art. 1º), de fevereiro de 2004 (art. 2º) e de fevereiro de 1999 (art. 3º).

A Emenda nº 17 trata também de matéria estranha ao teor da MP sob comento, associada à cobrança da Cofins e do PIS/Pasep. Propõe-se reduzir a zero a alíquota sobre a produção e comercialização de néctares de frutas (classificado no EX 02 da posição 22.02.90.00 da TIPI) e sucos de frutas (classificados na posição 20.09 da TIPI).

A Emenda nº 18 inclui artigos sobre matérias previdenciárias, igualmente estranhas ao teor da presente MP. A emenda reduz a contribuição devida pelas pessoas jurídicas operadoras dos serviços de transporte público coletivo de passageiros, por qualquer modal ou natureza nas vias terrestres, incidente sobre o valor da receita bruta proveniente da exploração do

serviço, em substituição às previstas nos incisos I e II do art. 22 desta Lei.

A emenda propõe alterar também a Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, estabelecendo que a contribuição devida à seguridade social pelo empregador, pessoa jurídica, que se dedique aos serviços de transporte público coletivo de passageiros, por qualquer modal ou natureza, nas vias terrestres, em substituição à prevista nos incisos I e II do art. 22 da Lei nº 8.212/91, passa a ser sobre a receita bruta proveniente da prestação de serviços.

É o relatório.

II – Voto da Relatora

II.1 – Da Admissibilidade

O art. 62 da Constituição Federal dispõe que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las à apreciação do Congresso Nacional. A EM nº 85/07 – MF defende a urgência da medida aqui examinada pela necessidade de se evitar uma lacuna provocada pelo veto presidencial ao art. 42 da Lei nº 11.484, de 20 de junho de 2007, resultante da conversão da MP nº 339/06, que regulamentou o Fundeb. Aquele dispositivo, que dava nova redação ao **caput** do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, foi vetado porque excluía a totalidade dos recursos repassados pelos estados e municípios ao Fundeb e ao Fundeb no cálculo da receita líquida real.

A MP nº 378/07 veio restabelecer a prática adotada na vigência do Fundeb, no que se refere às exclusões do cálculo da receita líquida real dos estados e municípios para os fins já assinalados em relação aos repasses financeiros feitos por eles ao Fundeb. Deste modo, ficam caracterizados, a nosso juízo, os pressupostos constitucionais de relevância e da urgência na edição da Medida Provisória, pelas implicações orçamentárias e financeiras negativas que poderiam ocorrer ainda no presente exercício financeiro, tanto na União como por parte dos estados e municípios, se a MP não fosse editada.

Com base no exposto, tendo em vista o cumprimento do que estabelece o art. 62 da Constituição Federal e o que dispõe o § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, somos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 378, de 2007.

II.2 – Da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

No que concerne à juridicidade, a proposição guarda harmonia com a lei e não se constata qualquer violação ao ordenamento jurídico-constitucional. Com relação à juridicidade e técnica legislativa, a Medida

Provisória atende aos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998, com as alterações feitas pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

De plano, não vemos maiores óbices à apreciação quanto à adequação e mérito das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 15, tendo em vista que elas guardam harmonia com a lei e não se constata qualquer violação ao ordenamento jurídico-constitucional. Com relação à juridicidade e técnica legislativa, as emendas assinaladas também atendem aos termos da LC nº 95, de 1998, com as alterações da LC nº 107, de 2001.

As Emendas nºs 8 e 9, no entanto, apresentam vícios de constitucionalidade insanáveis pelas razões a seguir expostas. Elas impõem aos estados e municípios vinculações às áreas de segurança, de transporte rodoviário e hidroviário, e de saneamento dos recursos que não serão pagos à conta dos respectivos serviços da dívida à União, em face da redução da receita real líquida, especialmente nos casos em que tais encargos estejam próximos ao limites contratualmente estabelecidos nos acordos entre eles e a União. Vinculações desta ordem somente são realizadas por meio de emenda à Constituição quando se trata de recursos dos estados e dos municípios.

A matéria que consta da Emenda nº 14 foi considerada inconstitucional pelo Ministério da Justiça e pela Advocacia-Geral da União, por ocasião do veto presidencial ao art. 15 da Lei nº 11.482, de 2007, resultante da conversão da MP nº 340/06. A inconstitucionalidade estava associada ao fato de a matéria, de um lado, usurpar a competência legislativa dos Municípios para dispor sobre assuntos de interesse local, “**ex vi** do inciso I do art. 30 da Constituição Federal”, e, de outro, interferir na organização e na prestação do serviço público de interesse local, matéria de competência municipal, a teor do inciso V do mesmo dispositivo. Ao dispor acerca dos profissionais auxiliares ao serviço, como fez o § 1º do art. 1º da Emenda, viola-se a competência municipal para organização dos serviços públicos locais. Nos termos do mencionado veto, sob a perspectiva de regulamentar o recolhimento previdenciário desses profissionais, é fato que o dispositivo sugere a necessidade dos auxiliares durante a prestação de serviços, a violar, portanto, a escolha do administrador municipal. São violações que atentam contra o pacto federativo, consoante o inciso I do § 4º do art. 60 da Constituição. Não há, pois, elementos novos que justifiquem a revisão da tese de inconstitucionalidade apontada em relação à Emenda sob exame.

As Emendas nºs 10, 11 e 12 tratam da anulação de penalidades aplicadas pela União ao Governo do Estado do Paraná em face da aplicação dos termos do Contrato de Confissão, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 11/98, por força do não paga-

mento dos títulos públicos emitidos pelos estados e municípios ali mencionados e adquiridos por ocasião da privatização do Banco do Estado do Paraná. O assunto, em que pese a sua relevância, não guarda relação direta com o teor da presente medida provisória, contrariando o disposto nos incisos I e II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, que prudentemente recomendam que a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão. Ademais, como o assunto aqui trazido pelas emendas sob exame encontra-se **sub judice** no Supremo Tribunal Federal (ACO 930) e na Justiça Federal do Paraná, 3ª Vara Cível (autos nº 2005.70.00.027122-6), não nos parece prudente recomendar a sua apreciação de mérito.

No que concerne à Emenda nº 13, a matéria escapa ao conteúdo da MP, valendo ainda assinalar que, recentemente, os Ministérios da Fazenda e da Justiça recomendaram o veto presidencial aos arts. 20, 21 e 22 da Lei nº 11.482/07, resultante da conversão da MP nº 340/06, que tratavam de semelhante questão. Alegou-se que, mesmo não existindo qualquer inconstitucionalidade, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) já traz dispositivos semelhantes e com a mesma finalidade. O Código já prevê que nos contratos que envolvam a outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, ele deverá ser informado prévia e adequadamente sobre o preço, o montante dos juros de mora e taxa efetiva anual de juros, acréscimos legalmente previstos, número e periodicidade das prestações. O art. 31 do citado Código já traz norma que impõe aos fornecedores de produtos ou serviços assegurarem ao consumidor informações claras, corretas, precisas, bem como qualidade, quantidade, composição, preço, garantias. Em resumo, a Emenda nº 13 não traduziria inovação legislativa na disciplina do assunto. Se aprovada, poderia, inclusive, induzir à interpretação de que o CDC foi revogado, em prejuízo de sua unidade sistemática.

As Emendas nºs 16 e 17 apresentam teor estranho em relação ao aqui tratado na MP 278/97, contrariando o disposto nos incisos I e II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998 já citados. Assim, optamos por não apreciá-las, sugerindo que elas sejam examinadas por ocasião do exame da MP nº 382, de 2007, que trata justamente das contribuições do PIS/Pasep e da Cofins.

A Emenda nº 18 também não trata de conteúdo correlato com o da MP nº 348/97. Além disto, o § 13 do art. 195 da Constituição determina que lei definirá os setores em que haverá substituição total ou parcial da contribuição incidente sobre a folha de pagamento por aquela incidente sobre o faturamento. Em que

pese o citado dispositivo constitucional mencionar que espécie de lei geral regulará a substituição da base de incidência das contribuições previdenciárias, até o momento a matéria vem sendo discutida, por meio de lei, caso a caso, ou melhor, setor por setor. No entanto, em defesa da higidez de nosso sistema previdenciário, sob responsabilidade do INSS, há que se calcular se a alíquota de 2,6% incidente sobre a receita bruta da exploração do serviço por empresas de serviço de transporte público substituiria com eficácia os recursos arrecadados com base na folha de pagamentos. Será mais apropriado analisar tal matéria por ocasião o encaminhamento da proposta do Executivo de novo sistema tributário, onde questões desta ordem serão necessariamente apreciadas.

Pelas razões acima, votamos pela inconstitucionalidade das Emendas nºs 8, 9 e 14 e pela injuridicidade das Emendas nºs 10, 11, 12, 13, 16, 17 e 18. Votamos ainda pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 378, de 2007, e das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 15, que lhe foram apresentadas.

II.3 – Da Adequação Financeira e Orçamentária

Nota Técnica, de 25 de junho de 2007, da Consultoria de Orçamentos e Fiscalização e Controle do Senado Federal, em observância ao art. 9 da Resolução nº 1/02 – CN, não viu maiores óbices à aprovação da Medida Provisória nº 378 no que diz respeito à sua compatibilidade com as normas legais que regem a atividade orçamentária e financeira.

A MP não trouxe qualquer inovação do ponto de vista orçamentário e financeiro, uma vez que estamos tratando de um procedimento que teve origem em março de 1998, por determinação do que estabeleceu o art. 9 da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001. Do mesmo modo, as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 15, que foram apresentadas à presente MP, não evidenciam maiores problemas quanto à sua adequação orçamentária e financeira, motivo porque votamos pela adequação orçamentária e financeira dessas emendas e da Medida Provisória nº 378, de 2007.

II.4 – Do Mérito

A Medida Provisória nº 378/07, como vimos, dá nova redação ao **caput** do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados. De plano, estamos nos antecipando e recomendando desde já a aprovação da proposição nos exatos termos em que ela foi encaminhada pelo Poder Executivo, pelas razões expostas em seguida.

A MP restabelece a prerrogativa oferecida pelo art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001,

aplicável ao cálculo da Receita Líquida Real, que serve de base para a fixação do teto dos pagamentos dos serviços da dívida referentes aos empréstimos contraídos pelos estados e municípios junto à União, em conformidade com a Lei nº 9.496, de 11-9-1997, no contexto do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal dos Estados, com a Medida Provisória nº 2.185-35/2001, e com a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, no contexto do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal dos Municípios.

A presente MP permite aos estados e aos municípios, a exemplo do que ocorria durante a vigência do FUNDEF, excluírem do cálculo da Receita Líquida Real – RLR os repasses feitos por eles ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDES, imitados a 15%:

I – da parcela do ICMS, devida ao Distrito Federal, aos estados e aos municípios, conforme o art. 155, inciso II, combinado com o art. 158, inciso IV, da Constituição;

II – do FPE e do – FPM, previstos no art. 159, inciso I, alíneas **a** e **b**, da Constituição; e

III – da parcela do IPI/Exportações devida aos estados e ao Distrito Federal, na forma do art. 159, inciso II, da Constituição, e dos recursos da Lei Complementar nº 87, de 1996 (Lei Kandir).

A reintrodução da medida tornou-se imperiosa pelo vácuo legislativo provocado pelo veto presidencial ao art. 42 da Lei nº 11.494/07, resultante da conversão da MP nº 339, de 2006, que regulamentou o art. 60 do ADCT, para criar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDES, em substituição ao FUNDEF.

A redação do art. 42 da Lei nº 11.494/07, ao excluir do cálculo da Receita Líquida Real todos os recursos aportados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDES, implicaria repercussão negativa nos programas de ajuste fiscal especialmente dos estados, no âmbito da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e, mais que isto, provocaria um preocupante impacto financeiro para a União.

Ressalta-se, por oportuno, que a pretensão dada por ocasião da redação do art. 42 da Lei nº 11.494/07 acabou sendo reapresentado no bojo das Emendas nºs 1, 3 e 7, oferecidas a esta MP nº 378/07, ora examinada.

As regras contratuais de renegociação das dívidas dos estados e municípios estabelecem que, na amor-

tização, os devedores teriam o benefício de redução dos pagamentos mediante limite de comprometimento, acordado contratualmente caso a caso, apurado com base na incidência de um percentual sobre a Receita Líquida Real, parâmetro igualmente empregado na definição das metas de endividamento e do espaço fiscal para a inclusão de novas operações de crédito.

A exclusão integral do cálculo da Receita Líquida Real dos recursos aportados ao FUNDEF beneficiaria ilusoriamente os estados de maior endividamento, coincidentemente os mais ricos, que estão com encargos mensais da dívida mais próximos aos limites legais de comprometimento do serviço da dívida.

A nossa Consultoria Legislativa estimou o impacto financeiro da aprovação do art. 42 da Lei nº 11.494/07 – Lei de Conversão à MP nº 339/2006 – que coincide com o impacto da aprovação das Emendas nºs 1, 3 e 7 apresentadas à presente MP –, tendo como referência a forma como o assunto foi tratado na época do FUNDEF, que coincide com a adotada pela presente MP nº 378/07.

Considerou-se a hipótese de que todos os repasses aportados pelos estados ao FUNDEF, na forma estabelecida no texto constitucional, seriam deduzidos da Receita Líquida Real (RLR) para os fins já explicitados, nos termos do projeto de lei de conversão da MP 339/07 e das Emendas nºs 1, 3 e 7 já comentadas.

A estimativa do impacto financeiro adicional nos próximos anos, adotada a tese de abater do cálculo da Receita Líquida Real dos Estados a totalidade dos recursos acima destinados ao FUNDEF, leva em conta, como ressaltamos, a dedução que já ocorria na vigência do FUNDEF, ou seja, o cálculo da Receita Líquida Real dos estados é deduzido de 15% do somatório da receita estadual com o ICMS, o FPE, **o IPI-Exportação e a Lei Kandir, destinados ao FUNDES.**

Selecionou-se os 14 estados mais endividados e que se utilizam dos limites contratualmente acordados com a União, ou que estão muito próximos deles. Significa dizer que os compromissos mensais com a dívida contraída por eles, junto à União, são ainda maiores que tais limites.

Com essa informação, o serviço da dívida pôde ser calculado indiretamente, multiplicando-se, para cada estado, o limite percentual para pagamentos mensais pela diferença entre a situação vigente e a que ocorreria, caso não houvesse o veto ao art. 42 da Lei nº 11.494/07, ou, ainda, se fossem aprovadas as Emendas nºs 1, 3 e 7 à presente MP.

A Tabela 1, abaixo, mostra a situação encontrada e deixa claro como a aprovação do art. 42 da Lei nº 11.494/07 ou das Emendas nºs 1, 3 e 7 acabariam por beneficiar os estados mais ricos.

TABELA 1
IMPACTO FINANCEIRO ADICIONAL DA APROVAÇÃO DO ART. 42
DA LEI 11.494/07 (MP 339) OU DAS EMENDAS 01,03 e 07 à MP 378/07

UF	2007	2008	2009
AL	6,2	12,5	18,7
BA	22,8	45,7	68,6
GO	12,8	25,7	38,7
MA	8,6	17,2	25,9
MG	38,3	76,8	115,4
MS	7,7	15,3	23,0
MT	8,8	17,6	26,4
PB	6,2	12,5	18,7
PE	12,4	24,8	37,3
PI	5,1	10,2	15,3
RJ	31,3	62,7	94,1
RS	25,6	51,4	77,2
SC	13,5	27,0	40,6
SP	123,0	246,6	370,3
Total	322,2	646,1	970,1

Fonte: Consultoria Legislativa/Câmara dos Deputados

Os números da Tabela 1 denunciam os significativos montantes que o Tesouro Nacional deixaria de receber dos estados nos próximos anos. Vemos, por exemplo, que, a partir de 2009, cerca de R\$1 bilhão/ano (a preços de hoje), não seriam recebidos pela União no que concerne ao pagamento dos serviços da dívida contratualmente acordados com os estados. Além disto, podemos verificar uma certa concentração do benefício, uma vez que quase 70% dos recursos não recolhidos pelo Tesouro Nacional estariam associados a apenas quatro estados.

Da parte da União, a medida representaria perda expressiva de receita para o Tesouro Nacional, o que acarretaria ainda um desvio da trajetória de redução das dívidas estaduais constante dos programas de ajuste fiscal.

Ademais, como o art. 12 da Lei nº 9.496/97 determina que os recursos provenientes do pagamento dos refinanciamentos concedidos aos estados e ao Distrito Federal serão integralmente utilizados para abatimento de dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, fácil é concluir que a trajetória da dívida pública estaria mais comprometida ainda, uma vez que o Tesouro Nacional deixaria de resgatar o equivalente a R\$1 bilhão/ano em títulos de sua responsabilidade.

Por outro lado, como a Receita Líquida Real é o denominador na relação com a dívida, de que trata o inciso I do art. 2º da Lei nº 9.496, de 1997, os estados teriam uma expressiva redução na margem de contratação de novas operações de crédito, uma vez que os recursos aparentemente poupados no presente alimentariam na mesma proporção os respectivos saldos devedores.

Também se agrava, porque a mesma Lei nº 9.496, de 1997, estabelece em seu art. 5, § b, no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal dos

Estados, regras que foram formalizadas nos contratos celebrados entre os Estados e a União, dentre as quais a de que enquanto a dívida financeira estiver superior à receita líquida real anual o estado somente poderia contrair novas dívidas, inclusive empréstimos externos junto a organismos financeiros internacionais, se estivesse cumprindo as metas contratuais relativas à dívida financeira na trajetória pactuada no contrato.

A redução pretendida; se ampliada nos moldes como queria o projeto de lei conversão da MP nº 339/07, assim como indicado nas Emendas nº 1, 3 e 7, acabaria sendo também prejudicial aos estados de menor endividamento (relação dívida/ Receita Líquida Real menor que um), primeiramente por que a medida não lhes beneficiaria diretamente, já que o seu serviço da dívida com a União está bem aquém do teto acordado nos contratos; em segundo plano, porque a medida acabaria por diminuir a margem para novas operações de crédito, mesmo que demonstrassem comprovada capacidade de pagamento dos futuros encargos com a dívida, sacrificando assim o financiamento de investimentos em infra-estrutura e saneamento, sabidamente as prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em reforço à tese aqui defendida por nós, no sentido de mantermos o teor da MP nº 378, na forma encaminhada pelo Poder Executivo, gostaríamos de ressaltar, primeiramente, que não estamos aqui tratando de redução da dívida contratada, mas apenas da postergação de parcelas da dívida, que acarreta, inevitavelmente, crescimento expressivo e automático dos respectivos saldos devedores e sobre eles incidindo os encargos financeiros dos contratos de refinanciamento, para o momento em que o serviço da dívida comprometer valor inferior ao limite contratual

acordado entre as partes. Tal incremento provocaria um desequilíbrio entre ativos e passivos em termos de prazo e fluxos de recebimento, dificultando a gestão de riscos pela União e o aumento do subsídio implícito nos contratos, bem como representaria um aumento no saldo devedor das dívidas dos estados, que seria injustamente sustentado pelos futuros governadores e pelas respectivas populações.

Em segundo lugar, não acolhemos as propostas contidas nas emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 15, apresentadas à MP nº 378, de teor correlato, embora não haja nelas vícios de constitucionalidade, todas têm o objetivo de ampliar, supostamente, os benefícios da presente MP, porque, na verdade de, tais propostas acabariam por ampliar as desigualdades fiscais e sociais existentes entre nós. Isto porque, entendemos que nedidas propostas, como esclarecemos neste Parecer, só fazem por bene exatamente os estados mais ricos, ou aqueles que, a nosso ver, salvo melhor juízo, acabaram por não fazer ao longo das últimas décadas o chamado dever de casa, qual seja equilibrar as suas contas e pagar tempestivamente as suas dívidas.

Por todas essas razões é que estamos recomendando a aprovação da Medida Provisória nº 378, de 2007, nos termos estabelecidos pelo Poder Executivo, o que significa objetivamente que estamos rejeitando, também, as Emendas nº 1, 3 e 7 a ela apresentadas.

Pela mesma razão, estamos propondo a rejeição das Emendas nºs 4 e 6, que mandam excluir do cálculo da Receita Líquida Real os recursos aportados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério – FUNDEB referentes a 20%:

I – da parcela do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, devida ao Distrito Federal, aos estados e aos municípios, conforme o art. 155, inciso II, combinado com o art. 158, inciso IV, da Constituição;

II – do FPE e do FPM, previstos no art. 159, inciso I, alíneas **a** e **b**, da Constituição; e

III – da parcela do IPI/Exportações devida aos estados e ao Distrito Federal, na forma do art. 159, inciso II, da Constituição, e dos recursos da Lei Complementar nº 87, de 1996.

A Emenda 5 deve também ser rejeitada, porque foi omissa em relação a redução do cálculo da RLR dos estados e municípios dos recursos aportados ao Fundeb provenientes do ICMS, do FPE, do FPM e do IPI/Exportações, justamente os mais representa-

tivos do ponto de vista de arrecadação, como é de amplo conhecimento.

A Emenda nº 2 deve ser rejeitada porque não nos parece razoável a tese ali defendida de mandar incluir o inciso IV ao art. 5º da Lei nº 10.195/01, com o objetivo de excluir do cálculo da Receita Líquida Real 15% das parcelas que cabem aos estados nos **royalties** e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural nos respectivos territórios, conforme disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Estamos também recomendando a rejeição da Emenda nº 15, que manda incluir novo artigo na MP nº 378/07, para estabelecer que a receita líquida real deve ser a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que se estiver apurando, excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de alienação de bens, de transferências voluntárias ou de doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital e, no caso dos estados, as transferências aos municípios por participações constitucionais e legais, bem como as receitas do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, previsto nos arts. 81 e 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. A matéria, na verdade, foi objeto de algumas ações cautelares junto ao Supremo Tribunal Federal, cujo mérito ainda não foi apreciado.

Por último e não menos importante, aproveitamos a oportunidade, para reafirmar a bandeira que temos defendido ao longo de nossa vida pública, sendo mais justo, nós neste Parlamento, tão sensível aos anseios de nossa gente, buscarmos novas propostas que tivessem como paradigma, justamente, premiar os estados e municípios que, à duras penas, conseguiram equilibrar suas contas, em benefício de suas respectivas populações.

Com base no exposto, e em resumo, inicialmente votamos pela inconstitucionalidade das Emendas nºs 8, 9 e 14, e pela injuridicidade das Emendas nºs 10, 11, 12, 13, 16, 17 e 18. Votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 378, de 2007 e das Emendas nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 15, que lhe foram apresentadas. Votamos pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 378, de 2007, assim como das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 15 a ela apresentadas.

Votamos, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 378, de 2007, nos exatos termos encaminhados pelo Poder Executivo, bem como pela rejeição das Emendas que lhe foram apresentadas nºs 1, 2, 3, 04, 5, 6, 7 e 15.

Sala da Comissão, de 2007. – Deputada **Rose de Freitas**, Relatora.

Proposição: [MPV-378/2007](#) 

Autos: Poder Executivo

Data de Apresentação: 21/06/2007

Apreciação: Proposição sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Urgência

Situação: PLEN: Pronta para Voto.

Exoneta: Não nova redação do caput do art. 9º da Lei nº 10.196, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de segurança e apoio à restauração do patrimônio fiscal dos Estados.


Indexação: Alteração, lei federal, restauração, ajuste fiscal, cálculo, Receita Líquida Iteci, exclusão, receita tributária, percentual, recursos, guerra (ICMS), (DF), Estados, Municípios, (FEF), (PPA), (PPF), limite de endividamento, dívida pública mobiliária, dívida interna.

Despacho:

6/7/2007 - Publicação. Submetido ao Plenário. Proposição sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência.

- PLEN (PLEN)

[MSC 403/2007 \(Mensagem\) - Poder Executivo](#) 


Legislação Citada 


Emendas


- [MPV37807 \(MPV37807\)](#)


[EMC 1/2007 MPV37807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Otávio Leite](#) 


[EMC 2/2007 MPV37807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Eduardo Cunha](#) 


[EMC 3/2007 MPV37807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Lúcia Vânia](#) 

[EMC 4/2007 MPV37807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Valdir Raupp](#) 


[EMC 5/2007 MPV37807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Valdir Raupp](#) 


[EMC 6/2007 MPV37807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 


[EMC 7/2007 MPV37807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 


[EMC 8/2007 MPV37807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Otav Lorenzetti](#) 


[EMC 9/2007 MPV37807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Otav Lorenzetti](#) 


[EMC 10/2007 MPV37807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Osmar Serraglio](#) 

[EMC 11/2007 MPV37807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Ricardo Barros](#) 


[EMC 12/2007 MPV37807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Osmar Serraglio](#) 


[EMC 13/2007 MPV37807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Jilmar Tatto](#) 

[EMC 14/2007 MPV37807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Jilmar Tatto](#) 

[EMC 15/2007 MPV37807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Otávio Leite](#) 

[EMC 16/2007 MPV37807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 

[EMC 17/2007 MPV37807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - William Wong](#) 

[EMC 18/2007 MPV37807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Jilmar Tatto](#) 


Parcerias, Votos e Redação Final

- [MPV37807 \(MPV37807\)](#)

[PPP 1 MPV37807 \(Parcerias Preferido no Plenário\) - Rose de Freitas](#) 

Originais

- PLEN (PLEN)

[PLV 28/2007 \(Projeto de Lei de Conversão\) - Rose de Freitas](#) 

Requerimentos, Recursos e Offícios


- PLEN (PLEN)

[REC 24/2007 \(Recurso contra decisão do Presidente da CB em Questão de Ordem \[Art. 93, § 8º, RICD\]\) - Fernando Corrêa](#) 


Última Ação

11/9/2007 - PLENÁRIO (PLEN) - Agrade a votação em favor da apresentação da Sessão.

Obs.: a data de entrada na proposição foi determinada a partir da última publicação, a qual se encontra disponível em <http://legis.sen.gov.br/legis>

Assinatura:	
21/07/2007	Poder Executivo (EXEC) Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União 

21/8/2007	CONGRESSO NACIONAL (CN) Prorrogação: 09/06/2007 a 29/08/2007. Comissão: 01/06/2007 a 02/07/2007. Câmara dos Deputados: 03/07/2007 a 02/08/2007. Senado Federal: 02/08/2007 a 15/08/2007. Reforma à Câmara dos Deputados (Projeto nº 308/2007 a 15/08/2007). Submissão Lameira a partir de 19/08/2007. Congresso Nacional: 01/06/2007 a 02/09/2007. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 02/09/2007 a 03/11/2007.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Apreciação da MPV 313/2007, do Poder Executivo, que "submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 379, de 30 de junho de 2007, que "dá, em relação ao caput do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de crédito e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados..."
26/9/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebido o Ofício nº 282, de 2007, do Congresso Nacional, que encaminha a Medida Provisória nº 379, de 2007, a fim de que seja submetida à apreciação da Câmara dos Deputados. Informa ainda, que a Medida Provisória nº 379 (Circuito) encetada e que a Comissão Mista criada, no caput do art. 9º da Resolução nº 1, de 2002-CN, não se instaurou.
6/9/2007	Seção de Protocolo (SEPRO) Encaminhamento de Parecer à CCI para publicação.
6/9/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Publicação. Substitui o ao Plenário. Proposição Sujeta à Apreciação do Plenário Regime de Transição. Urgência.
6/9/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encaminha projeto de Despacho de Distribuição a CCI para publicação.
6/9/2007	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação inicial na DCD de 07/09/2007.
10/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em Livro único. (Sessão extraordinária - 2000)
10/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 372/07, item 02 na pauta, com prazo estendido.
10/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em Livro único.
10/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.
13/9/2007	Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) Designa Relator: Dep. Raul de Souza (PMDB-RS), para preferir parecer em plenário pelo Comissão Mista a esta medida provisória e às 18 emendas apresentadas.
17/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em Livro único.
17/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 374/07, item 02 da pauta, com prazo estendido.
14/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em Livro único.
14/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirada de pauta de Ofício.
21/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Questão de Ordem nº 30/2007 do Dep. Fernando Cozza (PPS-SC) para recomendar a presença, na data da Medida Provisória nº 379, de 2007, do ministro do Interior, que é prevista na Medida Provisória nº 358, de 2006, rejeitada pelo Congresso Nacional na última legislatura. Julgada pela Presidência. O Dep. Fernando Cozza recorre à CCJC (Recurso nº 84/07).
21/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em Livro único.
21/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 375/07, item 02 da pauta, com prazo estendido.

22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 9:00)
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 375-2/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão ordinária - 14:00)
23/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.
22/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovação do PEC 34/2007, pelo Dep. Fernando Collor Jr., que insere, nos termos do art. 95, § 8º, em sua decisão da Presidência da Questão de Ordem n. 150, de 2007, a respeito de redação de matéria regida na mesma sessão legislativa. 
23/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 9:00)
23/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 376/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
28/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 9:00)
28/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 372-8/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
28/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão ordinária - 14:00)
28/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 376/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
29/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 377/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
30/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 11:00)
30/8/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 377/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
4/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 9:00)
4/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 378-8/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
4/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão ordinária - 14:00)
4/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 377-8/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN)

5/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não arrolada em face da não conclusão da aprovação da MPV 377-A/07, item II, do ponto, pelo prazo estabelecido.
6/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em 102 ^o início (Sessão extraordinária - 9:00)
6/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Leitura pelo Dep. Uilber Martins (PMDB-BA), do Parecer do Relator, Dep. Raulo de Freitas (PMDB-RS), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e licitude; aprovação desta MPV e das Emendas de nºs 1 a 7 e 15; pela inconstitucionalidade das Emendas de nºs 8, 9 e 16; pela injuridicidade das Emendas de nºs 10 a 13 e 14 a 18; pela destinação financeira e o cumprimento desta MPV e das Emendas de nºs 1 a 7 e 15; do mérito; pela aprovação desta MPV e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 7 e 15.
6/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Adesão a discussão por acordo dos Sen. Lulnes (MPV 378-A/07)
10/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Recessão em 1 ^o turno único.
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirada pelo Autor o Requerimento do Dep. Uilber Neto, na qualidade de Líder do PSD-3, que solicita a retirada do ponto desta MPV.
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirada pelo Autor o Requerimento do Dep. Carlos Zanattini, na qualidade de Líder do PT, que solicita a retirada do ponto desta MPV.
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirada pelo Autor o Requerimento do Dep. Fernando de Fátima, na qualidade de Líder do DEM, que solicita a retirada do ponto desta MPV.
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Retirada pelo Autor o Requerimento do Dep. João Coimbra, na qualidade de Líder do Bloco PMDB, PSC, PTC, que solicita a retirada do ponto desta MPV.
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Questão de Ordem do Dep. Fernando Corrêa (PPS-SC) em adiamento a Questão de Ordem nº 190, em 2 ^o de agosto de 2007, questionando a existência, na MPV 378/07, de disposições alteradas pelo Congresso Nacional em medida provisória anterior, a que impossibilitaria sua rejeição.
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Fernando de Fátima, na qualidade de Líder do DEM, que solicita o adiamento da discussão por duas sessões.
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Emendaria à Votação Dep. Eduardo Valente (PT-SC) e Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Antonio Vilas, na qualidade de Líder do PSD-3, e pelo Dep. Carlos Zanattini, na qualidade de Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo normal.
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento. Sim: 4; Não: 2; 1; Abstenções: 0; Total: 2/2
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Fernando de Fátima, na qualidade de Líder do DEM, solicitando - nos termos do § 4 ^o do artigo 183 do RICD - verificação da votação, antes da abertura do intervalo de uma hora, para o Requerimento que solicita a adiamento da discussão por duas sessões.
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Emendaria à Votação Dep. Vazantini (PT-SP) e Dep. Fernando de Fátima (DEM-BA).
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento.
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Uilber Neto, na qualidade de Líder do PSD-3, que solicita a retirada do ponto da discussão por uma sessão.

11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Prestação de Voto: Dep. Vicentinho (PT-SP) e Dep. Odeirivaldo (PSTB-RJ).
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento.
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Fernando de Sabião, na qualidade de Líder do DEM, que solicita que a discussão seja feita por meio de artigos.
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhado à votação: Dep. Vicentinho (PT-SP) e Dep. Fernando de Sabião (DEM-RJ).
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento.
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Manutivam a Mesa: Dep. Fernando Couto (PPS-SC), Dep. Vicentinho (PT-SP), Dep. Raul Jungmann (PPS-PE), Dep. Dr. Djalma (PPS-SP), Dep. Luiz Carlos Hoelz (PSDB-PR) e Dep. Eduardo Villela (PT-RJ).
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento de Srs. Líderes que solicita o adiamento da discussão e o encaminhamento da votação.
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhado à votação: Dep. Fernando de Sabião (DEM-RJ) e Dep. Vicentinho (PT-SP).
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Fernando de Sabião, na qualidade de Líder do DEM, em razão do resultado previsto pelo Reg. 1º do "Aprova o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo normal.
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado o Requerimento, Sim, 202; Não, 11; Abstenção: 3; Total, 216.
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encerrada a discussão.
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Odeirivaldo, Líder do DEM, que solicita o adiamento da votação por duas sessões.
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Recomendam a votação: Dep. Eduardo Villela (PT-RJ).
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Questão de Ordem nº 162/2007 do Dep. Ciro Gomes (TSE-CE), para indicar como a Mesa tem procedido quanto ao encaminhamento do requerimento de mesmo propósito, como por exemplo os requerimentos de adiamento de votação por um determinado número de sessões. A Presidência esclarece que tem recebido tais requerimentos desde que apresentados por bancadas distintas. O Dep. Ciro Gomes recomenda CMC (Recurso nº 92/2007).
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a votação em face do encerramento da Sessão.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação em turnos únicos. (Sessão ordinária - 14h00)
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Sílvio Costa (PMN-PE) que solicita a retirada do pauta desta AFM.
11/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Fernando Sabião, na qualidade de Líder do DEM, e pelo Dep. Decilso Siqueira, na qualidade de Líder do PT, em razão do resultado previsto pelo Reg. 1º do "Aprova o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo normal.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Resposta da Presidência à Questão de Ordem do Dep. Fernando Couto (PPS-SC), formulada no Sessão Ordinária de 11/09/2007, encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e a outras Comissões da Câmara dos Deputados em 11/09/2007, no sentido de que os termos de referência da consulta à Corte da validade da medida provisória nº 11 de 2007 não se aplicam ao caso da votação de seu encaminhamento e a alteração do texto da medida provisória por

maioria do projeto de lei de conversão não impede rejeição da parte alterada, a redação de projeto por escrito só é considerada quando editada na sua integralidade. O Dep. Fernando Cerqueira (PP-PA) e o Dep. A. Presidência Informam que este Sub-Ofício, a respeito da substituição do Requerimento nº 84/2007 interpretado pelo Deputado Fernando Cerqueira (PP-PA) e o Dep. A. Presidência nº 84/2007.

2/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Regulando o Requerimento. Sim: 3; Não: 271; Abstenção: 1; Total: 275.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicado o Requerimento do Dep. Jucily Junior, na qualidade de Líder do DEM, que solicita a retirada do patamar desta MPV.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicado o Requerimento do Dep. Eduardo Seabra, na qualidade de Líder do DEM, que solicita o adiamento da votação por duas sessões.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicado o Requerimento do Dep. Jucily Junior, na qualidade de Líder do DEM, que solicita o adiamento da votação por uma sessão.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Fernando de Tablado, na qualidade de Líder do DEM, solicitando a restrição do § 4º do artigo 185 do RICD - restrição da votação, antes do decorrer do processo de votação de uma hora, para o Requerimento que solicita a votação artigo por artigo.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Exemplificação e Votação: Dep. Eduardo Valverde (PT-RO) e Dep. Fernando de Tablado (DEM-BA).
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Regulando o Requerimento.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Eduardo Seabra, na qualidade de Líder do DEM, que solicita votação artigo por artigo.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Exemplificação e Votação: Dep. Eduardo Valverde (PT-RO) e Dep. Fernando de Tablado (DEM-BA).
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Regulando o Requerimento.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação preliminar no turno único.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Exemplificação e Votação: Dep. Augusto Carlos Pimenta (PSDB-SP).
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Relatoria, na parte em que manifesta opinião favorável quanto a atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e da natureza, razão financeira e oportunidade dos termos do artigo 8º da Resolução nº 19, de 2006.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Exemplificação e Votação: Dep. Fernando Cerqueira (PPS-SC).
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Relatoria, na parte em que manifesta opinião pela inconstitucionalidade das Emendas nºs 8, 9, 11 e 12 e pela ilegalidade das Emendas nºs 10 a 13 e 15 a 18, nos termos do artigo 3º da Resolução nº 01, de 2006-SEN.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Em conformidade, as Emendas às nºs 8 e 14 e 16 a 18 de que se trata não serão submetidas a voto, quando se decidir, nos termos do § 6º do artigo 189 do RICD.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação, quando se decidir, no turno único.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação nas Emendas de nºs 1 a 7 e 15, com parecer contrário, mistas e os demais.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN)

Verificação da votação das Emendas, solicitada pelo Dep. Fernando de Fátima, na qualidade de Líder do DEM, e pelo Dep. Luiz Sérgio, Líder do PT, em razão do resultado proclamado pelo Mesa: "Rejeitadas as Emendas", passando-se a sua votação pelo processo nominal.


12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitadas as Emendas nºs 1 a 7 e 15. Aprovadas as Destacues. Sim: 61; Não: 286; Abstenções: 11; Total: 458.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Medida Provisória nº 328, de 2007, rejeitadas as Destacues.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Emenda nº 1, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PSDB.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhada a Votação: Dep. Otávio Leite (PSDB-RJ) e Dep. Antonio Carlos Figueiredo (PSDB-SP).
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Emenda nº 1.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Previdenciadas as Destacues para votação em separado das bancadas nºs 3 a 8, das bancadas do PTB, DEM e PSDB, respectivamente.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Emenda nº 5, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do DEM.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhada a Votação: Dep. Fernando de Fátima (DEM-BA).
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitada a Emenda nº 5.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Requerimento nº 1 do Dep. Fernando de Fátima, na qualidade de Líder do DEM, solicitando - nos termos do § 4º do artigo 157 do RCTO - suspensão da votação, antes do decurso do interstício de uma hora, para a Requerimento que solicita destaque para votação em separado da Emenda nº 2.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhada a Votação: Dep. Arnaldo Faria da Silva (PTB-SP) e Dep. Domingos Maluf (DEM-RN).
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Emenda nº 2, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do DEM.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhada a Votação: Dep. Fernando de Fátima (DEM-BA).
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitada Emenda nº 2.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Emenda nº 15, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PSDB.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhada a Votação: Dep. Otávio Leite (PSDB-RJ) e Dep. Antonio Carlos Figueiredo (PSDB-SP).
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação da Emenda, solicitada pelo Dep. Fernando de Fátima, na qualidade de Líder do DEM, pelo Dep. Antônio Carlos Figueiredo, Líder do PSDB, e pelo Dep. Othmar Martins, na qualidade de Líder da Bancada PSDB, PSC, PTC, em razão do resultado proclamado pelo Mesa: "Rejeitada a Emenda nº 15", passando-se a sua votação pelo processo nominal.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitada a Emenda. Sim: 9; Não: 283; Abstenções: 1; Total: 293.

12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Redação Final
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Em face da aprovação da Emenda nº 1, faz aprovar a Medida Provisória nº 378, de 2007, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 38, de 2007.
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovação: Redação Final assinada pela Relatora, Dep. Rose de Freitas (PMDB-ES).
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo a processada (MPV 378-II/07) (PLV 36/07).
12/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação da PLV 28/2007, pela Dep. Rose de Freitas, que "dá nova redação ao caput do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados."

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 52, DE 2007

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 378, de 20 de junho de 2007**, que "Dá nova redação ao caput do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 3 de setembro de 2007, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 21 de agosto de 2007.


Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.195, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2001.

Conversão do MPv nº 2.098-25, de 2001

Institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados e dá outras providências.

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a Medida Provisória nº 2.098-25, de 2001, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam os Estados autorizados a, anualmente e até 28 de fevereiro, alterar a opção pelo fator de ampliação a que se referem os itens 5.1 e 6 do Anexo à Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1998, com efeitos a partir do mês de competência janeiro do mesmo exercício.

Art. 2º A opção a que se refere o artigo anterior relativa ao ano de 1998, poderá ser exercida retroativamente, com efeitos limitados àquele exercício, devendo as diferenças daí decorrentes ser valorizadas para cada mês de competência e utilizadas prioritariamente em encontro de contas com obrigações não tributárias para com a União ou com obrigações para com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

§ 1º Até que se realizem os encontros de contas ou a entrega dos recursos, a diferença, observados os meses de competência, será atualizada pela variação mensal do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que vier a substituí-lo, acrescida de juros de seis por cento ao ano, pro rata temporis.

§ 2º Na hipótese de encontro de contas com obrigações para com o INSS, o valor respectivo será utilizado pela autarquia para amortizar sua dívida para com o Tesouro Nacional, decorrente da aplicação do disposto na Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, e na Medida Provisória nº 2.103-36, de 27 de dezembro de 2000.

§ 3º O rateio da quota parte municipal dos recursos previstos no caput observará o índice de distribuição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços ou Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS de 1998, e será entregue a partir do julho de 1999.

§ 4º Ouze por cento dos recursos previstos no caput serão destinados para composição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), aplicando-se os mesmos critérios de atualização previstos no § 2º até a data da efetiva entrega destes recursos.

Art. 3º Fica a União autorizada a celebrar com os Estados e com o Distrito Federal operações de crédito, até o limite global de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), observadas as disponibilidades orçamentárias, para a antecipação das transferências previstas no Anexo à Lei Complementar nº 87, de 1998.

§ 1º O limite para cada uma daquelas unidades da federação será proporcional aos valores de entrega, efetivamente pagos pela União até 31 de outubro de 1998, referentes aos períodos de competência de janeiro a agosto de 1998, em cumprimento ao Anexo à Lei Complementar nº 87, de 1998.

§ 2º Os créditos a que se refere este artigo serão utilizados, exclusivamente, na liquidação de obrigações financeiras para com a União.

§ 3º Nas operações de que trata este artigo, incidirá atualização monetária mensal com base na variação do IGP-DI e juros de seis por cento ao ano, pro rata temporis.

§ 4º O saldo devedor de cada operação será amortizado a partir do mês de julho de 2000, com as cotas-parcelas destinadas à unidade da federação, conforme previsto no Anexo à Lei Complementar nº 87, de 1996, observadas as deduções legais.

§ 5º Eventual saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2000 deverá ser amortizado em seis parcelas mensais, a partir de janeiro de 2001, com os acréscimos previstos no § 3º.

Art. 4º Fica a União autorizada a, até 30 de junho de 2001, deduzir do valor da prestação mensal estabelecido para os contratos de refinanciamento celebrados ao amparo da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, o valor de depósitos efetuados na Conta Única do Tesouro Nacional, até a data do vencimento da referida prestação, com o fim específico de custear indenizações de demissões de servidores da Administração direta e de entidades da Administração indireta em processo de liquidação, extinção, privatização e fusão.

§ 1º O valor da dedução de que trata o caput poderá ser aplicado no mês em que for efetuado o depósito e nos meses subsequentes, limitado, em cada mês, a quatro por cento da Receita Líquida Real - RLR mensal.

§ 2º Os depósitos de que trata o caput serão regulamentados pelo Ministro de Estado da Fazenda, no prazo de trinta dias.

§ 3º Os valores deduzidos serão incorporados ao saldo devedor do contrato de refinanciamento celebrado ao amparo da Lei nº 9.496, de 1997, incidindo sobre eles os encargos financeiros pactuados.

~~Art. 5º Para os fins previstos nas Leis nºs 9.496, de 1997, e 8.727, de 5 de novembro de 1993, na Medida Provisória nº 2.118-26, de 27 de dezembro de 2000, e no artigo anterior, o cálculo da RLR excluirá da receita realizada as deduções de que trata a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. (Vide Medida Provisória nº 339, de 2006).~~

~~Parágrafo único. Os cálculos de que trata o caput poderão retroagir a março de 1998, devendo eventuais diferenças, relativas aos Estados e ao Distrito Federal, ser compensadas no serviço da dívida refinanciada ao amparo das respectivas Leis.~~

Art. 5º Para os fins previstos nas Leis nºs 9.496, de 1997, e 8.727, de 5 de novembro de 1993, na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e no art. 4º, o cálculo da RLR excluirá da receita realizada quinze por cento dos seguintes recursos: (Redação dada pela Med. da Provisória nº 378, de 2007).

I - da parcela do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, devida ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios, conforme o art. 156, inciso II, combinado com o art. 158, inciso IV, da Constituição; (Redação dada pela Medida Provisória nº 378, de 2007).

II - do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e dos Municípios - FPM, previstos no art. 159, inciso I, alíneas "a" e "b", da Constituição, e no Sistema Tributário Nacional de que trata a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1986; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 378, de 2007).

III - da parcela do imposto sobre Produtos Industrializados - IPI devida aos Estados e ao Distrito Federal, na forma do art. 159, inciso II, da Constituição, e da Lei Complementar nº 87, de 1996, bem como de outras compensações da mesma natureza que vierem a ser instituídas. (Redação dada pela Medida Provisória nº 378, de 2007).

Art. 6º Fica autorizada a alteração, por no máximo duas vezes e respeitado o mês de vencimento, da data de exigibilidade das prestações dos contratos celebrados ao amparo das Leis nºs 8.727, de 1993, e 9.496, de 1997, e da Medida Provisória nº 2.119-60, de 27 de dezembro de 2000.

Art. 7º As referências feitas aos Estados nesta Lei entendem-se feitas também ao Distrito Federal.

Art. 8º O art. 9º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º _____

§ 1º Não se aplica a vedação constante do caput ao pagamento de dívidas para com a União e suas entidades.

§ 2º Os recursos originários das compensações financeiras a que se refere este artigo poderão ser utilizados também para capitalização de fundos de previdência.” (NR)

Art. 9º A União distribuirá a diferença positiva de que trata o subitem 1.1.1.1 do Anexo da Lei Complementar nº 102, de 11 de junho de 2000, excepcionalmente, no exercício financeiro de 2000, na proporção de trinta por cento no mês de agosto, vinte e cinco por cento no mês de setembro, vinte por cento no mês de outubro, quinze por cento no mês de novembro e dez por cento no mês de dezembro, todos de 2000.

Parágrafo único. A data de entrega dos recursos será fixada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 10. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.098-24, de 27 de dezembro de 2000.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 14 de fevereiro de 2001; 180º da Independência e 113º da República

Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 16.2.2001

LEI Nº 9.496, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997.

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal

LEI Nº 8.727, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1993.

Estabelece diretrizes para a consolidação e o rescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.185-35, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência recebeu a **Mensagem nº 146, de 2007** (nº 671/2007, na origem), de 5 do corrente, do Presidente da República, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de julho do corrente ano, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 313-L-DEM/07

Brasília, 11 de setembro de 2007

Senhor Presidente,

Encaminho a V. Exª cópia do Expediente do dia 10 de setembro, do Deputado Gervásio Silva, comunicando a esta liderança sua renúncia à vaga de suplente.

te da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul da Câmara dos Deputados.

Desta forma, solicito que seja determinada por V. Ex^a as providências necessárias para dar consequência a solicitação do parlamentar.

Atenciosamente, – Deputado **Onyx Lorenzoni**,
Líder do Democratas

Brasília, 10 de setembro de 2007

Senhor Líder,

Solicito a V. Ex^a, nos termos regimentais, minha exclusão da condição de membro suplente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul da Câmara dos Deputados.

Atenciosamente, – Deputado **Gervásio Silva**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

- Nº 147, de 2007 (nº 1.128/2006, na origem), de 15 de dezembro de 2006, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 24 de 2006-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de cento e doze mil e quatrocentos reais para os fins que especifica, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.403, de 15 de dezembro de 2006; e
- Nº 148, de 2007 (nº 1.137/2006, na origem), de 15 de dezembro de 2006, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 25 de 2006-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, crédito suplementar no valor total de quatrocentos e oito milhões, oitocentos e setenta e um mil, oitocentos e oitenta e nove reais e reduz o Orçamento de Investimento de empresas do mesmo Grupo no valor global de setecentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, trezentos e trinta e três reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.412, de 15 de dezembro de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

As **Mensagens nºs 147 e 148, de 2007**, juntadas aos processados dos Projetos de Lei nºs 24 e 25, de 2006 – CN, vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 149, DE 2007

(nº 666/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, com o art. 39, § 1º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, e com o art. 46, § 1º, do Anexo ao Decreto nº 5.979, de 6 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Antonio José Maria de Souza e Silva, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Seicheles, à República de Madagascar e ao Reino da Suazilândia.

Os méritos do Senhor Antonio José Maria de Souza e Silva que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de setembro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 244 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G – MRE/APES

Brasília, 31 de agosto de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, § 1º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, bem como no art. 46, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.979, de 6 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Antonio José Maria de Souza e Silva, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Seicheles, à República de Madagascar e ao Reino da Suazilândia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informações sobre os países e **curriculum vitae** do Senhor Antonio José Maria de Souza e Silva que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

I N F O R M A Ç Ã O
C U R R I C U L U M V I T A E

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA

CPF.: 24501743700

ID.: 2181558— IFP/RJ

- 1950 Filho de Celso Antonio de Souza e Silva e Maria Alice de Azevedo Teixeira de Souza e Silva, nasce em 16 de agosto, no Rio de Janeiro/RJ
- 1973 Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito Cândido Mendes/RJ
- 1976 Terceiro Secretário em 12 de janeiro
- 1976 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
- 1976 Embaixada em Trípoli, Terceiro Secretário
- 1979 Segundo Secretário, por antigüidade, em 2 de março
- 1979 Consulado Geral em Nova York, Segundo Secretário
- 1982 Embaixada na Guatemala, Encarregado de Negócios
- 1982 CAD - IRBr
- 1982 Embaixada em Assunção, Segundo e Primeiro Secretário
- 1984 Ordem do Rio-Branco, Oficial
- 1984 Primeiro Secretário, por merecimento, em 29 de junho
- 1987 Divisão de Política Financeira, Chefe, substituto
- 1988 Embaixada em Islamabad, Encarregado de Negócios
- 1989 Conselheiro, por merecimento, em 30 de junho
- 1990 Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro
- 1993 Embaixada em Praga, Conselheiro
- 1997 Divisão da Europa I, Chefe
- 1997 Departamento da Europa, Diretor-Geral, substituto
- 2000 Departamento de Promoção Comercial, assessor
- 2003 CAE - IRBr, Combate ao Terrorismo: a evolução do tratamento multilateral e os reflexos para o Brasil
- 2003 134ª Assembléia do Bureau International des Expositions, Paris, Chefe da Delegação
- 2004 Embaixada em Trípoli, Encarregado de Negócios
- 2004 Divisão de Feiras e Turismo, Chefe
- 2004 135ª Assembléia do Bureau International des Expositions, Paris, Chefe da Delegação
- 2004 Ministro de Segunda Classe por merecimento
- 2004 Embaixada em Dili, Embaixador
- 2007 Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MOÇAMBIQUE

CAPITAL:	MAPUTO
ÁREA:	801.590 km²
POPULAÇÃO:	19,591 milhões de habitantes (2005)
IDIOMA:	Português, língua oficial. Outras línguas: Emakhuwa (26,1%), Xichangana (11,3%), Elomwe (7,6%), Ciscna (6,8%), Uchuwabo (5,8%), outras (32%)—Censo de 1997
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Crenças tradicionais 50,4%, cristianismo 38,4% (católicos 15,8%), protestantes 8,9%, outros 13,8%, islamismo 10,5%, outras 0,7%, atcismo 0,1% (2000)
SISTEMA POLÍTICO:	República. Território dividido administrativamente em 10 províncias e 1 Cidade (Maputo). Democracia pluripartidária.
CHEFE DE ESTADO:	Armando Emílio Guebuza, Presidente da República
CHEFE DE GOVERNO:	Luísia Dias Diogo, Primeira-Ministra
CHANCELER:	Alcinda António de Abreu
PIB (2006):	US\$ 7,2 bilhões (estimativa EIU)
PIB PER CAPITA (2006):	US\$ 356 (nominal - estimativa EIU)
UNIDADE MONETÁRIA:	Metical
EMBAIXADOR DE MOÇAMBIQUE NO BRASIL:	Murade Isaac Murargy
EMBAIXADORA DO BRASIL EM MOÇAMBIQUE:	Leda Lucia Camargo

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente Armando Emílio Guebuza

Tem 62 anos de idade, é um empresário de sucesso, e muito embora as suas raízes familiares estejam no sul de Moçambique, nasceu na Província de Nampula, no norte do país. Armando Guebuza é visto como a mão forte que a FRELIMO e o país necessitam numa altura em que a corrupção desenfreada preocupa cada vez mais. Pertence à primeira geração da FRELIMO, juntou-se à então Frente de Libertação de Moçambique em 1963, apenas um ano depois da sua fundação. Como Ministro da Administração Interna em 1974, após a assinatura dos Acordos de Lusaka, que levaram à independência, Armando Guebuza é recordado como a face à frente da controversa decisão “vinte, vinte e quatro”, pela qual cidadãos portugueses, descontentes com a independência, foram instados a deixar o país em vinte e quatro horas com, no máximo vinte quilos. Nos anos 1980, voltou ao Ministério do Interior e em princípios da década de 1990 liderou a delegação do Governo nas negociações de paz de Roma. Foi chefe da bancada da FRELIMO nas duas primeiras legislaturas até 2002 quando foi eleito secretário geral da FRELIMO e, de acordo com os estatutos do partido, candidato à sucessão de Joaquim Chissano na Presidência da República. Foi eleito Presidente da República de Moçambique nas eleições presidenciais de 1 e 2 de dezembro de 2004. É casado com Maria da Luz Guebuza e tem 4 filhos.

Primeira-Ministra Luísa Dias Diogo

Luísa Dias Diogo foi reconduzida ao cargo de Primeira-Ministra pelo Presidente Armando Guebuza. Nasceu em 11 de abril de 1958, no Distrito de Magoé, na província central de Tete. É a terceira dos oito filhos de Luís João Diogo, enfermeiro aposentado, e Laura Atanásia Dias, doméstica. Casada com António Albano Silva, tem 3 filhos: Nelson, João Nuno e Laura Solange. Fala Cinhunguê, Português e Inglês. Fez o ensino primário na Escola D. Maria, Tete, até 1970, e o básico na Escola Comercial de Tete em 1974. Passando para a cidade de Maputo, completou no Instituto Comercial o Curso de perito de Contabilidade em 1979. Ingressou, em 1983, na Universidade Eduardo Mondlane, onde cursou Economia. Em 1992, concluiu, a distância, o Curso de mestrado em Economia Financeira pela Universidade de Londres. Trabalhou no Ministério das Finanças desde 1989, tendo sido admitida como técnica do Departamento dos Setores Económicos e de Investimento. Em 1986, foi designada Chefe do Departamento do Orçamento do Ministério das Finanças, sendo responsável pelo Orçamento Nacional de Investimento e de Funcionamento. De 1993 a 1994, trabalhou no Banco Mundial em Moçambique, tendo substituído várias vezes o Representante do Banco Mundial no país. É membro do Conselho de Administração da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade e elaborou o primeiro Orçamento publicado após a independência em 1991.

Chanceler Alcinda António de Abreu

A Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Alcinda António Abreu, nasceu em 13 de outubro de 1953, na cidade de Bézi, Província de Sofala. É formada em psicologia-pedagogia, tendo concluído o curso em 1993. Tem dois filhos e é viúva. O marido faleceu no acidente aéreo que vitimou Samora Machel. Alcinda Abreu trabalhou como arquivista durante o período 1973-74 e em 1974, exerceu a função de tradutora (fala inglês e francês). Ainda em 1974, tornou-se membro do Destacamento Feminino do Exército; trabalhou no Ministério da Defesa como secretária, no período 1975-77, e frequentou a Escola Central da

FRELIMO. É membro da FRELIMO desde a juventude, onde ocupa até hoje cargos no Comité Central e na Comissão Política, tendo sido deputada da Assembleia Popular de 1977 a 1993.

Foi também Secretária-Geral Adjunta e membro do Conselho Central da Organização dos Continuadores (entidade dedicada à proteção e amparo de crianças). Foi Presidente da Organização não Governamental MULHIDE (Mulher-Lei-Desenvolvimento).

Ocupou o cargo de Ministra da Coordenação da Ação Social de 1994 a 96. Integrou, ainda, a Comissão Nacional de Eleições no período 1996-2000 (presidida pelo Professor Jamisse Taimo, atual Reitor do Instituto Superior de Relações Internacionais), sendo responsável pela comissão de relações internas e exteriores da CNE.

Alcinda Abreu foi Chefe do Gabinete Central da FRELIMO para a campanha eleitoral de Armando Guebuza (ou seja, coordenou toda campanha do partido e do Presidente). É consultora sobre assuntos do género da SADC e foi eleita deputada nas eleições de 1º e 2 de dezembro de 2004. Acaba de ser reeleita para o Comité Central da Frelimo, durante o IX Congresso do partido, realizado de 10 a 14.11.06.

POLÍTICA INTERNA

Moçambique é hoje um país com democracia estável, onde a democratização, iniciada com as primeiras eleições multipartidárias em 1994, seguiu-se ao curto período de pacificação que começou com a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, que colocou fim a 16 anos de guerra civil entre a Renamo (Resistência Nacional de Moçambique) e o Governo de Moçambique, conduzido pela Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique).

O fato de que o Acordo Geral de Paz foi implementado sem quaisquer mortes resultantes de possíveis desentendimentos entre os signatários granjeou enorme prestígio internacional a Moçambique, o qual foi consolidado com a realização das primeiras, segundas e terceiras eleições gerais multipartidárias (1994, 1999 e 2004), de forma regular e democrática, sem recorrência a violência e armas para solucionar as disputas que surgiram entre eles.

A institucionalização da Assembleia da República como principal órgão legislativo, e órgão de reconciliação nacional, a existência de uma abertura crescente para o exercício da liberdade de expressão e de imprensa, liberdade religiosa, liberdade de associação, o livre movimento de pessoas e bens, além do satisfatório desempenho económico do Executivo têm elevado, nos últimos 10 anos, a boa reputação de Moçambique como um dos poucos casos de sucesso a serem emulados na África.

Armando Guebuza foi eleito Presidente nas eleições gerais de dezembro de 2004, o terceiro desde a independência do País em 25 de junho de 1975, seguindo-se à morte em acidente aéreo de Samora Machel em outubro de 1986 e a decisão de Joaquim Chissano de não se candidatar a um terceiro mandato (possível então pela Constituição, que foi emendada). Trata-se da primeira vez que um presidente moçambicano - bem como presidente da Frelimo - toma posse com seu predecessor ainda vivo. Chissano assegurou seu lugar na história ao solucionar o problema da guerra através do diálogo, com a assinatura do Acordo Geral de Paz, e promover as reformas políticas e econômicas que conduziram o País ao sistema multipartidário e à economia de mercado. Contudo, o longo período de Chissano no poder (18 anos) criou uma certa imobilidade política e social nas instituições, o que levou Guebuza a comprometer-se, como prioridade da sua Administração, a combater "o espírito do deixa-andar, do burocratismo e da corrupção".

Guebuza ascendeu ao poder com a agenda de recuperar a credibilidade política que a Frelimo, sob o comando de Chissano, estava perdendo entre o público, bem como assegurar mudanças rápidas e radicais na forma como o Estado provê os serviços públicos aos cidadãos, combater a corrupção e a ineficiência da máquina estatal. O atual Presidente consolidou seu poder ao ter seus aliados eleitos para o Comitê Central e a Comissão Política da Frelimo, completando a transição da era Chissano, o que lhe dará maior força para completar seu programa de reformas.

ECONOMIA

Moçambique tem economia dinâmica, mas ainda depende, em boa medida, de doações externas. Entre 1998 e 1999, o crescimento do PIB alcançou a taxa média anual de crescimento foi 10%. Entre 2000 e 2005, a taxa média anual foi de 7,7%, atingindo o pico de 13% em 2001. Em 2006, economia manteve o ritmo elevado de crescimento dos anos anteriores, com estimativa de taxa de variação real do PIB de 8,5%, graças ao desempenho positivo dos setores agrícola, de construção e de transportes e comunicações. A inflação média anual de 13,2%, em 2006, superou a verificada em dezembro de 2005 (11,2%). Quanto ao câmbio, verificou-se, em 2006, relativa estabilidade, com depreciação média do metical em relação ao dólar americano de 5,7%, em 2006, em dezembro, comparada à taxa acumulada média de depreciação de 27,3%, em 2005.

No quadro da África Sub-Saariana, Moçambique dispõe de economia relativamente diversificada. Serviços e indústria, relacionada ao processamento de minérios, compõem a maior parte do PIB (US\$ 7,2 bilhões, em 2006), seguidos de agricultura, pesca e produtos florestais (26,5% do PIB em 2005). Os setores mais dinâmicos da agricultura moçambicana estão relacionados às culturas de exportação: castanha de caju, tabaco, cana-de-açúcar e algodão, beneficiadas por investimentos estrangeiros. O setor canavieiro tem crescido significativamente, após a privatização das empresas estatais do setor, adquiridas por grupos da África do Sul e das Ilhas Maurício.

O crescimento nos setores de mineração e energia é significativo, embora a exploração seja recente. O país dispõe de um dos mais elevados potenciais de produção de energia elétrica da África Austral (12.500 MW), ao passo que o consumo atinge meros 350 MW - o excedente é vendido para a África do Sul. A principal hidrelétrica do país, Cahora Bassa (2.075 MW), localiza-se na bacia do rio Zambeze, onde também está prevista a construção do Mphanda Nkwua (1.350 MW). Há reservas de gás natural, nos

campos de Temane e Pande (provincia de Inhambane, sul do País), exploradas desde 2004 pela sul-africana Sasol. O ramo mais expressivo do setor industrial está vinculado à mineração, em especial, à produção de alumínio.

Constatou-se redução do déficit da balança comercial de bens do país da ordem de 55%, de US\$ 497 milhões, em 2005, para US\$ 225,3 milhões, em dezembro de 2006, devida, principalmente, à alta do preço do alumínio no mercado internacional e ao aumento do volume exportado de energia elétrica. O valor das exportações de açúcar quase duplicou, com o acréscimo de 10 mil toneladas e o aumento do preço internacional. Os principais destinos das exportações moçambicanas em 2006 foram: Países Baixos (60%), África do Sul (16,2%), Zimbábue (2,6%), Suíça (2,3%) e Portugal (2,2%).

O valor das importações em 2006 (US\$ 2,6 bilhões) foi superior em 18% ao observado em 2005 (US\$ 2,2 bilhões). As importações de matérias-primas e bens intermediários cresceram 26%, destacando-se a importação de combustíveis, com um incremento de 33%. As principais origens das importações moçambicanas em 2006 foram: África do Sul (41,4%), Países Baixos (15,1%), Portugal (3%), Emirados Árabes Unidos (3%) e Índia (2,8%).

O nível do endividamento externo reduziu-se em 2006 (US\$ 3,3 bilhões, contra US\$ 4,6 bilhões em 2005), efeito da Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida (MDRI), que proporcionou o cancelamento total da dívida de Moçambique com o FMI, com o IBRD e com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Entre 2001 e 2005, o país foi beneficiado pela iniciativa para o alívio da Dívida dos Países Pobres Altamente Endividados, lançada pelo FMI e pelo Banco Mundial. O Brasil e muitos outros países também cancelaram, total ou parcialmente, as dívidas bilaterais de Moçambique. Em maio de 2007, o Governo moçambicano assinou acordo com a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), vinculada ao Banco Mundial, a fim de saldar dívidas comerciais com Brasil (US\$ 154 milhões), Índia, Sérvia e República Tcheca. Em consequência dessas iniciativas, atualmente, Moçambique não é mais classificado como País Pobre Altamente Endividado (IPPC).

POLÍTICA EXTERNA

Dentre os objetivos da política externa moçambicana, tem tido maior peso na atuação da sua diplomacia o esforço de estabelecimento de parcerias estratégicas, com vistas a angariar recursos para a implementação do Programa do Governo em prol do desenvolvimento sustentável e equilibrado do País e erradicação da pobreza. É a ele que devem ser referidas as mais importantes iniciativas em política externa, voltadas para a promoção de investimentos e o acesso dos produtos moçambicanos ao mercado regional e internacional, além de transferência de tecnologia, capacitação e formação especializada de quadros.

Portanto, tendo definido a erradicação da pobreza como objetivo prioritário, Moçambique envida esforços para promover a integração regional no âmbito da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). O país ocupa posição importante na SADC, cujo atual Secretário-Executivo é o moçambicano Tomás Salomão. Presença assídua nas reuniões da SADC, o Presidente Guebuza tem manifestado inequívoco apoio ao programa de integração. Nesse sentido, defende o cronograma da SADC, que prevê o estabelecimento da Área de Livre Comércio, em

2008, da União Aduaneira, em 2010, além do Mercado Comum (2015), União Monetária (2016) e Moeda Única (2018). O engajamento ativo do Chefe de Estado indica o alto grau de importância atribuído à integração regional no âmbito da política externa moçambicana, como forma de o país promover seu próprio desenvolvimento e projetar sua imagem internacional.

O país está em linha com as recomendações contidas no Plano Estratégico da União Africana, que recomenda aos Estados-Membros usar a NEPAD como guia para o estabelecimento de relações com as potências emergentes. Moçambique tem sempre apoiado firmemente a NEPAD, cujo Diretor-Geral é o moçambicano Firmiano Mucavel. Em diversas oportunidades, o Presidente Guebuza tem reafirmado apoio integral à filosofia da NEPAD, de que a responsabilidade pela promoção do desenvolvimento do Continente incumbe, prioritariamente, aos próprios países africanos.

Além de todos esses esforços para reforçar a SADC, Moçambique tem-se empenhado também em promover a integração através do estreitamento das relações bilaterais com os países vizinhos, pela adoção de medidas tendentes a promover a livre circulação de bens e pessoas através das fronteiras (acordos de supressão de vistos) e outras iniciativas, como a realização de visitas presidenciais, encontros de Cúpula e outros contatos de alto nível.

A atuação externa de Moçambique beneficia-se do reconhecimento da comunidade internacional. A estabilidade política e normalidade democrática conquistadas pelo País credenciaram-no como ator acreditado na política internacional, com papel relevante a desempenhar no continente africano, graças a sua experiência em reconstrução pós-conflito e construção de consenso. No âmbito regional, o apoio prestado à luta pela independência de Zimbábue, Namíbia e Angola e pelo fim do *apartheid* na África do Sul também confere prestígio a Moçambique.

A diplomacia moçambicana desempenha papel ativo na solução de conflitos no continente. Na última fase da guerra civil em Angola, apoiou discretamente o diálogo entre as partes. Em 2003, o Presidente Chissano utilizou de sua influência para que tentativas de golpe em São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau não se concretizassem. O ex-Presidente é liderança atuante nas questões africanas, ocupou cargos diretivos na UA e na SADC. Em 2005, foi indicado enviado especial do SGNU para a Guiné-Bissau. Desde dezembro de 2006, é enviado especial do SGNU para o Norte de Uganda, com a missão de obter uma solução política para o conflito entre o Governo do País e o Lord's Resistance Army. Atualmente, Moçambique tem contribuído com soldados e observadores para missões da Organização na África em RDC, Sudão e Burundi.

Acordos recentes de cooperação militar firmados por Moçambique com China (abril de 2007) e com Estados Unidos (maio de 2007) atestam o reconhecimento internacional do papel desempenhado pelo país na resolução de conflitos no continente. O Acordo com a China dá continuidade à tradicional cooperação militar entre os dois países e prevê assistência no valor de US\$ 1,5 milhão (doação de veículos leves, computadores e uniformes) para incrementar a capacidade logística das Forças Armadas de Moçambique para enfrentar desastres naturais. O Acordo com os EUA almeja reforçar a capacidade de Moçambique de ampliar sua participação nos processos de paz em curso na África.

Moçambique é membro da Nações Unidas, da União Africana (UA), da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e do Movimento Não-Alinhado. Em 1995, aderiu à Comunidade Britânica de Nações (Commonwealth), o único país que não foi parte do Império Britânico a fazê-lo. É membro fundador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Moçambique mantêm relações diplomáticas desde 15 de novembro de 1975, ano da independência do país africano. Em janeiro de 1998, foi aberta a Embaixada de Moçambique em Brasília. A estabilidade política, a consolidação da democracia e os avanços econômicos do país criaram condições favoráveis para o aprofundamento das relações bilaterais. A partir de 2000, teve início uma série de visitas de alto nível, responsáveis pela intensificação do relacionamento entre Brasil e Moçambique.

Cumprir destacar o impulso conferido ao relacionamento político pela visita do Presidente Lula a Moçambique, em novembro de 2003, ocasião na qual foram assinados onze instrumentos de cooperação técnica, nas áreas de educação, saúde, esportes, agropecuária, administração pública, meio ambiente, mapeamento, geologia e mineração. Destaca-se o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Saúde, com vista à construção de laboratório para fabricação de medicamentos anti-retrovirais genéricos. O Presidente Joaquim Chissano retribuiu com visita oficial ao Brasil em agosto de 2004, evento em que se destacou a assinatura de acordo para o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique para com o Brasil, no valor de cerca de US\$ 280 milhões, relativa a créditos comerciais concedidos no âmbito do PROEX.

Também dignos de nota foram a participação de delegação brasileira, chefiada pelo Senhor Vice-Presidente da República, nas cerimônias de posse do Presidente Armando Guebuza, em fevereiro de 2005; a visita do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, em março de 2005; e o estabelecimento de Adidância das Forças Armadas, residente, junto à Embaixada em Maputo, em julho de 2005.

O Acordo Geral de Cooperação de 1981 estabeleceu uma Comissão Mista Permanente para a Cooperação Econômica, Técnica e Científica (Comista). A quarta edição da Comista Brasil-Moçambique, ocorrida em Maputo, em 6 de julho de 2007, permitiu definir novas áreas de interesse para cooperação e passar em revista a implementação dos projetos já em andamento. Estão sendo executados projetos em educação (Alfabetização Solidária e Bolsa-Escola), saúde (combate ao HIV/AIDS) e geologia (Mapa Geoambiental da Região Metropolitana de Maputo). Em 2007, foi entregue oficialmente o Estudo de Viabilidade Técnico-econômica da Fábrica de Anti-retrovirais e Outros Medicamentos, que se insere no esforço bilateral para habilitar Moçambique a produzir anti-retrovirais para atender à demanda provocada pela pandemia da AIDS. No âmbito do Projeto "Inserção Social pela Prática Esportiva", está previsto o envio de equipamentos e matéria-prima para implantação de fábrica de bolas em Moçambique. Em negociação, há ainda sete projetos nas áreas de turismo, saúde, agricultura, biocombustíveis, habitação popular, microcrédito e transportes urbanos.

COMÉRCIO BILATERAL E INVESTIMENTOS

A presença mais significativa do Brasil no cenário econômico de Moçambique teve início com a vitória da Companhia Vale do Rio Doce, em 2004, no concurso internacional para exploração do complexo carbonífero de Moatize. O Governo moçambicano aprovou, em 26 de junho de 2007, o Contrato Mineiro e o Contrato de Investimentos da CVRD e, segundo o documento, Moatize deverá começar a operar a partir de 2010. A Vale se comprometeu a investir US\$ 1,5 bilhão, dos quais US\$ 170 milhões serão de capital próprio; o restante levantado no mercado de capitais. A companhia irá aplicar US\$ 135 milhões na formação técnica do pessoal e US\$ 35 milhões na área social.

Outra iniciativa importante na área econômica bilateral diz respeito à possibilidade, em breve, de aquisição pela Vale, em parceria com grupo moçambicano, de 35% do capital da Hidrelétrica de Cahora Bassa (HCB), cuja maioria do capital acionário passou às mãos do Estado moçambicano em 2006. A presença econômica brasileira também foi reforçada com a instalação, em 2006, de escritórios em Maputo das empresas Camargo Corrêa e Odebrecht. A primeira já assinou Memorando de Entendimento com empresa local e a estatal de energia (Electricidade de Moçambique- EDM) para apresentar proposta conjunta referente à construção da Hidrelétrica de Mphanda Nkuwa ao Governo moçambicano.

Ainda no setor de energia, cabe mencionar o interesse da Petrobras em investir em Moçambique. A empresa já tem participação de 17% em bloco explorado pela malásia Petronas no Delta do Zambeze, e assinou Memorando de Entendimento com a estatal Empresa Nacional de Hidrocarbonetos de Moçambique (ENH) para apresentar, em breve, proposta conjunta de negociação direta de blocos com o Governo, sem licitação internacional. A empresa brasileira manifestou ao Governo moçambicano, igualmente, disposição em cooperar na área de biodiesel e recebeu, ainda, solicitação da estatal distribuidora de combustíveis Petromuc para a construção de refinaria de petróleo. A Petrobras está estudando a possibilidade de abrir escritório em Maputo.

O intercâmbio entre os dois países tem-se mostrado inconstante ao longo dos últimos anos. Em 2002, o intercâmbio atingiu US\$ 28,5 milhões, diminuindo no ano seguinte e voltando à faixa dos vinte milhões em 2004. Apesar de superavitárias para o Brasil, as relações comerciais com Moçambique estão longe de seu potencial. O potencial para as exportações brasileiras é expressivo, uma vez que Moçambique praticamente importa tudo o que consome, e os produtos brasileiros são muito apreciados.

O Brasil representou, em 2005, 1,1% do total de importações moçambicanas. Em 2006, a pauta de exportações do Brasil concentrou-se em partes e derivados de frango, cereais (milho em grão) e tratores e semi-reboques. Em 2006, o Brasil importou de Moçambique principalmente tabaco (94,6% das exportações moçambicanas). Em 2005, não houve importações brasileiras do produto. As importações de obras diversas de madeira representaram em torno de 2,5% da pauta exportadora moçambicana para o Brasil em 2005 e 2006.

ANEXOS

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ MIL - FOB)

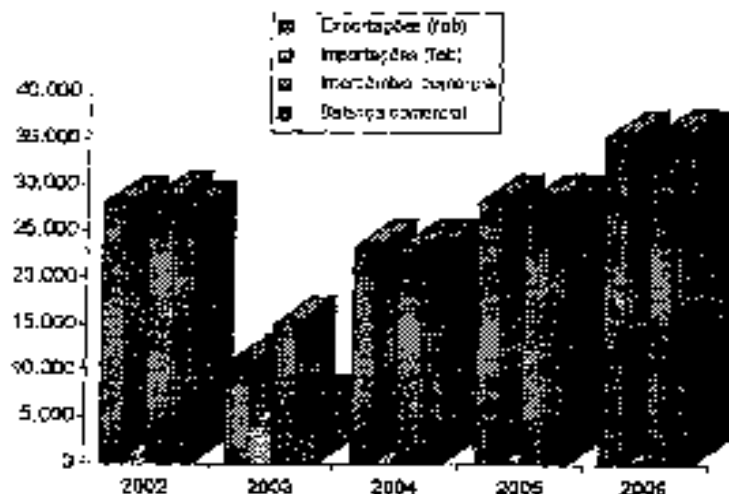
Ano	Exportações Brasileiras (A)	Importações Brasileiras (B)	Saldo (A - B)	Intercâmbio Comercial (A+B)
2001	2.743	940	1.783	3.703
2002	27.976	583	27.392	28.560
2003	19.792	4.152	6.640	14.945
2004	23.810	14	23.296	23.324
2005	28.245	20	28.225	28.265
2006	35.212	16	35.196	35.228

Fonte: MDIC/SFCEX/Sistema Alice

Intercâmbio Brasil - Moçambique	2004	2005	2006
Principais produtos (US\$ mil - FOB)			
Exportações brasileiras			
Carnes e miúdos, congelados	5.419 (23,2%)	10.485 (37,2%)	9.764 (27,7%)
Cereais (milho em grão)	0	459 (1,6%)	4.300 (12,2%)
Veículos automotores (automóveis e rebocadores)	1.193 (5,1%)	1.211 (4,4%)	4.192 (11,9%)
Obras de ferro fundido, ferro, aço	1.124 (4,8%)	1.533 (5,4%)	3.058 (8,7%)
Materiais de madeira	1.033 (4,5%)	1.781 (6,3%)	2.869 (8,2%)
Importações para o Brasil			
Ferro (sucata)	0	0	13,1 (94,6%)
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	0	0,5 (2,6%)	0,4 (2,5%)

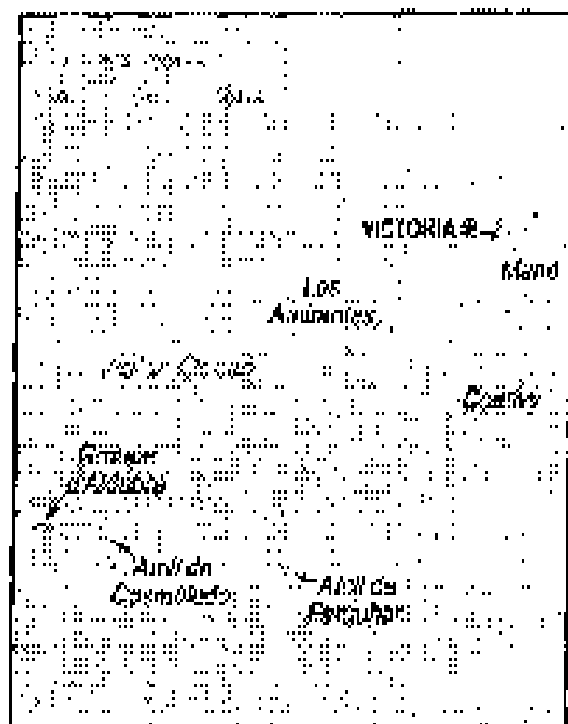
Fonte: MDIC/SFCEX/Sistema Alice

Intercâmbio Comercial Brasil - Moçambique de 2002 a 2006



Elaborado pelo MRE/DP2/MC, com base em dados do MDIC/SFCEX/Sistema Alice.

SEICHELES



Nome Oficial

República de Seicheles

A República de Seicheles, na costa Oriental da África, compõe-se de 115 ilhas, sendo Mahé a maior delas. Durante os séculos XVIII e XIX, ingleses e franceses alternaram-se no domínio das ilhas, que, junto com as Ilhas Maurício, representavam importante ponto de apoio logístico para as rotas marítimas em direção à Ásia. Em 1976, Seicheles tornou-se independente, e desde então participa como membro pleno da *Commonwealth*.

Presidente

Nasceu em Vitória em 18/8/1944. Em 1974, torna-se membro do Comitê Executivo do *Seychelles People's United Party* (SPUP) e, até 1977, é também o editor do jornal do partido (*The People*). Entre 1977 e 79, assume o

Ministério da Administração e da Informação e, entre 1979 e 89, a pasta da Educação, Informação, Cultura & Telecomunicações. Vem atuando como Ministro da Fazenda, do Planejamento, da Tecnologia da Informação e Telecomunicações desde 1989 (entre 1993 e 96, também acumulou a pasta da Defesa). Em 1996, foi indicado como o primeiro Vice-Presidente do país, cargo para o qual foi eleito em 1998. Com a renúncia de René Albert em abril de 2004, assumiu a Presidência, cargo para o qual foi reeleito em agosto de 2006, para mandato de 5 anos.

Chanceler Patrick Pillay

Patrick Pillay assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros em 12/2/2005 em substituição a Jérémie Bonnelame. Anteriormente, ocupara o Ministério da Saúde desde setembro de 2001.

POLÍTICA INTERNA

Durante Congresso Extraordinário da Frente Popular Progressista de Seicheles (SPPF), em 4.12.1991, o Presidente Francis Albert René anunciou o retorno ao sistema multipartidário de governo após quase 16 anos de regime de partido único. Em 27.12.1991, a Constituição do país foi emendada para permitir o registro de partidos políticos. James Mancham retorna do exílio em abril de 1992 para recriar seu Partido Democrata, o DP. Oito partidos políticos registraram-se na primeira fase do processo de transição, as eleições para a Comissão Constituinte, realizadas entre 23 e 26.7.1992. O texto foi aprovado em 7.5.1993 e referendado pelo voto popular, entre 15 e 18 de junho daquele ano, com 73,9% de votos favoráveis.

Entre 23 e 26.7.1993, foram realizadas as primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias sob a nova Constituição, que resultaram em indiscutível vitória do Presidente René. Os resultados eleitorais foram considerados "free and fair" pelos partidos participantes e pelos observadores internacionais. Três candidatos disputaram as eleições presidenciais de março de 1998 - Albert René, pelo SPPF; James Mancham, pelo DP; e Wavel Ramkalawan - com nova vitória do Presidente René por larga margem. Sua votação, inclusive, subiu dos 59,5% recebidos em 1993 para 66,6% em 1998, com o SPPF obtendo 61,7% dos votos para a Assembléia Nacional (contra 56,5% em 1993).

As eleições presidenciais previstas para 2003 foram antecipadas para agosto-setembro de 2001, com nova vitória do SPPF. Não obstante, o

principal partido de oposição, o Partido Nacional de Seicheles (SNP) – antigo UO, liderado por Wavel Ramkalawan – demonstrou força e obteve 46% dos votos. O Presidente Albert René, que governava o país desde 1977, decidiu renunciar em abril de 2004, quando foi substituído por seu Vice-Presidente James Michel. René continua, contudo, como líder do SPPF. Michel foi reeleito em julho de 2006 para novo mandato de 5 anos, com mais de 53% dos votos, novamente vencendo Ramkalawan, por pequena margem.

O principal acontecimento do primeiro semestre de 2007 foi a dissolução da Assembleia Nacional pelo Presidente James Michel, em 20 de março, e a convocação de eleições para os dias 10, 11 e 12 de maio. O anúncio foi feito em seu discurso sobre o Estado da Nação e significou a antecipação de cinco meses no cronograma eleitoral. Desde a votação da nova Lei de Imprensa, em outubro de 2006, que proibiu partidos políticos e organizações religiosas de serem proprietários de estações de rádio e televisão, os 11 deputados da oposição (a Assembleia possui 34 membros) deixaram de frequentar as sessões. Segundo comunicado oficial de imprensa, Michel gostaria de ver uma atitude mais construtiva da oposição e não de boicote ao processo político democrático. Segundo ele, a oposição deveria ser "a force which proposes and progresses and is not merely engaged in confrontation. (...)".

POLÍTICA EXTERNA

São os seguintes os principais objetivos da política externa de Seicheles: ser um formador de consenso ativo, mas não intrusivo no cenário internacional; desempenhar papel construtivo no âmbito das Nações Unidas, particularmente no que se refere ao processo de reformas da organização; reforçar os laços regionais, especialmente com os países da Comissão do Oceano Índico, COMESA e SADC; fortalecer o relacionamento com os parceiros tradicionais, bem assim com as potências emergentes; consolidar e expandir a imagem do país como destino turístico único e seguro; estabelecer a posição de Seicheles como líder na defesa do meio ambiente; promover e desenvolver o arquipélago como um "hub" regional em relação aos serviços de transportes e comunicações; e criar clima favorável para investimentos em favor do desenvolvimento do país.

O Presidente James Michel, falando a um grupo de cônsules-honorários em Seicheles, acrescentou dois pontos a esses objetivos: ênfase no relacionamento com os países do Índico; e apoio renovado aos organismos internacionais que reconheçam as especificidades dos "small island

MADAGASCAR

CAPITAL:	Antananarivo
ÁREA:	587.040 km ²
POPULAÇÃO:	18.040.341 (UN, 2005)
IDIOMA:	Malgaxe e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Religiões tradicionais (animistas), cristianismo e islamismo
SISTEMA POLÍTICO:	Republicano
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO ELEITOS:	Presidente Marc Ravalomanana Primeiro-Ministro Charles Rabemananjara
CHANCELER:	General Marcel Ranjeva
PIB (2005):	US\$ 5,033 bilhões (nominal) US\$ 16,228 bilhões (PPP)
PIB PER CAPITA (2005):	US\$ 281,76 (nominal) US\$ 908,45 (PPP)
UNIDADE MONETÁRIA:	Ariary
EMBAIXADOR DO PAÍS NO BRASIL:	Embaixador em Washington
EMBAIXADOR DO BRASIL NO PAÍS:	Leda Lúcia Camargo

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente Marc Ravalomanana

Nasceu em 12.12.1949 em Imarikasinina, vila a oeste de Antananarivo, onde cresceu junto com seus sete irmãos. Marc Ravalomanana é um exemplo de "self-made man". Em poucos anos, transformou uma pequena empresa familiar de processamento de iogurtes no maior grupo empresarial privado do país, o TIKO Group, que presidiu até chegar à presidência. Concentrado no agronegócio, especialmente no setor de laticínios e óleo comestível, tornou-se um dos homens mais ricos de Madagascar. Entrou para a política em 1999, quando se candidatou à Prefeitura de Antananarivo e venceu por larga margem. Durante sua gestão, obteve melhorias sensíveis nas áreas de saneamento básico e saúde pública, que o tornaram muito popular entre a população da capital. Em pleito comurbado, foi eleito Presidente em dezembro de 2001, mas tomou posse apenas em 6.5.2002. É candidato à reeleição nas eleições previstas para 3.12.2007. Casado com Laïo Rakotonirainy, com quem teve uma filha e três filhos.

Primeiro-Ministro Charles Rabemananjara

Chanceler - General RANJEVA RAZANAKOMBANA Marcel

Nascido em 13 de janeiro de 1944 em Antananarivo. Casado com Michèle RAJAONERA, Doutora em Cirurgia e Diretora-Adjunta do Setor de Saúde da "Peace Corps", organismo governamental americano. Tem 2 filhos. Foi nomeado Ministro das Forças Armadas em 6 de junho de 1996, tendo permanecido até 8 de março de 2002 na função. Em 14 de maio, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Jacques Sylla, tendo sido reconduzido ao cargo em 29 de janeiro de 2007, no Governo Charles Rabemananjara. Graduiu-se em Ciências Políticas/Relações Internacionais em PARIS I – Sorbonne e seguiu estudos na Escola Especial Militar de Saint-Cyr Coëtquidan, Escola de Aplicação de Infantaria em Montpellier, Escola de Estado-Maior da França, Escola Superior de Guerra e Curso Superior do Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional (França). Chefe do Estado-Maior Particular do Presidente da República de 1995 a 1996. Membro da Juventude Católica de 1960 a 1964.

POLÍTICA INTERNA

Em dezembro de 2001, concorreram às eleições gerais o Presidente Didier Ratsiraka (que já havia governado de 1975 a 1993 e voltara a fazê-lo de 1997 até então) e o o Prefeito de Antananarivo, Marc Ravalomanana, do TIM (*Tiako-i-Madagasikara* – Eu Amo Madagascar). O resultado da eleição presidencial foi controverso e ambos os candidatos reivindicaram a vitória. O Ministro do Interior declarou Ratsiraka vitorioso, mas seu opositor contestou os resultados. Seguiu-se crise política, em que os partidários de Ratsiraka bloquearam a estrada que ligava Toamasina, principal porto do país, à capital, principal bastião de Ravalomanana. Em abril de 2002, a Corte Constitucional confirmou o Prefeito da capital como vencedor. Explosões esporádicas de violência e uma considerável desorganização da atividade econômica continuaram até julho de 2002, quando Ratsiraka e vários de seus seguidores, sem apoio internacional (França e os EUA acabaram reconhecendo o Governo do candidato do TIM), fugiram do país e exilaram-se na França. Além das diferenças políticas, questões étnicas desempenharam papel importante na crise e continuam a influenciar a política até hoje. Ratsiraka pertence à etnia *Betsimisaraka* e Ravalomanana é *Merina*.

Após o final da crise política de 2002, o Presidente Ravalomanana começou seu projeto de reformas econômicas, pelo qual pregava o “desenvolvimento rápido e duradouro” do país, e o lançamento da campanha de luta contra a corrupção. As eleições legislativas de dezembro de 2002 deram a seu partido a maioria absoluta na Assembleia Nacional. As eleições municipais de novembro de 2003 foram consideradas livres, novamente com ampla vitória do partido governista, mas também com a eleição de um número significativo de candidatos independentes ou de oposição regional. Passada a crise, o Presidente decidiu substituir os governadores provinciais com a nomeação de PDE (Presidentes das Delegações Especiais). A legislação que se seguiu estabeleceu uma estrutura de 22 regiões para descentralizar a administração. Em setembro de 2004, o Governo nomeou 22 Chefes Regionais, que se reportam diretamente ao Presidente, para a implementação dos planos de descentralização.

Ravalomanana reelegeu-se em primeiro turno em 3 de dezembro de 2006 para novo mandato de 5 anos, o que representou a continuidade parcial do seu projeto político. Ravalomanana manteve apenas 7 dos vinte Ministros, entre os quais o Chanceler Ranjeva. Os 13 novos titulares são todos técnicos de sua confiança. A Corte Constitucional rejeitou 19 pedidos de impugnação do pleito e confirmou o resultado em 23.12.06. Ravalomanana anunciou uma agenda imediata para os primeiros cem dias de mandato, baseada em tripé, que envolveu abertura política (centrada em estratégia de desconcentração e descentralização do setor público), na aceleração da implantação do Plano de Ação de Madagascar (MAP, que necessitará que os doadores quadrupliquem a ajuda econômica hoje prestada) e na adoção de medidas para estimular o crescimento econômico. Com uma oposição extremamente dividida, a campanha ocorreu em clima de relativa tranquilidade. Em 17 de novembro, o General da reserva Randrianafidisoa (Fidy), por não ter conseguido registrar sua candidatura junto à Comissão Eleitoral, invadiu uma base militar próxima do aeroporto da capital, de onde incitou seus companheiros de armas a tomar o poder e instaurar uma junta militar de transição para a montagem de governo de conciliação nacional e a convocação de assembleia constituinte. A revolta foi controlada, e as eleições ocorreram sem novos incidentes. Estão previstas para 2007 eleições provinciais e para o Senado.

No primeiro semestre de 2007, foi concluída a reforma constitucional. O Comitê Preparatório dos textos da revisão submeteu ao Presidente duas versões: uma com a supressão do Senado e outra sem esse dispositivo. As principais alterações no texto foram: o aumento dos poderes do Chefe de Estado (o direito de legislar por meio de medidas provisórias em caso de “urgência” ou de “catástrofe” e o de exercer maior controle sobre o Judiciário, por passar a presidir o Conselho Superior da Magistratura); a supressão das seis províncias autônomas; a retirada dos princípios da laicidade do Estado, do humanismo e da ecologia do preâmbulo da Carta; a inclusão do inglês como língua oficial; a modificação do direito de greve para incluir o

princípio da continuidade do serviço público e das necessidades fundamentais e de segurança nacional; a exigência, para a aceitação de candidatura presidencial, de que o indivíduo possua a nacionalidade malgache, por parte de pai e mãe, e de que esteja morando no país pelo menos seis meses antes da apresentação oficial da candidatura ("emenda Ratsiraka"); a ausência dos parlamentares nas sessões legislativas passarão a ser punidas com o não-pagamento dos "jetons"; a redução do mandato dos senadores para 5 anos; e a perda da imunidade dos parlamentares em matéria criminal. A reforma foi submetida a referendo em 4 de abril e aprovada por 75% dos votos válidos. Cabe ressaltar, contudo, que a participação do eleitorado foi baixa (43,72%), afetada também pelas fortes chuvas que caíram na maior parte do país no dia da votação. A maioria dos partidos da oposição boicotou o referendo. A nova Carta foi sancionada pelo Presidente Marc Ravalomanana em 27 de abril. Depois do referendo, ocorreram manifestações de rua em cinco das ex-províncias autônomas, a saber, Toamasina, Toliara, Fianarantsoa, Antsirenna e Mahajanga. Os protestos foram contra a centralização excessiva de poderes na capital, o que poderia deixar os interesses das províncias costeiras ainda mais relegados a segundo plano.

POLÍTICA EXTERNA

A partir de 1997, o processo de globalização encorajou o Governo do Presidente Didier Ratsiraka a aderir a políticas econômicas liberais e a procurar uma inserção nos mercados mundiais. O relacionamento externo refletiu essa tendência, embora o isolamento físico de Madagascar e sua tradicional orientação insular hajam limitado suas atividades no âmbito das organizações econômicas regionais e nas relações com seus vizinhos da África Oriental.

Madagascar, historicamente percebida como estando à margem dos principais temas africanos, retornou à União Africana em julho de 2003, depois de um hiato de 14 meses, causado pela crise política de 2002. Atualmente, o país goza de estreitas relações com seus vizinhos - Maurício, Reunião, Seicheles e Comoros, e é bastante ativo no organismo regional, a Comissão do Oceano Índico. As relações com a França (seu principal parceiro, tanto político quanto econômico), Alemanha, Reino Unido e Suíça, bem como com a Rússia, Japão, Índia e China, têm sido intensas desde a independência.

A política externa do Presidente Marc Ravalomanana busca reforçar as relações com os países interessados em ajudar no desenvolvimento de Madagascar, em especial os Estados Unidos (o país é um dos melhores recipiendários da "Millenium Challenge Account"). Procura, igualmente, fortalecer as relações com países anglófonos, especialmente com a África do Sul, como meio de contrarrestar a tradicionalmente forte influência francesa. Em agosto de 2005, o país tornou-se, oficialmente, o 14º membro pleno da SADC.

Cabe ressaltar a participação do Presidente Ravalomanana na Cúpula Sino-Africana em novembro de 2006, em Pequim, segunda viagem à China desde a sua posse. Antes disso, o Vice-Ministro do Comércio Chen Jian visitou Madagascar e assinou acordos para a doação de 3,5 milhões de uniformes escolares e o fornecimento de um "scanner" para o controle de "containers" no maior porto do país, Toamasina, além de ajuda econômica para programas sociais no valor de 8 milhões de yuans (pouco mais de um milhão de dólares). Para tentar contrabalançar a crescente presença chinesa no país, o Governo japonês anunciou que sua ajuda econômica atingiria US\$ 32 milhões em 2006, devendo aumentar nos próximos anos e incluir incentivos ao incremento de investimentos japonesas, especialmente nos setores têxtil e de turismo.

SUAZILÂNDIA

CAPITAL:	Mbabane
ÁREA:	17.363 km ²
POPULAÇÃO:	1.173.900 (est. 2005)
IDIOMA:	Inglês e Kisiwati
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo e religiões tradicionais (animistas)
SISTEMA POLÍTICO:	Monarquia Parlamentarista
CHIEFE DE ESTADO E DE GOVERNO ELEITA:	Rei Mswati III (desde 25.04.1986) Primeiro-Ministro Absalom Thembisa Dlamini (desde 14.11.2003)
CHANCELER:	The Hon. Mabili Dlamini
PIB (2004): (dados do FMI)	US\$ 2,546 bilhões (nominal) US\$ 5,716 bilhões (PPP)
PIB PER CAPITA (2004):	US\$ 2.336,34 (nominal) US\$ 5.245,38 (PPP)
UNIDADE MONETÁRIA:	Emalangeni
EMBAIXADOR DO PAÍS NO BRASIL:	Não há
EMBAIXADOR DO BRASIL NO PAÍS:	Leda Lucia Camargo

PERFIS BIOGRÁFICOS

Rei Mswati III

Nascido **Makhosetive** ("Rei das Nações") em 19.04.1968, o rei da Suazilândia sucedeu seu pai, Sobhuza II, em 1986. Era o segundo dos 67 filhos do monarca e filho único de *Inkasikati LaTfwala*. Tornou-se príncipe herdeiro em setembro de 1983 e foi coroado rei em 25.04.1986, com a idade de 18 anos e 6 dias, o mais jovem monarca do mundo. O rei, que adotou o nome de Mswati III, e sua mãe, que possui o título de *Indovukazi* (A Grande Elefanta), regem juntos. Possui 13 esposas e duas noivas.

Primeiro Ministro Absalom Theinba Dlamini

Nascido em 01.12.1950, Dlamini foi indicado Primeiro Ministro em 14.11.2003 pelo Rei Mswati III. Mestre em Administração de Empresas pela Universidade de Nairóbi, era desde 1991 CEO e Diretor-Gerente da "Tibiyo TakaNgwane", agência estatal destinada a promover o desenvolvimento e os investimentos no país e, ao mesmo tempo, de preservar os valores e a herança cultural tradicionais. Trabalhou também em posições de gerência no Fundo de Previdência Estatal (SNPF), no Banco Central e na Companhia Suázi de Desenvolvimento Industrial (SIDC), além de ter sido membro do Conselho Diretor de diversas estatais, inclusive da estatal do açúcar (SNSC).

Chanceler Moses Mathendele Dlamini

Moses Mathendele Dlamini assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio da Suazilândia em 23.02.2006. Antes disso, havia sido Embaixador em Taipé e Presidente do Senado.

POLÍTICA INTERNA

A Suazilândia tornou-se independente do Governo britânico em 1968, tendo assumido a chefia do Estado o Rei Sobhuza II. Em 1973, o soberano decretou estado de emergência, anulou a constituição, baniu as agremiações políticas e concentrou poderes absolutos nas mãos do Chefe

do Estado. Em 1982, ascendeu ao trono o Rei Mswati III, responsável pela introdução de importantes reformas políticas no país, que permitiram a reabertura do Parlamento e a realização de eleições.

Não obstante a existência de um Chefe de Governo, eleito pelo parlamento, o Chefe de Estado detém considerável poder político nas decisões governamentais. A especial situação geográfica da Suazilândia e o peso da África do Sul na economia nacional – a RAS é responsável por 4/5 das importações e 3/4 das exportações suazi – fazem com que as diretrizes emanadas de Mbabane guardem estreito relacionamento com o ambiente político em Pretória.

O país ostenta um desemprego acima de 40%, perda de receita com as exportações de açúcar e têxteis e a mais alta taxa de prevalência de HIV no mundo. Em 2006, a Suazilândia teve o segundo pior crescimento econômico de toda a África (1,2%), superado apenas pelo Zimbábue. A previsão do Governo era de um crescimento de 2,8%. A colheita de grãos foi considerada a pior da história e mais de 25% da população vêm recebendo comida do Programa Mundial de Alimentos.

Após longo processo de negociação, foi promulgada, em 2005, a nova Constituição do país. A oposição entende que o direito à livre associação e à liberdade de expressão estão consagrados na nova carta magna e começou a organizar comícios e passeatas, pensando nas eleições parlamentares de 2008. Essa percepção é corroborada por facções leais à monarquia, como a organização cultural Sive Siyinqaba ("A Nação é uma fortaleza"), formada em 1996 por parlamentares, membros do governo e da família real, para defender a cultura suazi, mas que foi relançada como partido político em cerimônia de gala em Mbabane. O Primeiro-Ministro Themba Dlamini, em declaração recente, afirmou, contudo, que os partidos políticos continuam banidos.

A implementação da nova constituição continua a dominar as atenções da classe política. O Primeiro-Ministro Themba Dlamini, em seu relatório de final de ano, afirmou a seus colegas de Gabinete que considerava que 90% dos novos dispositivos criados pela Constituição já estavam implementados ou em fase final de implementação. Deu como exemplo a maior independência atribuída ao Banco Central e à Unidade de Combate à Corrupção e a criação da Comissão de Direitos Humanos, além das reformas em andamento para a modernização da Corte Suprema.

A oposição escolheu o 11 de abril, 34º aniversário da criação da monarquia absoluta por Sobhuza II em 1973, para protestar contra a falta de democracia no país. Exige que os partidos políticos sejam legalizados, segundo permite a nova Constituição. Apoiada pela central sindical sul-africana COSATU, manifestações ocorreram nos cinco postos de fronteira do país com a RAS.

O cenário macroeconômico continua recessivo. O déficit primário já atinge 4,5% do PIB e pode chegar a 5% em 2007, caso as medidas de reforma fiscal e o programa de privatizações não avancem. As reservas em moeda forte encontram-se no nível mais baixo da década: US\$ 216 milhões, equivalente a apenas 5 semanas de importação. A produção estimada de açúcar para 2006/2007 (632 mil ton) deve ficar 3,2% abaixo da safra anterior. Não obstante, com o financiamento de Taiwan, o país deverá adaptar-se às exigências da União Europeia para restabelecer a exportação de carne bovina para aquele mercado. Outro fator que pode auxiliar no balanço de pagamentos é a entrada em funcionamento da hidrelétrica de Magagu, no início de 2007, diminuindo a dependência do país, que importa quase a totalidade da energia que consome da África do Sul.

POLÍTICA EXTERNA

Embora formalmente sustente posição neutra no campo das relações internacionais, a Suazilândia tem ação externa claramente alinhada ao bloco Ocidental. Até o fim da Guerra Fria, o país manteve poucos vínculos com os países do bloco soviético, ao mesmo tempo em que desenvolveu relacionamento dinâmico com Israel e Taiwan. Daí resulta a simpatia que o Estado suazi desfrutou junto às potências capitalistas, que muito assistiram financeiramente aos

programas de segurança e desenvolvimento do país, visto como uma força moderadora nos processos de consolidação nacional então em curso na África Austral.

No âmbito continental, a Suazilândia é membro da União Africana, do Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, uma de suas prioridades no cenário austral africano) e da União Aduaneira da África Austral (SACU). No âmbito das Nações Unidas, o país luta para que as nações desenvolvidas continuem a atribuir tratamento preferencial aos produtos suázi e que a Suazilândia seja retirada da lista de países de renda média, o que a impede de beneficiar-se das iniciativas internacionais de redução da dívida.

Os Estados Unidos, em especial, consideraram a estabilidade da Suazilândia, ao longo de todo o desenrolar da luta anti-apartheid na África do Sul, uma garantia à estabilidade da sub-região. Similar percepção por Pretória incentivou maior aproximação com Mbabane, em que pesassem as tensões geradas pela proteção que as autoridades suázi davam aos membros do Congresso Nacional Africano, que atravessavam as fronteiras para escapar de eventual perseguição das forças do regime aparthista. A África do Sul, após a eleição de Mandela, manteve o bom relacionamento com o país. As relações diplomáticas bilaterais foram oficializadas em 1993. Essas relações passaram por momento de tensão, entretanto, com impasse nas negociações do Acordo para evitar a bitributação e para a renovação do Acordo de Açúcar e com o adiamento sine die da Comissão Mista de Cooperação com a África do Sul. Outro fator de irritação no relacionamento bilateral tem sido as alegações de que a Suazilândia, em violação às normas da SACU, estaria emplacando centenas de veículos importados de Dubai a preços subfaturados e que são vendidos a cidadãos sul-africanos não-residentes.

A Suazilândia manteve laços cordiais também com Moçambique, mesmo durante os quase 15 anos de regime marxista-leninista. Em sua última visita de Estado ao país, o monarca cumpriu ampla programação de visitas, que incluíram projetos sócio-econômicos em Cabo Delgado e o Porto de Maputo (principal via de escoamento do açúcar e dos cítricos exportados pela Suazilândia). Na ocasião, foi assinado o Acordo para a Supressão Mútua de Vistos, para quem permanecer menos de trinta dias no país vizinho, e que entrou em vigor em outubro de 2005.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações com o Brasil foram formalmente estabelecidas em 1978, ano em que foi criada a Embaixada do Brasil junto ao Reino da Suazilândia, com residência em Maputo. A última visita de autoridade suázi ao Brasil ocorreu em setembro de 1993, ocasião em que o Príncipe Mbilini Dlamini, então Ministro de Obras e Construção, manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes. No regresso de sua participação na 60ª AGNU, o avião que conduzia o rei Mswati III fez escala em Fortaleza. O Rei se dispôs a visitar o Brasil em setembro de 2006, mas a visita acabou não se concretizando.

Existem possibilidades de cooperação nas áreas de mineração de carvão, turismo e na produção de etanol. Nessa área, a "Royal Swazi Sugar Corporation" anunciou que pretende aumentar sua capacidade de produção de 14 milhões para 32 milhões de litros até 2007. Para tanto, investirá US\$ 21 milhões na melhoria das destilarias existentes e na construção de uma nova unidade, encomendada à empresa sul-africana Logichem. Anunciou, ainda, que havia encomendado do Brasil dois automóveis movidos a álcool para testes. Além disso, o país vem recebendo investimentos da empresa britânica "DI Oils" na área de biodiesel. A referida empresa iniciou o plantio de jatropha em área prevista de 53 mil ha. Estima-se que em três anos já estaria pronta a unidade de processamento e refino do óleo, que permitiria ao país ter uma indústria sustentável de biodiesel. Empresários brasileiros estiveram recentemente no país (julho de 2007) para sondar as possibilidades do setor sucro-alcóoleiro local.

Por ocasião da apresentação de cartas credenciais ao Rei Mswati III, em 16.2.2006, o monarca manifestou à Embaixadora Leda Lucia Camargo interesse em ampliar e fortalecer as relações com o Brasil, especialmente nas áreas de saúde (especialmente HIV/Aids, pois o país ostenta a maior taxa de prevalência em todo o mundo) e educação (bolsas de graduação). Na área do combate ao HIV/Aids, ainda em fevereiro, missão brasileira visitou Mbabane para verificar as possibilidades de cooperação nessa área, que lamentavelmente não puderam ter seguimento, por falta de capacidade disponível para atender às demandas. Por fim, no plano bilateral, cabe informar que três médicos brasileiros, que cursam o último ano de residência e que originalmente trabalhariam em Moçambique, foram deslocados em julho para a Suazilândia para apoiarem projetos de tratamento anti-retroviral operados pela Universidade de Colúmbia durante dois meses.

Por ocasião da entrega de credenciais do novo Embaixador da Suazilândia, em 17.5.2007, a seu pedido foi marcada entrevista no Ministério da Saúde, para discussão de possíveis iniciativas de cooperação. Cabe salientar que se encontra em apreciação pelo lado suazi a minuta de um acordo básico de cooperação técnica.

COMÉRCIO BILATERAL

O comércio bilateral é insignificante, tendo chegado a pouco mais de US\$ 780 mil em 2005. Tradicionalmente, a Suazilândia importa do Brasil motores e bombas, material elétrico, tubos de aço e artigos de borracha. Em 2006, contudo, as exportações foram concentradas em óleos essenciais (41,3%), pisos e azulejos cerâmicos (31%) e produtos alimentícios (26%). Os principais produtos importados são pastas de madeira ou outras resinas naturais, que representam mais de 95% das importações.

BALANÇA COMERCIAL

Intercâmbio Comercial (USD mil f.o.b.)	2002	2003	2004	2005	2006 (setembro)
Exportações brasileiras	356	399	283	475	216
Importações Brasileiras	88	294	289	312	187
Saldo	268	125	-5	163	35
Total de Comércio	444	693	574	787	397

Aviso nº 909 - C. Civil.

Brasília, 5 de setembro de 2007.


A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Seicheles, à República de Madagascar e ao Reino da Suazilândia.

Atenciosamente,


DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e De-
fesa Nacional.)

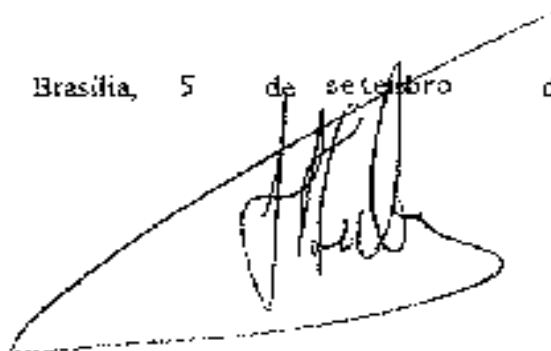
Mensagem nº 150 de 2007**(nº 667 /2007, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênic.

Os méritos do Senhor Affonso Emilio de Alencastro Massot que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de setembro de 2007.



EM Nº 00245 /DP/DSE/SGEX/AFEP/AG-MRE/APES

Brasília, 31 de agosto de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênic.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Senhor **AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

I N F O R M A Ç ã O

C U R R I C U L U M V I T A E

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE AFFONSO EMÍLIO DE ALENCASTRO MASSOT

CPF.: 38037416704

ID.: 1818- MRE

09/10/1944	Filho de João Baptista de Alencastro Massot e Estesia Pessanha Massot, nasce em 9 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ
01/12/1966	CTCD, IRUr
20/12/1966	Direita pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/RJ
01/01/1967	Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr
03/03/1967	Tercero Secretário em 3 de março
04/03/1967	Divisão de Cooperação Intelectual, assistente
02/01/1968	Divisão de Transportes e Comunicações, assistente
04/01/1969	Ministério da Indústria e Comércio, Gabinete do Ministro
15/01/1970	Embaixada em Roma, Terceiro e Segundo Secretário
21/03/1970	Segundo Secretário em 21 de março
15/05/1970	Pós-graduação sobre Comunidades Europeias do Instituto Internacional de Administração Pública, Paris e Bruxelas
16/05/1970	Embaixada em Roma, Segundo Secretário
23/08/1973	Embaixada em Bogotá, Segundo e Primeiro Secretário
10/11/1973	Ordem Nacional do Mérito, Itália, Cavaleiro
15/03/1976	VI Reunião de Diretores Nacionais de Promoção de Exportações, Cairo, Chefe de delegação
25/05/1976	Primeiro Secretário em 25 de maio
25/08/1976	Ordem de São Carlos, Colômbia, Oficial
27/12/1976	Embaixada em Nairobi, Primeiro Secretário
04/04/1979	Departamento da África, Ásia e Oceania, Assessor
04/06/1979	Ordem Nacional do Mérito, Costa do Marfim, Cavaleiro
11/12/1979	Conselheiro em 11 de dezembro
10/04/1980	Missão Especial precursora ao Zimbábue, Chefe de delegação

18/04/1980	Ordem da Independência, Zimbábue, Medalha
10/02/1981	Instituto Rio-Branco, Professor de Orientação Profissional
12/05/1981	Medalha do Mérito Tamarandé, Brasil
15/08/1981	Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Conselheiro
22/11/1982	CAF, IRBr, África Meridional- Coordenação para a Independência Económica e para o Desenvolvimento. Uma Nova Dimensão da Luta de Libertação
16/03/1983	Reunido do Comité para a Eliminação da Discriminação Racial, (VII Relatório), Genebra, Chefe de delegação
01/01/1984	Representação Especial para Direitos Humanos em Nova York, Chefe do Escritório
01/02/1985	Gabinete do Ministro de Estado, Introdutor Diplomático
15/06/1985	Ministro de Segunda Classe em 15 de junho
15/07/1985	Legion d'Honneur, França, Oficial
15/03/1986	Embaixada em Lisboa, Ministro Conselheiro
27/05/1986	Ordem Militar de Cristo, Portugal, Grande Oficial
15/06/1990	Medalha do Pacificador, Brasil
01/01/1991	Consulado-Geral em Lisboa, Cônsul-Geral
01/09/1993	Departamento Consular e Jurídico, Chefe
31/01/1994	Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Portugal, Lisboa, Chefe de delegação
01/06/1994	Reunião para Negociação e Rubrica do Tratado de Extradição com o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte, Londres, Chefe de delegação
28/11/1994	Reunião para Negociação e Rubrica do Tratado de Extradição com a França, Paris, Chefe de delegação
30/11/1994	Reunião para Negociação e Rubrica dos Acordos de Cooperação Judiciária em Matéria Civil e Penal com a França, Paris, Chefe de delegação
03/07/1995	VII Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai, Brasília, Chefe de delegação
20/08/1995	Reunião para Criação do Grupo Executivo para Documentação de Brasileiros no Paraguai, Assunção, Chefe de delegação
30/08/1995	Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Uruguai, Santa Cruz de La Sierra, Chefe de delegação
25/10/1995	Reunião para Negociação e Rubrica do Acordo sobre Facilitação de Atividades Empresariais com a Argentina, Buenos Aires, Chefe de delegação

15/12/1995	Ministro de Primeira Classe 15 de dezembro
01/02/1996	Reunião para Negociação e Rubrica do Acordo de Facilitação de Atividades Empresariais com o Uruguai, Montevideo, Chefe de delegação
02/02/1996	Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior, Diretor-Geral
13/06/1996	Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Grande Oficial
28/08/1996	Legion d'Honneur, França, promoção a Comendador
17/03/1997	Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Chefe de Gabinete
21/03/1997	Conselho da Fundação Alexandre de Gusmão, Membro
15/04/1997	Ordem Nacional do Coito, Líbano, Grande Oficial
10/04/1997	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
15/05/1997	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
16/10/1997	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz
02/12/1997	Ordem de São Miguel e São Jorge, Grã Bretanha, KCMG
21/04/1998	Ordem de Isabel a Católica, Espanha, Excmenda de Número
29/05/1998	Ordem de Rio Branco, Brasil, promoção a Grã-Cruz
25/08/1998	Ordem del Libertador San Martín, Argentina, Grã-Cruz
23/10/1998	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
20/02/1999	Embaixada na Haia, Embaixador
20/04/1999	Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), na Haia, Representante Permanente
25/04/1999	Conselho da Corte Permanente de Arbitragem, Haia, Membro
29/04/1999	XV, XVI, XVII Sessões do Conselho Executivo da Organização para Eliminação de Armas Químicas, Haia, Chefe da delegação
18/05/1999	IV Conferência dos Estados Partes da Convenção para Eliminação das Armas Químicas(CEPAQ), Haia, Chefe da delegação
22/04/2000	Primeira Conferência Especial dos Estados Partes da CEPAQ, Haia, Chefe da delegação
29/04/2000	XVIII, XIX, XX, XXI, XXII Sessões do Conselho Executivo da Organização para Eliminação de Armas Químicas, Haia, Chefe da delegação

15/05/2000	V Conferência dos Estados Partes da Convenção para Eliminação das Armas Químicas (CEPAQ), Haia, Chefe de delegação
20/02/2001	Conferência de Direito Internacional Privado, Haia, Representante Permanente
23/02/2001	XXIII,XXIV,XXV,XXVI,XXVII Sessões do Conselho Executivo da Organização para Eliminação de Armas Químicas, Haia, Chefe de delegação
14/05/2001	VI Conferência dos Estados Partes da Convenção para Eliminação das Armas Químicas (CEPAQ), Haia, Chefe de delegação
22/03/2002	XXVIII,XXIX,XXX,XXXI Sessões do Conselho Executivo da Organização para Eliminação de Armas Químicas, Haia, Chefe de delegação
07/10/2002	VII Conferência dos Estados Partes da Convenção para Eliminação das Armas Químicas (CEPAQ), Haia, Chefe de delegação
21/03/2003	XXVIII,XXIX,XXX,XXXI Sessões do Conselho Executivo da Organização para Eliminação de Armas Químicas, na Haia, Chefe de delegação
22/04/2003	Ordem de Orange-Nassau, Países Baixos, Grã Cruz
28/04/2003	Iª Conferência de Revisão da Convenção para Eliminação das Armas Químicas (CEPAQ), Haia, Chefe de delegação
09/07/2003	Embaixada em Praga, Embaixador


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÃO SOBRE A REPÚBLICA HELÊNICA

Agosto de 2007

Informações Gerais

Dados básicos

Nome Oficial: República Helênica

Capital: Atenas

Área: 131.940 km²

População: 10.706.290 habitantes (est. julho 2007)

Independência: 1829, do Império Otomano

Data Nacional: 25 de março de 1821 (comemora o dia da independência)

Constituição: 11 de junho de 1975; emendada em março de 1986 e abril de 2001

Línguas: grego (oficial), 99%; outros, 1% (incluindo inglês e francês)

Sistema Político

A Grécia é um estado unitário, republicano, de regime parlamentarista.

O Chefe do Estado é o Presidente da República, eleito por maioria qualificada pelo Parlamento, para um mandato de cinco anos, admitida a reeleição por uma única vez.

Em seu texto original, de 1975, a Constituição outorgava, inspirada no modelo francês, poderes especiais ao Presidente, tais como a faculdade de submeter certas questões ao referendo popular, de emitir opinião sobre questões políticas, sem referendun ministerial, e de dissolver a Câmara no caso de sua composição estar "em manifesto desacordo com o sentimento popular".

A reforma constitucional de 1986 suprimiu estes poderes especiais, reduzindo o papel do Presidente às funções tradicionais de chefe de estado de um regime parlamentarista. Com limitadas exceções, todos os seus atos exigem referendun ministerial. A mais notável destas exceções é a faculdade de veto suspensivo a projetos de lei votados pela Câmara.

O Poder Executivo é exercido pelo Primeiro Ministro, chefe do Governo, que fixa a política geral do país.

O Poder Legislativo, unicameral, é exercido pelo Parlamento (Vouli), integrada por trezentos deputados eleitos, para um mandato de quatro anos, segundo um sistema proporcional, corrigido de molde a fortalecer a representação do partido mais votado. Permite, destarte, a formação de maiorias sólidas, garantia da governabilidade.

O Poder Judiciário é exercido por tribunais civis, penais e administrativos (com jurisdição fiscal).

As eleições nacionais de 7 de março de 2004 resultaram em vitória da oposição, a Nova Democracia (ND), cujo líder, Costas Karamanlis, tornou-se o novo Primeiro-Ministro da República Helênica. A vitória da ND deveu-se ao

desgaste político natural do Partido do Governo, o PASOK, há quase vinte anos no poder. A esse desgaste somaram-se as constantes acusações de corrupção que o PASOK que minaram a imagem do partido

Principais Autoridades

Chefe de Estado: Presidente Karolos Papoulias (desde 12 de março de 2005)

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Konstandinos (Kostas) KARAMANLIS (desde 7 de março de 2004)

Ministra para Negócios Estrangeiros: Dora Bakoyannis

Ministro do Interior, Administração Pública e Descentralização: Prokopis Pavlopoulos

Ministro do Desenvolvimento: Dimitris Sioufas

Ministro da Economia e Finanças: Giorgos Alogoskoufis

Ministro da Defesa: Evangelos Meimarakis

Ministro do Meio-Ambiente, Planejamento Urbano e Obras Públicas: Giorgos Souflias

Ministro do Trabalho e Previdência Social: Vassilis Magginas

Ministro da Saúde e Solidariedade Social: Dimitrios Avramopoulos

Ministra da Educação e Religião: Marietta Giannakou

Ministro do Turismo: Dimitris Avramopoulos

Ministro da Cultura: Giorgos Voulgarakis

Ministro do Trabalho: Vassilis Magginas

Ministro do Desenvolvimento Agrícola e Alimentos: Evangelhéllos Bassiakos

Ministro da Justiça: Anastasios Papaligouras

Ministro dos Transportes e Comunicações: Michalis Liapis

Ministro da Marinha Mercante: Manolis Kefalogiannis

Ministro de Estado: Theodoros Roussopoulos

Economia

As principais atividades econômicas da Grécia são agricultura, pecuária, manufaturas, construção, turismo e transporte marítimo. Oitenta por cento do país é montanhoso e apenas 27% da área total pode ser cultivada.

Tendo em vista que a atividade econômica está concentrada na proximidade de Atenas, assim como a maioria da população, o governo tem procurado incentivar o deslocamento das indústrias para as demais regiões do país.

A força de trabalho total é de cerca de 4.8 milhões de pessoas, das quais cerca de 37,7% do sexo feminino. Os assalariados representam 64% do total, aproximadamente. Os 40% restantes estão distribuídos entre autônomos nos setores industriais, de comércio e de serviços e profissionais liberais. Deve-se também assinalar a presença de mais de um milhão de imigrantes (legais e ilegais), empregados sobretudo em profissões de menor qualificação.

A Grécia se tornou o 12º membro da Zona do Euro, em 1º de janeiro de 2002. A dracma foi retirada de circulação em 26 de fevereiro de 2002.

Os setores bancário e financeiro foram liberalizados nos últimos anos, em função das diretrizes da União Europeia e hoje se encontram basicamente livres da interferência do Estado.

Principais Indicadores Econômicos

PIB: US\$ 223,8 bilhões (est. 2006)

PIB per capita: US\$ 24.000 (est. 2006)

Inflação: 3,3% (est. 2006)

Taxa de desemprego: 9,2% (est. 2006)

Principais produtos: alimentos e bebidas, bens manufaturados, derivados do petróleo, produtos químicos e têxteis

Avaliação do estado das relações bilaterais

Brasil e Grécia mantêm relações diplomáticas desde o princípio do século, sempre assinaladas por um clima de cordialidade e pela ausência de atritos ou litígios. Fechada durante a II Guerra Mundial, a partir de 1941, a Legação do Brasil foi reaberta em março de 1945 e elevada à categoria de Embaixada em 1958.

A imigração grega para o Brasil e a presença, segundo as estimativas helênicas, de cerca de 25.000 descendentes de gregos no Brasil, contribui para o bom relacionamento entre os dois países, forjando laços econômicos e culturais.

O crédito de simpatia de que goza a Grécia no Brasil e a postura compreensiva de nossa diplomacia com respeito às questões de vital interesse para aquele país alimentam um sentimento de cordialidade das autoridades gregas, mas também uma certa tranquilidade quanto ao nosso comportamento em relação aos seus interesses, e conformismo com o nível atingido nas relações bilaterais.

Por ocasião da visita do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grécia, Evipridis Stylianídis, ao Brasil, em agosto de 2006, foi transmitida ao Ministro Celso Amorim carta da Chanceler grega Dora Bakoyannis em que esta manifesta o desejo de realizar visita oficial ao Brasil com o objetivo de discutir assuntos bilaterais e temas da agenda multilateral. Na referida carta, datada de 7 de julho de 2006, a Ministra Bakoyannis refere-se ao acordo de cooperação econômica, científica e tecnológica, ora em apreciação pela parte brasileira. A visita ainda não se concretizou devido a dificuldades de agenda suscitadas pela parte grega.

As relações econômicas entre o Brasil e a Grécia se caracterizam por uma assimetria nas transações comerciais e de serviços. Enquanto o Brasil apresenta superávit comercial regular, a balança de serviços é largamente favorável à Grécia, graças à ampla participação de armadores gregos, sob as

bandeiras mais variadas, no mercado brasileiro de fretes marítimos internacionais.

De acordo com dados preliminares do MDIC/SECEX (base FOB), o valor do intercâmbio de bens (exportações e importações) Brasil-Grécia alcançou US\$ 242,1 milhões em 2004, registrando um aumento de 50,3% com relação a 2003 (US\$ 161,1 milhões). Em 2005, esse valor correspondeu a US\$ 199,8 milhões. Em 2006, o volume de comércio bilateral registrou US\$ 306,7 milhões, e, em 2007 (até julho), atingiu o patamar de US\$ 231,6 milhões.

As exportações brasileiras para a Grécia em 2006 foram de US\$ 247,5 milhões, o que representou um aumento de 42,3% em relação ao ano anterior, quando o Brasil havia exportado US\$ 173,6 milhões. A participação das exportações para o mercado grego, em relação ao total exportado pelo Brasil, foi de apenas 0,18%.

As importações em 2006 aumentaram 123,6 %, de US\$ 26,4 milhões para US\$ 59,2 milhões. O saldo comercial positivo passou de US\$ 147,3 milhões, em 2005, para US\$ 188,2 milhões, em 2006.

Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Grécia no ano passado foram: café não torrado, não descafeinado, em grão (19,40% do total); outros grãos de soja, mesmo triturados (18,12%); bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja (8,47 %).

Os principais produtos importados da Grécia para o Brasil em 2006 foram naftas para petroquímica (50,09% do total); outras partes para aparelhos interruptores de circuitos elétricos (6,67%); mármore (6,03%).

Questão de Chipre

A ilha de Chipre é habitada por dois povos distintos: greco-cipriotas (que correspondem a 82% da população da ilha) e turco-cipriotas (que respondem pelos restantes 18%). A Turquia, que foi soberana em Chipre por mais de 300 anos, transferiu o controle efetivo da ilha para a Coroa britânica em 1923, transformando em de direito um governo que já existia de fato desde 1878. A administração britânica continuou na ilha até 1960, ano em que foi fundada a República Bicomunal Cipriota, com base em tratados internacionais assinados por Grã-Bretanha, Turquia, Grécia e representantes das comunidades cipriotas turca e grega, que estabeleciam uma relação equânime entre as duas populações, igualmente representadas no governo formado para administrar a ilha.

Desde 1974 a ilha possui duas entidades políticas distintas e autônomas: a República de Chipre ao sul, governada pelos gregos cipriotas e reconhecida internacionalmente como Estado soberano, e a República do Norte de Chipre (RTNC), reconhecida apenas por Ancara, que não desiste do propósito de defender a soberania dos turcos habitantes da ilha. A adesão da República de Chipre à União Européia em 1º de maio de 2004 gerou grande desafio para as relações da Turquia com a Europa. Existem atualmente representantes dos governos dos dois lados da ilha, o turco-cipriota Nishmet Ali Talat, e o grego-

cipriota Tassos Papadopoulos (reconhecido internacionalmente), assistidos por representantes de ambas 'motherlands' e da Grã-Bretanha. Outro complicador da questão cipriota reside no tema dos recursos energéticos da ilha.

A complexidade da questão de Chipre não resulta somente da dificuldade de fazer viver sob uma mesma soberania (a Turquia pretenderia a soberania para a comunidade turco-cipriota) as duas comunidades separadas por culturas, religiões e anos de conflito, mas a superposição a este problema, já em si de complexa solução, de temas associados tais como o contencioso greco-turco; as relações entre a Turquia e a União Europeia; a potencial utilização do veto grego no âmbito das instituições europeias, tanto no que concerne às relações Turquia-UE quanto na ampliação da UE para leste; a ameaça de veto turco, no seio da OTAN, à inclusão de novos membros; e, mais diretamente, da ameaça de incorporação da "República Turca de Chipre" à Turquia. Apesar das dificuldades por que atravessa a Rússia não se deve, tampouco, esquecer os interesses desse país em Chipre, que aparentemente continuaria a funcionar como o principal centro financeiro 'off-shore' para a sua economia.

O fracasso do plano de reunificação patrocinado pela ONU em 2004, rejeitado por 75.83% dos votantes, veio confirmar a complexidade do tema. Enquanto a maioria greco-cipriota votou pela não-aprovação, a minoria turca votou pela reunificação. Com o fracasso do Plano, apenas a porção greco-cipriota (representada pelo Presidente Papadopoulos) ingressou na UE no dia 1º de maio daquele ano. Caberia, à luz da entrada da ilha na União Europeia, ter presente a importante influência da UE no processo de tratativas com o Governo cipriota: cerca de 52% das exportações cipriotas se destina a países do bloco. O Reino Unido, especificamente, guarda interesse no tema, já que retém na ilha as duas áreas de bases militares soberanas de Episkopi e Dhekelia.

A sensibilidade que reveste o tema do Chipre envolve, além da República Cipriota e da minoria turca, fortes interesses nacionais (Turquia, Grécia, Estados Unidos e Reino Unido, bem como países da Ásia próximos à Ancara) e processos multilaterais complexos nas Nações Unidas e na UE, o que sugere a conveniência de se perseverar num enfoque cauteloso e gradualista.

Em 8 de julho de 2006, foi celebrado um acordo entre o Presidente Papadopoulos e o líder turco-cipriota Mehmet Ali Talat, durante missão do sub-secretário-geral da ONU para os Assuntos Políticos, Ibrahim Gambari, na região. Este acordo, assente no princípio de uma federação bi-zonal e bi-comunal para Chipre, foi recebido com relutância pelos militares turcos.

As Nações Unidas aplaudiram, em 9 de março de 2007, a remoção da chamada linha verde que, durante mais de 30 anos, simbolizou a divisão de Nicósia entre o setor turco-cipriota e a área greco-cipriota. A decisão do Governo do Chipre de demolir o muro em "Ledra street" foi bem vista por organizações internacionais e governos estrangeiros.

O Conselho de Segurança aprovou, por unanimidade, em 15/06/2007, a Resolução 1758 pela qual estendeu o mandato da UNFICYP por mais seis meses. No texto da Resolução, o Conselho expressa grande suporte à necessidade de dar seguimento ao acordo celebrado a 08 de Julho de 2006.

DE-I, em 27/08/2007

Aviso nº 910 - C. Civil.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênea.

Atenciosamente,


DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 396/07/PS-GSE

Brasília, 11 de setembro de 2007

Assunto: **Arquivamento de Projeto de Lei**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 7.425/06, do Senado Federal (PLS nº 63/06, na origem), que “Acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no ensino fundamental e médio, e nos cursos de formação de professores da educação básica, componente curricular dedicado ao desenvolvimento de valores éticos e de cidadania”.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2006.

O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.
Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº /07/PS-GSE

Brasília, 11 de setembro de 2007

Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 58, combinado com o artigo 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de inadequação financeira e orçamentária, do Projeto de Lei nº 4.864/98, do Senado Federal (PLS nº 193/97, na origem), que “Altera o § 1º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que

estende o benefício do auxílio-acidente ao empregado doméstico”.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 1997.

O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.
Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 410/07/PS-GSE

Brasília, 11 de setembro de 2007

Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 880/07, do Senado Federal (PLS nº 157/06, na origem), que “Altera a Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, para incluir a terça-feira de Carnaval, a sexta-feira da Paixão e a quinta-feira de **Corpus Christi** entre os feriados nacionais, e a Lei nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, para excluir a sexta-feira da Paixão dos feriados religiosos, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2006.

O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.
Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, DE 2007

Dispõe sobre o índice de correção previdenciária a ser observado nos reajustes anuais dos benefícios previdenciários mantidos pela previdência social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º No reajuste anual dos benefícios mantidos pela previdência social, além do disposto no art. 41 da

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, deverá ser observado o índice de correção previdenciária.

§ 1º O índice de correção previdenciária corresponde ao resultado da divisão entre o salário de benefício do segurado e o salário de benefício mínimo pago pelo Regime Geral da Previdência Social, na data da concessão do benefício, de forma individualizada para cada segurado.

§ 2º Para os segurados que já estão em gozo do benefício previdenciário, o índice de correção previdenciária será o resultado do cálculo disposto no § 1º levando-se em consideração o salário de benefício do segurado e o salário de benefício mínimo pagos na data da publicação desta Lei, de forma individualizada para cada segurado.

Art. 2º A cada reajuste anual concedido pela previdência social, o resultado da divisão entre o novo salário de benefício do segurado e novo salário de benefício mínimo não poderá ser inferior a setenta por cento do valor correspondente ao índice de correção previdenciária.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A recomposição do poder de compra dos benefícios previdenciários é uma questão importante no debate atual. Observa-se que as partes envolvidas, (governos, aposentados e pensionistas) apresentam argumentos fortes e válidos para defenderem suas posições.

Com relação ao governo, alegam estarem cumprindo a Constituição, que garante a reposição do poder de compra dos benefícios previdenciários. Atualmente, a aferição do poder aquisitivo dos aposentados e pensionistas é feita com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

As decisões de governo tomadas nos últimos anos apontam no sentido de melhorar a distribuição de renda, sem comprometer as metas fiscais, por meio do salário mínimo. Isso implica reajustá-lo com ganhos reais e, em contrapartida, inviabilizar a concessão de igual atualização para os benefícios da previdência com valores acima de um salário mínimo. Para estes, simplesmente repassam-se os custos inflacionários como forma de manter o poder aquisitivo.

Relativamente aos aposentados e pensionistas, se persistirem os ganhos reais para o mínimo, sem que sejam repassados aos benefícios previdenciários acima desse valor, no curto prazo, milhares de bene-

fícios estarão no piso, ou seja, serão equivalentes a um salário mínimo.

A grande questão reside, então, no fato de que não existe índice fixado em lei, nem o modo de cálculo, apenas o enunciado de que o reajuste deve preservar o valor real do benefício. Significa dizer que nada impede que se adote um índice que calcule corretamente o custo de vida da terceira idade. Inclusive, há dúvidas sobre a eficiência do INPC em medir a inflação para essa faixa da população.

Ademais, a realidade brasileira demonstra que os aposentados e pensionistas têm cumprido função social da maior importância, uma vez que a renda deles tem sido fundamental para a paz social, para a união das famílias e para o desenvolvimento dos municípios onde vivem. No Brasil, o idoso com renda não vai para asilos nem é abandonado pela família. Cumpre o papel de garantir o sustento de filhos e netos.

Para não criar problemas orçamentários e ferir as metas do equilíbrio fiscal, entendo que seria mais conveniente propor um parâmetro de atualização dos benefícios procurando assegurar a coerência interna dos pagamentos realizados pelo INSS, ou seja, que não seja permitido ou que haja uma limitação para o processo de arrocho dos benefícios acima de um salário mínimo.

Nesse sentido, proponho a criação de um índice de correção previdenciária, que corresponderia ao resultado da divisão entre o salário de benefício do segurado e o salário de benefício mínimo pago pelo Regime Geral da Previdência Social, na data da concessão do benefício, de forma individualizada para cada segurado. Esse parâmetro também seria estendido aos que já estão em gozo do benefício previdenciário, cujo cálculo seria realizado a partir da data da publicação da nova lei.

Esse índice seria utilizado como limite para a queda relativa entre os benefícios pagos, pois, a cada reajuste anual concedido pela previdência social, o resultado da divisão entre, o novo salário de benefício do segurado e o novo salário de benefício mínimo não deveria ser inferior a 70% (setenta por cento) do valor correspondente ao índice de correção previdenciária.

Esse mecanismo apresenta a seguinte vantagem: não onera as contas públicas e protege os benefícios de uma queda sistemática frente ao piso do INSS. É importante ressaltar que os segurados com os benefícios mais próximos ao salário mínimo são os que mais sofrem com esse arrocho.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2007.
– Senador **José Maranhão**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I **DA FINALIDADE E DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

~~Art. 41. O reajustamento dos valores dos benefícios obedecerá às seguintes normas:~~

~~I — é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real da data de sua concessão;~~

~~Art. 41. Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados, a partir de 1º de junho de 2001, **pro rata**, de acordo com suas respectivas datas de início ou de seu último reajustamento, com base em percentual definido em regulamento, observados os seguintes critérios: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)~~

~~Art. 41. Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados a partir de 2004, na mesma data do reajuste do salário mínimo, **pro rata**, de acordo com suas respectivas datas de início ou de seu último reajustamento, com base em percentual definido em regulamento, observados os seguintes critérios: (Redação dada pela Lei nº 10.699, de 9.7.2003) (Vide Medida Provisória nº 316, de 2006) (Revogado pela Lei nº 11.430, de 2006)~~

~~I — preservação do valor real do benefício; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Revogada pela Medida Provisória nº 316, de 2006) (Revogado pela Lei nº 11.430, de 2006)~~

~~II — os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados, de acordo com suas respectivas datas de início, com base na variação integral do INPC, calculado pelo IBGE, nas mesmas épocas em que o salário mínimo for alterado, pelo índice da cesta básica ou substituto eventual. (Revogado pela Lei nº 8.542, de 1992)~~

~~III — atualização anual; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Revogada pela Medida Provisória nº 316, de 2006) (Revogado pela Lei nº 11.430, de 2006)~~

~~IV — variação de preços de produtos necessários e relevantes para a aferição da manutenção de valor de compra dos benefícios. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Revogada pela Medida Provisória nº 316, de 2006) (Revogado pela Lei nº 11.430, de 2006)~~

~~§ 1º O disposto no inciso II poderá ser alterado por ocasião da revisão da política salarial. (Tacitamente revogado em função da exclusão do inciso II deste artigo, pela Lei nº 8.542, de 23.12.92) (Vide Medida Provisória nº 316, de 2006) (Revogado pela Lei nº 11.430, de 2006)~~

~~§ 2º Na hipótese de se constatar perda de poder aquisitivo com a aplicação do disposto neste artigo, o Conselho Nacional de Seguridade Social - CNSS poderá propor um reajuste extraordinário para recompor esse valor, sendo feita igual recomposição das faixas e limites fixados para os salários de contribuição. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 316, de 2006) (Revogado pela Lei nº 11.430, de 2006)~~

~~§ 3º Nenhum benefício reajustado poderá exceder o limite máximo do salário de benefício na data do reajustamento, respeitados os direitos adquiridos. (Vide Medida Provisória nº 316, de 2006) (Revogado pela Lei nº 11.430, de 2006)~~

~~§ 4º Os benefícios devem ser pagos até o 10º (décimo) dia útil de mês seguinte ao de sua competência, podendo o CNPS reduzir este prazo.~~

~~§ 4º Os benefícios devem ser pagos do primeiro ao décimo dia útil de mês seguinte ao de sua~~

competência, observada a distribuição proporcional do número de beneficiários por dia de pagamento. (Redação dada pela Lei nº 8.444, de 1992)

~~§ 4º A partir de abril de 2004, os benefícios devem ser pagos do primeiro ao quinto dia útil do mês seguinte ao de sua competência, observada a distribuição proporcional do número de beneficiários por dia de pagamento. (Redação dada pela Lei nº 10.699, de 9.7.2003) (Vide Medida Provisória nº 316, de 2006) (Revogado pela lei nº 11.430, de 2006)~~

§ 5º Em caso de comprovada inviabilidade operacional e financeira do Instituto Nacional do Seguro Social, o Conselho Nacional de Previdência Social poderá autorizar, em caráter excepcional, que o pagamento dos benefícios de prestação continuada concedidos a partir de 1º de agosto de 1992 seja efetuado do décimo primeiro ao décimo segundo dia útil do mês seguinte ao de sua competência, retornando-se à regra geral, disposta no § 4º deste artigo, tão logo superadas as dificuldades. (Incluído pela Lei nº 8.444, de 1992) (Vide Medida Provisória nº 316, de 2006) (Revogado pela lei nº 11.430, de 2006)

~~§ 5º O primeiro pagamento de renda mensal do benefício será efetuado até 45 (quarenta e cinco) dias após a data da apresentação, pelo segurado, da documentação necessária à sua concessão.~~

~~§ 6º O primeiro pagamento de renda mensal do benefício será efetuado até 45 (quarenta e cinco) dias após a data da apresentação, pelo segurado, da documentação necessária à sua concessão. (Renumerado de § 5º para § 6º pela Lei nº 8.444, de 1992) (Vide Medida Provisória nº 316, de 2006) (Revogado pela lei nº 11.430, de 2006)~~

~~§ 6º O pagamento de parcelas relativas a benefício, efetuado com atraso por responsabilidade da Previdência Social, será atualizado de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, verificado no período compreendido entre o mês em que deveria ter sido pago e o mês do efetivo pagamento.~~

~~§ 7º O pagamento de parcelas relativas a benefício, efetuado com atraso por responsabilidade da Previdência Social, será atualizado de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, verificado no período compreendido entre o mês em que deveria ter sido pago e o mês do efetivo pagamento. (Renumerado de § 6º para § 7º pela Lei nº 8.444, de 1992) (Revogado pela Lei nº 8.880, de 1994)~~

~~§ 8º Para os benefícios que tenham sofrido majoração devido à elevação do salário mínimo, o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do disposto no caput, de acordo com normas a serem baixadas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Revogada pela Medida Provisória nº 316, de 2006) (Revogado pela Lei nº 11.430, de 2006)~~

~~§ 9º Quando da apuração para fixação do percentual do reajuste do benefício, poderão ser utilizados índices que representem a variação de que trata o inciso IV deste artigo, divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou de instituição congênere de reconhecida notoriedade, na forma de regulamento. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Revogada pela Medida Provisória nº 316, de 2006) (Revogado pela Lei nº 11.430, de 2006)~~

Art. 41-A. O valor dos benefícios em manutenção será reajustado, anualmente, na mesma data do reajuste do salário mínimo, pro rata, de acordo com suas respectivas datas de início ou do último reajustamento, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (Vide Medida Provisória nº 316, de 2006) (Incluído pela Lei nº 11.430, de 2006)

§ 1º Nenhum benefício reajustado poderá exceder o limite máximo do salário-de-benefício na data do reajustamento, respeitados os direitos adquiridos. (Incluído pela Lei nº 11.430, de 2006)

§ 2º Os benefícios serão pagos do 1º (primeiro) ao 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua competência, observada a distribuição proporcional do número de beneficiários por dia de pagamento. (Incluído pela Lei nº 11.430, de 2006)

§ 3º O 1º (primeiro) pagamento de renda mensal do benefício será efetuado até 45 (quarenta e cinco) dias após a data da apresentação pelo segurado da documentação necessária à sua concessão. (Incluído pela Lei nº 11.430, de 2006)

§ 4º Para os benefícios que tenham sido majorados devido à elevação do salário mínimo, o referido aumento deverá ser compensado no momento da aplicação do disposto no caput deste artigo, de acordo com normas a serem baixadas pelo Ministério da Previdência Social. (Incluído pela Lei nº 11.430, de 2006)

(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais – cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.057, DE 2007

Senhor Presidente,

Tendo sido designado, por V. Ex^a, para acompanhar a operação UPATAKON 3, a ser realizada pela Polícia Federal na reserva indígena Raposa-Serra do Sol, no Estado de Roraima, solicito a V. Ex^a licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período de 17 a 30 do mês de setembro em curso.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2007.

– Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como a sessão de hoje discutiui, de forma muito qualificada, o fim do voto secreto no Congresso Nacional, eu informo à Casa que recebi telefonema do nobre Senador Marco Maciel, Presidente da CCJ, informando que a PEC nº 50 – casualmente de minha autoria –, que termina com o voto secreto em todas as situações do Congresso Nacional, já foi despachada. O Relator será o nobre Senador Tasso Jereissati.

Conversei há pouco, também por telefone, com o Senador Tasso Jereissati. Ele me disse que, na semana que vem, começaremos a discutir essa PEC tão importante para o Senado, para o Congresso e para ao povo brasileiro, ou seja, a transparência total do voto. Em todas as situações.

O povo brasileiro passa-nos uma procuração. E o voto aberto é o que vai garantir essa transparência total. Todos saberão exatamente o que acontece no Congresso Nacional, não só em relação ao nosso trabalho como também ao voto de cada Senador e de cada Deputado. Isso é bom para a democracia, é bom para a transparência, é bom para as instituições.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Papaléo Paes e Mário Couto enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, recebi ofício do Dr. Adalberto Luis Val, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, pedindo apoio, por meio de emenda ao Projeto de Orçamento da União para o ano de 2008, para que o Instituto possa concretizar o projeto “Ampliação e Modernização da Infra-Estrutura do INPA, para o Estudo da Biodiversidade e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais”.

Trata-se, explica ele, de projeto de grande vulto, elaborado com a ampla participação da comunidade do Instituto. Realmente, as mudanças globais constituem, hoje, grande desafio para o meio científico, principalmente na Amazônia, onde se somam o problema da devastação florestal com as sombrias previsões sobre os possíveis efeitos do aquecimento que se registra no mundo.

Esse projeto do Inpa foi aprovado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Mas seu valor, de pouco mais de R\$70 milhões, apesar de distribuído por três anos, ultrapassa o limite orçamentário estabelecido para o Inpa, pois não estavam previstos projetos de grande vulto. Por isso é que se fazem necessárias emendas ao Orçamento.

É claro que tomarei as medidas que estiverem ao meu alcance para que esse projeto do Inpa, tão zelosamente elaborado, não fique no papel. É importante para a Amazônia, assim como têm sido importantes vários outros projetos daquele Instituto. É trabalho que conheço de perto. O Inpa é um dos orgulhos de nossa Região. Desde 1954, quando foi instalado, o Instituto realiza estudos científicos do meio físico e das condições de vida da Amazônia, visando ao bem-estar do homem e ao desenvolvimento sócio-econômico regional. Procura expandir de forma sustentável o uso dos recursos naturais da Amazônia. E é, hoje, referência mundial em Biologia Tropical.

Atenderei, pois, com muito prazer à solicitação que me faz o Dr. Adalberto. Sei que os recursos financeiros serão aplicados com a reconhecida seriedade da equipe de pesquisadores e técnicos do Inpa.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, é que tenho lido na imprensa algumas declarações do meu amigo Senador e Ministro Hélio Costa a respeito do **set top box**, que me pareciam equivocadas – e agora tenho a certeza de que o são.

Em recente entrevista concedida à **Folha de S.Paulo**, o Ministro das Comunicações disse estar o Governo mantendo conversas com empresas da Índia e da China, para a produção desse equipamento no Brasil, a preços “muito mais baixos” do que os oferecidos pela indústria nacional.

Antes de mais nada, é preciso esclarecer o que é o **set top box**. É o conversor que permite ao televisor comum, analógico, captar sinais digitais. Ou seja, é o aparelho que permitirá assistir à futura TV Digital nos televisores atualmente em funcionamento no País, sem necessidade de aquisição imediata de outro, já próprio para o novo sistema de transmissão.

Também é necessário esclarecer que a “indústria nacional” mencionada pelo Ministro é a indústria de Manaus. Somente na Zona Franca de Manaus se produz, hoje, o **set top box**, que é utilizado para captar sinais digitais emitidos via satélite.

O Ministro Hélio Costa, na mesma entrevista, diz: “Quem fala em conversores com custo entre R\$800 e

R\$900 está totalmente equivocado. Podemos produzi-los por R\$180 e, daqui a pouco, eles custarão R\$100.”

Não sei quem falou em R\$800,00 ou R\$900,00. De Manaus, não há de ter sido, porque a indústria da Zona Franca já o vende – e a preço muitíssimo menor!

O Presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas – Cieam, Dr. Maurício Loureiro, mandou-me trabalho detalhado a esse respeito, produzido com base em dados da Suframa.

Em resumo, a Zona Franca de Manaus, que mais apropriadamente deve ser denominada Pólo Industrial de Manaus, produz esse conversor, o **set top box**, há pelo menos oito anos, para ser utilizado nos sistemas de TV a cabo e TV por satélite.

A produção do **set top box**, em Manaus, segue curva fortemente ascendente. Numa comparação entre o primeiro semestre do ano passado, 2006, e este ano, 2007, verifica-se que a produção cresceu nada menos do que 34%. De janeiro a junho do ano passado, foram produzidas 1.621.635 unidades; no mesmo período, este ano, foram 2.169.534 unidades.

No mesmo período, este ano, foram vendidas 20.868 unidades no mercado local; 1.840.983, no mercado nacional; e 184.574 no mercado externo.

Nota o estudo do Cieam que apenas 5,8% dos **set top boxes** não foram comercializados dentro do período da sua produção, o que atesta a alta competitividade do produto brasileiro.

O fato demonstra ainda que os fabricantes instalados no Pólo Industrial de Manaus estão, sim, aptos a “dar a resposta que o País espera e na qual o Presidente Lula acreditou quando manteve, através da MP 352, a produção do **set top box** na Zona Franca de Manaus”.

Acrescenta o trabalho que o preço médio da unidade comercializada foi de US\$59,84 – portanto, aproximadamente R\$120,00 – incluindo impostos e margem de lucro, o que significa dizer que a indústria de Manaus é competitiva nos custos da produção e da comercialização.

O trabalho que me foi enviado pelo Presidente do Cieam ressalta que, se a indústria de Manaus conseguiu produzir a esse baixo preço um *set top box* mais sofisticado do que inicialmente se exigirá para a futura TV digital no País, pode-se ver que tornará o preço acessível ao bolso dos futuros consumidores. Numa produção em alta escala, o preço poderá chegar aos tão sonhados R\$100,00 de que fala o Ministro Hélio Costa.

A elevada capacidade dos trabalhadores do Pólo Industrial de Manaus e o aprimoramento que conseguiram nesses oito anos de produção de conversores de qualidade e eficiência são garantias de que a indústria brasileira dará conta do recado, não havendo necessidade de abrir nem portas nem janelas para competidores indianos ou chineses, que tirariam postos de trabalho de brasileiros.

Estou certo de que o Ministro Hélio Costa será sensível a essas ponderações, como o foi o Presidente Lula ao manter, em Manaus, a produção do **set top box**.

O terceiro assunto que desejo abordar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diz respeito ao Amazonas, que já é um Estado geograficamente quase isolado do restante do País. Praticamente só é acessível pelas vias aérea e fluvial. Os poucos trechos rodoviários são quase intransitáveis.

Mas não há somente esse quase isolamento físico. Há outro, apontado em *e-mail* que recebi do cidadão amazonense Ricardo Melo. É o da Internet. E pelo preço.

Com isso, os amazonenses ficam distantes não somente do restante do País, mas do progresso e do conhecimento mundiais que transitam pela rede mundial de computadores – a Internet.

O Sr. Ricardo Melo diz que os amazonenses estão praticamente restritos à arcaica conexão discada, porque a outra, a da Banda Larga, é, no Amazonas, muito cara. Enquanto no vizinho Estado do Pará, assinala ele, uma Banda Larga de 600 kb (**quilobyte** por segundo) – uma das mais lentas – custa R\$48,00 mensais, no Amazonas sai por R\$429,90!

Esse preço exorbitante praticamente veda o acesso de grande parte dos amazonenses à Internet, mantendo-os fora desse notável instrumento de pesquisa, de educação, de cultura, de troca de informações e de atualização tecnológica.

Fica aqui o registro dessa justa reclamação, para que as autoridades governamentais vejam uma forma de derrubar mais essa barreira ao progresso do Estado do Amazonas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. MARIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “A Nebulosa de José Dirceu”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 5 de setembro de 2007.

A matéria destaca que, além de responder ao processo do mensalão, em que é acusado de formação de quadrilha e corrupção ativa, o petista José Dirceu ainda precisa esclarecer uma infinidade de suspeitas que orbitam ao seu redor desde 2003.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A NEBULOSA DE JOSÉ DIRCEU

Além de responder ao processo do mensalão, em que é acusado de formação de quadrilha e corrupção ativa, o petista ainda precisa esclarecer uma infinidade de suspeitas que orbitam ao seu redor desde 2003

Como presidente do PT, José Dirceu arquitetou a campanha que levou Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Como ministro da Casa Civil, foi o homem forte do governo. Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal o reduziu à condição de réu em processos por formação de quadrilha e corrupção ativa. Dirceu terá de provar à Justiça que foram inocentes seus encontros com o lobista caequinha Marcos Valério e com a direção dos bancos Rural e BMG, que financiaram o valerioduto. Também terá de convencer o Supremo de que o ministro Joaquim Barbosa cometeu uma injustiça ao identificá-lo como o “chefe incontestável” do bando do mensalão. Mas, fora da órbita do mensalão, o ex-ministro tem muitos episódios nebulosos a esclarecer. O mais recente veio à

tona na última semana. O doleiro Lúcio Funaro declarou ao Ministério Público que Dirceu ou o PT recebeu 500 000 reais de propina pela indicação de diretores para o fundo de pensão Portus.

Dirceu precisaria ser inquirido, por exemplo, a respeito de sua amizade com o lobista Fernando Moura. Durante o primeiro governo Lula, Moura participou de operações suspeitas na Petrobras. Foi ele quem ajudou a empreiteira baiana GDK a dobrar seus contratos com a estatal. Fez a mesma mágica com a Alpina, que atua na área ambiental. Na administração petista, os seus contratos de prestação de serviços com a Petrobras saltaram de 150 milhões para 600 milhões de reais. Se for considerada também a compra de equipamentos vendidos à estatal pela Alpina, a bolada sobe para mais de 1 bilhão de reais — um modelo de alpinismo empresarial.

Outra relação intrigante de Dirceu é com o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay. Renomado na especialidade que leva o nome de embargos auriculares, Kakay foi indicado por Dirceu para trabalhar com o banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity. Trabalhou tão bem que Dantas, logo depois da contratação de Kakay, não demorou a conseguir um empréstimo de quase 1 bilhão de reais do BNDES. O advogado, aliás, é dono do restaurante brasileiro que serviu de cenário a uma performance jurídico-jornalística do ministro Ricardo Lewandowski, na semana passada. Lewandowski teria sido flagrado por uma repórter da *Folha de S.Paulo* fazendo desabaços — auriculares, é claro. Ao telefone celular, ele teria dito que o STF votou em peso pelo indiciamento de Dirceu, porque estava “com a faca no pescoço”. Ou seja, foi pressionado pela

imprensa. O petista, é claro, usou da notícia para dizer que os ministros do tribunal se encontravam sob “suspeição”. Como se vê, o restaurateur Kakay mantém um cardápio com muitas opções.

O ex-ministro também não se livrou da sombra de Waldomiro Diniz. Antes de ser içado ao posto de principal assessor de Dirceu na Casa Civil, Waldomiro presidiu a estatal de loterias do Rio, Loterj. Nesse cargo, pedia propina a donos de bingos, para ajudar em campanhas petistas. Filmado em uma dessas oportunidades, foi obrigado a deixar o cargo oficial. Quando o caso veio à tona, Waldomiro elaborava uma medida provisória para legalizar os bingos no país. Dirceu jura que não sabia desse toma-lá-dá-cá. Mas sabe como é, talvez puxando pela memória... Na Casa Civil, o ex-ministro contava, ainda, com os préstimos de Denise Abreu. Ele a incumbiu de acompanhar a

operação de fusão da Varig com a TAM, o que rendeu à charuteira ótimas relações com essa última companhia. Depois, Dirceu a indicou para a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil, de onde a moça se demitiu há dez dias, sob a acusação de favorecer as empresas aéreas que deveria fiscalizar. TAM, inclusive.

Voltando ao âmbito do mensalão, Dirceu se exaspera com dois assuntos não abordados nas peças jurídicas que balizaram o seu indiciamento por corrupção ativa e formação de quadrilha. Em 2005, VEJA descobriu que seu aspone Roberto Marques, o Bob, constava da lista de pessoas autorizadas a sacar dinheiro do valerioduto. Precisadamente, 50 000 reais. Dirceu apressou-se em dizer que se tratava de um homônimo. Até hoje, o tal homônimo não deu as caras. Há poucas semanas, o colunista de VEJA Diogo Mainardi reve-

lou que o ex-ministro falou várias vezes por telefone com o marqueteiro Duda Mendonça nos dias em que os cupinchas do publicitário sacaram dinheiro do valerioduto. Detalhe: Duda e Dirceu não mantinham nenhuma relação profissional. Por último, há mais de um ano, Dirceu é patrocinado pelo empresário mexicano Carlos Slim, o homem mais rico do mundo, dono da Claro e da Embratel. O ex-ministro defende os interesses do bilionário no ramo da telefonia no Brasil, especialmente na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Dirceu afirmou à revista *Playboy* que um telefonema seu aos gabinetes oficiais, “modéstia à parte”, era “um telefonema”. Resta saber se um sujeito que responde por corrupção ativa e formação de quadrilha — e com tanta névoa ao seu redor — manterá influência no governo. ■

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^s e Srs Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Arrecadação dispara e, sem somar CPMF, governo ainda ganha R\$2,8 bi”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 16 de agosto do corrente.

A matéria se refere ao fato de a União ter arrecadado, no primeiro trimestre deste ano, R\$205,95 bilhões em impostos, R\$20,27 bilhões a mais que no mesmo período de 2006. Segundo a matéria, essa arrecadação recorde demonstra que o Governo Federal pode abrir mão da cobrança da CPMF, Contribuição sobre Move-

mentação Financeira, já que sem ela o lucro arrecadado do Governo ainda seria grande, exatos R\$2,8 bilhões, maior que no mesmo período do ano passado.

Sr Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FINANÇAS PÚBLICAS

Arrecadação dispara e, sem somar CPMF, governo ainda ganha R\$ 2,8 bi

Receita coletou R\$ 20,27 bilhões a mais no primeiro semestre, avanço que compensaria até extinção do tributo

Ribamar Oliveira
BRASÍLIA

Mesmo se a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) tivesse acabado em 31 de dezembro de 2006, a arrecadação tributária da União no primeiro semestre deste ano teria aumentado R\$ 2,8 bilhões, em termos reais, em comparação com igual período do ano passado, segundo dados da Receita Federal. Esse é o melhor indicador de como tem crescido a arrecadação de impostos do governo e de como o aumento da carga tributária federal independe, atualmente, da CPMF.

Os recolhimentos administrados pela Receita totalizaram R\$ 205,95 bilhões no primeiro semestre, a preços de junho, ante R\$ 185,68 bilhões no mesmo período de 2006. Nesse total não está incluída a contribuição previdenciária, destinada a financiar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O aumento real da arrecadação tributária federal de janeiro a junho foi, portanto, de R\$ 20,27 bilhões.

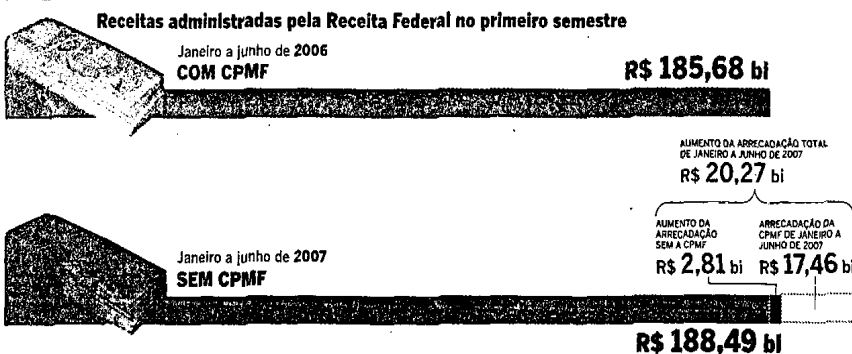
A receita da CPMF nos seis primeiros meses de 2007 foi de R\$ 17,46 bilhões. O aumento real da arrecadação administrada pela Receita foi, portanto, R\$ 2,8 bilhões superior ao total recolhido com o chamado imposto dos cheques (R\$ 20,27 bilhões menos R\$ 17,46 bilhões). Se a CPMF tivesse acabado em 31 de dezembro de 2006, a arrecadação total da Receita teria crescido 4,7% em termos nominais ou 1,5% em termos reais, no primeiro semestre de 2007.

Durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula

CONTAS

Explosão da receita

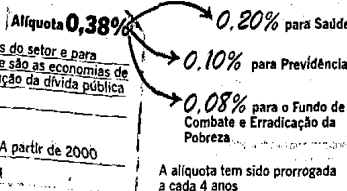
A arrecadação do governo federal no primeiro semestre deste ano, descontada a renda proveniente da CPMF, foi maior do que a obtida no mesmo período do ano passado com a contribuição



Utilização

A CPMF serve para cobrir despesas do setor e para sustentar o superávit primário do governo, que são as economias de receita canalizadas para o pagamento ou redução da dívida pública

Com a seguinte divisão:



Números

R\$ 258 bilhões em valores atualizados é quanto já rendeu ao governo desde 1994 o “imposto do cheque”

R\$ 32 bilhões foi a receita em 2006, equivalente a 63% do superávit primário

*Valores a preços de junho de 2007 - IPCA
FONTE: RECEITA FEDERAL

da Silva, a carga tributária teria crescido mesmo que a CPMF tivesse acabado em 31 de dezembro de 2003, como estava previsto na Constituição. A carga ficou “em torno” de 34,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado, segundo informou recente-

mente o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Em 2002, último ano da gestão Fernando Henrique Cardoso, ela estava em 32,1% do PIB, de acordo com a nova metodologia do IBGE para as contas nacionais. A elevação foi, portanto, de 2,4 pontos por-

centuais do PIB no primeiro mandato de Lula.

A receita da CPMF atingiu 1,38% do PIB em 2006, de acordo com os dados da Receita. Assim, mesmo que o Congresso tivesse negado a prorrogação de sua vigência em 2003, a carga

teria crescido 1,02 ponto porcentual do PIB (2,4 pontos menos 1,38 pontos) no primeiro mandato de Lula.

A carga aumentou porque, durante seu primeiro mandato, Lula elevou a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Se-

guridade Social (Cofins) e tributou as importações com a Cofins e com a contribuição do Programa de Integração Social (PIS), entre outras alterações tributárias. Atualmente, a arrecadação está aumentando por causa do crescimento da economia e pelos programas de combate à sonegação desenvolvidos pela Receita.

GASTOS

O governo alega que o fim da CPMF desequilibrará o Orçamento da União. Isso ocorrerá, no entanto, porque as despesas do governo também estão crescendo em ritmo acelerado. No primeiro semestre deste ano, as despesas do Tesouro aumentaram R\$ 13 bilhões em relação a igual período de 2006 – um aumento nominal de 12,8% e real de mais de 9%. Elas cresceram em ritmo mais acelerado do que a economia. As despesas no primeiro semestre deste ano atingiram 9,46% do PIB, ante 9,21% em igual período de 2006.

De acordo com dados da Secretaria do Tesouro, os gastos com o funcionalismo público no primeiro semestre aumentaram R\$ 6,2 bilhões em comparação com igual período de 2006. As despesas com benefícios assistenciais (Lei Orgânica de Assistência Social e Renda Mensal Vitalícia) aumentaram em R\$ 1 bilhão ou 19,2%.

Os gastos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) com abono salarial e seguro desemprego subiram 16%. As despesas com benefícios previdenciários cresceram 12,7% – de R\$ 74,2 bilhões nos seis primeiros meses de 2006 para R\$ 83,6 bilhões em igual período deste ano. •

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT –

RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 39 minutos.)

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 4701 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do processo nº 9.909/07-9

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 4113/2007, que aposentou o servidor **JARBAS GONÇALVES PASSARINHO JÚNIOR**, Analista Legislativo, Área Medicina, Padrão S-45, nos seguintes termos: onde se lê com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, nos termos da Decisão nº 481/97-TCU, leia-se com a vantagem prevista no artigo 1º da Resolução (SF) nº 74, de 1994.

Senado Federal, em 14 de setembro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4702 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 018.862/97-7.

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 3.343, de 1997, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais, a servidora **LINDAMAR ALVES AGUILERAS**, Analista Legislativo, Área 2.1, Nível III, Padrão 45, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que a mesma foi considerada portadora de doença especificada em Lei, por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal em 1º de agosto de 2007, sendo firmado o diagnóstico em 03 de julho de 2007, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 14 de setembro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia
DEM – Antonio Carlos Júnior* ^(S)
DEM – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro
BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque* ^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão
DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Eptácio Cafeteira **

Pará
PSOL – José Nery* ^(S)
PSDB – Flexa Ribeiro* ^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco
DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira* ^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás
DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso
DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*

DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul
BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya*
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba
DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo
PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí
DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto * ^(S)

DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas
PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório* ^(S)
(vago) ¹

Sergipe
PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Amazonas
PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro** ^(S)

Paraná
BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado* ^(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira* ^(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal
PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana * ^(S)
PTB – Gim Argello** ^(S)

Tocantins
BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá
PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*

PMDB – José Sarney **

Rondônia
BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima
BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*

BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **; Período 2007/2015

¹ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

- 1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾ (DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1.César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007
Designação: 5.6.2007
Instalação:
Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT) ⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro – PT	7. Magno Malta – PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **(9 titulares e 9 suplentes)**

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO **(7 titulares e 7 suplentes)**

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
(vago)	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha ⁶

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana ³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
João Pedro (PT) ⁹	AM	1166	2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) ¹	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ⁷	AM	1413
Marisa Serrano ⁸	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (DEM/SP)					2051

(Atualizada em 16.8.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

² Eleita na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito em 27.6.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁷ Eleito na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 4.7.2007.

⁸ Eleita na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 4.7.2007.

⁹ Eleito na Sessão de 16.8.2007.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (DEM-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003
3º Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko¹
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda¹

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

¹. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM-PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 21.8.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) ⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB – RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. (vago) ⁴
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.9.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Deputado Gervásio Silva renunciou à vaga de suplente em 10.9.2007, conforme expediente encaminhado por meio do Ofício nº 313-L-DEM/07, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 14.9.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 05.09.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 350 PÁGINAS